

I VOLUME

AS LUTAS
OPERÁRIAS E SINDICAIS
DOS METALÚRGICOS EM

SÃO BERNARDO



1977/1979

LUIS FLÁVIO RAINHO
OSVALDO MARTINES BARGAS

LUÍS FLÁVIO RAINHO
OSVALDO MARTINES BARGAS

**AS LUTAS OPERÁRIAS E SINDICAIS DOS METALÚRGICOS EM SÃO BERNARDO
(1977-1979)**

VOLUME 1

1983

São Bernardo do Campo: FG/Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo
do Campo e Diadema

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – SÃO BERNARDO DO CAMPO	09
CAPÍTULO 2 – OS ANOS DAS “LUTAS DIFÍCEIS”	15
CAPÍTULO 3 – CAMPANHA DA REPOSIÇÃO SALARIAL DOS 34,1%	25
CAPÍTULO 4 - 1º CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA	45
CAPÍTULO 5 – ELEIÇÃO DE LULA	49
CAPÍTULO 6 – DENÚNCIA DO DISSÍDIO COLETIVO DE 1978	56
CAPÍTULO 7 – POSSE DE LULA	60
CAPÍTULO 8 – 1º DE MAIO DE 1978	63
CAPÍTULO 9 – GREVE DE MAIO DE 1978	65
CAPÍTULO 10 – III CONGRESSO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS.....	102
CAPÍTULO 11 – O IX CONGRESSO DE ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (LINS/SP)	110
CAPÍTULO 12 – CAMPANHA SALARIAL DE 1979	113
APÊNDICES	192
BIBLIOGRAFIA	205

Prefácio

A classe trabalhadora é a única que tem interesse em mudar a sociedade. É também quem pode fazê-lo. Quando ela está adormecida tudo regride, aumentam a espoliação e a injustiça. Quando ela acorda e se movimenta cresce a esperança no coração de todos os que desejam e lutam por uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores.

A grande novidade dos últimos anos é a presença marcante e a atuação cada vez mais exigente dos trabalhadores organizados. Eles estão apenas ensaiando os primeiros passos, após quase quatro lustros de repressão e horror. Neste período, foram muitos os que sofreram ou morreram. Foram muitos os que pagaram caro por ter mantido a chama da resistência . Foram muitos os que, pacientemente, com riscos e sacrifícios, conquistaram alguns centímetros de espaço e alguns metros de liberdade.

Os peões de São Bernardo do Campo são parte importante deste processo. Aqui se conjugaram vários fatores importantes que geraram acontecimentos da maior importância histórica e social. Desde o aparecimento da moderna industria de automóveis, com milhares de empregados, até o surgimento de uma liderança autêntica e cheia de carisma, tudo isso, fez com que os metalúrgicos de São Bernardo ganhassem a notoriedade que ganharam.

Isso não se deu sem mérito. As lutas que estes trabalhadores levaram e ainda levam, sacudiram este país, mudaram mentalidades, precipitaram alterações nas leis, questionaram Governo, patrões e pelegos, provocaram o interesse de estudiosos e políticos. Somente a História poderá contar as consequências inteiras.

A experiência de São Bernardo, porém, está longe de ser uma coisa perfeita, acabada. É, como tudo na vida, um processo, uma caminhada. Erros, vacilações, enganos, sortes e azares pontilham esse caminho também marcado por lances comovedores de heroísmo, de desprendimento e amor. Como testemunha ocular e parte via desta história posso assegurar que viver todos estes acontecimentos foi o que de mais emocionante e lindo a vida me proporcionou.

Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, com certeza, podem dar idêntico testemunho. Eles estão escrevendo não daquilo que aprenderam nos livros ou tratados. Eles estão contando, com emoção e segurança, a experiência que viveram, uma história que fizeram.

Intelectual é um termo muito pejorativo para Luís Flávio Rainho. Antes de ser um estudioso, homem dos livros e da Universidade, rainho é companheiro, expressão consagrada pelos,peões para designar o irmão de luta. Não é apenas um curioso ou alguém que chegou para faturar em cima das lutas dos trabalhadores. Para ser fiel à sua missão, o mestre largou a cátedra, mudou-se para a favela, conviveu, vibrou, sofreu, como se fosse mais um de nós. Ele sabe dos fatos por experiência vivida.

O saber de Rainho somou-se à autenticidade de Osvaldo. Antes de mais nada, Osvaldo Martines Bargas é um ativista. É daqueles que não sofrem, mas, fazem a história. Para felicidade dele está construindo a parte mais linda aquela que levara a classe trabalhadora, mais dia, menos dia, à sua libertação. Conheci Osvaldo na luta, nos piquetes, nas assembleias, no fundo de greve, sempre ativo, questionador, insatisfeito, querendo mais, exigente consigo e com os outros. Para ser fiel a si mesmo, perdeu vários empregos, passou privações, quando poderia ter se acomodado ferramenteiro, indiferente à sorte dos irmãos.

O rápido perfil dos autores, que, para não ferir a modéstia de ambos, reduzi ao máximo, dá uma ideia do que o leitor encontrará nesta obra. É algo vivo, sincero, que tem o sabor das coisas autênticas. É o relato de uma experiência sofrida que muito servirá à causa do trabalhador. É a mais importante contribuição que conheço para uma interpretação correta do fenômeno São Bernardo.

A classe trabalhadora prosseguirá sua luta. Outros acontecimentos virão. Mudanças serão provocadas até que tudo seja limpo, resolvido e construído. Rainho e Osvaldo estão fazendo a sua parte.

Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, 19 de julho de 1982.

Maurício Soares de Almeida

Apresentado

Nós nos conhecemos, casualmente, numa reunião em Santo André (SP), onde se refletia a situação brasileira da época. Isso ocorreu nos anos das “lutas difíceis”, quando classe operária era assunto proibido de ser abordado pela ditadura e raros eram aqueles que não a consideravam como estando politicamente “acomodada”, “conformista” e até mesmo “adesista” ou “integrante” à sociedade capitalista de consumo.

No decorrer da cada reunião em que nos conhecemos, já ficou patenteada a afinidade de perspectivas que possuímos em termos de abordagem e análise da classe operária.

A partir daí, passamos a acompanhar, conjuntamente, o movimento operário e sindical no Grande ABC paulista e sobre ele conversar, embora em diferentes condições. Um, na de observador, como intelectual. Outro, na de operário, como um dos atores dos acontecimentos.

Nos últimos tempos, resolvemos escrever nossas observações e discussões, com o objetivo de passar em revista os fatos ocorridos em São Bernardo do Campo, nos últimos anos, e de contribuir para um estudo mais geral e amplo que se faz necessário sobre o ABC paulista.

Julgamos que se impõe como necessário adquirir-se uma visão de conjunto da luta que se travou em São Bernardo do Campo e Diadema, especialmente após a Campanha da reposição salarial dos 34,1%, em setembro de 1977, não só porque ela corresponde a uma etapa histórica, mas, também, porque ela é fruto de uma série de acontecimentos e não apenas de alguns mais importantes normalmente enfocados pela imprensa e por analistas, tais como grandes greves, assembleias massivas, sindicato, Lula, etc.

Entretanto, queremos deixar claro que nossa intenção ao realizar este trabalho não foi, como poderia ter sido a de descrever ou analisar exaustivamente todas as ocorrências mencionadas. Cada uma, por sós, merece um trabalho específico e muitas já são sendo objeto de elaboração de “teses” por parte dos estudantes de pós-graduação, monografias por estudiosos da classe operária brasileira e até mesmo por dirigentes sindicais e ativistas.

Por estas razões, detivemo-nos apenas nos acontecimentos fundamentais.

Reconstituímos os fatos ocorridos, descrevendo-os e documentando-os tão minuciosamente quanto nos foi possível e emitimos nossa interpretação na ordem cronológica em que se passaram para que o leitor possa perceber a história desses fatos em pleno desenvolvimento.

Nossa preocupação foi elaborar um livro que pudesse ser útil aos próprios trabalhadores.

Acreditamos que isso possa ocorrer através do registro histórico que procedemos, possibilitando-lhes a consulta; pelo conhecimento da experiência relatada para que possam assimilá-la e vivenciá-la; pela discussão e, sobretudo, pela continuidade da luta.

Com tais objetivos em vista, escrevemos o texto numa linguagem simples e de maneira bem didática para que qualquer um possa ter acesso a ele, sem dificuldade.

Mas, à medida que íamos escrevendo, obviamente, novos fatos foram ocorrendo na região em estudo.

Preocupados em delimitar o período para que o livro pudesse ser publicado, era nosso desejo focalizar a fase compreendida entre 1977/1980.

Todavia, a complexidade da campanha salarial de 1980, exigindo muito mais de nós em termos de redação do que as partes anteriores; a absorção de Osvaldo Martines Bargas como Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, cargo para o qual foi eleito em agosto de 1981 e a sobrecarga de compromissos profissionais e político-partidários de Luís Flávio Rainho, fizeram-nos concluir pela publicação deste primeiro volume englobando os acontecimentos ocorridos entre 1977/1979.

Por isso, brevemente, será entregue aos leitores novo volume, no qual, em continuidade a este, retrataremos o ocorrido em São Bernardo do Campo e Diadema, a partir do período imediatamente posterior à Campanha Salarial de 1979.

Ressaltamos, também, que algumas ideias aqui expostas, foram extraídas ou condensadas de trabalhos que havíamos realizado anteriormente. Ou seja: “Os peões do Grande ABC” de Luís Flávio Rainho (Petrópolis, Vozes, 1980) e do texto mimeografado “Contribuição para a análise das greves de maio-78”(São Bernardo do Campo, 1979), onde um dos autores, Osvaldo Martines Bargas aparece sob pseudônimo.

Finalmente, desejamos registrar o quanto foi enriquecedor para nós, a realização de modo conjunto deste trabalho.

Um aprendeu muito com o outro e mostramos a nós mesmos, que todos dois (intelectual e operário) são necessários e tem seu papel específico na luta pela transformação da sociedade em que

nos é dado viver, de tal forma que não foi possível distinguir, ao término do trabalho, quem mais contribuiu para sua realização.

Fato por fato, ideia por ideia, frase por frase, palavra por palavra foram sendo por nós minuciosamente escritos e discutidos, num trabalho incessante de mais de dois anos, durante longas horas; encheram-se várias fitas colocadas no gravador (esse, e a “pinga” nossos inseparáveis companheiros das madrugadas de trabalho na casa de Osvaldo) e cobrimos muitas folhas de papel em branco.

O resultado dessa experiência, com suas virtudes e limitações é o que pretendemos oferecer ao leitor nas páginas seguintes, na certeza de que este trabalho – ao lado de outros que já foram ou estão sendo elaborados – vão contribuir para transmitir e esclarecer as experiências e lutas do movimento operário e sindical de São Bernardo do Campo, principalmente para aqueles que no momento atual prosseguem na árdua, mas, gratificante tarefa de dar-lhe “novos passos”.

Luís Flávio Rainho/Osvaldo Martines Bargas.

São Bernardo do Campo (SP),agosto de 1982.

Capítulo 1 – SÃO BERNARDO DO CAMPO

1. Aspectos Históricos

São Bernardo do Campo situa-se no conhecido Grande ABC paulista, região formada especialmente por três cidades, cujos nomes correspondem às primeiras letras do alfabeto da língua portuguesa: **A** de Santo André; **B** de São Bernardo do Campo e **C** de São Caetano do Sul.

Hoje, quando se fala em “ABC”, subentende-se também os municípios circunvizinhos de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Essas cidades estão muito interligadas. Não só fisicamente, já que seus limites ocorrem em áreas urbanizadas, como também pelos meios de transporte coletivos, ônibus ou trens (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí) que transitam entre elas, embora esta via férrea não passe por São Bernardo.

A formação de São Bernardo, como das demais cidades que integram o “ABC”, está ligada à época da chegada ao Brasil de Martim Afonso de Souza.

As expedições portuguesas chegadas à terra iniciaram desde logo o processo de colonização que, partindo do litoral, atravessou a serra rumo ao interior.

Em 1532 foi o povoado fundado por João Ramalho elevado a vila. No ano seguinte, com o nome de Santo André da Borda do Campo a localidade teve sua criação oficializada, tendo seu fundador por primeiro alcáide-mor.

Por ato de Mem de Sá, então Governador-Geral do Brasil, a Vila foi extinta em 1560 e seus moradores transferidos para São Paulo de Piratininga.

Posteriormente, a Lei n.^º 38, de 12 de março de 1889, determinou a criação, com sede na vila do mesmo nome, do município de São Bernardo do Campo que, a 2 de maio de 1890, foi solenemente instalado.

A 30 de novembro de 1938 a sede municipal – que recebera foros de cidade pela Lei n.^º 1038 de 19 de dezembro de 1906 – foi transferida para o então distrito de Santo André, onde se concentravam as principais indústrias, além das repartições burocráticas e da grande concentração demográfica.

Com a nova divisão territorial e administrativa estabelecida pelo decreto Lei n.^º 14.334, de 30 de novembro de 1944, foi o Distrito de São Bernardo elevado à categoria de município autônomo,

sob cuja jurisdição esteve Diadema, até o ano de 1959, quando então também construiu sua vida municipal independente.

Nos primeiros tempos da formação da Vila, o maior contingente humano era indígena da tribo Tibiriçá. A miscigenação começou com a vinda dos primeiros povoadores e colonizadores de origem portuguesa e, mais tarde, outros povos de origem europeia. Além destes, também a raça negra (período da escravidão) e mais recentemente o japonês (período da segunda grande guerra), contribuíram, em menor escala, para a formação étnica do Município.

A vocação industrial de São Bernardo do Campo não é recente.

Já no início do século começa a exploração de pequenas indústrias artesanais (olarias e fábrica de charutos de Italo Setti).

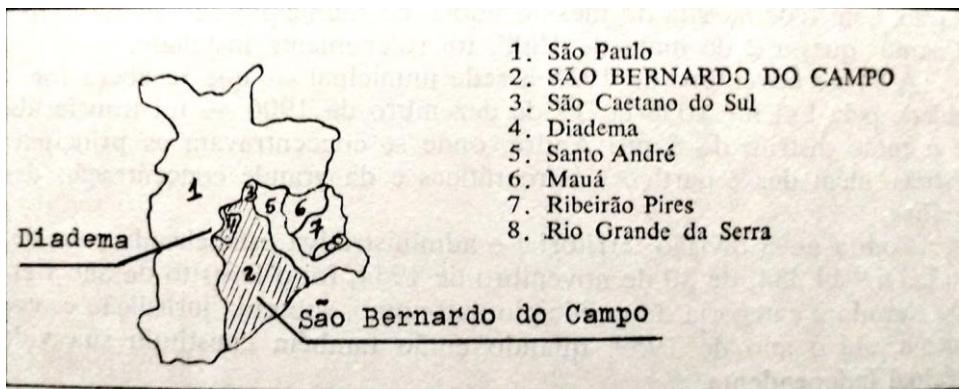
Posteriormente, a exploração da madeira sustentou o desenvolvimento da indústria de móveis, ainda muito presente no Município (o nome da rua onde fica o Sindicato dos Metalúrgicos, João Basso, é uma homenagem ao homem que instalou a primeira fábrica de móveis em São Bernardo) e mesmo antes de sua escolha, na década de 50, para sediar a indústria automobilística, já contava com um aglomerado de indústrias pioneiras na área mecânica, que daria a infraestrutura industrial necessária à nova implantação.

Todavia, vários outros fatores foram considerados pelos organismos federais para a determinação da região (especialmente São Bernardo) de localização da indústria automobilística, a saber:

- a) falta de espaço em São Paulo (os antigos bairros, haviam-se tornado grandes centros populosos, pois neles já se dera a industrialização e seus terrenos já estavam ocupados);
- b) proximidade de comunicação com a região de São Paulo e seu mercado consumidor;
- c) a Via Anchieta, que possibilita comunicação fácil com o porto de Santos, rasga a cidade ao meio;
- d) finalmente, a farta disponibilidade de mão de obra.

2. Localização Geográfica

Numa área de 411 km², vivem em São Bernardo de Campo 425.322 habitantes, segundo o Censo de 80.



3. Aspectos Econômicos

O extraordinário parque industrial de São Bernardo do Campo possibilita ao Município apresentar elevados índices econômicos.

A arrecadação total em 1981 foi de 9.156.500.806,45.

A arrecadação estadual foi de 17.720.485.167,34

A arrecadação federal foi de 39.845.517.644,00

O principal setor industrial do Município é o das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico.

Estas, somadas às do mesmo setor existentes em Diadema, em 1980, apresentavam os seguintes resultados:

Total de empresas: 670

Empresas com mais de 50 trabalhadores: 230

Empresas com menos de 50 trabalhadores: 440

Em 670 empresas: 142.186 trabalhadores

Em 240 empresas: 136.302 trabalhadores = 95%

Em 440 empresas: 5884 trabalhadores = 4,1%

Setor automobilístico: 73.351 trabalhadores = 51,5%

Setor autopeças: 26.131 trabalhadores = 18,3%

Setores diversos: 42.704 trabalhadores = 30,2%

Os dados citados, referentes ao setor metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, correspondem, à base territorial do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO que foi fundado em 12 de maio de 1959 e reconhecido pelo então Ministério do Trabalho e Providência Social, em 12 de abril de 1961, através de Carta expedida em 8 de junho de 1961 e publicada no Diário Oficial da União em 22 de julho de 1961. Sua sede situa-se à Rua João Basso, 121 em São Bernardo do Campo (SP).

4. Aspectos sociais e políticos

As informações econômicas fornecidas certamente deixaram o leitor impressionado, pois em vários casos são superiores até mesmo ao de muitos estados do País.

No entanto, se analisarmos o Município do ponto de vista social, vamos constatar como o modelo de urbanização e industrialização capitalista existente no País – do qual São Bernardo do Campo é um excelente exemplo – é prejudicial às populações trabalhadoras.

O poderoso parque industrial de São Bernardo do Campo está cercado por um imenso cinturão de favelas.

Maior polo industrial do Brasil, em 1964, estava com duas favelas e atualmente enfrenta e participa das dificuldades de 45 núcleos que, espalhados por toda a cidade, apresentam uma população favelada de 40.036 pessoas segundo o Censo de 1980.

Através de uma migração imposta pela precária situação econômica de seus lugares de origem, esses migrantes afluem para as diversas favelas. 17,5% dos moradores em favelas de São Bernardo do Campo são naturais do Município; 19,5% do Estado de São Paulo; 29,7% da Regiões Nordeste e Norte; 27,7% das Regiões Centro-Oeste e Sudeste; 05,3% da Região Sul e 00,1% do Exterior.

72,1% das favelas de São Bernardo têm menos de dez anos de existência, construídas de 1968 para cá.

No decorrer do tempo, uma série de fatores influiu para o crescimento desses núcleos, de maneira fundamental a política socioeconômica do governo que vem provocando uma mobilização humana de cerca de 40 milhões de brasileiros em todo o País.

A grande massa de trabalhadores que constitui a mão de obra não especializada nas empresas reside nas favelas. Cerca de 70% das famílias desses núcleos recebem até três salários mínimos, sendo que o trabalho da mulher e do menor se fazem necessários à própria sobrevivência.

De acordo com estudos da Secretaria de Saúde e Promoção Social da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo em 1980, dentre os favelados que se encontram empregados, as ocupações mais frequentes são: 23,8% (ajudante e ajudante geral); 09,6% (doméstica); 0,06% (pedreiro); 06,5% (faxineiro); 04,2% (servente de pedreiro) e 04,0% (servente).

Segundo o coordenador do Movimento dos Favelados, padre Rubens Chasseraux, São Bernardo é uma cidade das mais ricas do Brasil e, ao mesmo tempo, rodeada de favelas, o que consiste na contradição do próprio sistema econômico vigente no País. E acrescenta:

“São Bernardo é o retrato de toda a Nação em sua pujança, força e capacidade de trabalho do povo brasileiro, que, apesar disso, não participa das riquezas.”

Mas, São Bernardo do Campo é também o retrato de um povo que começa a organizar-se e exprimir sua consciência na trajetória de sua libertação.

Organização e consciência que extrapolam os seus limites territoriais e servem de exemplo a luta de todos os trabalhadores brasileiros – da cidade e do campo – para acabar com a exploração e opressão a que estão submetidos.

Essa perspectiva que define a atual São Bernardo do Campo, foi sintetizada por Luís Inácio da Silva (LULA), em entrevista concedida ao Programa Vox Populi, TV Cultura, Canal 2, São Paulo, em maio de 1978, ao afirmar:

“SÃO BERNARDO TEM DADO UMA DEMONSTRAÇÃO AO BRASIL DE QUE NÃO É DIFÍCIL UNIR A CLASSE TRABALHADORA E DE QUE A CLASSE TRABALHADORA, ACREDITANDO NA FORÇA QUE TEM, PODE CONSEGUIR SUA LIBERDADE.”

NOTA

Ao leitor interessado em obter maiores informações sobre São Bernardo do Campo, sugerimos a consulta das indicações abaixo, de onde extraímos informações e dados estatísticos citados neste capítulo:

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Município de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo, 1981.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Secretaria de Planejamento e Economia. Subsídios estatísticos 1975/1976. São Bernardo do Campo, 1976.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Dados Estatísticos sobre o Município de São Bernardo do Campo. Banco de Dados, Pesquisa Socioeconômica, texto mimeo., 1979.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Dados Estatísticos sobre o Município de São Bernardo do Campo. Banco de Dados, Pesquisa Socioeconômica, texto mimeo., 1982.
- REPÚBLICA de São Bernardo. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mai. 1980. Supl. Folhetim, n.º 173.
- KOTSCHO, Ricardo. Essa Estranha Terra que fica no Brasil. Isto É. São Paulo, n.º 125, 8-12, 16 mai 1979.
- SBC 427. Folha de São Bernardo, São Bernardo do Campo, 20 out. 1980. Supl. Esp.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Distribuição do Trabalho de Base, 1980.

Capítulo 2 – OS ANOS DAS “LUTAS DIFÍCEIS”

1. Antecedentes a 1977

Quando em maio de 1978, irromperam-se as greves na região do Grande ABC paulista, governo, empresários, jornalistas, políticos, intelectuais, enfim, todos, de um modo geral, sentiram-se surpresos porque elas revelavam a existência de uma certa base de organização e consciência de classe dos trabalhadores.

Até então, e principalmente após 1968, com a edição do Ato Institucional n.^o 5 (AI-5), era frequente encontrarem-se escritos, depoimentos e comentários, os quais se referiam à classe operária brasileira tida como politicamente “acomodada”, “conformista” e até mesmo “adesista” ou “integrante” à sociedade capitalista de consumo.

De um lado não eram poucos aqueles que procuravam (e, em alguns casos, ainda procuram) justificar esse “comportamento”, ressaltando as influências que a sociedade rural transmite ao operariado urbano, especialmente no que diz respeito à formação e demonstração de sua consciência de classe.

Com maior ou menor ênfase, constatam haver um baixo nível de consciência e ação de classe, cuja principal razão estaria localizada nas consequências provenientes da transformação do homem do campo em proletário.

De outro, porque o conflito entre capital e trabalho não aparecia de forma aberta ou não era divulgado (entre outras razões, devido à forte censura da época que fazia com que “classe operária” fosse assunto “proibido” de ser abordado, principalmente pelos órgãos de comunicação social), não foram também raros os que se permitiam ignorá-lo.

Daí, a surpresa de muitos e o consequente esforço de outros em tentar encontrar uma explicação “extra-classe operária” para justificar as greves, como fez o pelego Ari Campista (Presidente da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI), atribuindo-as a influências das multinacionais.

O entendimento dos fatos ocorridos em São Bernardo do Campo, exige que se proceda a análise de todo o processo de acumulação do capital no País (especialmente em 1964 até nossos dias) e o posicionamento da classe operária nesse processo.

É preciso também examinar os componentes institucionais e ideológicos da estrutura econômico-social, para que assim possamos entender como realmente se produz a consciência de classe e como, diante dos empecilhos colocados pelo sistema, ela se manifesta e se revela.

Finalmente, devemos procurar conhecer o peão: quem é o operário metalúrgico? o que ele faz? como vive o seu dia a dia? o que ele pensa? como se exprime? qual o significado de suas palavras? qual a sua visão de mundo e consciência de classe? e, assim por diante.

No entanto, neste trabalho conforme já afirmamos na apresentação, nossa intenção é bem mais modesta.

2. Classe Operária após 1964 e, especialmente, 1968

Todavia, mesmo de passagem, não podemos deixar de enfatizar que, após 1964 e, especialmente 1968, o Brasil transformou-se no “paraíso” das multinacionais. A partir daí, era preciso implantar-se aqui as condições por estas exigidas, para a exploração intensiva, absoluta e total da classe operária.

As principais medidas adotadas foram e ainda são:

a) Forte controle sobre os Sindicatos, como condição indispensável ao sucesso da nova “ordem” implantada. A tarefa foi facilitada, pois, já se dispõe da legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas, sob inspiração da “Carta del Lavoro” de Mussolini, a partir de 1964 fez-se necessário apenas “aperfeiçoá-la”, o que ocorreu através das seguintes medidas:

- Os Sindicatos, tornam-se mais ainda assistencialistas, passando a receber maior apoio material do Governo nesse sentido e sendo, portanto, incentivados a atuar nessa perspectiva como se esta fosse sua verdadeira missão.

- É instituída nova legislação sobre a greve (Lei 4.330 de junho de 1964) fazendo com que, apesar de a greve não estar oficialmente proibida, está regulamentada por exigências que, dentro da Lei, tornou sua realização impossível.

- É implantado rígido controle e disciplina sobre o operário, o que se torna possível devido às normas e regulamentos próprios de trabalho que as empresas fazem vigorar, além das já previstas na legislação trabalhista.

b) Lei do “Arrocho Salarial.” Tal expressão foi criada pelo movimento sindical, que, na época, era entendida pelo Governo como achatamento salarial. O aumento salarial foi, então, considerado como sendo uma das principais causas da inflação, razão pela qual se passou a controlá-lo

rigidamente, através da lei 4.725, de 13 de julho de 1965. Criada como medida anti-inflacionária, a política salarial trouxe como subprodutos elementos que passaram a assumir maior importância: um de caráter econômico, a retomada do processo de acumulação, através do crescimento dos lucros; outro de caráter político, a redução da influência sindical, como fatores de mobilização.

c) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): o Fundo na prática, provocou a extinção da estabilidade no emprego porque ele facilitou a dispensa do empregado. O FGTS financia, lentamente, a dispensa, pois o empregador deposita todos os meses 8% da remuneração recebida numa conta vinculada. Na hora em que manda e empregado embora o problema deixa de ser dele. E isso não é difícil, porque o artigo da CLT que dispõe sobre a “justa causa” é amplo, extremamente vago e contém alíneas superadas, possibilitando, com isso, ao empregador enquadrar sem dificuldades o empregado (conforme esclarecimentos prestados pelo Dr. Almir Pazzianotto Pinto). Assim, o Fundo veio dar mais força e possibilidades de controle dos trabalhadores por parte dos patrões.

Para completar, é bom lembrar que a repressão ocorrida, especialmente após a edição do AI-5, atingiu duramente não só os operários (intervenções em Sindicatos, cassações e prisões de dirigentes sindicais, ocupação militar de fábricas em Osasco (SP) e Contagem (MG) por exemplo), mas, também, outros setores da sociedade brasileira que se achavam mobilizados e atuantes, tais como: estudantes, políticos mais agressivos, intelectuais, clero, etc.

Estas condições implantadas após 64/68, permitiram alcançar os mais elevados índices de crescimento com altíssimas taxas de lucratividade e acumulação do capital por parte das indústrias, principalmente do setor automobilístico, em quase toda sua totalidade implantadas em São Bernardo do Campo (a este respeito, leia-se “Os 20 anos da Indústria Automobilística”. **Tribuna Metalúrgica**, São Bernardo do Campo, jul., 1976, pág. 4).

3. “Saídas” e “soluções” para os problemas, propostas pelo sistema.

Na região em estudo, embora resumidamente, diríamos que a situação da classe operária, passou a caracterizar-se:

- a) pela elevada concentração operária na região;
- b) pela existência de um contingente de migrantes que já se converteram em proletários e, por isso, se situam como classe;
- c) pelo ingresso dos filhos nas fábricas, posicionando-se diferentemente de seus pais;

- d) pela falta de adaptação da legislação trabalhista atrasada e superada em relação ao atual estágio de industrialização;
- e) pelas condições inadequadas e extremamente exploradoras no trabalho;
- f) pela deterioração permanente e crescente dos salários, provocando como consequência o empobrecimento cada vez maior;
- g) finalmente, pela impossibilidade de participarem politicamente da vida do País, como classe.

Essas características, expressão das condições de vida e consciência da classe dos trabalhadores, em regiões onde o capitalismo industrial encontra-se bastante organizado e desenvolvido, possibilitaram que houvesse um amadurecimento do proletariado, o que, apesar das dificuldades de organização, sempre lhes permitiu meios de reivindicar e definir ações como classe, até mesmo nos anos mais agudos da ditadura.

Percebe-se que, sentindo-se descrentes da eficácia do processo político e impossibilitados de participação, perdidas as ilusões que os fizeram migrar e, ainda insatisfeitos com o quadro da existência atual, os operários partem à procura de solução dos problemas que os afigem, numa busca incessante, querendo deles se livrar.

Contudo, as principais soluções que antevêem, de modo geral, não serão políticas e nem se efetivarão em termos de classe.

Passam a recorrer individualmente, de forma consciente ou inconsciente, às “saídas” e “soluções” que estejam a seu alcance, as quais, na maioria das vezes, são oferecidas pelo próprio sistema em atendimento aos seus desígnios:

- a) Entre os menos experientes é comum recorrerem à mudança de emprego, na esperança de que, em outro, não encontrem os mesmos problemas do anterior;
- b) Entre alguns existe a ideia de que, após permanecerem certos anos em determinada empresa e terem reunido uma soma razoável no Fundo de Garantia, sejam demitidos e, com o dinheiro, “montem um negócio por conta própria” (bar, quitanda, mercearia, táxi ou caminhão e outros);
- c) Raríssimos são os que não jogam semanalmente na Loteria Esportiva, na esperança de ganhar, e, com isso, “deixar a vida de marcador de cartão”.

d) Há também os que, bem aos moldes e interesses do sistema, analisam todos os problemas e equacionam as suas soluções, acreditando estarem estas diretamente ligadas às qualidade pessoais de cada um.

Em face disso, crêem na possibilidade de enriquecimento pelo trabalho individual intensivo. A ideia é de que “as coisas estão ruins”, “o operário ganha pouco”, mas o “homem que é trabalhador” e “controlado” acaba superando as dificuldades e “vencendo na vida.”

Muitos desses, são “dedos-duros” ou “puxa-sacos”, contribuindo para prejudicar o companheirismo e confiança entre os trabalhadores, dividindo-os ainda mais sob o estímulo de seus patrões;

e) Não raros são também os que recorrem à religião.

O operário, de um modo geral, acredita na existência de um Ser Superior que identifica como sendo Deus.

No entanto, a visão que possui é a de um Deus que cura doenças, que dá empregos, que o ajudará a acertar na Loteria Esportiva, que responde às suas promessas e que o castiga se necessário for.

Então, a religião está muito ligada à insegurança dos operários. Como afirmam, recorrem a ela “na hora do aperto”. E, aí, fazem uma grande mistura, indo de uma a outra, em busca de respostas que procuram.

f) Outra “saída” considerada viável pelos trabalhadores é transferir aos filhos a solução dos problemas por meio do estudo.

A perspectiva é também individualista e imediatista. Querem que seus filhos estudem para que, estudando, não passem pelo que passaram e possam ter o que não puderam alcançar.

Se possível, desejam que sejam “doutores” para não trabalharem nas fábricas.

No entanto, como ser doutor é “difícil”, vão especializar-se para tornarem-se profissionais na esperança de usufruírem de privilégios de que os pais não desfrutaram.

Ocorre que, fazendo seus filhos profissionalizarem-se e, ao mesmo tempo, nesta condição ingressarem nas fábricas, esse fator passou a provocar (e ainda está provocando) uma mudança na composição da classe operária brasileira, ocasionada por jovens, filhos de migrantes, os quais, atualmente, já compõem o maior contingente de trabalhadores entre os especializados e até mesmo semi-especializados.

Esse fator assume importante significado no posicionamento da classe, sobretudo a partir do momento em que esse ingresso se avolumou, devido às características que os novos operários apresentaram, diferentes, inteiramente, das de seus pais. Pois, de um lado, passam a não admitir ser vítimas do mesmo processo de exploração a que eles se submeteram e, de

outro, faltam-lhes uma referência histórica mais ampla, visão global da classe operária e experiência de lutas em razão de terem vivido sua adolescência após 1964;

g) Finalmente, a nível ideológico, o sistema implantou um enorme esquema publicitário, divulgando mensagens, tais como: “Brasil: Ame-o ou Deixo-o”; “Ninguém segura este País”; “Pra frente Brasil”, etc.

Essas “saídas” completam a vinculação e dependência dos trabalhadores com o sistema e foram abundantemente recorridas durante os anos mais agudos da ditadura, como instrumento de manipulação ideológica.

4. Manifestações próprias de lutas e protestos

No entanto, cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que ocorriam essas circunstâncias, os trabalhadores foram desenvolvendo ações próprias que aos poucos foram se expandindo e se ampliando de modo acentuado:

- a) O “jeitinho” que o operário sempre “descobre” para fazer o serviço mais fácil e adaptar o corpo às condições de trabalho a fim de amenizar o cansaço;
- b) A reclamação constante feita entre companheiros, nos ambientes que frequentam, sobre suas condições gerais de trabalho e de vida;
- c) O voto (de) protesto: a ideia propagada pelo sistema era a de que o País progredia e que, com o decorrer do tempo, toda a população se beneficiaria desse progresso, sendo por isso justo, correto e necessário o sacrifício do povo pelo bem e grandeza do País (“primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividir”). Após 1974, a liberdade de imprensa concedida à maior parte dos jornais e revistas e, em especial, a campanha política de 74, desenvolvida na televisão e rádio, levou o operário a considerar que não adiantava o País progredir se suas condições de vida eram ou se tornavam cada vez mais difíceis.

No referido momento, aproveitando a oportunidade que se lhes afigurava através das eleições, os trabalhadores participam ativamente desta, votando no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974, vendo neste o instrumento que modificaria a situação em que viviam e que havia sido exposta durante a campanha eleitoral.

Mas, passadas as eleições e vendo que os problemas persistiam, o operário se decepciona também com MDB;

- d) Recusas de alimentos às refeições, quando não se acham preparadas adequadamente;

- e) “Matar o tempo”, que chamam de “voação”, usando para isso de muita “malandragem” para “escapulir” ao controle dos superiores;
 - f) Acidentes leves de trabalho ou dimensionamento maior, quando da ocorrência destes, com a finalidade de obterem dispensa. Procura do serviço médico, manifestando indisposições nem sempre reais;
 - g) Ações violentas, por parte de operários que quebram ou danificam ferramentas, peças, máquinas e até veículos em partes não muito visíveis, mesmo pela inspeção de qualidade. Os banheiros normalmente são atingidos e servem como uma espécie de termômetro para se avaliar o estado de insatisfação em que se encontram os trabalhadores da seção onde se acham localizados. Ordens não são cumpridas ou o são incorretamente, mesmo tendo o operário ciência de que o serviço está sendo executado erradamente. E não são poucos os que fazem o serviço “mal feito” ou “tocado para o pau”, como dizem, tornando inevitável o surgimento de defeitos no futuro quando os veículos estiverem em circulação. Casos mais graves dos que se “desesperam”, colocando em risco a própria vida e o emprego são registrados. Constantemente, ocorriam brigas e chefias eram desafiadas no interior das seções.
 - h) Fora das fábricas, as “explosões violentas” não são menores, pois, trens ou suas estações, ônibus e Postos do INPS passam a ser depredados com certa frequência. Tais fatos ocorreram também no ABC paulista mas, especialmente, em São Paulo e Rio de Janeiro, tendo sido registrados pela imprensa. As depredações de trens tornaram-se tão comuns que chegaram a exigir a interferência direta do Presidente da República, sob a justificativa de serem adotadas providências para melhoria dos serviços;
 - i) Greves de diversos tipos, um deles consistindo em movimentos de “freagem” da produção ou nas chamadas “greves-tartarugas”, ocorriam, principalmente, entre pequenos grupos de trabalhadores ligados a uma só máquina e, excepcionalmente, em toda seção, onde constatamos casos, quando, por exemplo, o ritmo de produção tornava-se tão acelerado que passasse a ser impossível ser cumprido.
- Merecem também destaque as chamadas pelos operários de “greves-brancas”. Consistiam em simular determinada situação para não cumprirem o solicitado pelas empresas. Por exemplo, ao estabelecimento de determinada carga horária, como reposição de dispensa de horários de trabalho, ocorrida anteriormente, vários operários da mesma seção reúnem-se e combinam doar sangue na data da reposição. Com isso, obtêm a dispensa legal de comparecimento e provocam o não funcionamento da seção em vista dos poucos que se fazem presentes, face ao desfalque ocorrido.

Esses “tipos” de ações ocorriam em vista da impossibilidade de paralisação do trabalho, em modos convencionais.

Essas lutas caracterizavam-se por serem localizadas e a partir de problemas específicos que ocorriam mais dentro das fábricas. Geralmente eram levadas adiante por operários ativistas; por novas lideranças que estavam aparecendo nas fábricas e nos bairros; pela oposição sindical e mesmo por grupos de operários que se organizavam somente durante uma luta imediata, dissolvendo-se após.

O que se percebia, então, é que essa procura de solução dos problemas, mesmo quando se efetivava numa perspectiva individualista (embora nem sempre o fosse) e alienante, revestia-se da maior importância, porque exprimia o inconformismo com a situação em que lhes é dado viver e atestava que a classe operária não estava “acomodada”, como muitos chegaram a acreditar.

O que lhes faltava (e, a rigor, ainda lhes falta) são perspectivas de organização, modos de atuar e solucionar seus problemas em termos políticos e de classe.

5. Formas de organização

Durante esses anos considerados como sendo das “lutas difíceis”, devido à violenta repressão e ao controle sobre o operário existentes no interior das fábricas, tornou-se praticamente impossível desenvolver aí qualquer trabalho mais amplo de organização (embora esse problema ainda perdure, hoje há, por exemplo, maiores possibilidades de distribuição de boletins, de circulação das informações; de reação às atitudes das chefias, de maior precaução destas e assim por diante, além de condições de denúncia das arbitrariedades que são cometidas).

Por isso, houve por parte de grande número de trabalhadores uma “mudança tática”, centrando o trabalho mais amplo de organização nos bairros, visto que estes apresentavam condições menos repressivas para fazer avançar certas formas de luta.

O trabalho de organização nos bairros foi desenvolvido nas Associações de Bairros; nos Clubes de Jovens; nos Movimentos de Casais, de Donas de Casa, de Custo de Vida, de Pastoral Operária, de Juventude Operária Católica (JOC), de Ação Católica Operária (ACO) e outros, os quais, a essa época, já contavam com grande apoio e cobertura da Igreja, indispensáveis para que pudessem existir face às atitudes de repressão.

Concluindo, podemos dizer que o trabalho nos bairros foi uma forma encontrada para resistir e manter a organização, num momento de grande repressão à classe operária.

Esse trabalho vai contribuir decisivamente para as mobilizações nestes últimos anos; formará e lançará novas lideranças que aos poucos farão a ligação entre o bairro e a fábrica, mostrando que é nessa última que se encontra a raiz do sistema, ou seja, a produção, razão pela qual deve aí estar centralizada a luta principal da classe.

Quanto aos Sindicatos dessa época, lembramos que, conforme já chamamos a atenção do leitor, foram ainda mais atrelados ao Estado, além da forte repressão que se instalou. Equiparam-nos para que pudessem desempenhar melhor um papel puramente assistencialista e passaram a divulgar como sendo esta sua verdadeira e autêntica missão (“Sindicato não é lugar de se fazer política...”).

Resultado: o trabalhador que conhecia a assistência médica do Sindicato dizia que ele era bom. O que não conhecia dizia que era ruim.

Todavia, a maior parte dos trabalhadores passou a desacreditar do Sindicato como órgão de representação dos seus interesses, demonstrando seu inconformismo com a situação e dele se afastando.

Em outras palavras: quando o operário dizia (e ainda diz) que não vai ao Sindicato porque este “não faz nada” é porque ele gostaria que ele fizesse alguma coisa que não apenas as atividades assistencialistas. Quer dizer, que representasse seus interesses e servisse de “canal” às suas aspirações.

Concluindo, porque em capítulos seguintes voltaremos a abordar essa questão com profundidade: os trabalhadores sempre tiveram uma consciência sobre a missão do Sindicato, mais avançada do que a de seus dirigentes.

6. Após 1974...

Em 1974, o capitalismo internacional entra em crise com a chamada “crise do petróleo.” Dá-se o envolvimento político-econômico do Brasil.

Essa crise cresce a partir daí, colocando em xeque o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil após 1964.

Dá-se o fim do “milagre brasileiro”, o que força o sistema dominante a procurar “saídas” para o impasse em que se envolveu.

Dentro desse quadro, passa-se a ouvir falar de “distensão política”; “democracia relativa”; “Estado de direito” e, mais tarde, de “abertura política”, como alternativa para os problemas crescentes.

Em síntese: diante da crise o sistema procura encontrar a forma mais adequada para continuar explorando a classe operária e acumular capital.

Dentro de tal conjuntura, ressurge a mobilização de vários setores da sociedade em oposição ao sistema vigente (os movimentos de estudantes, de intelectuais, de profissionais liberais, de funcionários públicos, de bairro, do custo de vida e outros).

A classe operária também reaparece no cenário brasileiro, através de grandes mobilizações, tendo, desta vez, como ponto de partida, a “Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%” deflagrada pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP).

Capítulo 3 — CAMPANHA DA REPOSIÇÃO SALARIAL DOS 34,1%

1. Antecedentes da Campanha

1.1. Campanha Salarial de 1970

Nas últimas Campanhas Salariais anteriores a 1970, com base em estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (DIEESE), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo passou a reivindicar reajustes, conforme a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Todavia, o TRT sempre decidia, com base no índice estabelecido pelo Governo, determinando reajuste nunca superior a ele.

Esta decisão era a mesma para os demais Sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo, com data-base de dissídio em abril.

Isso porque, o dissídio era encaminhado conjuntamente com Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

Mas, no fim da década de 1970, passou-se a conversar, discutir e estudar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que este deveria desvincular-se da Federação, levando o dissídio em separado, com pauta de reivindicações próprias.

Para os dirigentes do Sindicato, à época, os metalúrgicos de São Bernardo tinham, como têm, problemas próprios, que se perdiam quando levados em conjunto à Federação. As discussões que se davam com esta não especificavam os problemas particulares de cada Sindicato. Por outro lado, passam também a perceber o caráter de peleguismo dos dirigentes da Federação, que sempre acabavam (como ainda acabam) conciliando-se com os patrões, por ocasião dos dissídios.

Em 1970, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo partiu com reivindicações próprias, tentando o “aumento único”, que consistia na aplicação do reajuste determinado pelo Governo sobre o total da folha de pagamento de cada empresa, dividindo-se o resultado pelo número de empregados.

Assim, todos, independentemente de salário ou função, teriam um aumento em cruzeiros, absolutamente igual.

Esta proposta surgiu após o exame de estudos elaborados pelo DIEESE, os quais demonstravam que a indústria automobilística havia gerado um distanciamento muito grande entre o

baixo e alto salário. Dirigentes de alguns Sindicatos e Federação chegaram a considerá-la como “tese utópica”.

Assim, em 1970, pela primeira vez, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo se desvinculará da Federação e procurará levar seu dissídio, em separado.

Por outro lado, essa proposta de redistribuição dos salários provocaria a primeira grande discussão salarial em São Bernardo do Campo a ponto de terem sido realizadas assembleias num dos cinemas da Cidade

Isso ocorreu porque a proposta previa que o aumento seria igual até determinada faixa de salário correspondente, mais ou menos, ao que os ferramenteiros ganhavam. Destes para baixo, todos seriam beneficiados e, para cima, teriam seus salários achatados.

Isso gerou grande discussão porque, quem ganhava menos mostrou-se favorável, e quem ganhava mais passou a ser contra.

O resultado final, quanto à adoção da proposta, não foi a sua efetivação, visto que o TRT estendeu aos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e Diadema os resultados do dissídio feito com a Federação.

Todavia, o importante foi que novos procedimentos haviam sido introduzidos na Campanha Salarial de São Bernardo.

1.2. Campanha Salarial de 1972

Em 1971, a Campanha é conduzida sem novidades e em conjunto com a Federação.

A situação política do País fez com que a Diretoria do Sindicato julgasse ser esse o procedimento mais conveniente.

Em 1972, a “fórmula” da Campanha de 1970 é retomada, apenas em virtude da experiência anterior, muito melhor organizada, fundamentada e consequente.

Novamente, invés de reajuste em termos percentuais, passou-se a reivindicar uma importância que recairia sobre o montante da folha de pagamento da empresa.

Depois, seria feita uma divisão pelo número de empregados da empresa, o que possibilitaria, a cada trabalhador, receber um reajuste igual, independentemente do valor do salário individual que percebesse.

O objetivo do Sindicato visava a “melhorar a equidade na distribuição do magro reajuste que nos é concedido”; “dar um passo à frente para melhorar a aplicação da política salarial do Governo” e, principalmente, “demonstrar a união e solidariedade dos trabalhadores, que colocariam os interesses coletivos acima dos individuais.”

Ao DIEESE é solicitado novo estudo sobre os salários e o número dos trabalhadores metalúrgicos. As informações possibilitarão concluir que,

“de ano para ano, foi-se tornando maior a distância entre os baixos e os altos salários. Por outro lado, os salários maiores são pagos aos trabalhadores que desempenham funções especializadas ou profissionais que, naturalmente, têm as suas normas reguladas, muito mais, pelo mercado de trabalho, oferta e procura, do que pela sistemática legal.”

Após, ainda com base no levantamento do DIEESE, decidiu-se que o aumento comum a todos os trabalhadores da categoria dos metalúrgicos deveria ser de Cr\$ 230,00.

Mais uma vez, em 72, o dissídio será encaminhado à parte da Federação e a proposta provocará discussão entre trabalhadores e, para a época, concorridas assembleias, que voltam a ser realizadas num cinema.

Todavia, o resultado final, quanto à obtenção das reivindicações, seria o mesmo de 70. Ou seja, o TRT julgou o dissídio e estendeu aos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema o que concedera aos demais do estado de São Paulo.

1.3. Campanha Salarial de 1973

Ao lado das Campanhas Salariais, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo havia passado a reivindicar, nos últimos anos, no mês de novembro, às empresas uma antecipação salarial para que os trabalhadores pudessem enfrentar os constantes aumentos do custo de vida.

No entanto, isso sempre lhes era negado.

Em novembro de 72, a mesma solicitação foi feita, apenas, desta vez, o Sindicato decidiu mobilizar os trabalhadores através da realização de várias assembleias, com o objetivo de tentar forçar os patrões a concederem o pedido.

Essas assembleias serviriam para iniciar, com maior antecedência, a Campanha Salarial de 1973, e, ao mesmo tempo, definir se ela deveria além do percentual do reajuste dos salários, reivindicar “uma série de solicitações peculiares das indústrias do setor automobilístico.”

Assim, foi elaborada uma pauta com 12 itens, dentre os quais reivindicava-se reajuste salarial de 38% para “assegurar a reconstituição do salário real”, com base em estudos realizados pelo DIEESE sobre produtividade, rentabilidade e lucros, capital de reserva e salários e empregos nas indústrias automobilísticas.

Entre as reivindicações específicas da indústria automobilística, destaca-se a da participação nos lucros e a do delegado sindical.

Outra vez, o dissídio é instaurado separadamente da Federação. Mas, seu resultado não será diferente daquele dos anos anteriores. O TRT julga o dissídio da Federação e o estende a São Bernardo e Diadema.

1.4. Campanha Salarial de 1974

Em novembro de 73, novamente a antecipação salarial foi reivindicada, embora continuasse sem ser atendida.

Em 1974, a Campanha Salarial, além de incorporar na pauta de reivindicações todos os itens da do ano anterior, procurou dar mais importância e ênfase à produtividade e lucro das empresas, considerados fatores importantes no tipo e porte das empresas de São Bernardo do Campo e Diadema.

O resultado de mais essa Campanha foi o mesmo dos anos anteriores, prevalecendo, ao final, a decisão do TRT.

1.5. Campanha Salarial de 1975

Em agosto de 74, a exemplo do que já vinha fazendo nos últimos anos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo voltou a realizar assembleias para encaminhar às empresas pedido de antecipação salarial.

Apenas, desta vez, invés de antecipação salarial, passaram a reivindicar o pedido de reposição salarial.

Sua vantagem sobre a antecipação é que ela não seria concedida individualmente, mas, sim, aplicada sobre o total da folha de pagamento da empresa. Também ela não poderia ser retirada dos salários, ao passo que a antecipação significava apenas um adiantamento dos salários, o qual, portanto, seria descontado no próximo reajuste oficial, em abril de 1976.

Em novembro do mesmo ano, pela primeira vez, várias empresas de grande porte decidiram conceder antecipação salarial em índices variáveis de 15% a 20%.

Embora o Sindicato desejasse a reposição, a antecipação obtida já representava vitória considerável.

Além do mais, os índices inflacionários anunciados pelo Governo começaram a ser questionados e a expressão “reposição salarial” passou a ser divulgada entre os trabalhadores.

Ainda no ano de 1974, em dezembro, o Governo determinaria um abono de emergência de 10%.

A 1º de janeiro de 1975, entrou em vigor um novo sistema para cálculo dos reajustes salariais. Determinava este, em síntese, que, para a apuração do salário médio real, não deveriam ser mais considerados os últimos 24 meses, mas, apenas doze.

Com isso, a Campanha Salarial de 1975 tem início, sem a certeza de um percentual mínimo do reajuste que poderiam obter no TRT.

Além desta, outra novidade seria introduzida: a Diretoria do Sindicato, por inspiração de seu Presidente Paulo Vidal, decidiu-se por preparar-se e conseguir preencher todos os requisitos legais para apresentação da pauta de reivindicações em separado da Federação.

Isso porque, nos anos anteriores, tal procedimento, quando adotado, foi sempre rejeitado pelo TRT, sob alegação de falta desses “requisitos legais” (principalmente o do “quórum” nas assembleias), o que levava, invariavelmente, o Tribunal a juntar ou estender o processo dos metalúrgicos de São Bernardo ao da Federação. Com o objetivo de obtenção do “quórum”, várias assembleias foram convocadas. Mas, por falta de “quórum” eram suspensas.

Com isso, o tempo foi passando e os patrões começaram a ficar preocupados, pois, sem a realização da assembleia, haveria problemas para o dissídio e, por conseguinte, dificuldades para aplicação do reajuste nas folhas de pagamento.

Na ocasião, o Sindicato espalha notícia dentro das fábricas de que "não daria mais assistência médica aos associados que não comparecessem à assembleia."

Ativistas da época, muitos dos quais oposição a Paulo Vidal, se empenharam também em trazer os trabalhadores para a assembleia.

Com esses "recursos", aproximadamente 10.000 trabalhadores fizeram-se presentes e o "quórum" necessário foi atingido.

Na assembleia, Paulo Vidal pronuncia eloquente discurso, ressaltando o fato como tendo sido "uma grande vitória" que abria "novas perspectivas" para o dissídio daquele ano.

A seguir, passou a palavra ao advogado presente à assembleia (Almir Pazzianotto Pinto) dizendo que, a partir daquele momento, o dissídio dos metalúrgicos, aquele ano, estaria nas mãos do advogado e que ele saberia encontrar as soluções.

Almir Pazzianotto Pinto, fazendo uso da palavra, cumprimentou todos os presentes; enalteceu o esforço realizado pela Diretoria para realização da assembleia e a obtenção do "quórum"; agradeceu os "poderes" que lhe estavam sendo dados pelo Presidente do Sindicato, mas, disse que não seria ele quem conseguiria resolver os problemas dos trabalhadores, suas conquistas deveriam ser obtidas por eles próprios.

Esses episódios, relativos a essa assembleia, tornaram-se objeto de comentários irônicos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e ilustrativos como marcos da atuação de Paulo Vidal na presidência.

Mas, mesmo com o atendimento aos requisitos legais o dissídio novamente acabaria como os anteriores.

Apenas neste ano, logo após a decisão do TRT, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo convocou novas assembleias e partiu para a tentativa de celebração da Contratação Coletiva do Trabalho, prevista na CLT.

Esta proposta foi considerada boa para os trabalhadores e o movimento sindical, porque evitava um relacionamento profissional de caráter individual, forçando deliberações a nível coletivo.

O pedido de Convenção Coletiva continha 10 reivindicações. Com ela, seria possível discutir, diretamente com as empresas as necessidades específicas dos trabalhadores.

O processo entrou na DRT e, para discuti-lo, foi convocada também a classe patronal, que apresentou ofício pedindo seu arquivamento.

Após discussão dos advogados, representantes das partes na DRT, esta determinou a não aceitação do pedido formulado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Estas constantes derrotas, especialmente naqueles dissídios em que participou, em separado, não conseguiram fazer que São Bernardo do Campo deixasse de lutar por suas reivindicações. A direção do Sindicato não considerava total a derrota, tendo se pronunciado no sentido de que:

“a grande vitória está caracterizada no reconhecimento do caráter independente dos Sindicatos. Levando em conta que não há exigência legal para os acordos salariais se processarem através da Federação, os Sindicatos do interior certamente, no próximo dissídio, tentarão se desvincular da Federação.”

1.6. Campanha Salarial de 1976

Em 1976, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo fez uma assembleia e recusou novamente unir-se à Federação. Como em outras ocasiões idênticas, essa divergência levou as duas entidades a darem entrada em processos diferentes na DRT. Na ocasião, a classe patronal requereu que fossem juntados os dois processos.

Não concordando com essa junção, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, através do seu advogado Almir Pazzianotto Pinto, fez um ofício solicitando a separação dos processos. O acordo não foi realizado e o processo é encaminhado ao TRT.

Na audiência inicial de conciliação, Federação e Sindicato rejeitaram a proposta de acordo feita pelo presidente do Tribunal.

No dia do julgamento, a Federação, através de sua defesa, aceitou o acordo nas bases oferecidas pelos patrões. O Tribunal estendeu esse acordo aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Somente que, desta vez, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo não aceitou de modo passivo a sentença do TRT, como vinha ocorrendo até então. Publicada a sentença,

o Sindicato, fazendo uso do recurso facultado pela legislação, recorreu à instância superior – o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A 1.º de setembro de 1976, depois de duas horas de sessão, o TST aceitou a tese defendida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, aprovando algumas das reivindicações apresentadas no recurso.

Entre elas:

- a) estabilidade à mulher gestante, até 60 dias após o término da licença maternidade;
- b) salário substituto, que obriga a empresa a pagar o mesmo salário ao empregado que substitui o demitido;
- c) cômputo das horas-extras “habituais” no 13.º salário, nas férias e no descanso semanal remunerado. A obtenção desta reivindicação representou importantíssimo e fundamental conquista, não só para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, como para outras categorias em todo o Brasil.
- d) garantia de emprego ao empregado alistado militar, até a completa desvinculação do serviço militar.

Essas conquistas representaram significativo avanço com relação aos dissídios passados.

Até o ano anterior, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo procurava entrar com dissídio em separado da Federação.

Quando do julgamento, o TRT rejeitava sua petição e estendia aos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema as decisões relativas à Federação. O Sindicato aceitava passivamente essa decisão do TRT. Com isso, dava por encerrado sua Campanha Salarial não fazendo uso, sequer de todos os direitos assegurados em lei.

Em 1976, o Sindicato recorre ao TST e, dessa forma, permanece agindo através da via jurídica. Todavia, nesse ano, amplia sua atuação nessa perspectiva e, em decorrência, obtém conquistas ainda não obtidas pelos demais Sindicatos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, cujos dissídios eram realizados através da Federação e aí se encerravam.

Sobre as reivindicações obtidas no TST, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo publicou uma edição extra de seu órgão oficial “Tribuna Metalúrgica” (ano VI, São Bernardo, setembro de 1976, n.º37) onde, detalhadamente, a questão é exposta.

1.7. Campanha Salarial de 1977

A Campanha Salarial de 1977 não diferiu muito das dos anos anteriores.

A assembleia realizada nas dependências do Sindicato reuniu cerca de 1.500 trabalhadores (número expressivo para a época).

A assembleia foi precedida de uma reunião ampla, entre os trabalhadores metalúrgicos, de onde se retirou uma comissão para redigir a pauta de reivindicações. Esta pauta se compôs de 33 itens. Entre eles, quatro mencionavam especificamente salários e foram apresentados como alternativas para a discussão com os patrões.

Nessa época, as indústrias automobilísticas começam a anunciar “crise” no setor.

“Não há desemprego”, disse Lula, a 4 de março, na assembleia em que trabalhadores discutiam a pauta de reivindicações para o momento do reajuste salarial. A afirmação foi feita em resposta à inquietação de alguns trabalhadores, ante a dispensa de vários colegas da indústria automobilística do ABC.

Naquele momento, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo considerava que, mais grave do que aquelas demissões, eram os problemas da recontratação e do salário-substitutivo, pelos quais vinha se debatendo há muito tempo.

Diversas vezes, disse Lula:

“utiliza-se da rotatividade da mão de obra para diminuir os salários reais dos trabalhadores, contratando-se um novo funcionário pelo salário inferior daquele que ele foi substituir.”

Por isso, na pauta de reivindicações, foi incluída novamente a exigência de igual salário do substituto para empregados, a serem admitidos, ainda não posta em prática pelas empresas apesar de vitorioso no TST, em 1976.

Aos operários reunidos, prometeu Lula:

“Não vou abrir mão do salário-substituto por 1% e 2% a mais no salário. Acho que é uma esmola muito pequena para que o Sindicato abra mão disso, como da estabilidade da gestante, da exigência de creches a um máximo de 1 km do local de trabalho e de outras reivindicações que são da maior importância.”

Os 1.500 trabalhadores presentes aprovaram por unanimidade não só este, como todos os 33 itens constantes da pauta da assembleia, ao lado de uma série de reivindicações referentes ao horário de trabalho, aos benefícios às gestantes, aos estudantes, aos horários dos turnos, etc., e ainda as quatro alternativas propostas aos patrões quanto ao reajuste salarial da categoria.

E por que foram apresentadas quatro formas de reajustamento dos salários?

Simplesmente para demonstrar a disposição de negociar com os patrões. Conforme disse Lula, na ocasião:

“é para que eles não digam que não damos condições para diálogo, e que não lhes damos alternativas. Dessa vez têm quatro.”

Todavia, mais uma vez os resultados foram os esperados. Os patrões se negaram ao diálogo e o fator de reajustamento salarial foi o estabelecido pelo Governo.

Frente à impossibilidade da negociação do índice, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ainda tentou propor, sem sucesso, outras reivindicações “para melhorar o nível econômico da categoria.” Por fim, novamente nessa Campanha, ficaram, de um lado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e, do outro, os 33 restantes, que propunham o dissídio em conjunto com a Federação dos Metalúrgicos.

Mas, como de outras vezes, foi juntado ao processo instaurado pela Federação, para efeito de julgamento. Após, decidiu-se ainda, em São Bernardo, recorrer ao TST contra a decisão do dissídio.

O recurso visou apenas a questionar o índice de correção salarial estipulado pelo Governo, porque, segundo estudos realizados pelo DIEESE, o Governo estava contrariando a sistemática por ele mesmo elaborada.

Usando igual sistemática, o DIEESE havia encontrado índices superiores ao estabelecido para o mesmo período.

O recurso tinha em vista obter que os cálculos fossem refeitos. Mas, seu resultado final não viria apresentar saldo favorável aos trabalhadores.

1.8. Confronto com a Ford do Brasil S/A

Ainda nem bem havia terminado a Campanha Salarial de 1977, e eis que sob a alegação da “crise” no setor, mencionada anteriormente, decorrente de medidas econômicas adotadas pelo

Governo (especialmente controle de preços e fim do crédito direto em 36 meses), a Ford do Brasil S/A enviou ofício ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ameaçando que se não aceitasse a redução da jornada do trabalho, dispensaria aproximadamente 700 trabalhadores e o Sindicato seria o culpado.

Sua proposta era reduzir a semana de trabalho para 4 dias com a consequente redução na remuneração dos trabalhadores, com o objetivo por ela alegado de “evitar dispensas em massa e o desemprego”.

Segundo a Lei 4.923:

“A empresa que, em face da conjuntura econômica devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias de trabalho, poderá fazê-lo mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa de seus empregados.”

A primeira providência tomada pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi solicitar estudo ao DIEESE, com o objetivo de comprovar ou não a veracidade das alegações da Ford e tomar decisão calcada em informações técnicas.

Ao discutirem o Relatório enviado pelo DIEESE (vide Apêndice 1) e, consequentemente, a posição a ser tomada, surgiu uma divergência entre diretores do Sindicato, porque alguns membros entendiam que deviam convocar uma assembleia e outros eram contra.

Convocar assembleia seria a forma mais democrática de decidir. Mas, por que não se realizou?

Porque a empresa fez uma pesquisa dentro da fábrica e, a partir daí, passou a agir no sentido de fazer os trabalhadores aceitarem sua proposta.

Lula, como presidente do Sindicato, assumiu, por essa razão, a responsabilidade de não convocar a assembleia, visto que, se realizada no interior da empresa, seu resultado já seria previsível face à interferência desta.

Mas, num dos dias em que Lula estava em São Paulo, Paulo Vidal declara à imprensa que o Sindicato convocaria assembleia dentro da empresa.

Quando Lula vem a conhecer esse pronunciamento, reúne a Diretoria, proíbe Paulo Vidal de dar entrevistas e exige que a hierarquia do Sindicato seja obedecida para que isso ocorra: primeiro ele, em segundo o Vice-Presidente e, somente quando os dois não estivessem, o Secretário-Geral.

Com essa medida, Lula inicia o processo de afastamento de Paulo Vidal e ao mesmo tempo passa a começar a assumir o controle político do Sindicato que culminará com sua reeleição.

A 15 de abril de 1977, foi emitido um “comunicado” (vide Apêndice 2), no qual, oficialmente, o Sindicato manifestava-se contrário à solicitação da Ford no sentido de reduzir jornada de trabalho e salários.

Finalmente, no dia 22 de abril de 1977, a Ford do Brasil S/A demitiu 500 trabalhadores, alegando em nota oficial terem

“fracassado as negociações com o Sindicato, cujo objetivo era impedir tal medida extrema.”

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo reagiu imediatamente, através de nota oficial e entrevista coletiva de Lula, onde se afirmou:

“Interpretamos a demissão de 500 trabalhadores como mais uma medida arbitrária da empresa Ford do Brasil S/A. Mais uma demonstração de que o trabalhador brasileiro não tem garantia de emprego, ficando a mercê do mau empregador, que dispensa quando e como quer, sem dar justificações.”

A posição do Sindicato, contrária à proposta da Ford foi tomada para:

“manter acesa a chama do sindicalismo brasileiro. Se aceitássemos a ideia, a curto prazo todas as empresas alegariam motivos econômicos e agir da mesma maneira. O que podemos fazer? mais que denunciar os fatos. O desrespeito da Ford para com a dignidade do trabalhador. E isso é coisa que denunciamos há muito tempo. Ela sempre teve lucros e nunca os dividiu. Não se pode conceber a ideia de a Ford, uma multinacional mundialmente poderosa, ter um prejuízo de Cr\$ 153 milhões no exercício passado, pois sabe-se que uma fábrica vive em função da outra.”^[1]

Ainda após as demissões, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo solicitou ao DIEESE que realizassem pesquisa junto aos demitidos.

Na justificativa de realização do trabalho, dizia o Relatório do DIEESE:

“No noticiário dos jornais acompanhando o desenrolar dos acontecimentos apareceram declarações das mais diferentes origens, tentando minimizar os efeitos dessas dispensas do ponto de vista dos trabalhadores, uma vez que, diziam que sendo trabalhadores qualificados não só seriam reabsorvidos rapidamente pelo mercado local de trabalho como poderiam encontrar colocações com um melhor nível de remuneração.

O Sindicato, no entanto, conhecedor das características do mercado de trabalho na região e tendo presente a conjuntura atual, decidiu elaborar uma pesquisa junto aos trabalhadores dispensados da Ford, com a finalidade de procurar

saber através de um acompanhamento, quanto tempo esses trabalhadores levariam para encontrar um novo emprego, assim como a nova função encontrada e o novo salário que, junto com os dados das guias de homologações da rescisão dos contratos nos permite uma visão da situação do trabalhador despedido.”

Como era de se esperar, esta pesquisa, cujos resultados foram publicados a 23 de junho de 1977, desmentiu o noticiário dos jornais sobre a reabsorção rápida dos trabalhadores demitidos, bem como sobre a obtenção de colocações com melhor nível de remuneração.

— Breve Conclusão —

Os esforços no sentido de abrir perspectivas nos dissídios (especialmente os dissídios em separado da Federação; o reajuste percentual; as campanhas de antecipação e a vitória no TSE) e o episódio da Ford, propiciaram importantes condições ao desencadeamento da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, que viria logo a seguir.

Lula começa a “assumir”, de fato, a presidência do Sindicato e, por conseguinte, a desligar-se de Paulo Vidal. Por outro lado, a partir daí o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começa, juntamente com Lula, a projetar-se e a ser divulgado na imprensa nacional.

O Sindicato, pela primeira vez, estabelece confronto direto com uma empresa multinacional, assumindo efetivamente a responsabilidade de suas atitudes.

Finalmente, excluído o caso dos demitidos, entre os demais trabalhadores o Sindicato passa a ganhar credibilidade, pois, estes perceberam que o órgão posicionava-se em defesa dos direitos da classe.

2. Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%

A exemplo do que já vinha fazendo anteriormente, em agosto de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começa a preparar-se para nova Campanha da Reposição Salarial. Somente que este ano, com o precedente da vitória parcial obtida em 1975 com a antecipação salarial.

No entanto, o mais importante foi que, em 1977, ocorreria um fato (relatório do BIRD sobre os índices inflacionários de 1973) que daria à Campanha de Reposição deste ano a expressiva dimensão que acabou adquirindo. Isso porque, o Governo foi desmascarado através de dados estatísticos, e ficou provado que a luta desenvolvida pelo Sindicato era correta e justa.

Tudo começou, a partir da edição de domingo, 31 de julho de 1977, em que o diário “Folha de São Paulo” publicou um tabloide especial condensando extensas conclusões de um relatório secreto do Banco Mundial, BIRD, sobre a política econômica do Governo brasileiro. Nada de espetacular, tanto que não se falou mais no relatório.

Entretanto, ao publicá-lo, os editores chamaram a atenção para duas escondidas e curtas notas de explicação de tabelas numéricas, publicadas ao “pé do relatório”, questionando explicitamente a validade dos índices oficiais da inflação brasileira, para 1973. De acordo com o Banco Mundial, a variação dos preços internos e dos de atacado, naquele ano, foi igual a 22,5%, bem acima das variações divulgadas pelo Governo: 14,9% e 12,6%.

Tentando contestar a taxa de 22,5%, que considerou “arbitrária” e “sem a menor importância do ponto de vista econômico”, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, IBRE-FGV, órgão oficial de fixação dos índices do Governo, faz revelação ainda mais surpreendente: em virtude de “uma revisão das contas nacionais”, a partir do mês de julho de 1977, a inflação brasileira para o ano de 1973 passaria a ser, oficialmente, de 20,5% e não de 15,5%. Era o reconhecimento público da manipulação das estatísticas. Mas, a coisa não parou aí.

Vem à tona documento confidencial, elaborado pelo Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, no começo do Governo Geisel, que contém números muito mais decisivos; na verdade o aumento global do índice de custo de vida, em 1973, subiu 26,6%, quase o dobro dos cálculos das “idôneas” instituições IBRE-FGV e Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, cujos resultados foram, respectivamente, 13,7% e 14,4%.

Ao tomar conhecimento da manipulação dos índices do custo de vida por parte do Governo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo saber solicita ao DIEESE a elaboração de um estudo (vide Apêndice 3), para saber quanto os metalúrgicos perderam com as distorções dos cálculos oficiais, chegando à conclusão de que perderam 34,1%, num período que abrange 1973 e 1974.

3. Mobilização dos trabalhadores pela reposição

A divulgação do percentual (34,1%), em agosto de 1977, possibilitou especialmente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo — que tomou a dianteira do movimento — desencadear intensa “Campanha de Reposição Salarial”, embora o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André,

Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra também tenha aderido à Campanha e desempenhado igualmente importante papel.

A 19 de agosto de 1977, o assunto foi debatido em assembleia do Sindicato. Ao mesmo tempo, uma Comissão de Salários, composta por 36 trabalhadores, foi formada para discutir os rumos a serem tomados na reivindicação, e o Sindicato incumbiu-se de imprimir e distribuir (como de fato ocorreu) 80 mil boletins nas fábricas, convocando todos os metalúrgicos para nova assembleia geral.

Nessa mesma assembleia foi aprovada também uma proposta da Diretoria (vide Apêndice 4), com vistas à próxima negociação com os patrões.

Na noite de sexta-feira, 2 de setembro de 1977 data da assembleia, o comparecimento dos trabalhadores à sede do Sindicato, em São Bernardo do Campo, foi grande, com 2.780 trabalhadores assinando o livro de presença.

Iniciada a assembleia, fez uso da palavra a relatora da Comissão, que leu suas propostas. Após, vários trabalhadores discursaram. Um deles, José Castilhas disse:

“O ilustre Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em recente entrevista afirmou que esse erro o tempo já corrigiu. Vejam, senhores, como é fácil achar-se uma saída. Porém, essa saída já está muito manjada. Quando falta feijão, foi o tempo que não choveu. Quando falta cebola, foi o tempo que choveu demais. Ah, esse tempo, meu Deus! Quando é que esse tempo fará chover bom senso e justiça social?”

Depois, advogados do Sindicato forneceram esclarecimentos jurídicos sobre o encaminhamento do processo.

Colocada em votação, a assembleia decidiu por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Comissão de Salários que preparou um documento curto, contendo as deliberações a que chegaram:

“A comissão constituída na assembleia de 19 de agosto de 1977, para, juntamente com a diretoria estudar as medidas a serem propostas na assembleia do dia 2 de setembro de 1977, após três reuniões, resolve apresentar à assembleia as seguintes proposições: 1) Encaminhar o processo de dissídio coletivo, convocando-se a classe patronal para mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho; 2) A mesa redonda será acompanhada pela comissão e poderá ser ampliada com novos associados interessados; 3) Motivar toda a categoria mediante um abaixo-assinado, que deverá correr todas as fábricas e ficar à disposição na sede do sindicato; 4) Convocar nova assembleia para o dia da mesa-redonda. Nesta assembleia, a categoria deverá declarar-se em assembleia permanente; 5) Preparação de um documento à imprensa contendo nossas reivindicações e as razões de nossa luta; 6) Procurar ampla mobilização nas

fábricas mediante boletins de convocação (utilizando-se a figura de João Ferrador) e a preparação de um suplemento da Tribuna Metalúrgica explicando nossa luta, suas causas e formas de encaminhamento; 7) Convocar todos os companheiros que disponham de horário livre para colaborar na distribuição do suplemento da Tribuna Metalúrgica, ajudando a conscientizar os trabalhadores sobre a nossa luta; 8) Criação de grupos de fábrica de apoio, para a divulgação da luta e mobilização de nossa categoria; 9) Dar ampla divulgação de todos os lances de nossa luta à imprensa escrita, falada e televisada; 10) Não deverá ser desprezada a viabilidade de movimento grevista desde que amparado na Lei 4330, e que a categoria esteja preparada para tanto.”

A repercussão entre os metalúrgicos do Grande ABC paulista (especialmente de São Bernardo) e os dirigentes sindicais de todo o País foi tão forte, ao ponto de provocar um precedente desde 1964. No dia 6 de setembro de 1977, quatro ministros de Estados receberam em Brasília os representantes de quatro entidades sindicais e do DIEESE para tratar, entre outros assuntos, da reposição salarial.

A resposta do Governo foi uma só: **Não.**¹

Em nota conjunta (vide Apêndice 5), após essa reunião, os Ministros tentaram justificar a resposta negativa à reivindicação dos trabalhadores.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo respondeu-lhes também em nota (vide Apêndice 6), divulgada no dia 8 de setembro.

A 16 de setembro, o Sindicato enviou ofício, através de seus advogados, ao Delegado Regional do Trabalho, Sr. Vinicius Ferraz Torres, requerendo

“que se digne determinar a convocação dos diretores das empresas especificadas em folha anexa, para uma reunião nessa Delegacia Regional, a fim de ser dado início às negociações que deverão levar, dentro de um prazo razoável, a acertos nos salários dos seus empregados, prejudicados nos sucessivos reajustamentos compulsórios em virtude de erro técnico cometido no ano de 1973, ao serem fixados os índices de aumento do custo de vida do Governo.”

Em nota oficial, emitida no dia 24 de setembro, a DRT comunicou que não convocaria mesa-redonda para discutir as solicitações do Sindicato. No entanto, refere-se a nota a “diálogo” e diz que a “reposição salarial não é devida.”

Em resposta, foi expedida nota à imprensa (vide Apêndice 7), assinada por Luís Inácio da Silva (São Bernardo do Campo), Benedito Marcílio Alves da Silva (Santo André) e Arnaldo Gonçalves (Baixada Santista).

Após esta nota, o Sindicato fez tentativas de entendimento direto com os patrões. Todavia, eles acabariam não produzindo os efeitos desejados.

4. Consequências da Campanha da Reposição Salarial

Como se pode perceber, as tentativas para obter-se a reivindicação da reposição, via Justiça do Trabalho, Governo e entendimento direto com os patrões, acabaram não dando certo, pois nada lhes foi concedido.

Entretanto, muito mais importante do que se os trabalhadores tivessem conseguido a reposição dos 34,1% foi a “Campanha” propriamente dita. Aliás, aparentemente, os próprios promotores iniciais da ideia parece que não contavam com a possibilidade de vitória. O essencial eram suas consequências, as quais acabaram sendo mais amplas do que as esperadas por seus próprios líderes.

Essa Campanha viria servir de “canal” de expressão para unificar uma série de lutas que estavam ocorrendo dentro e fora das fábricas, conforme já demonstramos anteriormente, uma vez que os operários de uma fábrica não sabiam o que estava ocorrendo em outra ou não tinham como reunir suas experiências para se manifestarem coletivamente.

Com a Campanha, o trabalhador também “descobre” o Sindicato como uma “saída” que até então não era vista nem percebida por eles, porque, como já foi mencionado, o Sindicato desempenhava apenas um papel assistencialista, “nunca resolvendo nada”, conforme afirmavam.

Isso ocorria, seja devido à forte repressão e controle que se abateu sobre os Sindicatos após 1964 e, especialmente 1968, seja porque mesmo tendo sempre sido reivindicatório e disposto à luta conforme atestam os exemplos que mostramos a princípio, representados pelo dissídio em separado da Federação e vitória no TST, as reivindicações propostas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, davam-se sempre no campo jurídico, o que é até compreensível devido à repressão. Mas, isso fazia com que ao operário coubesse apenas referendar as ações jurídicas apresentadas pela Diretoria e elaboradas pelo corpo de advogados do Sindicato que se incumbiam nos Tribunais de encaminhar a sua defesa sem nenhuma participação da categoria que apenas era informada (quando era!) quanto aos seus resultados.

Quer dizer, esse processo de encaminhamento das lutas desencadeadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo nunca levou a uma mobilização e organização dos trabalhadores nas fábricas.

E isso ocorria porque a Diretoria do Sindicato não tinha visão da necessidade e não acreditava num trabalho de organização dos trabalhadores dentro das fábricas.

Então, ela fazia proposições aos trabalhadores, mas reservava-se o “direito” de encaminhá-las sozinha, com a assessoria dos advogados.

Observe-se que tal fato ainda vai se repetir com relação à Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, mas, a partir daí é que começa a sofrer uma inversão com os advogados passando apenas a encaminhar juridicamente as decisões e deliberações dos trabalhadores, tomadas em assembleias.

Com a “Campanha”, ao assumir um desafio e fazer uma proposta mais consequente aos trabalhadores, o Sindicato faz com que o operário deixe de vê-lo apenas como órgão de assistência médica e passe a enxergá-lo agora, como um órgão de representatividade da classe em favor das suas reivindicações, mas, também, como o principal instrumento de que dispõe, naquele momento, para levar avante suas lutas.

Por fim, a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1% serviu para recolocar os trabalhadores no cenário político nacional.

Sua grande falha foi que, ainda repetindo o discurso jurídico dominante no Sindicato, à época, os seus condutores acreditaram que o problema poderia vir a ser resolvido através do diálogo com patrões e Governo, via Justiça do Trabalho.

Contudo, esse aspecto negativo no encaminhamento da Campanha acabou — na prática — revertendo-se em positivo. Isso porque fez com que os trabalhadores se desilidissem e passassem a desacreditar inteiramente na solução de seus problemas, provenientes por via legal (Governo, Justiça do Trabalho, etc.), o que contribuiu decisivamente para que concluíssem que estas só poderiam vir através de sua própria força e unidade e que, para tal, a greve era um instrumento importante.

Por outro lado, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com muita vivacidade deu cobertura a esse raciocínio, ao reafirmar que para obter algo seria preciso organizarem-se para desenvolver lutas que fossem ainda maiores e mais vigorosas do que as campanhas salariais. Daí, a denúncia do dissídio coletivo feita logo a seguir.

Para encerrar, embora reconhecendo ter sido a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1% organizada e dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o qual tornou-se o centro gerador do movimento, desempenhando, por isso, papel imprescindível na Campanha, é preciso ressaltar que:

a) o Sindicato fez uma proposição a partir de uma questão concreta, com fundamentos objetivos e que, pelo menos, num primeiro momento atendeu às aspirações da categoria.

Em outras palavras, não se criaram condições artificiais, como normalmente ocorria, mas o Sindicato mostrou-se atento às condições reais apesar de, num segundo momento, ter encaminhado a Campanha ainda através da via jurídica e não em atendimento à disposição de luta que já vinha sentindo os trabalhadores.

b) as questões levantadas pela Campanha já eram sentidas desde há muito pelos trabalhadores, independendo, portanto, do relatório do Banco Mundial ou da confissão pública do Governo. Em outras palavras, a mobilização da classe articulada pelo Sindicato veio em função de direitos que os trabalhadores sabiam possuir, mas não sabiam bem como reivindicar e conduzir.

Tanto isso é verdade que a reação dos trabalhadores foi maior do que a esperada pelos dirigentes sindicais que idealizaram a Campanha, fazendo com que muitos se sentissem “assustados” com a disposição de luta dos trabalhadores de tal forma que a Campanha tornou-se incontrolável, a partir de certo momento, com o desenrolar de ações fora do Sindicato e à revelia deste.

Assim, a grande lição que se tirou da Campanha da Reposição Salarial é de que os dirigentes sindicais que afirmam ser o operário “alienado” e precisar de ser “conscientizado”, em relação aos seus Sindicatos, não é correta.

O que ocorre não é bem isso. O operário é indiferente e mostra-se apático e alheio aos Sindicatos porque estes não exercem atração sobre ele, não representam as suas aspirações.

Os Sindicatos relutam em dizer (e até mesmo na maioria dos casos deixam de anunciar) aquilo que a classe operária está cansada de perceber.

Prova disto é que, quando os Sindicatos representam seus interesses, ela reage favoravelmente, conforme a “Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%” e as Campanhas Salariais que se sucederam demonstraram em São Bernardo do Campo.

A culpa, então, da indiferença não é do trabalhador, mas, sim, das direções dos Sindicatos. Em realidade, é da estrutura sindical que sustenta pelegos que pregam essas ideias e que não possibilita aos Sindicatos (mesmo os mais ativos e atuantes) conseguirem acompanhar a movimentação, avanço e consciência de classe que possuam os trabalhadores.

NOTA

1. CENTRO DE ESTUDOS NOEL NUTELS. *Cadernos*, São Paulo. II (6):1-5, jul. 1978.

Capítulo 4 - I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

Realizado nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978, esse Congresso coroou uma série de discussões que nessa direção já vinham sendo desenvolvidas há mais tempo, por iniciativa, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, de um ex-dirigente (Lulinha), morto em acidente automobilístico e que anteriormente já havia iniciado a discussão dos problemas atinentes à mulher metalúrgica através de debates que eram publicados no jornal “Tribuna Metalúrgica”, órgão oficial do Sindicato.

Das 800 operárias inscritas (10% das quase 8 mil metalúrgicas de São Bernardo e Diadema, à época), participaram somente 300 empregadas de 39 empresas, seja devido à ameaça de dispensa que muitas sofreram ou, então, porque nos dois sábados (21 e 28) do encontro muitas empresas com o intuito de boicotar a participação de suas operárias marcaram “compensação” pelo feriado de segunda-feira de carnaval.

Contudo, isso não esvaziou o evento que, embora tratando-se de um Congresso de Mulheres, não teve como objetivo realizar mais um encontro do “gênero feminista” cuja principal questão em pauta fosse tão-somente a “libertação da mulher”, mas, sim, discutir a libertação de toda a classe trabalhadora, tanto que acabaram concluindo pela necessidade de participação dos homens.

Por que, então, um Congresso das Mulheres Metalúrgicas?

Era preciso saber delas próprias quais são seus principais problemas e porque não frequentavam regular e assiduamente o Sindicato.

Desse modo, esperava-se que, com a realização do Congresso, passasse a haver maior integração da mulher operária na luta sindical.

Durante o Congresso, foram as seguintes as principais denúncias feitas pelas participantes:

“1) As operárias são constantemente “cantadas” pelos chefes. Estes chegam até a usar de ameaças, em função do seu intento. Por outro lado, as operárias são tratadas aos gritos pela chefia, na maioria das vezes sem motivo aparente.

2) A assistência médica, prevista em lei, não corresponde à sua finalidade. Registrem-se ainda que as firmas determinaram que as consultas médicas sejam feitas à noite, depois do horário do trabalho, ou então no dia seguinte. Essas empresas não aceitam atestado médico fornecido pelo seu próprio ambulatório. Recusam até o fornecido pelo INPS.

3) Ameaças e pressões tornam inseguro o ambiente de trabalho. Com medo de perder o emprego, as operárias se submetem a toda sorte de maus-tratos.

- 4) Não há higiene no trabalho: os banheiros são sujos e poucos, vestuários impróprios, sem chuveiro. A ida ao banheiro é controlada através da famigerada chapinha.
- 5) A comida fornecida nos restaurantes dessas fábricas é de péssima qualidade. Às vezes, vem estragada. Quando as operárias trazem lanches de casa, são obrigadas a comê-los no banheiro sujo, pois não é permitido lanchar na seção.
- 6) Em caso de atraso (na Polimatic) na entrada em serviço, mesmo que seja por um minuto, a operária perde o dia e o domingo. No entanto, nesse dia de atraso ela trabalha, só que pega em serviço depois de esperar meia hora.
- 7) Não há creches nessas firmas, onde as operárias possam deixar suas crianças.
- 8) É grande a desigualdade relativa aos salários pago para homens e mulheres. Estas ganham bem menos do que os primeiros, embora desempenhem a mesma função, com igual produtividade e perfeição técnica.
- 9) Falta de anotação correta na carteira profissional, especificando salário pago e função exercida.
- 10) Falta de cumprimento da lei de férias.
- 11) Discriminação por parte dos chefes, que protegem as jovens de que gostam e maltratam as demais. O que começa a partir da distribuição de material de serviço: umas recebem o bom, outras, o ruim.
- 12) A ida ao banheiro é controlada pela chapinha, e as vigilantes ficam de olho para ver as que demoram mais no mictório. Estas são depois advertidas ou suspensas.”

Além dessas denúncias dois assuntos muitos discutidos no Congresso foram:

- a) Trabalho noturno, porque o Governo pretendia proceder a alterações na CLT, permitindo o trabalho noturno da mulher.
Concluíram tratar-se de uma medida “retrógrada”, pois, o trabalho noturno para a mulher havia sido abolido há mais de 40 anos, em razão de conquista das lutas operárias;
- b) Horas-extras, a que as trabalhadoras estão submetidas e são obrigadas a realizar, agravando ainda mais os seus problemas face aos compromissos nos locais de trabalho e em casa.

Durante o Congresso, houve palestra sobre a legislação trabalhista no que diz respeito à mulher, pronunciada pelo Dr. Almir Pazzianotto Pinto.

Merece também destaque a apresentação de importante trabalho preparado para o Congresso, pelo DIEESE, intitulado “Emprego e Salário na indústria Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema”, elaborado com dados obtidos pelo Ministério do Trabalho (Lei dos 2/3) junto às empresas,

nos anos de 1970 e 1975, que serviu para ilustrar bem o que se passava com o emprego nos diversos setores entre homens segundo classes de salários.

Esse trabalho demonstrou que

“a mulher passou a significar uma nova opção de mão de obra e que está sendo utilizada de forma progressiva pelas empresas, a exemplo das demais atividades porém com a agravante de que, embora chegando a produzir até mais que os homens, recebem salários muito inferiores chegando a casos em que a mulher tem salário equivalente a 40% do salário do homem, praticamente no exercício da mesma função.”

e concluiu que:

“as mulheres se sujeitam a trabalhar por salários mais baixos, seja por problemas de mercado, impossibilidade de atuação efetiva do Sindicato no interesse da categoria, seja inclusive por aspecto de ordem cultural.”

A socióloga Annez Andraus Troyano, também do DIEESE, expôs o passado histórico da mulher e os condicionamentos a que se acha submetida na nossa sociedade.

O Congresso foi ainda aproveitado para realizar-se entre as participantes um levantamento sobre a situação dessas trabalhadoras. Constatou-se que a maioria é constituída de jovens, sendo o maior número (57%) da faixa etária de 18 a 25 anos. A maioria é solteira (85% do total). Verificou-se também que 58% das mulheres ganham até um salário mínimo e meio e 73% até dois salários mínimos.

O maior contingente dessas mulheres trabalhava, à época, há mais de um ano no atual emprego.

A maior frequência ao Congresso foi de trabalhadoras da produção (96%), ficando 4% para as de administrações não qualificadas que percebiam até três e quatro salários-mínimos.

As conclusões extraídas do Congresso deram origem às suas Resoluções (vide Apêndice 8).

Para finalizar, ressalte-se ainda, que desse Congresso surgiram muitas metalúrgicas que posteriormente viriam a desempenhar papel de destaque nas ações que se sucederam.

A partir daí é que se torna comum metalúrgicas frequentarem o Sindicato no seu dia a dia ou irem distribuir boletins nas portas das fábricas.

Assim, não foram poucas as que tiveram presença e participação ativa no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e nas greves dos anos seguintes, bem como nas Comissões de Salário e Mobilização formadas nessas ocasiões.

Como consequência dessa maior participação das mulheres, muitas foram demitidas, já após o III Congresso dos Metalúrgicos por terem dele participado ou, então, no decorrer ou após as lutas que se sucederam e da qual participaram.

Essas demissões forçaram algumas mulheres mais combativas a terem, inclusive, que sair da categoria por terem se tornado muito “marcadas” na região e, por isso, passaram a encontrar dificuldades de obter empregos como metalúrgicas.

NOTA

Para redação desse capítulo, utilizamos, de modo especial, as seguintes fontes:

- VAINSENCHER, Anamárcia. Elas Também Querem Melhores Salários. *Isto É*. São Paulo, 58, 42-44, 1 fev 1978.
- SINDICATO já atrai Metalúrgicas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 fev 1978, pág. 18.

Capítulo 5 — REELEIÇÃO DE LULA

1. Início das atividades sindicais de Lula

Lula inicia suas atividades como dirigente sindical em 1969, na condição de suplente do Conselho Fiscal, órgão da diretoria do Sindicato. Na ocasião, trabalhava na produção da empresa Equipamentos Villares S/A (esta seria a primeira e única grande empresa em que trabalhou) na qual ingressou em 1966, como torneiro-mecânico, profissão que aprendeu em curso realizado no SENAI.

Em declarações concedidas a Luís Flávio Rainho, no dia 5 de novembro de 1976, Lula explicou o seu ingresso na atividade sindical:

“Quando foi em 1968, eu tinha um irmão que era para ser Diretor desse Sindicato. Ele trabalhava numa firma aqui em São Bernardo. Mas ele não quis ser Diretor e eles precisavam de um empregado da Villares para ser Diretor e eu fui convidado para ser Diretor.

Na época, nem sócio do Sindicato eu era. Eu era como a grande maioria dos trabalhadores de hoje. Eu sempre achei que o Sindicato não resolvia nada, que o negócio deveria continuar do jeito que estava porque o Sindicato só tinha isso, só tinha aquilo, não resolvia o problema.

Mas eu comecei a frequentar o Sindicato a partir daquele convite, eu não tinha aceitado, mas eu comecei a vir nas Assembleias do Sindicato.

O convite tinha sido com bastante antecedência e eu comecei achar que se nós quiséssemos cada um trabalhador poderíamos dar uma contribuição grande. Não ao Sindicato, mas a nós mesmos. Para isso, bastaria que nós nos conscientizássemos que a nossa força de trabalho é o que de mais tem valor até num regime capitalista.

Quando foi no fim do ano de 1968, outra vez eu fui convidado. Eu aceitei, mas sem saber muito o que era. Fui convidado pelo Paulo Vidal que na época encabeçava a chapa como Presidente e eu aceitei concorrer às eleições.

Mas basta a gente aceitar um cargo na direção de um Sindicato e ter um pouco de responsabilidade para a gente começar a analisar o quanto é difícil fazer sindicalismo num País onde nenhum governo tentou mexer na estrutura sindical. Uma estrutura sindical arcaica que proíbe o dirigente sindical de fazer uma série de coisas e que não dá a menor liberdade ao dirigente sindical de agir dentro das empresas. Então a gente ganha uma estabilidade durante o mandato, mas essa estabilidade, se o dirigente sindical não estiver preparado para conseguir essa... para juntar a essa estabilidade um pouco de liberdade dentro da empresa, ele estará tolhido nas suas funções porque tem que trabalhar, tem que produzir a mesma coisa como se não fosse um dirigente sindical. E eu entrei no Sindicato pensando que a partir do momento em que eu estivesse como diretor do Sindicato eu ia revolucionar a Villares. Eu ia salvar os trabalhadores da Villares. E qual não foi a minha decepção, porque eu percebi que podia fazer pouquíssimo mesmo diante daquilo que eu pretendia fazer. Mas, pouquíssimo mesmo. Eu tinha que produzir normalmente. Quando eu saía da seção tinha um chefe enchendo o saco.

Quando eu discutia com o chefe vinha um gerente querendo me dar advertência. Quando eu ia no Sindicato reclamar: Porra! Não pode ser assim. Você tem que ser mais político. Sabe? E você vai se decepcionando. Você pensou que ia resolver o problema do trabalhador e você arrumou um problema para você.

Depois eu comecei a ficar... Tive um primeiro problema com a minha esposa, porque ela não queria que eu fosse dirigente sindical a ponto de dizer para mim que se eu fosse dirigente sindical ela não casaria comigo porque dirigente sindical não arruma mais emprego, porque dirigente sindical vai preso, porque não sei lá... não sei lá... e já é um primeiro obstáculo para o dirigente sindical, é a esposa não entender o que ele faz. Como no Brasil sempre se criou uma imagem de que o dirigente sindical ou é comunista ou ele é corrupto, essa imagem perdura até hoje... e foram para mim momentos agradáveis porque aprendi coisas, discutindo com meus amigos eu aprendi muito. Eu aprendi a entender melhor que os trabalhadores realmente estavam precisando de alguém que encabeçasse o seu movimento, eu comecei a perceber que existia uma coisa muito mais forte do que isso que era a insegurança do trabalhador dentro de uma empresa hoje. Que é a necessidade que o trabalhador tem de trabalhar para sustentar a sua família, com medo de brigar com a empresa e ficar marginalizado, não arrumar mais emprego ou coisas parecidas. Eu senti o quanto é difícil a gente trabalhar quando a oferta de emprego é menor do que a procura. Para cada vaga existente numa empresa aparecem 100 candidatos. Eu senti o quanto era difícil a gente fazer alguma coisa quando a empresa soltava um boato de que num determinado dia haveria um corte no quadro de pessoal e tanto que os trabalhadores produziam para que não fossem mandados embora.

Tudo isso foi me ensinando que fazer sindicalismo era uma ideia muito mais séria do que aquela ideia prematura que eu tinha. Que era um trabalho que como nunca tinha sido feito no Brasil, era um trabalho que deveria começar a engatinhar. E eu consegui dentro da Villares uns 50 ou 60 sindicalistas. Pessoas que realmente viam o Sindicato como uma espada, como um escudo para defendê-las em qualquer situação. Mas eu estava decepcionado com o Sindicato em si, porque faltava oportunidade, faltava chance da gente conseguir conquistar alguma coisa maior para a categoria metalúrgica. Então, em 1972, o Paulo Vidal novamente encabeçou uma chapa aqui no Sindicato e eu não queria mais continuar na Diretoria do Sindicato. Eu achava que a minha maneira de trabalhar não servia, eu era muito impulsivo, eu queria resolver as coisas mais ou menos na base do tranco. E mais uma vez o pessoal da Diretoria me convenceu a participar e eu vim trabalhar no Departamento Jurídico do Sindicato. E foi aqui no Departamento Jurídico do Sindicato que eu senti que realmente a classe trabalhadora está numa situação negra, está vivendo uma situação de desespero. Aparecia cada caso aí que eu, dentro da Villares, não imaginava que existisse dentro das outras empresas. Comecei a me deparar com o problema da neurose existente dentro de uma grande empresa como Volkswagen, como Mercedes, como Ford. Comecei a atender trabalhador que perdia a esposa por não ter disposições de manter relações sexuais. Comecei a atender trabalhador que depois de 30 dias de trabalho não recebia nada no pagamento porque a Cooperativa das empresas tinha tomado todo o dinheiro dele. Comecei a conhecer trabalhadores que tinham vindo do interior do estado ou do

Nordeste, pensando encontrar o paraíso em São Bernardo do Campo e foram cair em favelas na periferia de São Bernardo do Campo. E isso me abriu os olhos e eu acho que na época eu fui um bom dirigente sindical porque eu sentia pena do pessoal, eu sabia que não podia resolver os problemas de todos, mas os problemas daqueles que me procuravam, eu procurava resolver. Depois, aí a presidência do Sindicato. E aqui realmente é onde a gente sente a coisa realmente..."

2. Lula torna-se Presidente do Sindicato pela primeira vez

Para que possamos entender como Lula se tornou Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, precisamos retroagir aos anos anteriores à sua primeira eleição.

Logo após 1.º de abril de 1964, a exemplo de inúmeros outros Sindicatos brasileiros, o dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo também sofreu intervenção, por parte do Ministério do Trabalho.

Uma vez suspensa a intervenção, concorreu às eleições, em 26 de março de 1965, a chapa encabeçada por Mário Ladeia Rocha.

Vitoriosa a chapa única, Afonso Monteiro da Cruz assumiu a Presidência. Essa Diretoria, a primeira eleita após a intervenção, teve seu mandato de 1965 a 1967.

Em 1967, Afonso Monteiro da Cruz recandidatou-se, convidando para integrar sua chapa Paulo Vidal Netto, que havia iniciado suas atividades sindicais em 1966.

Essa chapa saiu vitoriosa sobre sua concorrente, liderada por Geraldo Biancatelli, nas eleições realizadas a 20, 21 e 22 de março de 1969.

Nessa segunda gestão de Afonso Monteiro da Cruz, Paulo Vidal, além de suas atribuições internas como responsável pelo setor jurídico do Sindicato, irá participar do Movimento Intersindical Anti-Arrocho Salarial (MIA). Essas funções vão possibilitar-lhe não só inteirar-se melhor dos problemas gerais que afetavam a vida sindical como adquirir conhecimentos das diversas tendências existentes em seu meio.

Em 1969, quando da realização de novas eleições, Afonso Monteiro da Cruz decide-se a não mais se recandidatar.

Mário Ladeia, Secretário-Geral do Sindicato, seria o candidato a Presidência. Todavia, por ter sido eleito vereador à Câmara Municipal de São Bernardo, em 1968, abandona a vida sindical.

Pelas razões mencionadas, o nome mais em evidência, àquele momento, passou a ser o de Paulo Vidal.

Com isso, em 1969, ele chega à Presidência, em disputa com Juarez Ribeiro Guimarães, nas eleições realizadas a 17, 18 e 19 de março de 1969. Vidal convida Lula para integrar sua Chapa, como suplente do Conselho Fiscal, conforme já explicado anteriormente.

A 21, 22 e 23 de fevereiro de 1972, Paulo Vidal irá reeleger-se Presidente, em disputa com Luciano Garcia Galache. Lula, nesta segunda gestão de Paulo Vidal, será eleito primeiro-secretário, o que o levará, inclusive, a afastar-se da fábrica onde trabalhava, para dedicar-se integralmente às atividades sindicais.

As gestões de Paulo Vidal voltam-se para a organização interna do Sindicato: suas finanças, principalmente, e a construção dos prédios da sede em São Bernardo e sub-sede em Diadema.

Do ponto de Vista político, conforme demonstramos em várias passagens deste texto, a ação do Presidente era extremamente legalista, personalista, impedindo, assim, a organização do trabalho de base.

Para Paulo Vidal,

“a solução dos problemas deve ser encontrada dentro da lei. A lei é o instrumento básico. Por isso, deve-se procurar ampliar os direitos dos trabalhadores dentro da lei. Tentar o mínimo que a lei garante para conseguir o máximo de exercitação sindical.”

Por pensar deste modo e desta forma dirigir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, é que Vidal tolhia, naquilo que dependesse do órgão, os avanços e lutas dos trabalhadores não enquadrados na “lei”. Em 1974, por exemplo, quando 25 trabalhadores da ferramentaria da Ford, dispostos a fazer greve, recorreram ao Sindicato, receberam dele verdadeira “aula”, desestimulando-os quanto a seus objetivos, com argumentos sobre a ilegalidade de tais movimentos e os riscos a que se exporiam, tais como prisão, tortura, etc.

Esse posicionamento sindical de Paulo Vidal trouxe-lhe grande desgaste junto aos trabalhadores mais combativos.

Para completar, a fábrica em que trabalhava (Molins do Brasil S/A) iria transferir-se da base territorial do Sindicato para Mauá.

Quando se aproximaram as eleições de 1975, Paulo Vidal, percebendo estar desgastado junto a muitos trabalhadores, e sabendo que os demais integrantes da Diretoria discordariam da condição “fantasma” de emprego, para que ele pudesse novamente concorrer, convoca a Diretoria para seus membros discutirem quem deveria presidir o Sindicato.

Havia, de sua parte, percebia-se, a intenção de indicar Rubens Teodoro que, como vice-presidente, seria o substituto natural.

Mas, pelas funções que exercia (primeiro-secretário e responsável pela assistência previdenciária), pela simpatia pessoal que desfrutava junto aos demais diretores, Lula foi quem recebeu a preferência unânime da Diretoria.

Decidiu-se ainda que Paulo Vidal ocuparia a Secretaria Geral, visto que a empresa onde trabalhava ainda não se transferira.

Para ele, a decisão foi ótima. Ótima, porque Lula nunca havia falado numa Assembleia do Sindicato, sendo, portanto, inexperiente. Vidal, na condição de orador de palavra fácil, dominaria o plenário das Assembleias. Certamente, raciocinou que Lula seria o Presidente de direito, e, o de fato, seria ele.

Na prática, havia razão. Porque não era fácil presidir um Sindicato com Paulo Vidal ao lado, como Secretário-Geral. Tinha muito mais experiência política e falava bem nas Assembleias. Abertas, ao ler atas e editais, falava tudo que precisava. Quer dizer, quando passava a palavra ao Presidente, só bastava a este agradecer as presenças e encerrar a sessão...

É interessante ressaltar que, na “Chapa única” apresentada, embora Lula já tivesse sido escolhido como o próximo Presidente, foi ainda Paulo Vidal quem a encabeçou (vide Apêndice 9).

As eleições foram realizadas nos dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 1975. Dos 16.760 inscritos, 14.608 votaram. 14.249 deram seu voto favorável à “Chapa única.” Encontraram-se 118 votos nulos e 241 em branco.

A posse ocorreu no dia 19 de abril, no Centro de Convenções, Feiras e Certames da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (antiga ELNI), com o comparecimento de centenas de trabalhadores, acompanhados de familiares.

Além destes, vários convidados, entre eles deputados estaduais, federais, Prefeitos e o então Governador do Estado de São Paulo, Sr. Paulo Egydio Martins.

Na ocasião, Lula pronunciou discurso escrito (vide Apêndice 10). Posteriormente, declarou que era esta a primeira vez em sua vida que pegava num microfone para falar publicamente.

3. Lula candidata-se à reeleição

A tese de que Lula seria o Presidente do Sindicato, apenas de direito e Paulo Vidal de fato, predominou durante determinado tempo, junto aos setores sindicais.

Em 1976, pela primeira vez, Lula conseguiu modificar um pouco a situação, com o dissídio em separado da Federação e a vitória no TST, por ele conduzida na Presidência.

Mas, é no confronto com a Ford, também já relatado, que, realmente, vai ter início o processo de afastamento de Paulo Vidal e a consequente tomada de controle do poder político do Sindicato por Lula, o que culminaria com sua reeleição.

Ao recandidatar-se, Lula negou-se a compor com os que, à época, se diziam "oposição", e desafiou-os a apresentarem outra chapa.

Forma uma chapa (vide Apêndice 11) mais consequente e sólida do que a anterior. Desta, 14 elementos são substituídos, entre eles, Paulo Vidal, com o qual Lula não concorda em formar nova chapa. Embora não fossem operários altamente politizados, nem com grande conhecimento e visão do Sindicalismo, eram pessoas que não só se haviam destacado durante a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, como, também, dotadas de grande capacidade de trabalho e cheias de coragem para enfrentar os desafios que viriam.

4. Eleições para Diretoria do Sindicato

A 31 de janeiro de 1978, já em campanha à reeleição, Lula lança o “Manifesto dos Associados” (vide Apêndice 12) e, no pleito realizado nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de fevereiro de 1978, deu-se a sua reeleição.

O resultado da eleição foi o seguinte:

- total de inscritos 28.879 — 100%
- total de votantes 25.324 — 87,69%
- deixaram de votar 3.555 — 12,30%

A “Chapa 1” obteve 24.641 votos. 397 votos foram anulados e 286 apareceram em branco.

Como se percebe, a reeleição de Lula dá-se poucos meses após ser deflagrada a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, fato importante para continuidade dos movimentos em São Bernardo.

Com sua reeleição, Lula assume definitivamente o controle do Sindicato, pois, aí, deu-se também o afastamento final de Paulo Vidal.

Capítulo 6 — DENUNCIA DO DISSÍDIO COLETIVO

A ideia inicial de encaminhamento da Campanha Salarial de 1978 previa, além das reivindicações de caráter social e do percentual do reajuste normal, indicar formas de prosseguimento da luta pela reposição dos 34,1%.

O percentual de reajuste seria assentado com base em estudo realizado pelo DIEESE.

Todavia, as discussões seguintes, realizadas principalmente nas assembleias, a partir do dia 17 de fevereiro, levaram Diretoria e trabalhadores a concluírem que deveriam tomar caminhos diferentes.

Assim, na assembleia realizada em 12 de março de 1978, decidiu-se, por unanimidade, não incluir qualquer índice de reajuste salarial na pauta do dissídio coletivo da categoria.

Os metalúrgicos de São Bernardo, em decisão considerada “histórica”, optaram por um entendimento direto com os patrões através do acordo e sem a interferência do Governo numa tentativa de conseguirem melhores reajustes das empresas em condições de concedê-los, e também uma drástica modificação na CLT.

Na ocasião, Lula explicou que os metalúrgicos decidiram, na verdade,

“não mais compactuar com a farsa das negociações para o reajuste salarial, cujo objetivo final é dar legitimidade a um índice de reajuste arbitrariamente fixado pelo Governo, com base em fatores que nem ao menos sabemos como são conseguidos.”

Segundo ele, se é para o trabalhador participar de negociações salariais e depois ter de aceitar o índice do reajuste oficial,

“melhor não apresentar qualquer índice no dissídio.”

Nesse momento, por causa dos resultados da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1% e das Campanhas Salariais em que se recorreu aos Tribunais do Trabalho, havia ficado claro à Diretoria do Sindicato ser necessário buscar formas mais avançadas de atuação nas quais fosse dispensada a interferência do Governo no relacionamento com os patrões.

Por isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo envia ofício a 16 Sindicatos patronais, convidando-os formalmente para as negociações diretas.

Sob os argumentos de que “ainda não era o momento propício”; “dependia da legislação e do Governo”; “exiguidade de tempo”; “dificuldade de fazer agora”; “ideia sobre convenção não está amadurecida”; “pode gerar inflação” e outros mais, os patrões recusaram-se às negociações diretas.

Essa recusa demonstrou que o Sindicato dos Trabalhadores estava mais avançado do que o dos patrões. Estes não só se mantinham como faziam questão de se manterem sob a tutela do Governo.

Da parte dos trabalhadores, não chegaram a demonstrar possuir força suficiente para pressionar os patrões ao ponto de impedir que instaurassem — em separado — o dissídio.

Os patrões tinham interesse na realização do dissídio, para poderem reajustar os salários, uma vez que precisavam obter do Conselho Interministerial de Preços (CIP) autorização para reajustar os preços das mercadorias.

Assim sendo, por decisão de 29 de março de 1978 do TRT, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema deveriam ter os salários reajustados, apenas segundo o índice fixado pelo Governo (39%) com data-base a 1.º de abril, visto que dele os trabalhadores participaram apenas com reivindicações de natureza “não-econômica” (assim considerada por não envolver o índice de reajuste salarial). No entanto, o reajuste foi além, face às grandes greves de maio de 1978 que modificaram consubstancialmente a situação.

Essa denúncia do dissídio foi muito importante para dar continuidade à mobilização decorrente da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, num momento em que já se esvaziara, abrindo assim caminho às lutas que se sucederam e propiciando oportunidade para que, pela primeira vez nos últimos anos, dirigentes sindicais e empregados sentassem à mesa das negociações.

A primeira negociação formal e direta, ocorreu no dia 13 de outubro de 1977, durante quase quatro horas. Os presidentes dos Sindicatos Nacional da Indústria de Autopeças, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, e dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva (Lula), reuniram-se na sede do último. Nesse encontro, discutiram a reposição salarial de 34,1%.

É importante também lembrar que nesse caso a exemplo do que já ocorrerá com a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, mais uma vez o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo assume uma posição que desde há muito já era conhecida e adotada na prática pelos trabalhadores.

Quando convocado anualmente para as assembleias sobre dissídio (e, excluindo-se os casos de atendimento médico e escolar, o trabalhador só era convidado a ir ao Sindicato nessas ocasiões),

a maioria absoluta respondia dizendo que, independentemente de sua presença, discussões e decisões, “no final” acabavam apenas recebendo os índices fixados pelo Governo, razão pela qual com sua ausência demonstravam falta de confiança com relação à eficácia do Sindicato, no tocante ao dissídio.

Por outro lado, na medida em que anualmente o Sindicato participava do dissídio e não conseguia obter nada além do que o Governo fixava, o órgão se desgastava e se desmoralizava junto ao trabalhador, o que demonstra que ele pensa, analisa e tira conclusões a respeito da situação e acontecimentos que o envolvem.

Os trabalhadores sempre tiveram percepção da inutilidade de sua participação nos dissídios, pois sempre afirmaram que não iam às assembleias convocadas pelo Sindicato com tal finalidade, uma vez que, presentes ou não, “no final, quem decidia mesmo era o Governo.”

Por essa razão, ao assumir a posição de denúncia do dissídio, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo apenas fez aquilo que os trabalhadores já faziam há muito tempo e demonstrou o quanto estes estavam certos quando se recusavam a participar de assembleias com esta finalidade.

Todavia, em assim agindo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo fortaleceu-se, pois, para que isso ocorresse, não bastava que conseguisse apenas fazer assembleias, mesmo que estas contassem com grande presença. Era preciso que tivesse proposições de luta com ações mais concretas, vigorosas e contundentes, conforme exigência dos trabalhadores que, a partir daí, passam a perceber que só eles próprios poderão modificar a situação a que se acham submetidos.

Registre-se, também, que, ao dar a esse fato uma ampla divulgação local com repercussões nacionais, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo fez, em última instância, que se patenteasse a denúncia de exploração e opressão da classe operária, ou seja, do próprio sistema.

Nesse ponto o Sindicato foi importante e fundamental, pois a ação prática dos trabalhadores não se repercutia. No momento em que o Sindicato assume, incorpora e denuncia tais ações, o País inteiro toma conhecimento da farsa a que anualmente o Sindicato e a classe eram submetidos.

A grande falha do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo na denúncia do dissídio foi o fato de que o encaminhamento das propostas de luta continuaram ocorrendo no plano jurídico.

O Sindicato ainda não propôs dessa vez algo diferente. Limitou-se a propor a não participação no dissídio.

Dessa forma, não assumiu uma luta mais consequente. A essa época, Lula ainda acreditava no diálogo com os patrões, coisa em que os trabalhadores nunca acreditaram.

Por isso, novamente com denúncia do dissídio, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo não vai atender completamente às aspirações dos trabalhadores, pois não lhes apresenta propostas mais concretas. Assim, outra vez se coloca aí que os trabalhadores desejavam.

Todavia, é aí que Lula começa a perceber que ele precisava aprender com os trabalhadores para sentir o que há mais tempo desejavam. Ou seja: ações mais concretas.

Capítulo 7 — POSSE DE LULA

1. Antecedentes de posse

A eleição que reconduziu Lula à Presidência do Sindicato encerrou-se no dia 24 de fevereiro de 1978, e, a posse ocorreria em 21 de abril, numa homenagem a Tiradentes, Patrono dos Metalúrgicos brasileiros, assim estabelecido em Congresso Nacional da categoria.

Nesse espaço de tempo, entre a eleição e posse, ocorreram fatos significativos que repercutiriam sobre esta última.

Inicialmente, devido as lutas até então empreendidas e por nós já relatadas anteriormente, Lula passa a entender melhor as aspirações e formas de luta que os trabalhadores desenvolviam procuravam encontrar.

Depois, após oito meses de conversações com mais de 40 (quarenta) empresários, Lula começa a sentir-se decepcionado e perceber que “não pode mais ficar apenas no diálogo”.

A denúncia de dissídio coletivo faz com que ele declare que

“na Justiça, as possibilidades para o trabalhador, no campo econômico, continuam mínimas”

A partir daí, passa a afirmar que a Justiça do Trabalho

“não tem sido árbitro, mas tutora.”

Finalmente, os encontros com Petrônio Portela e, posteriormente, com Delfim Netto, eliminaram as últimas esperanças (se é que ainda as havia!) de que as anunciadas “reformas políticas”, “redemocratização do País”, “distensão ou abertura” pudessem tocar na reivindicada liberdade sindical ou, em outras palavras, chegar aos operários.

A “distensão ou abertura” era comentada no Sindicato por diretores e ativistas.

A conclusão a que chegaram era de que ela representava “muito mais a necessidade de amoldamento do próprio sistema”.

Que o projeto de “distensão ou abertura” existia muito mais “dentro de uma elite política” do que a nível de atendimento dos trabalhadores.

Lula encontrou-se durante 90 (noventa) minutos com Petrônio Portella (a convite deste) em Brasília, no dia 16 de fevereiro de 1978, ocasião em que lhe entregou um documento.

Posteriormente, viria declarar que já durante a conversa que manteve com Petrônio Portella, “não sentiu nele nenhuma disposição de defender coisa nenhuma da classe trabalhadora.”

O documento entregue a Petrônio Portella (vide Apêndice 13), reflete os anseios dos trabalhadores, àquele momento, não as reivindicações específicas, mas, sobretudo, quanto à propalada “abertura política.”

Finalmente, Lula encontrou-se com Delfim Netto que, à época, já havia deixado a Embaixada em Paris. O encontro foi realizado na residência do seu promotor, o economista Eduardo Matarazzo Suplicy, e teve a duração de 4 horas. Nele discutiu-se exclusivamente a questão da reposição salarial.

2. Solenidade de posse

Por tudo que foi relatado anteriormente, no seu discurso de posse, Lula iria proceder à primeira modificação em sua linguagem aos trabalhadores, usando palavreado forte e contundente, ao mesmo tempo em que começava a propor ações mais concretas e decisivas para o encaminhamento da luta.

Em seu discurso, Lula prometeu que ele e seus companheiros

“vão lutar, ainda que isto custe o sacrifício de nossas vidas, para melhorar a condição de vida dos trabalhadores metalúrgicos.”

Afirmou

“ser lamentável dizer que, em São Bernardo do Campo, na cidade mais rica do país, a sede da indústria automobilística nacional, o trabalhador metalúrgico vive em favelas. Esta é uma situação que nós somente suportamos porque confiamos no Brasil. Mas, eu digo que é chegado o momento de exigir. Até agora, só é destinado ao trabalhador produzir. Onde está a democracia? E é por isto que esta nova diretoria vai lutar.”

Prosseguindo em sua fala, disse ter sido

“um dos primeiros a acreditar na validade do diálogo que se anunciou nos últimos tempos. Por isso, procurei o Governo. Procurei também os empresários. Mas depois de oito meses, infelizmente, tenho a dizer que nada mudou e creio que dessa forma nada mudará. Cheguei, lamentavelmente, à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas, tirar toda a sua força física até a última gota de suor. Por isso, está na hora de deixarmos o diálogo de lado e partir para a exigência, sem medo de nada.”

E, concluiu:

“Não vejo ninguém sinceramente disposto a retirar o trabalhador da condição em que ele se encontra hoje.”

Referiu-se também, à constante intranquilidade do operário em seu emprego, afirmando não ter dúvida.

“de que o FGTS é o maior responsável pela rotatividade da mão de obra.”

Todavia, a ênfase maior do pronunciamento voltou-se mesmo para a aspiração de liberdade sindical dos trabalhadores, para que possam decidir, distantes da tutela do Governo, seu próprio destino.

Esse discurso foi o bastante para que, no dia seguinte, recebesse as primeiras críticas públicas de empresários, grande imprensa e Governo.

A solenidade de posse foi realizada no Conjunto Vera Cruz, em São Bernardo do Campo a que compareceram 10.000 pessoas entre operários e familiares. Muito festiva, contou com a presença de banda de música, chope e sanduíche. Inúmeros dirigentes sindicais de outros estados estiveram presentes, além de representantes do governo federal, estadual, municipal e Comandante do II Exército.

Lula fez-se presente nessa solenidade, muito bem-vestido, com um terno escuro, gravata e colete tendo por isso, sido criticado por parte de setores da imprensa, dos estudantes e de outros.

Posteriormente, em resposta a essas críticas, afirmou que por ser trabalhador não se sentia obrigado a andar miseravelmente vestido e que julgava ser um direito dos trabalhadores, possuírem tudo aquilo que produzem.

Capítulo 8 — 1.º DE MAIO DE 1978

Durante os anos mais agudos da ditadura (isto é, após 1968), as comemorações do 1.º de maio foram “promovidas” pelo Governo. Em cerimônias oficiais e discursos formais seus porta-vozes falavam das virtudes e contribuições do operário para o desenvolvimento nacional e dos “benefícios” que para eles a “Revolução de 64” havia trazido.

Em suma: tinha-se o feriado do Dia do Trabalho e não o dia do trabalhador.

Em 1976, o Sindicato dos Metalúrgicos realizava, em São Bernardo do Campo, um 1.º de maio, que, à época, foi intitulado como sendo “uma comemoração especial.”

Em primeiro lugar, apresentou-se o “Jogral 1.º de Maio”, composto por elementos do Grupo Ferramenta de Teatro. A encenação simbolizou algumas passagens da luta dos trabalhadores pela conquista da jornada de oito horas de trabalho.

Em segundo lugar, apresentaram-se os resultados do Concurso realizado entre os alunos do Curso de Madureza, que funcionava na Sede do Sindicato.

Os trabalhos refletiam alguma preocupação com os problemas dos trabalhadores, a partir das históricas lutas que deram origem à data e as condições de vida e trabalho que, então, estavam submetidos às fábricas em que trabalhavam.

Contudo, essa comemoração não contou com a presença de grande número de trabalhadores, seja porque haviam se desacostumado desse tipo de comemoração e muitos (os jovens principalmente) jamais haviam dela participado anteriormente, porque as fábricas, em grande número promoveram “chopadas” nessa data. Além do mais, houve uma preocupação por parte dos trabalhadores em não se expor à repressão, fato que ficou comprovado devido à presença de agentes do DOPS. Das aproximadamente 60 pessoas presentes, excluindo-se os trinta e poucos inscritos no concurso literário, os demais eram policiais.

Em 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo promoveu um “Curso de Sindicalismo” e a “I. ª Feira de Arte do Metalúrgico.”

Na solenidade do dia 1.º de maio foram entregues os certificados aos participantes destas promoções, ocasião em que o Grupo Ferramenta de Teatro voltou a apresentar o jogral sobre a data.

Em 1978, a exemplo do que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, a ditadura que promovia o “seu” 1º de maio, a cada ano, em cidades diferentes do País, desta vez o fez em São Paulo, com grande almoço no Palácio Bandeirantes para centenas de sindicalistas de todo o Estado.

Contrapondo-se à propaganda oficial que divulgava o dia o 1º de maio como sendo “um dia de festa”; de “congracamento entre patrões e empregados”; entre “empregadores e Governo”; de “união e harmonia das classes”, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começou a divulgar a ideia de que “o dia 1.º de maio não é um dia de festa, mas, sim, de luto e de luta.”

Por isso, não promoveu nenhuma solenidade na data, preferindo deixá-la livre para que os trabalhadores pudessem refletir “se estavam honrando a morte dos que pereceram em 1886.”

Comemorou-a com a realização de inúmeras palestras e debates nas semanas precedentes, entre alunos da escola do Sindicato e demais interessados, sob temas relativos à data e a condição de vida e trabalho da classe.

Na região do Grande ABC, no dia 1.º de maio, só houve solenidade no Sindicato de Santo André, onde contou com assistência formada também por trabalhadores de São Bernardo.

Esse 1.º de maio foi, após 1968, aquele que apresentou maior mobilização, representatividade e combatividade, apesar de contar com inevitável desvio de suas manifestações, ocasionado pela presença dos Senadores Montoro e Quércia, por sinal clamorosamente vaiados.

A grande presença operária, os discursos inflamados contra o Governo e as faixas apresentando as principais reivindicações (apesar da censura imposta pela Diretoria), serviram para marcar importantes momentos para o avanço da classe, apesar do caráter eleitoreiro que se tentou imprimir, visto que o Presidente do Sindicato de Santo André, Benedito Marcílio, era candidato a deputado federal.

Registre-se ainda que, nesse mesmo ano, em Osasco (organizado por oposições sindicais de São Paulo e Osasco, embora contando mais com a presença de estudantes do que de trabalhadores) e em Belo Horizonte, promoveram-se comemorações idênticas, as quais somadas às de Santo André, contribuíram para que se rompessem e sepultassem definitivamente as solenidades oficiais, até então, únicas a existir na data, desde os anos de 68.

Capítulo 9 — GREVE DE MAIO DE 1978

1. Início das greves

As paralisações sempre ocorreram. Mesmo durante os anos das “lutas difíceis”, especialmente a partir de acontecimentos pequenos e simples no interior das fábricas.

Os trabalhadores combinavam e paralisavam ou amarravam a produção (“greve tartaruga”) durante algum tempo, até que o “direito” que possuíam passasse a ser reconhecido oficialmente pelas empresas.

Esses acontecimentos rarissimamente eram noticiados pelos órgãos de comunicação social, após 68. Isso, entre outras razões, em face da censura que lhes era imposta, motivo pelo qual, não chegavam ao domínio público.

No entanto, verifica-se que, enquanto essas ocorrências, especialmente nos anos das “lutas difíceis”, sucediam-se e tornavam-se cada vez mais frequentes, a experiência ia sendo acumulada e sua extensão se ampliava. É como se uma fenda fosse sendo aberta, possibilidade que, através dela, o movimento fosse avançando, conquistando espaço, o operário passando por vivências e perdendo o medo, conseguindo maior disposição para a luta e confiança em suas próprias forças. Tais conquistas culminaram desembocando na realização das grandes greves pelo reajuste salarial (20%), a partir de maio de 1978.

Já em março e abril, haviam ocorrido ligeiras paralisações.

No dia 30 de março, os operários da Mercedes-Benz paralisaram o trabalho por algum tempo, quatro setores da fábrica, manifestando discordância com a lista de operários, escolhidos pelas chefias, para receberem aumento de salários por merecimento.

Essa paralisação foi decorrente de um sistema discriminatório vigente na Mercedes para reajustar salários por merecimento, que colocava inteiramente nas mãos das chefias a decisão a esse respeito.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo realizou, nessa ocasião, quatro reuniões com os trabalhadores (pouco concorridas, por sinal) e duas com a empresa.

Apesar disso, 17 (dezessete) operários foram despedidos por “justa causa.”

Em 10 de maio, cerca de 100 operários do setor de estamperia da Ford paralisaram o trabalho para pedir reajuste de 20% em seus salários, insatisfeitos com o que fora concedido pelo Governo no dissídio de abril, denunciado pelo Sindicato.

A indústria automobilística já havia “espontaneamente” antecipado parte (10%) do reajuste de 1978, em dezembro de 1977. Em fevereiro concedeu mais 5% de aumento na Scania e 10% na Ford, mas, em abril, compensou esses adiantamentos, com base no índice estabelecido pelo dissídio coletivo solicitado pelos empregadores (39%). Os trabalhadores passaram a reivindicar o recebimento integral dos 39%, sem descontos das importâncias que haviam sido adiantadas no ano anterior; daí, o índice de 20%.

Nessas ligeiras paralisações, ocorridas tanto na Mercedes-Benz como na Ford, formaram-se comissões para discutir as reivindicações com a gerência industrial das empresas. Isso ocorria porque, a essa época, os trabalhadores ainda não haviam criado as formas de encaminhamento das paralisações, razão pela qual essas ações foram facilmente desarticuladas pelas empresas, com o recurso das demissões.

Finalmente, às 7 horas da manhã do dia 12 de maio de 1978, os 3.200 trabalhadores da Saab Scania do Brasil S/A entraram na fábrica. Bateram o cartão de ponto, trocaram de roupa, vestindo seus macacões, foram para os seus locais de trabalho diante das máquinas, mas não as ligaram: **cruzaram os braços**.

Nesse momento, portanto, aparecia como justificativa exposta o reajuste salarial (20%). No fundo, expressava-se uma problemática muito mais profunda e complexa que estava escondida e, em realidade, era consequência:

- a) das condições de vida;
- b) da consciência de classe;
- c) das lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos travadas, especialmente nos últimos anos, em São Bernardo do Campo.

Prova disto é que a greve ultrapassou a questão do “aumento salarial” que lhe deu maior força e unidade para outras reivindicações (algumas comuns a todas as fábricas e outras específicas), tais como: pagamento das horas paradas; não demissão dos grevistas; segurança no trabalho; alimentação; condução, etc.

Todavia,

“alguns poderão dizer: nestas reivindicações não aparece nenhuma política? Sim, mas na verdade o que houve foi muito mais do que uma reivindicação. Foi uma GREVE. Desta vez os operários não colocaram *na lista* o “direito de greve”, eles colocaram a greve na prática.”

2. A paralisação da Scania

Gilson Luís Corrêa de Menezes, diretor de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e, à época, trabalhador da Scania, escolhido pelos companheiros para levar as reivindicações à empresa, disse que alguns fatores pesaram na deflagração da greve na Scania. A demissão por “justa causa”, em 1977, de alguns aprendizes e a defesa vitoriosa na Justiça que deles o Sindicato empreendeu, fazendo com que fossem readmitidos, apesar de mais tarde, embora com direitos, terem sido novamente demitidos porque “estavam fazendo propaganda do Sindicato”. Nos primeiros meses de 1977, os trabalhadores da ferramentaria obtêm reajuste salarial, em decorrência da realização de “greve-tartaruga”, o que lhes dá grande disposição para travarem outras lutas. Finalmente, enfatiza o papel desempenhado pela Campanha da Reposição Salarial dos 34,1% em 1977 e Denúncia do Dissídio Coletivo de 1978 e conclui

“Começou a ficar aquele clima dentro da fábrica, no Sindicato, nas assembleias. Clima assim de greve. Mas, não falava a palavra greve. Falar a palavra greve assustava... mas, o clima continuava, aquele clima pesado...”

O prenúncio da greve começou a ser percebido no dia 10, com a chegada do pagamento:

“As insatisfações começaram a se revelar quando recebemos o pagamento. Notou-se que o reajuste de 39% não resolveu os problemas e os trabalhadores começaram a comentar. Subiram até o Departamento do Pessoal, pois, além de tudo, o pagamento veio com 232 horas e não com 240, como é comum. Isto porque o mês de abril começou no sábado e perdemos um dia. Isso já tinha acontecido de outras vezes. Mas, naquele mês como já existia aquele clima de greve, o pessoal resolveu ir no escritório reclamar.”

Após discutirem, prossegue Gilson Menezes, chegamos à conclusão que não adiantaria dialogar.

“Então, surgiu da parte da gente: que tal a paralisação? para que a gente reivindicasse, exigisse o salário. Aí muitos falavam: Vocês não viram em 77, a ferramentaria começou a pressionar e conseguiram?”

“Mas, a palavra greve é que estava difícil de sair. Então, o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada. Então, a gente saía pelas seções, os companheiros mais conscientes, e começaram a conversar: que tal uma paralisação? Vamos parar aí, que você acha e tal. Aí fomos vendo que o pessoal ia topando e nós íamos pedindo a esses companheiros que toparam de cara, principalmente os da ferramentaria, para fazerem contato já com o outro pessoal.”

“E nós íamos pedindo sigilo total. Foi um trabalho assim que até hoje eu fico pensando, imaginando como tudo aquilo pode ter dado tudo certo sem que as chefias soubessem. A ferramentaria já estava garantida. E as outras seções? Falar para todo mundo não era bom negócio, porque ia ter alguém que ia furar o bloqueio e falar para os mestres. Mas, também eles tinham que saber antes de parar. Então, pensamos nos ônibus da saída, mas não da entrada, do dia 12. Com os que já sabiam, combinamos: Vamos fazer um tipo de sanfona. Vamos conversar só com as pessoas de confiança de todas as seções. Esse trabalho foi feito dias nos dias 10, de meio-dia em diante e dia 11. Não foi feito mais que isso... No dia 12, a gente conversou nos ônibus que a ferramentaria ia parar e que era importante que as outras seções acompanhassem.”

“Chegou dia 11. À noite eu fui ao Sindicato e cheguei para alguns companheiros de Diretoria... entre eles o Lula. E falei com o Lula que a Scania ia parar no outro dia. E ele deu uma risadinha assim e tal... Tudo bem. Apoiou e tal... Não sei, acho que ele não acreditou muito... Acreditava que um dia, uma hora ia estourar. Inclusive, tinha dado uma declaração que não ia demorar muito a sair uma greve em São Bernardo. Então, estava aquele clima em São Bernardo. Mas, na hora em que está para acontecer, a gente mesmo não acredita muito. Mas eu falei: olha, a Scania vai parar amanhã... e passei a noite sem dormir, preocupado, tremia porque não sabia o desfecho da coisa. Mas, ali firme. Quando chegou na sexta-feira, dia 12 de manhã, o esquema da ferramentaria estava pronto.”

“O pessoal da noite, poucos sabiam. Esse pessoal saia e já deixava os do dia trabalhando. E aquele pessoal ia saindo e ninguém que entrava começava a trabalhar... a ferramentaria não ligou as máquinas. As outras seções no Pavilhão A ninguém ligou as máquinas. Só umas 3 ou 4 seções ligaram uma ou outra máquina. Eu sei que a ferramentaria parou e o pessoal de outras seções viam que ela estava parada. Aí foi indo, parou a fábrica toda.”

“A partir daí, a preocupação dos companheiros de cada seção saber se os outros tinham parado. A chefia ficou espantada com o que estava acontecendo. O Ambrósio Gabrialto, supervisor de área e que estava no lugar do gerente do Pavilhão A, chegou, viu todos em silêncio, achou que faltava força. Desacostumadas as chefias não sabiam que atitude tomar. Quando dissemos que era paralisação e quais eram as reivindicações, disseram que iam comunicar à Diretoria. Esta estava acostumada a chegar tarde na empresa. Neste dia às 8 horas da manhã já estava lá querendo saber como estavam as coisas...”

Gilson Menezes, por ser diretor do Sindicato e ter estabilidade no emprego, foi conversar com eles.

“Perguntaram como tudo começou, quem eram os líderes, que voltassem a trabalhar e depois formassem uma comissão para negociar. Mas, já estava tudo combinado como íamos responder. Não, não aceitamos a formação de Comissão.”

Como não chegaram a uma conclusão, os Diretores disseram-lhe que iriam pessoalmente solicitar aos trabalhadores que voltassem ao trabalho.

Dispensaram Gilson Menezes que, passando a ser vigiado, não podia mais comunicar-se com seus companheiros para transmitir-lhes o resultado da conversa com os Diretores.

Conseguindo ir ao banheiro, Gilson Menezes comunicou a 3 ou 4 que já encontravam aguardando-o e, estes, de bicicleta, foram passando a informação de seção em seção.

Enquanto isso, a empresa passou a divulgar boatos numa seção de que em outra o trabalho havia recomeçando, e, assim, sucessivamente.

Na ferramentaria, Ambrósio Gabrialto falou aos trabalhadores. Disse que “tudo já estava acertado”. A empresa sabia que, se a ferramentaria voltasse a trabalhar, as demais a acompanhariam. Mas, quando perguntou aos ferramenteiros, todos responderam conjuntamente: **não**.

Mais tarde, apareceram na ferramentaria o Delegado do Trabalho, Guaraci Horta, acompanhado por um agente do DOPS. Chamaram Gilson Menezes e dele quiseram saber quem eram os líderes. Em resposta, ouviram que não conhecia nenhum líder, que todos haviam parado conjuntamente.

Depois, dirigiram-se a todos os trabalhadores da ferramentaria e propuseram novamente a formação de uma Comissão porque “a Scania estava disposta a conversar”.

Nesse momento, alguns trabalhadores ficaram em dúvida se deveriam ou não negociar. Todavia, os mais experientes interviram e propuseram que lhes fossem dados 10 minutos de prazo para que, sozinhos, pudessem conversar entre si.

Obtido o tempo, concluíram que “o nosso negócio não é com a DRT, o nosso negócio é aumento. Por isso, não vamos formar Comissão.”

O delegado foi chamado e a resposta foi dada. Este assustou-se e disse:

“Mas, como? Já estava tudo acertado. Eu já tinha até escolhido as pessoas que iam fazer parte da Comissão?”

A partir daí, ele começou a ameaçá-los, dizendo que a greve era ilegal, que poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e outras coisas.

Com isso, chega a hora do almoço e todos os trabalhadores vão almoçar.

Durante o almoço, Gilson Menezes é convidado a comparecer à Administração onde se encontrou com Devanir Ribeiro. Este disse-lhe que a Diretoria do Sindicato estava reunida. Ao saber

da paralisação, interrompeu a reunião, enviando-o à empresa para se inteirar do ocorrido. A seguir, a empresa procurou os dois, fazendo-lhes uma proposta para que sua Diretoria e a do Sindicato se reunissem “num lugar neutro.”

Gilson Menezes percebeu que o objetivo era tirá-lo do interior da fábrica para forçar os trabalhadores a voltarem a trabalhar e responsabilizá-lo pela greve.

No vestiário, enquanto trocava suas roupas, Gilson Menezes transmitiu suas preocupações aos companheiros e, dali, foram para o Hotel Holliday, em São Bernardo mesmo, onde ficaram até às 17 horas, numa conversa em que os patrões nada ofereciam de concreto.

Os representantes dos trabalhadores defendiam o seu direito de fazer greve e pediam para realizar assembleia no interior da fábrica, o que lhes era negado.

Lula, participando da reunião, disse que reconhecia o direito dos trabalhadores de fazerem a greve e recusava-se a pedir que voltassem a trabalhar.

De vez em quando, o Delegado Regional do Trabalho ia ao telefone e ligava para a empresa a fim de saber se os trabalhadores haviam voltado ao trabalho. Assim, terminou a reunião, sem que nada de concreto tivesse resultado,

Os trabalhadores do turno da noite, apesar das pressões, não começaram a trabalhar. Com isso, encerra-se o dia 12 de maio de 1978.

3. A greve após o dia 12 de maio...

Depois disso, a greve se alastrou e se ampliou em São Bernardo do Campo, atingindo inúmeras outras fábricas. Posteriormente, chega a Santo André e São Caetano do Sul e, finalmente, São Paulo, suas adjacências e até mesmo cidades de outros estados.

Em 16 de maio de 1978, o Ministério do Trabalho, em representação ao Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, comunicou a existência de movimentos grevistas em quatro empresas automobilísticas de São Bernardo do Campo (Saab-Scania; Mercedes-Benz; Ford do Brasil e Motores Perkins) que, segundo seu consultor jurídico, Marcelo Pimentel Mendes,

“as evidências indicam que o movimento grevista não foi legal.”

A iniciativa foi tomada depois que fracassaram as negociações entre a indústria automobilística e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, patrocinadas pela DRT de São

Paulo. A ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores) mostrou-se inflexível em sua decisão de não negociar com os grevistas, contra uma atitude mais flexível apenas da Scania e Mercedes.

Enquanto isso — na Scania, onde havia sido iniciada a greve — Sindicato e trabalhadores conseguiram obter o direito de realizar assembleia no interior da fábrica.

Essa assembleia foi realizada com a presença de Lula, no dia 16.

Lula iniciou-a elogiando o comportamento sereno e responsável dos trabalhadores e disse compreender a situação grave que atravessava a classe.

A seguir, Gilson Menezes transmitiu a proposta da empresa e vários trabalhadores fizeram uso da palavra.

Colocadas em votação, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes propostas:

- a) aumento salarial de 20%, a partir de 1.º de maio de 1978 para quem percebesse até 10 salários-mínimos, sem desconto no próximo dissídio coletivo;
- b) equiparação salarial de modo que os que prestam o mesmo serviço percebam idênticos salários;
- c) pagamento dos dias de paralisação;
- d) redução do horário noturno.

A empresa propunha a data limite de 22 de maio para resposta de atendimento às reivindicações.

Os trabalhadores aprovam o prazo de até 15 horas do dia 19 de maio.

A seguir, decidiram também pelo retorno imediato ao trabalho.

As possibilidades da empresa aceitar essa proposta eram grandes porque Lula havia acertado as bases desse possível acordo com a Diretoria da Scania. Por essa razão é que a realização da assembleia no restaurante da empresa foi permitida e o próprio Lula foi quem pediu aos trabalhadores que voltassem a trabalhar.

A 18 de maio, por 15 votos a 1, o TRT de São Paulo decidiu pela ilegalidade dos movimentos grevistas de São Bernardo do Campo e determinou o imediato retorno dos trabalhadores às suas atividades. Decisões estas que, simplesmente, seriam ignoradas pelos trabalhadores que não só continuaram com a greve como a ampliaram.

Assim, o Governo adota a posição de considerar as greves ilegais; não reprimi-las (o Governo não dispunha de condições políticas para assim agir, pois, teria de enfrentar a opinião pública num momento em que várias divergências faziam acreditar que o poder governamental se encontrava dividido) e não autorizar repasses dos aumentos salariais para os preços.

No dia 19 (sexta-feira), na Scania, explica Gilson Menezes

“A gente estava na maior tensão. Sai ou não sai o acordo? Era a dúvida. A empresa ficou de pregar no quadro de aviso a porcentagem do aumento.”

Gilson Menezes, na manhã desse dia, esteve no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em reunião com a Diretoria, discutindo a posição a ser tomada face às possíveis decisões da Scania. Chamado à empresa, recebeu a proposta (6,5% distribuídos pelas faixas salariais) e afixou-a no quadro de aviso, conforme Lula havia solicitado.

A razão da Scania não ter confirmado as bases do acordo estabelecido no entendimento mantido com Lula foi que, após aquele contato, representantes das empresas automobilísticas se reuniram e não permitiram que o combinado fosse concedido aos trabalhadores. Estes leram a proposta não gostaram. Passaram a achar que o Sindicato (e, especialmente, Lula) haviam lhes enganado. Com isso, decidem-se por retornar à greve. Contudo, desta vez, foi a Scania que os pegou de surpresa, instalando forte esquema repressivo, assim organizado:

- a) colocou divisórias de madeira, impedindo que os trabalhadores passassem de uma seção para outra ou transmitissem informações no interior da fábrica;
- b) impediou que os trabalhadores se comunicassem entre si até mesmo dentro da mesma seção;
- c) colocou guardas nas portas, banheiros, corredores e interior das seções;
- d) as chefias passaram a pressionar os trabalhadores a aceitarem o acordo e a ligarem as máquinas em que deviam trabalhar;
- e) detiveram Gilson Menezes no Departamento de Relações Industriais;
- f) publicou circular no interior da fábrica, anúncios nos jornais e rádios, ameaçando os trabalhadores com demissão por “justa causa.”

Os trabalhadores e o Sindicato, surpresos com a ação repressiva, não souberam como reagir; apavoraram-se diante da situação, sentindo-se confusos e desnorteados. O resultado foi que a paralisação voltou a ocorrer, mas, não houve condições de sustentá-la. Por volta de 9 horas, os trabalhadores haviam reiniciado a produção.

Nessa ocasião, passaram a chegar ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo mensagens de solidariedade de dirigentes sindicais suecos, alemães e americanos que ainda prometiam “exercer pressão sobre as empresas cujas subsidiárias no Brasil estivessem em greve.”

Enquanto isso, dá-se também o primeiro acordo assinado na região do Grande ABC, estabelecido a 19 de maio, numa fábrica de Santo André, a SEMAR, que fabrica controles automáticos (um aumento parcelado de 15% dos salários, independentemente dos níveis).

Em São Bernardo do Campo, no dia 17, a Mercedes-Benz faz uma proposta concreta de aumento salarial. A paralisação, na empresa, ocorreu logo após os trabalhadores da Scania terem iniciado o movimento.

Na primeira reunião com o Sindicato, a Mercedes-Benz prometeu estudar a concessão de um aumento parcelado de 15%, desde que os trabalhadores voltassem imediatamente à produção. Como o prazo proposto para integralização dos 15% era de nove meses, foi-lhes apresentada uma contraproposta. 15% divididos em três parcelas: a primeira em junho, a segunda em outubro e a última em fevereiro de 1979.

Assim, retornam ao trabalho, com a promessa da empresa dar uma resposta definitiva até as 14 horas do dia 23 de maio. Nesse dia, a resposta foi decepcionante: dariam apenas 5% distribuídos em faixas salariais. Resultado: os trabalhadores paralisaram novamente a produção, só a retomando, quando **firmado** acordo geral.

Na Ford, as máquinas estiveram paralisadas no período do 15 a 22 de maio. Até então, a empresa recusava-se mesmo a dialogar com os trabalhadores.

Enquanto isso, pressionava-os de todas as formas. Boletins eram afixados nas seções, dizendo que “O problema salarial seria resolvido, desde que voltassem ao trabalho.” Mas, apesar das ameaças, os trabalhadores mantiveram-se em greve, exigindo a presença de Lula e a medição do Sindicato.

Diante da posição adotada pelos trabalhadores, a empresa recua e aceita iniciar o diálogo, que terá lugar na Sede do Sindicato, em São Bernardo, onde sentaram-se à mesa, de um lado — diretores do Sindicato e do outro — diretores da empresa.

Essa organização interna dos trabalhadores, existente na empresa, já vinha fazendo com que, desde outubro de 1976, viessem ocorrendo pequenas paralisações em algumas seções, reivindicando 15% de aumento, ou não compensação desse percentual concedido a título de antecipação, naquele mês.

A seguir, novas reuniões iriam ocorrer na sede do Sindicato ou da empresa, tendo surgido a perspectiva de acordo: a empresa cedia parcialmente às reivindicações dos trabalhadores. Reajuste de

15% para quem ganhasse até 8 mil cruzeiros; 10% para os salários da faixa de Cr\$ 16.500,00 e promessa de não descontar os dias de paralisação.

Lula, então, percorreu cada uma das seções da fábrica e explicou aos trabalhadores a proposta. Com isso, retornaram ao trabalho, sob a condição de que, a 31 de maio, a empresa deveria confirmar sua proposta. Registre-se, ter sido a Ford a empresa que resistiu mais às negociações, nessa oportunidade. E, tal fato levou seus trabalhadores a ficarem maior tempo em greve do que os de outras empresas, o que foi possível devido à existência, em seu interior, de elevada organização e trabalho de base.

Finalmente, na Volkswagen, o violento esquema de repressão faz a empresa acreditar que, devido a este, a greve se esvaziaria rapidamente em seu meio. Por outro lado, o citado trabalho de base era deficiente devido ao elevado número de trabalhadores existentes na empresa e o limitado número de ativistas; brutal organização interna com seções distribuídas por “alas”, o que facilitava o controle dos trabalhadores pela empresa; além, obviamente, da repressão mencionada.

Essas razões, em especial, fazem com que o trabalho de base, em seu interior, demonstre, por ocasião da greve de 1978, um certo atraso.

Antecedendo à greve da Scania, a empresa procedeu a mudanças no horário de trabalho, reduzindo o tempo de duração do almoço. O Sindicato convocou assembleia para discutir o assunto. Essa data coincidiu com o dia de início da paralisação na Scania (12 de maio). Quando foi noticiada na assembleia essa paralisação, os operários presentes apenas aplaudem, ao invés de, entre si, começarem a falar também em entrar em greve, o que demonstrava não existir ainda, entre eles, como um todo, “clima” e disposição para deflagrarem o movimento.

Poucos dias após essa assembleia, a 19 de maio, a Ferramentaria das Alas 8 e 8A (a Volks possui várias ferramentarias), entra em greve. Todavia, como a paralisação ficou restrita a esses setores, a empresa lançou sobre eles toda a repressão.

Inicialmente, isolou as seções do restante da fábrica, colocando guardas de 3 em 3 metros e, impedindo os trabalhadores de saírem de suas “bancadas” ou mesmo conversarem entre si. Depois passou a impedir a permanência nas seções de trabalhadores que se recusavam a trabalhar. Os chefes, indo de bancada em bancada, ordenavam que os trabalhadores se retirassesem e entrassem nos ônibus estacionados no pátio, sendo dali levados as suas casas. Com isso, procuravam isolar os grevistas dos demais que ainda não haviam aderido ao movimento.

Os trabalhadores, impedidos de entrar na empresa, passaram a realizar assembleias na sede do Sindicato. Nessas reuniões decidiram não mais obedecer a ordens da empresa e abrir um “livro de ponto” no Sindicato, que continuariam assinando, caso não fosse mesmo permitida a entrada no interior da empresa.

Como prometeram voltar a trabalhar com essa condição aceita, foi-lhes permitido desejado ingresso. Todavia, lá dentro, recusaram-se novamente a ligar as máquinas. Como forma de ameaça para que voltassem ao trabalho, a Volks demite por “justa causa” 28 ferramenteiros.

Nesse momento, os demais trabalhadores não perceberam que a empresa estava ameaçando-os e não reagiram no sentido de exigir a volta dos companheiros. Pedem, apenas, que os 28 companheiros não sejam despedidos.

A 24 de maio os ferramenteiros voltam ao trabalho, mediante “compromisso” de readmissão dos demitidos e aumento salarial a “ser dado” no acordo geral que, a essa altura, já começava a aparecer iminente.

Dessa forma, a Volks começa a indicar o procedimento de combate às greves, que, logo a seguir, aperfeiçoado, constituirá a orientação oficial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Todavia, o fato mais importante que dificultou a organização do trabalho de base, no interior da Volks, foi a vinculação dos 4 diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (Heleno Cordeiro de Oliveira; Salvador Venâncio; Walmir Braga e Luiz Carlos Monteiro) à empresa e o trabalho de calúnias que passaram a realizar no seu interior, contra seus companheiros de Diretoria e de descrédito do Sindicato.

Esses diretores, além de inexperientes, mostraram-se incompetentes para realizar um trabalho de base. Por exemplo, ao ensejo da deflagração da greve na Ferramentaria, assumem a posição da empresa no sentido de isolá-la das demais seções e lhes faltou capacidade para encaminhar as negociações que se faziam necessárias, recusadas pela empresa.

Enquanto isso, as empresas maiores (multinacionais, em especial) buscavam uma decisão unitária para os acordos, em meio a muitas divergências. Por isso, o SINFAVEA assumiu a coordenação das discussões e, a 30 de maio, após diretores reunirem-se longamente com a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, firmaram acordo para encerramento das greves nessa cidade.

Encerramento, sim, mas, só nas grandes empresas (à exceção, da Villares, onde o acordo ocorreria apenas a 12 de junho, após demoradas negociações com o Sindicato), visto que, conforme veremos mais à frente, nas pequenas (especialmente nas do setor de autopeças) a greve continuou durante o decorrer do ano de 78 até o final.

O acordo assinado foi o seguinte:

Em 1.^º de junho de 1978, 5,5% de aumento; em 1.^º de agosto de 1978, 4,5% como antecipação; em 1.^º de outubro de 1978, 5,5% de aumento; em 1.^º de dezembro de 1978, 4,5% como antecipação; em 1.^º de fevereiro de 1979, 4,5%, idem. Estes percentuais seriam aplicados de imediato nas empresas a seguir relacionadas, permanecendo em aberto à adesão de outras interessadas: Volkswagen do Brasil, Mercedes-Benz do Brasil, Ford do Brasil, Chrysler do Brasil, Saab-Scania do Brasil, Kubota Tekko do Brasil, Karmann Ghia do Brasil e Toyota. Os 11% obtidos não eram bem o que os trabalhadores queriam; todavia, o retorno ao trabalho nas principais fábricas não deixava aos trabalhadores outra opção a não ser concordar com o oferecido.

Além do mais, o Sindicato preocupava-se em obter acordo que representasse um percentual médio de reajuste para todas as empresas e esforçava-se para evitar divisões entre os trabalhadores de uma fábrica e de outra, visto que a greve de 1978 foi eclodindo por fábrica. Desta forma, por ter uma visão de conjunto do movimento, desejava o Sindicato unificar as greves que iam ocorrendo em cada empresa. Em razão disso, o acordo foi aceito com reserva pelos trabalhadores da Ford que julgavam poder obter percentual mais elevado, mas bem aceito pela maioria dos companheiros das outras fábricas.

Por último, cabe mencionar o protocolo intersindical, assinado em 27 de julho de 1978 pelo Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com o objetivo de

“orientar os novos reajustes salariais, compatíveis com as características das empresas da categoria econômica, visto que, os fundamentos, com base nos quais resolveram as partes firmar este protocolo, são o reconhecimento de que a legislação salarial ficou superada pelos fatos, a saber: a série de reajustes que, exigidos pelos trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, têm sido concedidos pelos seus empregadores, e o interesse em buscar formas e métodos que correspondam as peculiaridades das categorias econômica e profissional signatárias.”

4. Considerações sobre a greve

4.1. A greve não foi sindical

As greves de maio de 1978, foram uma “luta operária” e não uma “luta sindical”. O Sindicato não organizou nem liderou essa greve, como viria ocorrer com as seguintes. Contribuiu criando o “clima” necessário, conforme já demonstramos anteriormente. No entanto, a decisão de entrar em greve, e quando, foi dos próprios trabalhadores, cientes de que, pela tradição de lutas anteriores, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo lhes pararia apoio e cobertura, conforme de fato, ocorreu.

A greve apareceu aos trabalhadores como única forma de conseguir aumentos, manifestarem-se contra a política salarial do Governo e assim por diante. Foi, desse modo, a forma de “luta possível” porque a classe operária vinha preparando-se para tal. Desde que a forma de luta “greve” se tornou possível, a classe operária fez a greve e essa “deu certo” em virtude de um momento conjuntural a ela favorável, possibilitando-lhe condições de pôr à prova a base de organização e consciência de classe de que são os trabalhadores possuidores.

Por isso, o avanço da consciência de classe dos trabalhadores constitui-se na questão fundamental desta greve. E o que está por detrás disto é o desgaste do próprio sistema vigente e o aprofundamento de suas contradições.

Para que isso ocorresse, entraram aí as diversas contribuições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dos ativistas, das lideranças e de outros que foram e vão possibilitando aos trabalhadores criarem suas próprias formas de luta, ou seja, eles mesmos apontarem o caminho que seu movimento deve seguir.

4.1.1. A luta sindical centrada nos problemas específicos dos trabalhadores

Para entender melhor a questão proposta no item anterior, é preciso recapitular certas explicações já dadas anteriormente.

Fizemos ver ao leitor que nos anos das “lutas dificeis” as condições de vida e a consciência de classe dos operários fizeram com que, pelo menos em São Bernardo do Campo, onde o capitalismo industrial encontra-se bastante organizado e desenvolvido, houvesse um amadurecimento do proletariado, que, apesar das dificuldades de organização, já lhe permite meios de reivindicar e definir ações como classe. Todavia, os trabalhadores não possuíam o “caminho a seguir” de forma elaborada e clara em suas consciências. Daí, o papel importante e imprescindível do Sindicato.

O que vimos no capítulo sobre “Os Anos das Lutas Difíceis?” Primeiro, para manter a exploração sobre a classe operária o sistema implantado em 1964, ao lado da repressão, diz que “é preciso fazer crescer o bolo para ser dividido.”

Nessa fase, cria-se a mistificação ideológica de que “Ninguém segura este País...” e canalizam-se as insatisfações dos trabalhadores para perspectivas de “solução” de problemas que atendem aos seus próprios interesses (loteria esportiva, educação, etc.).

Num segundo momento, o operário percebe que as “saídas” oferecidas pelo sistema eram todas proteladoras ou propostas para se efetivarem a longo prazo até se esgotarem com o passar do tempo, demonstrando-se ineficazes.

Seriam, portanto, insuficientes para corresponder aos anseios e servirem de resposta à angústia e ao “sufoco” de vida da classe, situação que se agrava cada vez mais.

Passam, então, a criar e a recorrer aos seus próprios caminhos (“greve-tartaruga”, quebra-quebras e outros), embora numa perspectiva ainda muito individualista.

Nesse momento, os bairros, e neles as Igrejas, desempenharam papel fundamental para a mobilização e organização operária.

Até aí ainda há descrédito com relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Todavia, as lutas dos “anos difíceis” eram pequenas e ocorriam em função de interesses e questões imediatas. Daí até a greve de maio de 1978, houve um salto muito grande que não pode ser explicado tendo sido decorrente das lutas desses anos.

A partir da vitória no TST e, especialmente, da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo entra em cena e dá grande contribuição. Passa a constituir-se do Campo entra em cena e dá grande contribuição. Passa a constituir-se num canal de reivindicações coletivas, exteriorizando essas reivindicações de forma mais consequente e organizada, obtendo, como resposta, a participação dos trabalhadores no movimento sindical. Suas propostas passam a dar-se em atendimento ao que os trabalhadores queriam conseguir para, a partir daí, tentar elevar e aprofundar sua consciência de classe.

Se os trabalhadores querem aumento salarial, por exemplo, o Sindicato propõe-se a lutar por esse aumento. Mas, procura aproveitar a oportunidade para mostrar-lhes que o Governo é o responsável pelos baixos salários que percebem e assim por diante. Isso porque, lembramos ao leitor, hoje os trabalhadores em São Bernardo do Campo já possuem uma consciência crítica da estrutura sindical vigente no País, mas, naquela época, isso ainda não ocorria.

Então, não se podia propor-lhes, como bandeiras de luta, temas gerais desvinculados dos problemas concretos vividos pelos trabalhadores no dia a dia de suas vidas dentro e fora das fábricas.

Em sentido oposto, diríamos que é por não terem ainda percebido tal realidade nem sido capazes de praticá-la que inúmeras “oposições sindicais” têm levado a pior na sua luta contra os pelegos.

Enquanto os programas eleitorais das oposições oferecem luta em favor da “liberdade e autonomia sindical”, “revogação da Lei de Segurança Nacional” e coisas semelhantes, os pelegos oferecem “assistência médica”, por exemplo, tão desejada pelos trabalhadores e de que necessitam.

Falando claro, o que estamos procurando dizer é que, se o trabalhador, principalmente o de cidades onde o movimento sindical está mais atrasado do que o de São Bernardo do Campo, não tem médico e o pelego lhe oferece, é certo que ele vai preferir votar no pelego do que naquele que lhe acena com luta por liberdade e autonomia sindical.

De um modo geral, constata-se que os trabalhadores que possuem uma visão mais crítica do sindicalismo assistencialista não se sindicalizam, por não acreditarem nesse tipo de sindicalismo, e ao mesmo tempo, para demonstrarem, dessa forma, desagrado a essa orientação.

Percebe-se, também, que os participantes das “oposições sindicais” que têm consciência da necessidade de estarem filiados ao Sindicato, mesmo sendo contra sua atuação, não realizam trabalho tão amplo ao ponto de atingi-los, sindicalizando-os.

Em São Bernardo do Campo, onde a Diretoria do Sindicato caracterizou-se, nos últimos anos, por uma conduta de combatividade, esse problema não chegou a assumir maiores proporções, porque os trabalhadores passaram a “descobrir” e participar do Sindicato, através das lutas encaminhadas. Todavia, em outras regiões do País, onde não se repetem as condições de São Bernardo, tal fato aparece como importante entrave para um maior desenvolvimento das lutas que se processam.

Os trabalhadores que desconhecem o que deve ser realmente o Sindicato, acham que esses órgãos voltados para o assistencialismo são bons e cumprem suas finalidades. Os que possuem uma visão mais ampla do sindicalismo é que o **veem** noutra perspectiva.

É preciso, portanto, partir dos problemas específicos dos trabalhadores para chegar aos gerais e não fazer o contrário, como frequentemente ocorre. Por exemplo, partir do fato dos operários que precisam de almoçar ao “pé da máquina”, porque a fábrica não lhes oferece refeitório, para se chegar à autonomia e liberdade sindical...

A percepção desse procedimento na elaboração e encaminhamento das propostas de luta, constitui-se num dos mais relevantes passos dados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Outro passo importante foi os diretores do Sindicato terem modificado a maneira de se dirigirem aos trabalhadores. Quando o trabalhador ia ao Sindicato levar um problema, ao invés de o diretor dizer que iria resolvê-lo, respondia-lhe: “Você é que tem que resolver, e não ficar esperando que a gente resolva para você.”

Deixaram de lado qualquer forma de paternalismo, não mentindo aos trabalhadores e sempre dizendo-lhes a verdade a respeito do que tosse.

Passaram a responsabilizar os trabalhadores pela existência do Sindicato, dizendo-lhes que “O Sindicato somos todos nós...”, “O Sindicato não é a sede...”, etc. e a desafiá-los, afirmado que “só haveria modificações no dia em que os trabalhadores parassem as máquinas”; “que tem que ir pro pau...”, etc.

Esses desafios mexeram com os “brios” e a “honra” dos trabalhadores, por considerarem tratar-se de “questões intocáveis”.

4.1.2. Os trabalhadores aprendem com sua luta

Apesar de todo o avanço e contribuição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, descritos, nas horas de decisão das propostas, o Sindicato continuava tomando a si a resolução final dos problemas, ignorando a possibilidade que isso pudesse ser feito em conjunto com os trabalhadores.

Desse modo, entregava sempre a “solução” às fórmulas jurídicas dos advogados (sempre anunciados como de excelentes qualidades profissionais); ações na Justiça do Trabalho; diálogo e negociação com patrões e Governo, e assim por diante.

Isso ocorreu desde a vitória no TST, Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, até a denúncia do dissídio coletivo. O trabalhador voltava para dentro da fábrica sem nada ter o que fazer, a não ser esperar o resultado das ações mantidas pelos advogados nos Tribunais ou junto à Diretoria do Sindicato, com patrões e Governo. Estes sempre redundavam em nada, deixando-os na mesma situação em que antes se encontravam.

Ocorre que os trabalhadores percebiam esse comportamento do Sindicato, sentindo-se insatisfeitos, porque o órgão os mobilizava, a partir de seus problemas concretos, mas, apresentava “saídas” que não eram aquelas que eles desejavam.

E, notam isto, principalmente, advertidos por ativistas e lideranças no interior das fábricas. Continua, assim, a grande caminhada dos trabalhadores na busca incessante de “saída” própria para seus problemas.

Observe-se que, nesse momento, em Santo André, há maiores condições de se avançar nesta perspectiva do que em São Bernardo.

Isso, porque lá, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Benedito Marcílio, candidata-se a deputado federal nas eleições de 1978 e com isso, “abre as portas do Sindicato”, o que, em São Bernardo, ainda não havia ocorrido e só ocorrerá a partir do seu III Congresso.

Todavia, “abre as portas do Sindicato”, não em reconhecimento à importância e necessidade do trabalho de base porque a ele sempre se opôs, centralizando as ações do Sindicato inteiramente sob seu controle, mas, oportunistamente com fins eleitoreiros.

Em Santo André, começam então nessa época reuniões pelas empresas (Pirelli, GE, Brosol, Crysler, Constanta, Phillips, Otis, Coferraz, Alcan, Fichet e outras) e os trabalhadores a “descobrirem” o Sindicato e lá se reunirem.

Data também dessa época o surgimento de José Cicote (eleito em 25 de agosto de 1975) que, percorrendo caminhos e com atuação semelhante ao da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, irá projetar-se mais tarde, com grande liderança entre os metalúrgicos de Santo André

e, por isso, também sofrer as mesmas consequências (várias prisões em 76, 77, 78, 79 e enquadramento na Lei de Segurança Nacional, em 80).

Com a eleição de Marcílio para a Câmara dos Deputados, retrai-se novamente o Sindicato. Todavia, o trabalho até então realizado irá contribuir para a greve de Santo André em 1978, que, em muitos casos, avançou mais do que em São Bernardo do Campo.

Assim, em maio de 1978, em São Bernardo, ao iniciarem a greve na Scania que, depois, se alastrará por outras fábricas, mais uma vez os trabalhadores estão à frente do Sindicato. E não esperam por ele. Buscam sozinhos a saída. Como o Sindicato, naquele momento não encontra alternativa que os satisfaça e que sirva para resolver seus problemas, partem mais uma vez para suas próprias saídas. E aproveitam de toda a experiência acumulada.

A situação culminou inicialmente com a tentativa de paralisação nas empresas Mercedes e Ford, que acabaram não dando certo. Trabalhadores da Scania sentem a necessidade de aperfeiçoar as experiências anteriores, não incorrendo nos mesmos erros. Foi uma “saída” que os trabalhadores encontraram.

O espírito da greve foi-se formando, amadurecendo. Aprenderam, assim, a fazer greve organizando a greve na própria greve.

Encontrado o caminho, fazem com que em outras empresas, onde já existia um trabalho organizado, a greve pudesse avançar mais ainda.

Talvez, por essa razão, as greves tenham atingido, principalmente, as grandes empresas do setor metalúrgico (o que foi muito importante devido ao seu peso econômico e político) e, nestas começado nas seções onde os operários são mais especializados (ferramentaria, manutenção, mecânica e parte elétrica em especial), indo atingir, posteriormente, as demais.

Constata-se que sempre havia uma ou algumas seções que a lideravam e sustentavam, geralmente compostas por operários mais especializados, o que se justifica face ao diferente posicionamento destes com relação aos sem especialização ou semiespecializados, caracterizados entre outras coisas, por estarem “mais garantidos” no emprego, devido à maior facilidade em arranjarem outro, na hipótese de serem despedidos.

Quando a greve chega a São Paulo, os resultados ainda são superiores, pelas seguintes razões:

- dispunha-se da experiência de São Bernardo do Campo;

- b) a oposição sindical de São Paulo já realizava um trabalho de base mais organizado;
- c) a questão das comissões de fábrica deixa de ser uma proposta teórica e se concretiza, efetivando-se, com muitos de seus integrantes conquistando até estabilidade;
- d) finalmente, a eleição para Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo contribuía, criando “clima” favorável ao avanço da greve.

4.1.3. Amadurecimento político dos trabalhadores

Portanto, o que se preparou não foi a greve de maio de 1978, mas, sim, a própria classe operária que ia-se preparando e se organizando, como ainda hoje o faz.

Então, ao deflagrarem a greve de maio de 1978, os trabalhadores fazem aquilo que o movimento sindical até aquele momento não percebe ser necessário fazer nas lutas anteriormente encaminhadas.

O movimento sindical não dispunha de trabalho de organização no interior das fábricas, desconhecendo, portanto, a capacidade, o potencial e a consciência de classe que os trabalhadores possuíam.

Sua ação paternalista levava-o a considerar-se único detentor das “soluções” dos problemas. Com isso, não busca novas formas de luta. Não incorpora propostas que os trabalhadores eram e são capazes de assumir.

Ocorre que, paralelamente, Lula se decepciona com o encaminhamento das lutas através da Justiça, diálogo com os patrões e Governo e outras alternativas dessa natureza, conforme já demonstramos e, com isto, aproxima-se das aspirações dos trabalhadores. Não que ele já tivesse ideia clara da greve (a este respeito, vide a entrevista de Gilson Menezes sobre a greve da Scania), mas, uma de suas principais qualidades é justamente ser possuidor de grande capacidade de captar as aspirações dos trabalhadores.

Além de Lula, vários outros diretores também amadurecem com a luta e começam a perceber essa perspectiva. Assim é que, a partir das greves de 78, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo deixará a via jurídica para a solução dos problemas e passará a “ouvir” os trabalhadores traduzindo em toda a plenitude suas aspirações e consciência de classe no encaminhamento das lutas que se sucederam.

Entretanto, os trabalhadores, como um todo, ainda não chegaram a ter condições com a greve de 1978, de avançarem muito em suas formas de organização no interior das fábricas. De um modo geral, não possuíam hábito de se encontrar para discutir seus problemas fora do local de trabalho e sempre tiveram muitas dificuldades para discuti-los dentro das fábricas, devido à repressão que sobre eles se abatia (e ainda se abate), pondo em risco sua própria sobrevivência.

Por isso, na greve, os trabalhadores, em geral, tiveram dificuldades de elaborar reivindicações, principalmente nas fábricas onde não havia trabalho de base mais constante, o que fez com que, nestes casos, as reivindicações não avançassem muito. Apesar destas limitações o saldo positivo da greve para os trabalhadores foi extraordinário.

A greve fez com que lhes despertasse a confiança em si mesmos e na sua classe, pois, mostrou-lhes não por palavras, mas, por experiência e vivência, aquilo que sempre afirmaram: “Unidos são fortes”. Ampliou sua visão política, pois, embora suas reivindicações fossem econômicas, elas supunham uma interferência política (Governo decreta ilegalidade da greve; contestação da lei de greve e da lei da política salarial, etc.). Discutiram-se determinados temas, antes considerados tabus: ilegalidade da greve, dissídio coletivo, lucro dos patrões, Sindicato, etc. Possibilitou-lhes descobrir ser possível medir forças com os patrões.

Esse entusiasmo, reforçado pela vitória conseguida (que mesmo não tendo sido os 20% reivindicados, foi um reajuste significativo), deu-lhes grande sentimento de segurança, confiança, combatividade, unidade, solidariedade, disposição e coragem para enfrentarem os próximos desafios. Houve, portanto, considerável avanço em termos de aprofundamento da consciência de classe, imprescindível, naquele momento, à continuidade do movimento na região e aos acontecimentos que se sucederiam. O aumento conquistado atingiu profundamente a “lei do arrocho salarial”. A nova situação exigiu reformulações na “lei de greve” e forçou a ocorrência de negociações diretas, desde há muito solicitadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Além do mais, ressalte-se ainda que foi essa greve que lançou o movimento operário no eixo das discussões políticas do País.

4.2. A greve não foi “espontânea”

O que demonstramos anteriormente, nos leva a afirmar que as greves não foram “espontâneas” como sindicalistas e imprensa chegaram a afirmar à época. O próprio Lula disse:

“são movimentos espontâneos que nascem da necessidade que o trabalhador tem de respirar.”

Em realidade, os trabalhadores se dispunham a ela e foram encontrando diversas formas de se organizarem e de controlarem a paralisação do trabalho.

Os fatos demonstrativos a este respeito estão bastante claros:

- a) nos próprios antecedentes das greves, já relatados;
- b) em algumas fábricas, sempre existiram pequenos grupos de trabalhadores pensando e divulgando a ideia de realização de uma greve;
- c) no processo de comunicação utilizado (“alerta geral”; “cochichos conversas entre as seções”; “recado de boca em boca”; “bilhetes e avisos nas máquinas e armários”; “acenos de mão”, etc.);
- d) no processo de realização da greve (“entrar, marcar o cartão de ponto e não trabalhar”; “paradas gerais e prolongadas”; “paradas curtas com volta ao trabalho e retomada da greve”; “parar depois do cafézinho”; “se não der certo, já estamos dentro da fábrica, é só voltar a trabalhar”; “ficar perto da máquina”; “conversar em grupinhos”; “não criar tumultos e nem quebrar nada”; “quem furar a greve machucar sem ninguém perceber”; “ao saírem das fábricas, caminharem diretamente para os ônibus”; “nas assembleias realizadas dentro das fábricas ou no Sindicato, peças importantes da organização da greve”, etc.).
- e) nas formas de negociação (“exigência de negociações através do Sindicato”; “despistamento da imprensa, patrões e Delegado Regional do Trabalho dizendo que não havia cabeça da greve porque não era greve, e, sim, paralisação, e que as negociações deveriam ser mantidas com todos”, etc.).

4.3. A greve não foi organizada

Mas, também, as greves não foram “previamente organizadas” nas fábricas. A “surpresa” de dirigentes sindicais, quando de sua eclosão, a ausência de lideranças previamente destacadas para conduzirem o movimento no interior das fábricas, entre outros fatos, comprovam essa afirmação.

O que vinha ocorrendo era um amadurecimento político coletivo da classe e o aprofundamento de sua consciência como um todo, expresso na maior disposição de luta e combatividade, demonstrado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Por não perceberem isso, foram muitos os que procuraram buscar uma explicação “extraclasse operária” para justificar essa greve (multinacionais, etc.), conforme mencionamos anteriormente, negando a característica de ter sido um movimento autônomo e realizado de forma independente pela classe. Em parte, essa interpretação ocorreu porque no passado essas ações, de modo geral, sempre foram impulsionadas, organizadas e dirigidas por movimentos ou grupos externos a eles, os quais não só impediam como chegavam a negar a capacidade da própria classe de expressar-se, articular-se e organizar-se por si mesma.

4.4. A atuação dos patrões

Pegos de surpresa, ao ser deflagrada a greve, os patrões assim reagiram:

- a) de início, agem isoladamente, só aceitando dialogar “dentro da lei” e exigindo a volta ao trabalho; houve, nessa fase, divergências e vacilações entre eles;
- b) depois, partem para pressões sobre os operários: políticas (ameaçam chamar segurança em muitos casos, chegam realmente a chamar; divulgam amplamente a decisão da Justiça do Trabalho, considerando a greve ilegal, etc.); econômicas (ameaçam despedir os operários por causa da greve, advertindo-os de que não encontrará colocação com facilidade, afirmam que a empresa poderá aguentar a greve por muito tempo e os trabalhadores não; ameaçam não pagar as horas paradas, etc.); ideológicas (dizem que o Sindicato não representa os trabalhadores e está traindo-os; asseguram já terem chegado a acordo com o Sindicato; fazem promessas de atender os pedidos, se voltassem a trabalhar, dizendo que, mesmo se outras empresas não dessem nada, eles dariam; algumas vezes, prometeram dar o que outras empresas dessem; pressionaram também, de forma organizada, conseguindo fazer trabalhar primeiro a seção mais estratégica, ligando as máquinas mesmo que os operários não trabalhassem; impediram a circulação e troca de informações dentro das fábricas);
- c) finalmente, unem-se para fazer frente a greve, através de reuniões conjuntas das associações patronais como SINFAVEA, SINDIPEÇAS, SIMESP, FIESP, etc.

4.5. A atuação do Governo

A exemplo dos patrões, o Governo também é pego de surpresa.

Num primeiro momento, devido à política de “abertura”, o Governo optou pelo diálogo, mas, dentro da lei. Num segundo momento, cai a máscara do diálogo e a greve é decretada ilegal, embora o Ministério do Trabalho não tivesse intervindo diretamente nos acontecimentos.

Essa medida foi importante aos patrões e utilizada de várias formas pelas empresas para pressionarem os trabalhadores.

Verificou-se também a presença de representantes da Delegacia Regional do Trabalho nas fábricas, ora pedindo que os operários voltassem a trabalhar, ora ameaçando-os com repressão policial.

O Governo chegou também a colocar à disposição dos patrões a força policial, com o envio de tropas de choque para o ABC que, certamente, teria entrado em ação se a forma da greve tivesse sido diferente da que foi. Essa preocupação, em face à possível repressão, levou inclusive Lula a encontrar-se com o Comandante do II Exército, General Dilermando Monteiro, ao qual expôs sua

versão da greve, diversa, naturalmente, da apresentada antes pelos patrões que também o haviam procurado.

Utilizaram-se ainda os meios de comunicação para intimidar os trabalhadores (por exemplo: no Programa Vox Populi, a entrevista de Lula foi ao ar com a condição de ser lido nos intervalos um comunicado do Governo sobre o direito dos que queriam trabalhar) e usaram da censura, impedindo que rádio e televisão noticassem a greve, julgando com isso, impedir seu alastramento.

Finalmente, num terceiro momento, o Governo acena com uma possível revisão da Lei de Greve, querendo com isso demonstrar que estava disposto a melhorar a legislação em benefício dos trabalhadores. Todavia, como veremos mais à frente, quando é decretada a nova Lei de Greve, ela é muito mais rigorosa do que a anterior.

4.6. A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

Apesar das limitações já apontadas e das que ainda especificamente indicaremos, com as lutas até então realizadas, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo teve um papel destacado no sentido de criar um “clima favorável” à deflagração da greve; de mostrar que ele próprio poderia tornar-se um instrumento de luta e apoio efetivo à classe, abrindo espaço para que a greve se alastrasse mais rapidamente por um número maior de fábricas.

Relembrando as lutas até então realizadas, registramos:

- a) Dissídio em separado da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo;
- b) Vitória no TRT;
- c) Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%;
- d) Congresso da Mulher Metalúrgica;
- e) Reeleição e posse de Lula;
- f) Denúncia do dissídio coletivo de 1978;
- g) 1.º de maio de 1978;
- h) Ampla divulgação às portas de fábrica do jornal “Tribuna Metalúrgica”;
- i) Pronunciamentos de Lula à imprensa e diálogo com empresários e políticos;
- j) Presença e atuação de vários diretores de base às portas e interior das fábricas (o que passou a ocorrer a partir da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%).

Esses movimentos iriam contribuir para desfazer a ideia que os trabalhadores tinham do Sindicato (“diretores pelegos”; “Não faz nada”; “só serve para assistência médica”, “só defende o patrão”; “é do Governo”, etc.) e apontar “saídas” que não fossem apenas imediatas e individuais, mas, em termos coletivos.

No entanto, apesar desses aspectos positivos, é preciso reconhecer se que a ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, especificamente nessa greve, apresentou muitas limitações e deficiências. Em parte compreensíveis e justificáveis, pois, para os diretores ainda recém-empossados, na maioria dos casos, seriam essas as primeiras greves e negociações de que participariam, razão pela qual louve-se sua atitude de aceitação e de acompanhamento — na prática — dos acontecimentos que os fizeram amadurecer e crescer em termos de experiência, capacidade de organização e vivência política, em conjunto com os trabalhadores.

Além do mais, é preciso lembrar que fazer greve naquela conjuntura política constituía-se numa proposta muito avançada para a época. A título de exemplificação, lembramos que nem sequer se pronunciava a palavra greve, mas, sim, paralisação ou “interrupções momentâneas”, tendo havido controvérsia (por parte da imprensa, Governo e empresários), até que passaram a admitir que realmente se tratava de greve.

Quanto às limitações, destacamos que a Diretoria do Sindicato julgava que, com a greve, as empresas logo cederiam às reivindicações dos trabalhadores, por não aguentarem ficar paradas. Todavia, isso não ocorreu. Ford e Villares, por exemplo, surpreenderam-nos. Faltou uma distribuição mais organizada do trabalho dos diretores, que se perdiam diante da necessidade de sua presença em várias fábricas ao mesmo tempo, e assim por diante.

A maior crítica que se fez à atuação da Diretoria do Sindicato, até esse momento, é que não tinham uma visão da importância da organização do trabalho de base. Por isso, serviu, no máximo, de intermediário, negociando o acordo entre patrões, trabalhadores e DRT.

Na opinião de trabalhadores de algumas empresas, essa intermediação do Sindicato foi mais prejudicial do que benéfica, face à inexperiência os diretores em negociarem com os patrões. Por essas razões, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo não representou, integralmente, em termos de encaminhamento da luta, as aspirações dos trabalhadores. Agiu em grande parte pressionado pelas circunstâncias e nem sempre foi capaz de controlar inteiramente a nova situação criada pelo desenrolar dos fatos.

Haja vista que, pelo menos oficialmente, o Sindicato fez questão de se mostrar isento de qualquer responsabilidade quanto à deflagração da greve, bem como não pôde encampá-la e assumir o seu comando (“a movimentação tem nada a ver com o Sindicato”, disse Lula), pois, assim, se exporia a uma intervenção governamental, naquele como momento de ascensão da classe operária, considerada por sua Diretoria como prejudicial ao encaminhamento futuro da luta.

5. Níveis de contribuição às greves

Contribuição importante para a eclosão e sustento da greve, foi dada pela atuação organizativa, simplesmente reivindicatória ou de denúncia, por alguns setores da classe operária que entrelaçaram suas experiências e atuações, embora, na maioria das vezes, de forma assistemática. Nesse sentido identificam-se:

5.1. Operários que não tiveram uma prática organizada anteriormente ao período 64/68, nem mesmo nos anos das “lutas difíceis”, mas, conscientes de sua condição de explorados, sempre se mostraram dispostos a lutar, embora individualmente ou apenas em determinados momentos ocasionais.

São trabalhadores que se mostravam “valentes”, “marrudos”, “que não se deixavam pisar”, e assim por diante. O grande problema é que sua ação era sempre individual e não contava com uma prática organizada. Aliás, a ação individual é muito mais uma reprodução da ideologia imposta pelo sistema do que uma “forma de luta”, (por exemplo, operários que se dirigem sozinhos ao chefe, solicitando aumento e justificando serem mais capazes do que os companheiros).

Além disso, a maioria desses operários pertencia a uma geração relativamente nova, sem herança de luta no passado, razão pela qual não havia, à época, chegado a perceber a luta coletiva como forma adequada para o encaminhamento dos problemas da classe. Entretanto, a prática individual e a consciência de explorados torna-se, na greve, um potencial significativo.

Em muitos casos, tiveram atuação importante e lideraram o movimento em suas seções. Isto significa que na medida em que vai sendo descoberto que é possível organizar-se coletivamente a luta, a ideologia individualista do sistema vai sendo eliminada e cedendo vez à coletiva. As ações esporádicas vão dando lugar às permanentes e organizadas.

5.2. As antigas lideranças, que sempre estiveram comprometidas com as lutas da classe operária — constituíam-se de operários que desenvolveram prática vinculada aos Sindicatos, nos anos anteriores a 1968.

Nos anos das “lutas difíceis” introduzem modificações em sua atuação. Apesar das dificuldades, passam a organizar pequenos grupos de operários nas fábricas ou nos bairros; aproveitam as “brechas” de luta através do Sindicato, como outras maneiras de agir.

Durante a greve, juntaram-se às lideranças mais novas e transmitiram a experiência organizativa que possuíam, dando, por isso, fundamental contribuição.

5.3. A atuação de militantes de organizações que se diziam revolucionárias, com contribuições positivas como:

- a) levantando e propondo bandeiras de luta;
- b) denunciando problemas relativos às condições de vida e de trabalho;
- c) desenvolvendo trabalho de agitação e panfletagem junto aos trabalhadores.

Por outro lado, pecaram, entre outras razões, pelas seguintes:

- a) por não terem sido capazes de perceber e acompanhar o avanço dos trabalhadores como um todo, no sentido de aprofundamento de sua consciência de classe durante os “anos das lutas dificeis”;
- b) por apresentarem propostas de “fora para dentro” (a maioria deles não eram sequer operários, adquirindo essa condição apenas para desenvolverem o trabalho político a que se propunham);
- c) por serem muito “apressados” e “precipitados” na execução de suas tarefas, o que apavorava os trabalhadores e os expunha facilmente à repressão que os eliminava sem dificuldades, alguns dias após ingressarem no interior das fábricas;
- d) por estarem sempre querendo formar e ampliar seus “quadros”. Não estando afim de fazer com que os trabalhadores avancem. Querem que o trabalho realizado sirva para apoiar e divulgar suas posições, perante os trabalhadores e Sindicato. Por isso, o trabalho que realizam no interior das fábricas é fechado e voltado para eles próprios.

Em conclusão: estão sempre atrasados em relação aos trabalhadores ou excessivamente adiantados.

5.4. Finalmente, as novas lideranças, formadas por uma juventude (de 20 a 30 anos) as quais, de fato, assumiram e conduziram a greve.

Componentes dessas lideranças passaram a formar pequenos grupos que se encontravam informalmente ou não, nos horários de refeições, saída da fábrica, presença nos botecos, etc. para conversarem sobre suas condições de trabalho e de vida e formas de organizarem-se coletivamente. Mostravam-se sempre dispostos e capazes de aglutinarem-se, rapidamente, diante da possibilidade efetiva de realização da greve.

As lideranças foram se formando e se preparando através das pequenas ações desenvolvidas, especialmente, durante os “anos das lutas dificeis”.

Faltava-lhes, é certo, referências históricas do movimento operário e sindical, supridas em parte, pelas informações que os operários mais velhos lhes transmitiam. Por isso, as greves estudantis ocorridas, à época, foram muito importantes para eles, pois, constituíram-se como base desse tipo de luta.

A grande falha, certamente, foi (por inexperiência) não terem estabelecido a necessária ligação entre as seções mais especializadas em que trabalhavam, de um modo geral, e as dos trabalhadores de outras, o que, talvez, justifique o fato de nem todas as fábricas chegarem a parar totalmente.

6. Após as grandes greves de maio...

Entre a assinatura do protocolo intersindical, a 27 de julho de 1978, com o Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo e o III Congresso dos Metalúrgicos, fatos ocorreram que direta ou indiretamente envolveram o movimento operário e sindical de São Bernardo do Campo. Embora sucintamente, queremos registrar:

6.1. 5º Congresso da CNTI

O 5.º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) foi realizado no Rio de Janeiro, entre 24 e 29 de julho de 1978, presidido por Ari Campista. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo compareceu, tendo Lula à frente de sua delegação.

Nas reuniões preparatórias, realizadas em São Bernardo pela delegação do Sindicato dos Metalúrgicos, chegou-se à conclusão de que a única maneira de poder o órgão vir a ter uma participação efetiva no Congresso, seria modificando seu Regimento Interno.

Com esse objetivo, convocou-se uma reunião com dirigentes sindicais de todo o Brasil, mas somente oito compareceram.

Iniciado o Congresso, logo surgiram as divergências, colocando, de um lado, os sindicalistas oposicionistas (chamados pela imprensa de oposição sindical), liderados por Lula, e, de outro, os pelegos sob o comando de Ari Campista.

O desentendimento conforme já se esperava foi decorrente de determinações do Regimento Interno elaborado pela Diretoria da CNTI, que limitava a participação nas 20 subcomissões a apenas 600 delegados dos 6 mil presentes, além da presidência destas subcomissões ter sido dada aos

presidentes de Federações e a adoção do voto no Plenário Geral por delegações, ao invés de por delegados.

Quando chegaram ao Rio, entretanto, a delegação de São Bernardo constatou que o número dos que haviam aderido à proposta de alterações no Regimento Interno havia aumentado substancialmente.

Mas, Ari Campista recusou-se a pôr em votação o Regimento alternativo proposto pelos oposicionistas, mandou cortar o som dos alto-falantes, quando esses sindicalistas tentaram usar a palavra. Com a insistência dos oradores, os alto-falantes passaram a transmitir músicas de Roberto Carlos, a todo volume.

No dia seguinte, Ari Campista pôs o Regimento Interno em discussão. Cinco oradores deveriam falar a favor e 5 contra o Regimento. Ingenuamente, os últimos, ao invés de falarem contra o Regimento, ocuparam o tempo criticando Ari Campista.

Na hora da votação, para obter maioria, Ari Campista pediu aos delegados que se distribuissem à direita ou à esquerda da mesa, conforme seu apoio ou não ao Regimento originalmente apresentado. O objetivo dessa divisão era impedir que seus eleitores mudassem de posicionamento, visto que, dessa forma, teriam que se expor, atravessando o salão.

Houve protestos dos sindicalistas, oposicionistas mas, a noite, não só descartaram a ideia de realizar um outro Congresso paralelo, como, também, concluíram que o simples acesso ao plenário para expor suas teses já era uma vitória. Em documento então emitido, acusaram Ari Campista, de “extremo totalitarismo”, por não permitir a discussão democrática do Regimento, e “passar para a História como colaborador dos que tentam vestir uma camisa de força no movimento sindical.”

Ao término do Congresso haviam sido apresentadas duas mil e quinhentas teses, cujos temas falavam de tudo, menos dos principais problemas e lutas dos trabalhadores. Além disso, foram examinadas ao ritmo de quatro minutos cada, por comissões que se reuniram muitas vezes sem “quórum”, e centenas de resoluções eram aprovadas num Plenário que delas tomava conhecimento pela primeira vez. Esse foi o balanço final do 5.º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que, segundo o Presidente da CNTI, Ari Campista, foi “um êxito total.”

Assim, num clima de desinteresse, porque mais de dois terços dos delegados voltaram a seus Estados, sem esperar pela Carta Sindical e pelas conclusões das Comissões, o Congresso foi encerrado.

Todavia, esse Congresso foi importante porque, é a partir dele que, nacionalmente, ficaram de fato conhecidas as posições e propostas do chamado “sindicalismo combativo”.

Além do mais, estes oposicionistas passaram a atuar mais ou menos organizados, através do que passou a ser conhecido como “Intersindical”, reunindo dirigentes de vários Estados, entre eles, especialmente, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Por outro lado, a seu término, os sindicalistas da oposição emitiram Carta de Princípios (vide Apêndice 14), que repercutiu mais e foi mais divulgada nacionalmente do que as Resoluções do Congresso.

6.2. Alteração na Lei de Greve

A 4 de agosto de 1978, o Governo baixa decreto-lei alterando a lei de greve no Brasil.

Anteriormente, já era quase impossível, dentro da lei, realizar-se greve no Brasil. Embora esse direito esteja assegurado na Constituição, a Lei 4.330, que, a partir de junho de 1964, passou a regulamentá-la, tornou a greve muito pouco provável, se fosse obedecida a legislação.

Com as grandes greves de maio de 1978 e as que se sucederam em todo o País, nos mais diferentes setores econômicos e categorias profissionais, a Lei 4.330 perde sua eficácia, tornando-se um texto desmoralizado por não ser cumprido.

Torna-se necessário aperfeiçoá-la, do ponto de vista do sistema, objetivando-se:

- a) impedir que greves como as de maio de 1978, quando a classe operária criou “táticas” diferentes, voltem a ocorrer;
- b) assegurar que certos setores, considerados fundamentais à sociedade, não façam greves, devido aos “transtornos” que acarretam.

Essas modificações vieram por meio do Decreto-Lei 1.632, de 4 de agosto de 1978.

Através deste, foi feita uma “redefinição” com relação às atividades essenciais — proibidas de greve pela Lei 4.330. Serviço funerário, hotéis e comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade foram atividades desclassificadas pelo novo ato, que incluiu em seu lugar, outros dois: bancos e ambulatórios. Continuam proibidos de fazer greve os serviços de água e esgotos; energia elétrica; petróleo; gás e outros combustíveis; transportes; comunicações; carga e descarga; hospitais; maternidades; farmácias e drogarias. O Decreto-Lei alterou, também as penalidades previstas: o enquadramento na Lei de Segurança Nacional foi substituído pela Consolidação das Leis

do Trabalho, num processo gradual que compreende advertência, suspensão de até 30 (trinta) dias e demissão por justa causa.

Ora, tal decreto, por não conter mais, em primeira instância, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional (embora continue a prever, se o Ministério do Trabalho julgar necessário, que o grevista pode ser enquadrado na Lei, após ser demitido da empresa) e por facultar a graduação das penalidades, pode parecer mais brando e até com penas mais leves. No entanto, pelo contrário, ele facilita a punição, que passa a dar-se à vontade das empresas que podem punir sem maiores justificativas. Para exemplificar, basta dizer que até as “greves-tartaruga” que anteriormente não podiam ser reprimidas sem contestação legal passam a sê-lo, através do Artigo 2.º do Decreto-Lei.

6.3. Proibição de Reuniões Intersindicais

No princípio de setembro de 1978, vários dirigentes sindicais reuniram-se no Rio de Janeiro para se prepararem com vistas à ida a Brasília, a fim de acompanharem e pressionarem o Congresso Nacional na votação do Projeto de Reformas Políticas.

A respeito desse encontro, Lula declarou

“ser preciso fazer alguma coisa no sentido de pressionar o Congresso Nacional para não deixar passar mais essa proibição à classe trabalhadora.”

Acontece que o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, pelos canais de televisão censurou o encontro e ameaçou, com a cassação, os dirigentes sindicais que desejavam cumprir a intenção de ir a Brasília.

Em resposta, os dirigentes emitiram nota intitulada “Aos trabalhadores Brasileiros” (vide Apêndice 15).

Após essa nota, a 9 de setembro de 1978, o Ministro do Trabalho distribui Portaria, proibindo os dirigentes sindicais de

“promover ou participar de reuniões de caráter intersindical, vedadas na legislação vigente.”

Nos “considerandos”, diz que a legislação não prevê o comando único e identidade de ação em associações de categorias diferenciadas; que

“se esboçam tentativas de unir sindicatos ou grupos de categorias, com objetivo de criar Comando Único de Trabalhadores ou Pactos de Ação Comum; que a atividade

político-partidária, a propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições vigentes ou de candidaturas a cargos eletivos, é vedada aos sindicatos, por desviar a entidade de suas reais finalidades.”

Como se percebe, com essa Portaria o Governo tenta evitar que sejam lançadas bases para criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a transmissão da experiência grevista de São Bernardo do Campo.

Entretanto, essa Portaria, em grande parte, surtia os efeitos almejados pelo Ministério do Trabalho, pois, das três dezenas de dirigentes que haviam participado da reunião, no Rio de Janeiro, e assinado a nota contrária às declarações do Ministro, nem uma dezena foi a Brasília.

Alguns dos presentes como Lula, Henos Amorina, Jacó Bittar, Dídimo Paiva, Arnaldo Gonçalves, João Paulo Pires de Vasconcelos e Pedro Gomes Sampaio, regressaram, sem que nada lhes tivesse ocorrido ou aos seus Sindicatos. Quer dizer, a disposição de ida desses dirigentes fez com que o Ministério do Trabalho retrocedesse em suas ameaças e intenções.

Por outro lado, essa ida a Brasília foi importante, porque era a primeira vez, após 1964, que o movimento sindical fazia pressão junto ao Congresso Nacional.

Com isso, a partir deste episódio, criou-se o hábito após 1964, de vários dirigentes sindicais irem à Brasília, ao Congresso Nacional, sempre que projetos de lei de interesse dos trabalhadores estivessem em discussão ou em votação, demonstrando, com essa atitude, não estarem mais dispostos a aceitar simplesmente as decisões do Legislativo ou do Executivo.

6.4. Participação Política dos Trabalhadores

No movimento sindical sempre existiram dirigentes que vêem o movimento sindical com excessivo “purismo” a ponto de considerarem-se apolíticos.

Julgam-se comprometidos apenas com a classe operária, abstraindo-se de qualquer vinculação política e acreditando que o Sindicalismo irá resolver todos os problemas dos trabalhadores.

Entre outras, exemplificamos, com a declaração concedida por Lula em entrevista no Programa **Vox Populi** da TV Cultura, Canal 2, de São Paulo, em maio de 1978, quando afirmou:

“Não tenho pretensões políticas, não sou filiado a partido político e tenho certeza que jamais participaria da vida política, porque eu não sirvo para político.”

Mas, é a partir das greves de maio de 1978, que os trabalhadores, especialmente alguns dirigentes sindicais, começaram a rever essa posição e passaram a entender a necessidade da participação política.

É, então, que Lula e mais alguns outros dirigentes sindicais vão perceber que Sindicato e política são coisas comuns. Isto é, que a luta sindical se dá também no campo político e que, por isso, não bastava lutar apenas por reivindicações da categoria.

A greve os havia despertado para essas conclusões que se vão dando ao longo de inúmeras conversas e reuniões, formais ou informais, que dirigentes sindicais de todo o país passaram a efetuar.

Nessas conversas, demonstravam desapontamento com a omissão dos políticos na defesa das lutas que haviam empreendido. Nenhum partido, por exemplo, se manifestara favoravelmente com relação à greve de 1978. Pelo contrário, ficaram receando que elas pudessem prejudicar a “abertura” e políticos como Franco Montoro apresentaram projetos de leis paternalistas e eleitoreiros, prevendo concessão de abono aos trabalhadores as quais, se aprovados, viriam contribuir para esvaziar a mobilização dos trabalhadores em torno do movimento grevista.

Em seus contatos com os políticos, os dirigentes sindicais sentiam-nos distantes das necessidades da classe trabalhadora, excessivamente elitistas e paternalistas para com eles.

Isso era percebido, especialmente, quando iam ao Congresso Nacional tratar ou pressionar os políticos para solucionarem questões de interesse dos trabalhadores.

Esses dirigentes sindicais se consideravam tratados pelos políticos como “inocentes e bobinhos”; como “quem não sabe o que quer”; como “quem não sabe como deve ser feito o que está querendo fazer”. Suas ideias eram sempre apropriadas pelos políticos que diziam “podem deixar que eu faço esse ofício...” ou “vou apresentar um projeto com essa sua ideia...” ou “nós resolveremos esse problema para você...”

Essas idas ao Congresso foram extremamente importantes para fazê-los passar a “pensar” na ideia de criação de seu próprio Partido.

Outro fato significativo a esse respeito, foi que alguns dirigentes sindicais haviam trabalhado na campanha de alguns políticos do MDB nas eleições de 1978, especialmente na de Fernando Henrique Cardoso.

Através dessa participação, mantiveram contatos com inúmeros candidatos e, após a eleição, sentiam mudança de comportamento desses políticos com relação a eles.

Participaram de diversos encontros e reuniões com políticos oposicionistas em que sentiam dificuldades para expor os problemas dos trabalhadores e suas reivindicações.

Em São Sebastião (SP), por exemplo, foi realizado um Encontro do MDB. Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínea, Pedro Gomes Sampaio, do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, haviam sido convidados a participar.

Nesse Encontro, pela manhã, Franco Montoro havia feito uma intervenção abordando temas mais ligados aos trabalhadores, tais como liberdade sindical, estabilidade no emprego, etc. Fernando Henrique Cardoso respondeu-lhe afirmando que aquele não seria o momento de discutirem tais temas, os quais, estavam programados para ser debatidos na sessão da tarde.

Quer dizer, ele afastava inteiramente os temas das lutas operárias e sindicais da ação política mais geral do Partido.

Nesse dia os sindicalistas presentes ao Encontro, sentiram também a falta de receptividade ao que falavam.

Bittar relatou-nos que, sentado à mesa, disse não entender porque
“um partido de oposição não conseguia abraçar as bandeiras dos trabalhadores.”

Citou o que havia presenciado pela manhã e completou afirmando que
“estava havendo dificuldades do Partido em levantar aquelas bandeiras.”

E mais:

“que o golpe havia sido feito contra a classe trabalhadora e que, por isso, não conseguia entender como um partido de oposição não abraçava as bandeiras dos trabalhadores.”

Após, travou-se contundente debate entre os presentes.

Das falas, destacam-se os pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso, que pediu aparte e falou:

“Poxa, até estou achando que estamos numa democracia...”

e o de Freitas Nobre que disse:

“Nós parlamentares não podemos esquecer que temos o risco do nosso mandato...”

Jacó Bittar os responderia, dizendo que

“enquanto os parlamentares têm o mandato em risco, os trabalhadores têm o risco do emprego.”

Essa decepção com os políticos tornou-se patente com a viagem a Brasília, dos dirigentes sindicais, já mencionada anteriormente, que se fez necessária para suprir a ausência de parlamentares que os representassem e assumissem posições tomadas pelas bases.

Por outro lado, os dirigentes sindicais consideravam que a anunciada democratização do País, deixava a desejar quanto aos interesses dos trabalhadores, porque não iria modificar em nada a CLT.

Argumentavam também que a democracia mais interessante ao trabalhador não era idêntica à que muitos políticos, empresários, jornalistas, intelectuais e outros anunciam (liberdades democráticas; eleições diretas; anistia ampla, geral e irrestrita, etc.) porque para o trabalhador, ela diz respeito, especialmente, ao atendimento de suas condições concretas de vida dentro e fora dos seus ambientes de trabalho (direito à habitação, alimentação, educação, chefias não autoritárias, direitos mínimos no interior das fábricas, etc.).

Essas trocas de ideias e discussões entre os dirigentes sindicais iam ocorrendo independentemente do fato que se avolumava nacionalmente (de modo especial através da imprensa) o debate sobre o fim do bipartidarismo com a extinção do MDB e ARENA e a formação pluripartidária de novos partidos políticos.

Notaram, então, que estavam surgindo setores do Governo, do meio político e empresarial querendo formar ou ressuscitar partidos com a denominação de “trabalhadores” para que deles a classe operária participasse (PTB de Brizola e Ivete Vargas; Partido Social-Trabalhista de Maluly Neto, Partido Trabalhista proposto por alguns empresários e outros).

Todos esses fatos aceleraram a ideia da necessidade de participação política do trabalhador.

A princípio, face à vigência do bipartidarismo admitiam que isso poderia vir a ocorrer no próprio MDB.

Essa ideia foi sendo clarificada, amadurecida e consolidada através de sucessivas reuniões anteriores à reformulação partidária, não tendo, portanto, saído diretamente dessa ou daquela reunião.

Algumas dessas reuniões foram as seguintes: Em Santos, onde Lula não compareceu, estavam presentes, entre outros, Jacó Bittar, João Carlos de Araújo (Negrão), Arnaldo Gonçalves, Pedro Gomes Sampaio, Arnóbio Silva e Almiro Afonso.

Em Porto Alegre, no Sindicato dos Metalúrgicos, realizou-se também uma reunião à qual compareceram vários dirigentes sindicais.

Na casa de Jacó Bittar, em Campinas, estiveram presentes, além dele, Henos Amorina, José Cicote, Paulo Scromov e mais algumas pessoas.

Realizaram-se ainda várias reuniões em São Paulo, especialmente no Sindicato dos Couros de São Paulo e, obviamente, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Nessa fase, os nomes que mais se destacaram, em termos de comprometimento com as ideias que motivaram essas reuniões, foram os de Jacó Bittar, cuja presença merece destaque, Lula, José Cicote, Henos Amorina, Paulo Scromov, Olívio Dutra e Francisco Aldo Filho, do Ceará. Muitos dos outros mostravam-se cautelosos, porque já estavam com sua opção político-partidária definida.

Dessas reuniões, concluem os participantes que se tornava preciso impedir que o trabalhador continuasse sendo usado e manipulado como “massa de manobra”; concordaram também já ter chegado o momento de o operário deixar de ser instrumento e ficar simplesmente acatando aquilo que os outros lhes determinavam. E que isso só iria ocorrer se o trabalhador viesse a participar da política.

A partir daí é que a discussão deixa de ser apenas em torno da participação política dos trabalhadores e começa a ser em função da necessidade de criação de um partido político deles próprios, embora as possibilidades de sua viabilização ainda não fossem cogitadas.

Passaram a acreditar que, da mesma forma que eles foram adquirindo experiência e visão política, bem como sentindo a necessidade de participarem politicamente da vida do País, o mesmo poderia vir a ocorrer com os trabalhadores de um modo geral, desde que dispusessem de um canal de expressão.

Por isso, concluem que poderiam, devagar, criar um partido independente e sem vínculos com a classe patronal que se fizesse presente no dia a dia dos trabalhadores e que “fizesse política” diferentemente daquela de que estavam sendo objetos.

Lula, a essa época, absorvido pelas greves em São Bernardo, nem sempre podia fazer-se presente às reuniões, sobretudo quando eram realizadas em outras cidades.

Todavia, ele que já se tornara o principal dirigente dos chamados “sindicalistas combativos” iria, igualmente, transformar-se, a partir daí, na principal expressão da ideia de criação do Partido dos Trabalhadores.

Fazendo-se ouvir nacionalmente, e, tendo suas opiniões divulgadas pela imprensa, passa a externar pontos de vista que expressam os pensamentos representativos daqueles que há algum tempo já vinham realizando reuniões para discutir a ideia.

Em princípios de julho de 1978, próximo ao 5.º Congresso da CNTI, Lula anuncia que poderia levar a plenário a proposta de formação da Frente Ampla dos Trabalhadores, como embrião de um possível partido político da classe.

Essa afirmação foi feita no Congresso dos Trabalhadores de Petróleo, realizado na Bahia, e, em resposta à proposta de setores oposicionistas de criação da Frente Nacional de Redemocratização, sobre a qual afirmou que

“estava muito ampla para meu gosto,”

acentuando que

“o momento é oportuno e os dirigentes sindicais e trabalhadores terão que definir a posição da classe em termos políticos.”

Segundo ele, diante dos desejos de reformas políticas,

“ninguém terá melhores condições de formar um partido que a classe trabalhadora.”

Essas declarações repercutiram nacionalmente e, pela primeira vez na imprensa, jornais da Bahia publicaram em manchete o nome do “Partido dos Trabalhadores.”

Finalmente, em 16 de setembro de 1978, pela primeira vez numa concentração pública, Lula defende a criação do Partido dos Trabalhadores. Ele falou perante um público de 300 pessoas reunidas na Livraria Brasiliense de São Paulo, durante o lançamento do livro “Compromissos” do Deputado Eduardo Suplicy.

Na ocasião, Lula falou sobre

“a criação de um partido político que representasse os trabalhadores.”

Repeliu, porém,

“qualquer relação com o extinto PTB”

e salientou:

“não importa qual seja a sigla, mas, sim, os princípios.”

Assim, exatamente no dia 11 de dezembro de 1978, a ideia de criação do Partido dos Trabalhadores foi formalmente lançada em reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

NOTA

1. As greves de maio de 1978. Santo André, texto mimeografado, 1978.

Capítulo 10 — III CONGRESSO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

1. I Congresso

Os Congressos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo tiveram início em 1974.

Conforme já demonstramos, desde 1969, especialmente por ocasião das Campanhas Salariais, passou-se a verificar que, devido à existência de indústrias modernas e multinacionais em São Bernardo e Diadema, implantou-se aí um sistema de produção que dava, aparentemente, algumas vantagens ao trabalhador (vestuário, alimentação, condução, etc,) mas, na prática, explorava-o muito mais do que as antigas empresas existentes na região.

Referindo-se a esse fato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo assim se expressou:

“nos últimos trinta anos, as condições de trabalho no Brasil sofreram óbvias transformações, assim como a estrutura da economia e quase tudo o mais no país. A legislação trabalhista é uma exceção: apesar de algumas leis recentes, como a que instituiu, em 1965, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o trabalho e a atividade sindical são regidos especialmente por um texto do Estado Novo – a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943.”

Daí, durante a gestão de Paulo Vidal, sugestionado por advogados do Sindicato e técnicos do DIEESE, partiu-se para a realização do 1.º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, com o objetivo de avaliar a situação considerada específica dos trabalhadores de São Bernardo e Diadema, e propor possíveis reivindicações para atualizar a legislação sindical e obter sua autonomia.

O Congresso foi realizado na Sede do órgão, nos dias 6, 7 e 8 de Setembro de 1974, com a presença de 250 trabalhadores.

Durante sua realização, foram pronunciadas conferências sobre os temas:

- Sistemática Trabalhista Brasileira;
- Acidentes do Trabalho e suas consequências econômicas e sociais.

Após as conferências, pronunciadas por advogados do Sindicato e técnicos do DIEESE, procedia-se ao debate e tomavam-se deliberações sobre o tema.

Ao término do Congresso, foi emitida a “Declaração de São Bernardo do Campo”, contendo as Resoluções a que haviam chegado (vide Apêndice 16).

A iniciativa de realização deste I.º Congresso, por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, foi um fato extremamente importante, sobretudo se levarmos em conta a situação política do País, à época.

2. II Congresso

Já o II Congresso, realizado sob a presidência de Lula, nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 1976, com 250 participantes, avançou muito pouco ou praticamente nada com relação ao primeiro. A bem dizer, restringiu-se a discutir e reafirmar a declaração do Congresso anterior.

Além do mais, tal Congresso foi marcado pela presença do delegado Regional do Trabalho, Sr. Vinicius Ferraz Torres e do Governador Paulo Egydio Martins, o que fez com que aumentasse o número de agentes do DOPS ali presentes.

Na seção a que Paulo Egydio compareceu, Lula disse:

“O Governador ouvirá verdades duras como também poderá dizer as suas.”

Após, vários dos presentes formularam perguntas ao Governador.

Todavia, as presenças mencionadas fizeram com que muitos trabalhadores mais combativos se ausentassem do Congresso, ou, embora presentes, se vissem sem condições de expor suas ideias, o que provocou críticas à organização do encontro de responsabilidade da Diretoria.

A exemplo do Congresso anterior, ao seu término foram aprovadas suas Resoluções (vide Apêndice 17).

3. III Congresso

3.1. O “Grupão”

Assim, chegamos ao III Congresso, realizado de 6 a 15 de outubro de 1978, após, portanto, as greves de maio do mesmo ano. Tal fato foi muito importante, pois, os trabalhadores que participaram desse Congresso já traziam consigo experiência de luta no interior das fábricas e de participação na greve.

A partir dessa greve é que muitos trabalhadores, principalmente ativistas que com ela surgiram, passam a valorizar mais o Sindicato, e dele participar, pois, percebem constituir-se o órgão excelente campo e instrumento de atuação.

Por outro lado, até o III Congresso, as possibilidades dessa participação, de forma mais ampla e efetiva, a ponto de influir nas decisões do Sindicato, por parte de quem não pertencia à Diretoria, eram remotas, entre outros motivos devido à influência personalista de Paulo Vidal opondo-se a que se dessem condições de atuação aos trabalhadores que realizavam ação de base nas fábricas.

Lula começa a chamar a atenção para a necessidade de um relacionamento diferente com os ativistas, mostrando a seus companheiros de Diretoria que, em muitas propostas que faziam, estavam mais avançados do que eles, razão pela qual deveriam ouvi-los e possibilitar que participassem, absorvendo suas propostas e procurando ir além, pois, tinham a direção do Sindicato.

Ora, aqueles que já vinham participando do movimento operário e sindical e os que surgiram com a greve passam a sentir necessidade de atuar mais organizadamente, de avaliar conjuntamente sua ação e contribuir para o fortalecimento do Sindicato.

As primeiras tentativas de participação foram infrutíferas, visto que as sugestões de Lula, já referidas acima, encontraram mais resistência do que aceitação por parte de alguns companheiros de diretoria, que não dispunham de uma visão de sindicalismo vinculado ao trabalho de base.

Daí, fora do Sindicato, surgem alguns trabalhadores que passam a reunir-se regularmente, e, de modo próprio, se denominam “Grupão” (vide Apêndice 18).

O “Grupão” nasceu de dois pequenos grupos que já vinham se reunindo. Um, para avaliar a greve de maio de 1978, e outro, para discutir problemas específicos do trabalho de base no interior da Volkswagen. Convidados, juntaram-se a eles outros trabalhadores das principais fábricas e alguns que militavam na região, vinculados a tendências políticas organizadas.

A partir daí, a discussão extrapolou os limites dos problemas específicos das fábricas, ou mesmo da avaliação da greve, para recair sobre a análise do sindicalismo brasileiro e, particularmente, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Nesse momento, o “Grupão” redige uma “Carta de Princípios” porque seus membros entendiam que, entre eles, havia posições políticas diferentes.

À medida que as discussões se avolumaram nessa direção, surgem duas tendências no interior do “Grupão”:

- a primeira, representada por trabalhadores participantes de tendências organizadas.

Defendendo atuação “paralela” ao Sindicato, através do fortalecimento do “Grupão”, argumentando que os trabalhadores deveriam ser “dirigidos” por uma “vanguarda operária”, chegando, inclusive, a propor que o “Grupão” assumisse e desenvolvesse a Campanha Salarial de 1979, em bases mais radicais do que a proposta pelo Sindicato, afirmando-se como uma alternativa na direção do movimento operário em São Bernardo.

Para isso, seus membros acusavam a Diretoria do Sindicato mesmo de constituir-se de “pelegos”, afirmando que “se dependesse até deles, na certa, não assumiriam uma greve na Campanha Salarial de 1979”.

– A segunda, representada pelos ativistas que haviam elaborada inicialmente a proposta do “Grupão” e se opunham ao sindicalismo “paralelo”; que não se definiam como oposição à Diretoria do Sindicato, mas, julgavam necessário fazer com que essa avançasse em relação às propostas feitas aos trabalhadores. Isso porque, percebiam que o Sindicato se propunha à luta e se dispunha a progredir em suas propostas aos trabalhadores, necessitando, isto sim, de ser mais apoiado e “empurrado” nessa direção.

Aí ocorreu que, no III Congresso, ao lado de inúmeras teses apresentadas, quer de oposições sindicais ou de outros Sindicatos, ativistas do “Grupão”, filiados à segunda tendência, apresentaram a sua, que começava indagando: “Como transformar a atual estrutura sindical?”

Embora a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo não tivesse apresentado tese, pois preferiu deixar em aberto sua posição, havia levado algumas posições (em alguns casos mais avançadas e noutras mais atrasadas do que as do “Grupão”) para serem defendidas no plenário. Entretanto, muitas destas posições iam ao encontro àquelas expostas, por escrito, na tese defendida pelos ativistas do “Grupão”, motivo pelo qual identificam-se, criando entre si aproximação e confiança mútuas, já iniciadas anteriormente, por ocasião do Congresso da CNTI no Rio de Janeiro, ao qual alguns ativistas haviam ido como delegados do Sindicato.

Após o Congresso, constatam já haver sido conquistadas as condições para atuação no Sindicato.

Com isso, parte dos ativistas do “Grupão” passam a canalizar para o Sindicato e, não mais para o seu meio, o trabalho de base que realizavam. São, àquele momento, duramente criticados pela “tendência” oposta que os acusam de “divisionistas” e, de que com este posicionamento, acabariam absorvidos e controlados pela Diretoria do Sindicato.

Mas, ao contrário dessa tendência, os que optaram pela participação consideravam-se não divisionistas e que estavam fortalecendo a unidade com aqueles que eram mais representativos junto à categoria e desenvolviam política sindical mais combativa.

Passam a realizar seu trabalho junto ao Sindicato, mas, não o fazem em bloco, e sim, individual e independentemente, buscando cada um influir junto à direção do Sindicato, conforme a experiência, capacidade política e trabalho de base realizado.

Assim, no início da Campanha Salarial de 1979, o “Grupão” se esvaziara não só pelas razões acima expostas, mas, principalmente pelo “racha” ocorrido em seu seio, pois, a essa altura, só lhe interessava ser mantido pelos trabalhadores ligados às organizações. Estes, inclusive, chegaram a ensaiar seu desejo no sentido de conduzir uma Campanha Salarial paralela à do Sindicato, com o lançamento de boletins e confecção de faixas para convocação de Assembleias, com proposta de pauta própria de reivindicações (até mais atrasadas), as quais, decerto, seriam recebidas com desprezo pelos trabalhadores, levando-os a inevitável desgaste e desmoralização.

Apesar dos problemas enfrentados pelo “Grupão”, os quais o levaram à extinção, seu papel foi importante. Ajudou a definir e aprofundar uma maneira de atuação no Sindicato. Contribuiu para definir a política sindical em São Bernardo, principalmente através da participação que seus integrantes tiveram no III Congresso.

3.2. Preparação do III Congresso

Esse Congresso teve caráter mais democrático na escolha dos delegados (por inscrição voluntária), muito mais representativos das bases do que em ocasiões anteriores e mesmo na própria organização geral do encontro que, inclusive, deslocou os participantes para Guarujá, onde dispuseram de melhores condições ambientais e materiais para debater e discutir a pauta.

Antecedendo à realização propriamente dita do Congresso, foram realizadas várias palestras a cargo de especialistas:

- Dia 1 de setembro — Comissões de Fábrica — Dr. Almino Afonso;
- Dia 6 de setembro — Unidade e Pluralidade Sindical — Dr. Almino Afonso;
- Dia 13 de setembro — Estrutura Econômica e Estrutura Sindical — Prof. Francisco de Oliveira;

- Dia 15 de setembro — Sindicalismo no Brasil e sua Evolução Histórica — Prof. José Albertino Rodrigues;
- Dia 20 de setembro — Sindicatos Europeus e Americanos — Prof. Leônicio Martins Rodrigues;
- Dia 22 de setembro — Transformações no Sindicalismo Brasileiro — Socióloga Annez Andraus Troyano;
- Dia 29 de setembro — Liberdade e Autonomia — Conferencista e debatedores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo;
- Dia 4 de outubro — Convenção Coletiva — Conferencista e debatedores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Tais palestras fizeram com que os participantes, na maioria jovens, portanto, sem referência do passado, adquirissem maior embasamento e fundamentação teórica, bem como tivessem oportunidade de indagar a si mesmo sobre o que fazer para continuar-se a luta do movimento sindical no presente.

3.3. Resoluções do III Congresso

Sobre o tema geral ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA, 400 trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema além de muitos convidados — dirigentes de outras categorias e de vários estados, como Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, assim como metalúrgicos pertencentes a diferentes Sindicatos— discutiram e uma comissão formada durante o Congresso redigiu as Resoluções (vide Apêndice 19) que abordam questões tais como: — Autonomia e Liberdade Sindical; — Unidade e Pluralidade Sindical; — Comissões de Empresa e Delegados Sindicais; — Eleições Sindicais e Receita e Despesa; — Imposto Sindical.

3.4. Divulgação das Resoluções do III Congresso

Com a realização do III Congresso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo parte em busca de novas formas de comunicação com os trabalhadores.

A conclusão a que se havia chegado era de tornar-se necessário recorrerem a outras formas de comunicação que atingissem os trabalhadores não sensibilizados pelas formas já existentes.

Até então, as publicações do Sindicato apoiavam-se apenas em textos normalmente não lidos pelo trabalhador, por serem extensos; por falta de hábito de leitura ou falta de tempo; cansaço, etc.

As Resoluções do III Congresso foram amplamente divulgadas junto aos trabalhadores nas fábricas, através de sua transposição para “história em quadrinhos”, tendo como personagem central **João Ferrador**, num trabalho de criação de Henfil e Laerte, publicado por Oboré-Editora e Serviços Jornalísticos.

Essa história em quadrinhos passou a servir como marco do início de transformações no processo de comunicação no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para com os trabalhadores a que acima nos referimos. Constatou-se que tais histórias fazem os trabalhadores lerem porque desde crianças adquiriram o hábito. Lendo um quadrinho da história, têm vontade e curiosidade de ler o seguinte, isto é, sentem-se atraídos e motivados a tomar conhecimento das informações.

Esse trabalho de Henfil e Laerte serviu também para personalizar o **João Ferrador** que, desde então, passa a ser reconhecido pelos trabalhadores como seu símbolo, aparecendo em camisas, bonés, broches, etc.

3.5. Saldo do III Congresso e exclusão de diretores do quadro

Os acontecimentos subsequentes na região, especialmente as greves de 1979 e 1980, fizeram com que se avançasse muito em termos das ideias e propostas discutidas nesse III Congresso.

Contudo, além das importantes contribuições que ele propiciou a esses avanços (fortalecimento do trabalho nas portas de fábricas, por exemplo), é preciso ser dito que tais Congressos retrataram um momento determinado do movimento sindical, em São Bernardo do Campo, adquirindo, por isso, relevante valor histórico. É importante também ressaltar que, pela primeira vez, em Congressos no Sindicato, colocaram-se problemas e discussões em relação ao sistema capitalista e à necessidade de seu questionamento como via de libertação da classe operária.

Foi também por causa desse III Congresso que, logo após sua realização, travou-se grande debate nacional sobre a estabilidade no emprego e o sistema do FGTS.

Pronunciaram-se Ministro do Trabalho, empresários, sindicalistas, Lula e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que distribuiu nota

“denunciando empresas que estão demitindo empregados apenas por sua participação nas greves que apoiaram reivindicações salariais, ao longo deste ano.”

Nesta época, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, conforme já demonstramos, vai assumindo posições cada vez maiores, em confronto com o Governo.

Por outro lado, havia se posicionado, embora não oficialmente, nas eleições de 1978, a favor de alguns candidatos do antigo MDB (Fernando Henrique Cardoso, por exemplo).

Quatro dos cinco diretores da base do Sindicato, na Volks, que desde há muito, conforme já revelamos, não vinham sendo capazes de acompanhar o trabalho empreendido pelo Sindicato, são “convencidos” pela empresa (que acenou-lhes com a possibilidade de serem promovidos em suas funções) de que a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, especialmente, Lula, estava desviando-se das reais finalidades do sindicalismo. Propalava-se que o órgão (tido pela empresa como puramente assistencialista) estava sendo usado para “fazer política”.

Criou-se, pois, uma situação em que os diretores teriam de renunciar ou ser expulsos.

Inicialmente, fizeram uma carta de renúncia e, depois, tentaram retirá-la.

Após o III Congresso dos Metalúrgicos, Heleno Cordeiro de Oliveira, Salvador Venâncio, Walmir Braga e Luiz Carlos Rodrigues Monteiro foram excluídos do quadro associativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, numa das primeiras assembleias convocadas para discutir a Campanha Salarial de 1979, à qual não compareceram para defender-se.

Capítulo 11 — IX CONGRESSO DE ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DO MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (LINS, SP)

De 22 a 26 de janeiro de 1979, realiza-se em Lins, São Paulo o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.

Esse Congresso tinha tudo para ser rotineiro, a exemplo de outros da mesma natureza realizados anteriormente.

Todavia, duas questões provocaram discussões, repercutindo durante e após a realização do Congresso.

A primeira foi quanto à tese de criação de um “Partido dos Trabalhadores” e a segunda, ao esforço de todos os presentes (Federação e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, principalmente) no sentido de celebrar-se a unidade entre os Sindicatos representados.

Além da proposta do Partido, foram aprovadas várias outras:

- a defesa da reforma agrária efetiva e radical “com desapropriação dos latifúndios improdutivos e posterior distribuição de terras, única solução para o conflito social entre o titular da terra e o posseiro”;
- defesa do pleno exercício do direito de greve; total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal;
- extinção gradual do imposto sindical;
- reajustes salariais trimestrais;
- pela gestão do PIS ser feita através de órgãos técnicos dos sindicatos;
- pela ajuda governamental às pequenas empresas (fortalecer mercado interno), etc.

Algumas votações, que os sindicalistas mais combativos perderam, foram bastante reveladoras das tendências do Congresso:

- as comissões de fábrica não foram aprovadas; saiu vitoriosa a proposta de estenderem-se as imunidades dos dirigentes sindicais ao delegado sindical;
- não foi permitida a presença de técnicos do DIEESE, nem de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínea (SP), e nem dos membros da oposição sindical metalúrgica de São Paulo.

Mas, foi a tese de criação de um “Partido dos Trabalhadores” que polarizou as atenções do Congresso.

A criação do Partido foi proposta nesse Congresso, pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcílio, eleito deputado federal pelo MDB.

Segundo Marcílio, o Partido só não admitiria os patrões. Seria um Partido de assalariados, tanto do campo como das cidades.

A proposta defendida por Marcílio

“é criar um partido exclusivo da classe, que a leve a sua independência política.”

Na moção aprovada, pleiteia-se

“que se lance a semente, por este Congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção do seu partido político.”

Entretanto, apesar da natureza de sua intervenção, Marcílio não falou nesse Congresso em nome do PT. Disse que o trabalhador deveria ter o seu partido.

Suas palavras repercutiram por diversas razões: a reformulação partidária era assunto do momento; devido à ascensão do movimento operário e sindical, dava-se muita ênfase à participação política dos trabalhadores; Marcílio, como dissemos, havia sido eleito Deputado Federal e falava no encerramento de um dos mais importantes Congressos de trabalhadores.

Sua fala foi muito aplaudida e apoiada pela maioria dos presentes, até mesmo por pelegos como Joaquim Santos Andrade.

Mas, em realidade, a visão que foi transmitida do PT nessa ocasião não era aquela mesma que já mencionamos anteriormente.

Talvez, por essa razão, esse “PT” lançado por Benedito Marcílio em Lins não prosperasse, enquanto o “outro” continuou normalmente sua caminhada com vistas a sua viabilização.

Por isso, Lula e demais componentes da delegação de São Bernardo, defendem no Congresso de Lins a ideia de que a criação do Partido deveria ser aprofundada, através do debate nacional com os trabalhadores e setores progressistas.

Se isso não ocorresse, afirmava Lula,

“a ideia do PT poderia ser levada a descredibilidade antes de se firmar como tal.”

Além do mais, diante da proximidade do dissídio coletivo, preferem não aprofundar o debate sobre a reformulação partidária e, sim, unir os sindicatos do interior em torno de uma Campanha Salarial unitária.

São Bernardo do Campo interessava-se pela unidade porque achava possível, naquele ano, levar consigo alguns Sindicatos do interior para a Campanha Salarial.

Sentiam que, sozinhos, seriam mais vulneráveis e se exporiam a uma série de riscos, tais como a intervenção governamental no Sindicato.

Para conseguir isso, aproveitam-se do desejo de unidade da Federação cujos dirigentes, inclusive, chegaram a afirmar ser aquele o “Congresso da Unidade.”

Nesse Congresso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, fez-se representar por uma numerosa comitiva que teve participação destacada, haviam-se preparado com antecedência para o Congresso e lá se preocuparam em participar das Comissões e não do lançamento do PT.

No entanto, os trabalhadores em São Bernardo e Diadema, mantiveram-se alheios à sua realização e decisões, embora tivessem os mesmos sido divulgados pelo Sindicato.

Capítulo 12 — CAMPANHA SALARIAL DE 1979

1. A greve continua...

Para que o leitor possa ter entendimento completo de como se encaminhou a Campanha Salarial de 1979, torna-se necessário retroagirmos às greves de maio de 1978.

Após a realização da greve nas grandes empresas, durante o mês de maio de 1978, outras continuaram a ocorrer quase que semanalmente, com paralisações parciais ou gerais, especialmente nas pequenas fábricas. Foram greves isoladas em seções ou em toda a fábrica, geralmente de curta duração e que diziam respeito à extensão do acordo estabelecido nas grandes fábricas (houve casos em que conseguiram atendimento ainda mais satisfatório); reivindicações específicas para melhoria das condições de trabalho; aumento de salário e outros.

Essas greves davam-se basicamente pelo seguinte processo:

Um grupo de operários de determinada fábrica procurava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e expunha aos diretores os problemas que estavam enfrentando e sua disposição de realizar uma greve para reivindicar seus direitos.

Os dirigentes do Sindicato procuravam inteirar-se melhor dos problemas, solicitando informações complementares; expunham experiências de greves de outras fábricas; as dificuldades que os esperavam e que teriam de enfrentar, e assim por diante.

Ao confirmar o desejo do grupo de levar à frente, a ideia da deflagração da greve, o Sindicato imprimia, distribuindo em mãos, boletim convocando todos os trabalhadores de determinada fábrica para uma reunião no Sindicato onde se procurava verificar se os demais trabalhadores estavam concordando.

Confirmada a hipótese, nessa assembleia era elaborada a pauta de reivindicações.

Antes da deflagração da greve o Sindicato procurava a empresa para negociações e, após, voltava a reunir todos os trabalhadores em assembleia, onde os resultados eram apresentados.

Em muitas fábricas o acordo era estabelecido sem que houvesse necessidade da greve. Noutras, não. Essa fazia-se necessária.

Tais greves, geralmente não divulgadas nem mesmo pela imprensa chamada “alternativa”, foram bem mais importantes do que o leitor à primeira vista possa imaginar. Foram servindo de

“sonda” ou “ensaio” para a greve de 1979 e, principalmente, exprimindo e fortalecendo o trabalho de base no interior das fábricas de São Bernardo do Campo e Diadema.

2. Críticas à existência do trabalho de base em São Bernardo

À essa época, surgiram muitas pessoas que passaram a criticar São Bernardo, alegando falta de trabalho de base e excessiva centralização, bem como dependência das ações no Sindicato.

Não concordamos com essa crítica, pois, reafirmamos que a prova de sempre ter existido trabalho de base no interior das fábricas, em São Bernardo e Diadema, está nos resultados das lutas ali desenvolvidas nos últimos anos e não em discussões e debates sobre sua existência ou não.

Julgamos ainda que antes de procederem a essas críticas fazia-se necessário identificar as características de São Bernardo, para não avaliarem imparcialmente o que, de fato, ocorria, evitando-se, principalmente estabelecerem comparações com regiões onde as diretorias dos Sindicatos eram de pelegos.

Devia-se verificar como se dava o trabalho de base no interior das fábricas em São Bernardo porque, nem sempre, ele podia ser divulgado devido à forte repressão existente, especialmente nas grandes empresas multinacionais.

Também sempre faltou preocupação maior por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ou dos trabalhadores em documentar e divulgar, por escrito, essas experiências.

Depois, todo esse trabalho realizado nas bases sempre foi canalizado no sentido de fortalecer o Sindicato e fazer com que ele avançasse mais ainda em suas propostas. E, não para tendências ou organizações político-ideológicas que atuam no movimento operário.

Finalmente, o trabalho de base é realizado não apenas pelos ativistas mais conhecidos, que, frequentemente, se preocupam em ficar apregoando infundáveis análises do sindicalismo; apresentando “soluções” que julgam ser as mais corretas, procurando obter representatividade através de sua oratória nas assembleias, mas, principalmente, por aqueles que não aparecem, publicamente, com grande destaque nas greves.

Estes últimos desempenham atividade diária, a partir dos problemas concretos vividos por seus companheiros, e o resultado só vai aparecer por ocasião de uma ação mais concreta.

Isso ocorre, quando os operários de determinada fábrica aderem à greve, maciçamente, demonstrando, dessa forma, terem sido previamente mobilizados e organizados.

A própria Diretoria do Sindicato, a partir do III Congresso, busca fortalecer o trabalho de base e decide, inclusive, retornar à produção.

O objetivo é o de identificar-se mais com os trabalhadores e seus problemas no interior das fábricas, para obter maior vinculação entre eles e o Sindicato.

Tomam essa decisão, por terem concluído que o dirigente sindical, quase sempre, desempenha uma atividade burocrática, distanciando-se no decorrer do tempo, da condição de trabalho vivida pelo operário, cotidianamente.

Dessa maneira, os trabalhadores deixam de ver qualquer dirigente sindical como simples trabalhador, passando a vê-lo como “alguém entendido em leis.”

Assim, desejavam mostrar-lhes que continuavam sendo trabalhadores, mesmo na direção do Sindicato, e que, qualquer trabalhador que estiver no interior da fábrica tem condições de tornar-se dirigente sindical.

É importante ressaltar que os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sempre tiveram registradas em suas carteiras de trabalho a profissão e especialização que possuem e nunca a indicação de “dirigentes sindicais.”

Seguindo essa orientação, todos os diretores efetivos (Nelson Campanholo, Rubens Teodoro de Arruda, Djalma de Souza Bom, Expedito Soares Batista, Devanir Ribeiro e Severino Alves da Silva) passaram um mês no interior das empresas das quais eram empregados.

Lula acabou sendo o único diretor efetivo a não viver essa experiência, devido aos inúmeros compromissos que passou a ter de cumprir, considerados pela Diretoria como mais importantes do que sua volta à produção naquele momento.

Em São Bernardo, então, o trabalho de base não deixara de existir, conforme pudemos demonstrar. O problema era de outra natureza: à essa época, o Sindicato ainda não atribuía a merecida importância ao trabalho de base que muitos trabalhadores realizavam no interior das fábricas.

O Sindicato fazia-se muito presente às portas das fábricas, mas, não procurava estabelecer condições para que o trabalho existente no interior de cada fábrica se fortalecesse e se vinculasse ao das demais fábricas.

O trabalho de base, realizado através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, era muito mais de agitação do que de organização; muito mais apoiado no carisma de Lula e na disposição de luta do próprio trabalhador, e assim por diante.

Nesta perspectiva, até mesmo ativistas envolveram-se, tornando suas ações mais agitadoras.

Toda essa orientação vai alterar-se com a Campanha Salarial de 1979 e, especialmente, após a greve ocorrida neste ano, conforme veremos mais à frente.

3. “Tática” diferente da greve

3.1. Patrões preparam-se para enfrentar novas greves

Todo o ano de 1978 decorreu com realização de greves (até no dia da passagem para 1979, havia greve em pequenas fábricas), como já vimos, e de grande presença e atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, junto aos trabalhadores nas fábricas, em apoio às suas reivindicações, conforme demonstraremos mais adiante.

O “clima” para a realização da Campanha Salarial de 1979 era de euforia e de vitória, face às greves de maio de 1978 e a caminhada que a classe havia percorrido até aquele momento.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo gozava de real reconhecimento, prestígio e confiança junto aos trabalhadores. Eles sabiam que poderiam lutar por seus problemas, no interior das fábricas, porque seriam apoiados pelo Sindicato. O trabalhador não via mais o órgão apenas em seu papel assistencialista, mas, já, como instrumento de luta em defesa de suas reivindicações.

Paralelamente, os patrões que, em maio de 1978, na Volkswagen já haviam reprimido os operários grevistas, impedindo-os de entrar no interior da fábrica, organizam-se nesse sentido, com o objetivo de não serem pegos novamente de surpresa, e a fim de que pudessem reprimir e esvaziar as greves, no interior da própria fábrica.

As multinacionais chegam até a enviar funcionários às suas matrizes na Europa e nos Estados Unidos para realizarem “cursos especializados” no combate às greves e a Federação das Indústrias

do Estado de São Paulo (FIESP), após estudo do problema, traçou diretrizes para aplicação, por parte dos patrões, na hipótese de ocorrência de novas greves em suas empresas (vide Apêndice 20).

O objetivo das instruções da FIESP era evitar que os trabalhadores continuassem realizando greves no interior das fábricas.

Eles sabem que, fora destas, o controle do Sindicato, dos ativistas e das lideranças tornava-se muito mais difícil.

Além do mais, fora da fábrica os patrões se isentam de qualquer responsabilidade, porque, havendo repressão, a greve torna-se um choque entre os trabalhadores e a polícia.

3.2. Greve na Equipamentos Villares S/A

Após as citadas instruções, quando, em outubro de 1978, é deflagrada greve na Villares, o resultado é um estrondoso fracasso.

Nessa empresa, há algum tempo, ativistas realizavam trabalho de base no interior da fábrica, embora não fosse ainda canalizado diretamente para o Sindicato.

Após 1976, esse trabalho é dinamizado com a realização de reuniões mais frequentes. Trabalho que mantém características de vinculação com os problemas da fábrica sem se ligar ao Sindicato, porque, neste, a essa época (76), ainda prevaleciam as orientações de Paulo Vidal, as quais dificultavam a participação dos trabalhadores em suas decisões, o que levava muitos ativistas a afirmarem “ser necessário resguardar o trabalho da fábrica do Sindicato, porque o Sindicato não merecia confiança.”

O objetivo inicial das reuniões era discutir a falta de transporte, que iria culminar com a elaboração de abaixo-assinado a esse respeito. Todavia, à medida que as reuniões se sucediam, vários outros problemas iam surgindo (salários, etc). e a mobilização ia crescendo.

Em 1977, é realizada uma greve durante 1 (uma) hora, por aumento de salário, em uma das seções da empresa e o resultado foi a demissão de 4 ativistas, sem que a reivindicação tivesse sido obtida. Entretanto, essas demissões não impediram que os trabalhadores continuassem reunindo-se e discutindo seus problemas.

Por isso, na Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, em 1977, os trabalhadores da Villares tiveram participação destacada.

Em 1978, foi ela, das grandes empresas de São Bernardo, a que mais demorou a entrar em greve, mas, quando o fez, foi integralmente paralisada e assim permaneceu durante 9 dias.

Após a greve de maio de 1978, a fábrica mantém-se mobilizada e os trabalhadores mais atraídos e vinculados ao Sindicato, devido à atuação deste durante a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1% e durante a própria greve.

O III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo irá fazer com que o trabalho ali realizado se fortalecesse ainda mais, pois, contou com ativa participação de trabalhadores da Villares que, através dele, também se conheceram melhor e se uniram mais.

Nessas circunstâncias de grande mobilização e organização no interior da Villares, ainda em 1978, dá-se o ingresso de um ativista. Este, por não levar em consideração o trabalho que ali se realizava, desde os anos anteriores, passa a propor ações mais radicais com o objetivo de “acelerar o processo”, precipitando, com isso, o confronto entre trabalhadores e empresa.

Seu ingresso coincide com grandes discussões sobre a qualidade da alimentação servida na empresa. Para pressioná-la, com vista à sua melhoria, os trabalhadores ficavam dois ou três dias sem ir almoçar, voltando a fazê-lo inesperada e sucessivamente (essa greve ficou conhecida como “greve da fome”).

Após uns dez dias, como a empresa não dava resposta a reivindicação e os trabalhadores sentindo estar pesando-lhes os custos elevados foram para se alimentarem nos bares e restaurantes vizinhos à fábrica, foram desistindo e voltando a se alimentarem nela própria.

Todavia, nesses dias, muitos trabalhadores iam ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo onde avaliavam o encaminhamento dessa ação.

Numa das reuniões, o ativista há pouco referido propõe criar-se uma Comissão de 5 integrantes (não se tem certeza se a ideia original foi de sua autoria), com a finalidade de entender-se com a empresa para a resolução das reivindicações. Essa Comissão, entretanto, não foi formada a partir de discussão com trabalhadores de toda a fábrica, mas, apenas, com alguns que se faziam presentes no Sindicato. Encaminhados os 5 nomes pelo Sindicato à empresa, seus membros se reuniram com representantes dos empresários, apresentando a pauta de reivindicações.

Não passaram mais de 15 dias, após a realização dessa primeira reunião, os trabalhadores que integravam a Comissão começaram a ser despedidos da empresa, sob a alegação de “falhas na execução do serviço” (o ativista citado que havia ingressado na empresa foi o primeiro membro da Comissão a ser demitido).

Nessas circunstâncias, é que nova greve é deflagrada, indo redundar em grande fracasso. Ela ocorreu porque um chefe da seção dos fresadores, apelidado de “bate-estaca”, agrediu um operário que, após, foi despedido sem direitos. Este, já há algum tempo desejava ser despedido, embora com direitos.

O chefe “bate-estaca” para forçá-lo a demitir-se, o transfere para uma máquina que não aquela em que ele vinha trabalhando. O operário não consegue dar a produção normal, argumentando tratar-se de uma máquina velha e defeituosa. Assim, produzindo muito abaixo da média, começa a receber, aos gritos, repreensões da chefia. Numa dessas repreensões, o chefe aumentou a rotatividade da máquina com suas próprias mãos. E, como o trabalhador recusou-se a operar a máquina naquela, rotatividade, foi agredido fisicamente pelo chefe “bate-estaca”.

Os demais trabalhadores da seção reagiram e, no dia seguinte, já chegaram na Villares afirmando que não iriam trabalhar enquanto o chefe (“bate-estaca”) não fosse demitido. Entraram, bateram o cartão de ponto, trocaram de roupa, dirigiram-se para suas “bancadas”, mas, não ligaram as máquinas.

Algum tempo após, os supervisores ouviram o que os trabalhadores reivindicavam e, no dia imediato, retornaram dizendo que o chefe havia sido suspenso por três dias e o operário agredido demitido com todos os direitos.

Os trabalhadores reagiram ainda, dizendo que essa solução não resolia o problema de todos, pois, o chefe permanecia na seção após a suspensão.

Um dos supervisores esclareceu que o chefe (“bate-estaca”) seria transferido da seção e que, por isso, poderiam voltar a trabalhar. Todavia, ao voltarem, surge a informação de que o chefe suspenso, retornaria à mesma seção. Reagindo a essa informação, os trabalhadores ameaçam entrar em greve novamente.

Os supervisores começam a chamar, um a um, os principais ativistas da seção, e, em especial, os da Comissão que não haviam até então sido demitidos. Ameaça-nos de demissão e de entregá-los aos órgãos de informação e segurança do Governo.

Receosos com as ameaças e inexperientes, alguns se retraem, espalhando insegurança entre os demais companheiros.

O único que os enfrenta é demitido na hora, sem sequer poder voltar à seção.

Ao término do expediente, os trabalhadores da seção dirigem-se para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo onde se reúnem com diretores.

A essa época, o Sindicato, que já se fazia mais presente à porta da Villares, intensifica sua presença, face aos acontecimentos que ali vinham ocorrendo.

No dia seguinte, chegando à seção e não encontrando o chefe (“bate-estaca”), os operários começam a trabalhar. Todavia, após o horário do café da manhã (9 horas) o chefe reaparece.

As máquinas da seção são novamente desligadas. E, agora, atingindo outros setores como os de usinagem leve, ferramentaria e tornos.

Como isso, no mesmo dia, recomeçam as dispensas, agora não mais de alguns como ocorreu anteriormente com os da Comissão, mas, sim, atingindo indiscriminadamente qualquer um de qualquer seção paralisada.

Os demais (não demitidos) são suspensos por dois dias.

Ao retornarem, são despedidos (sem direitos) quase a metade da seção dos fresadores onde trabalhava a chefia (“bate-estaca”).

Apesar das reuniões que se sucederam no Sindicato, os que não foram demitidos concluíram que não dispunham de condições para manter a greve.

Se continuassem seriam suspensos, perderiam os dias parados e seriam demitidos ao retornarem, como já havia ocorrido com 310 outros.

Com isso, a greve se esvazia e o chefe (“bate-estaca”) permanece na seção.

Em outras palavras: O resultado é o fracasso, pois, desejou-se ali realizar uma greve aos moldes da de 1978, quando não mais era possível, visto que os empresários (principalmente no caso de empresas do porte da Villares) já se haviam instruído e se equipado para impedi-las e reprimir-las.

Mas, apesar do fracasso; do não atendimento à reivindicação; da demissão de inúmeros operários, entre os quais os principais ativistas e do desmantelamento de toda a organização e trabalho de base ali existente, essa greve foi muito importante, porque começou a transmitir a lição que não era mais possível realizarem-se greves semelhantes às de maio de 1978.

Nesse momento, diante da repressão que se avolumava, e em resposta ao documento da FIESP, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, distribui boletins (vide Apêndice 21), fornecendo aos trabalhadores suas orientações.

3.3. Greve na Resil

Assim, após serem distribuídas essas orientações, os trabalhadores da Resil (Diadema) deflagraram greve, com base nas indicações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, conduziram seu movimento de forma diferente e, com isso, conseguem conquistar suas reivindicações.

Na Resil, desde o começo da greve, a empresa segue rigorosamente os Conselhos da FIESP, tentando esvaziar o movimento.

Assim, impede os trabalhadores (na maioria mulheres) de permanecerem no interior da fábrica, colocando-os na rua.

O Sindicato passa então a recolhê-los à porta da fábrica, em ônibus especialmente fretados com a finalidade de levá-los para sua Sede. Aí lhes é servida alimentação (sanduíche, etc.) e realizadas assembleias diárias, com o objetivo de manter os trabalhadores organizados.

Todavia, no oitavo dia de greve, como os diretores da Resil continuavam a recusar o diálogo; a apresentar qualquer contraproposta e começarem a contratar trabalhadores temporários e outros metalúrgicos, a “toque de caixa”, até mesmo sem registrar ou fazer exame médico e, com isso, conseguir manter um ritmo regular na produção, operários e Sindicato entenderam que deveriam também mudar de tática.

Dessa forma, às 4 horas da manhã do nono dia de greve, cerca de 300 trabalhadores estavam de mãos dadas impedindo qualquer pessoa de entrar na fábrica (até mesmo os diretores da empresa), apesar das ameaças dos agentes do DEOPS, presentes ao local, de chamarem o pelotão de choque da PM.

Algumas horas depois, sem que ninguém estivesse dentro da fábrica para acionar as máquinas, o proprietário da Resil convida Lula para negociações.

Assim, entram na fábrica alguns de seus diretores e Lula acompanhado por Djalma de Souza Bom.

Lá dentro, durante as conversações, Lula autoriza o ingresso da pessoa responsável pelo café e, posteriormente, do responsável pela elaboração da folha de pagamento, tendo as negociações culminadas com o atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

O resultado havia, então, sido positivo e, dessa forma, reinstituía-se o **piquete** após 1964 e instituíam-se as assembleias diárias em período de greve, em São Bernardo do Campo e Diadema, embora a denominação “piquete” não tivesse sido empregada. Para todos (inclusive Diretoria do Sindicato), fez-se foi “uma corrente de trabalhadores” ou “uma corrente para frente” porque sentaram no chão e deram-se as mãos.

Conclusão: se a greve da Villares serviu para mostrar não ser mais possível realizar greve aos moldes das de 1978, a da Resil irá indicar-lhes a “nova tática” a ser adotada em 1979, como, por exemplo, a greve fora da fábrica, o **piquete**, as assembleias diárias, etc.

4. “Reuniões por fábricas”

De posse da “nova tática” de realizar a greve, tornava-se preciso preparar e organizar os trabalhadores para a Campanha Salarial. Desde o princípio, aparentava esta culminar com uma greve geral, caso os patrões se colocassem em posição intransigente e não levassem a sério as reivindicações que seriam apresentadas.

Da parte dos trabalhadores, é bom ressaltar que eles já tinham experiência da greve realizada no ano anterior e disposição de fazerem uma nova.

A preparação e organização da Campanha ocorre naturalmente, através das “reuniões por fábricas”, realizadas com grande frequência, a partir do III Congresso, cujas Resoluções iriam influenciar decisivamente a Campanha Salarial de 1979, pois, foi durante ele que se traçaram suas principais bandeiras de luta.

Essas reuniões eram muito amplas, geralmente contando com 50 a 100 trabalhadores, em caso de fábricas maiores. Houve casos, também, de reuniões por ala, por seção ou por setor de uma mesma fábrica.

Por isso, não eram reuniões de lideranças ou dos principais ativistas de cada fábrica. As discussões eram conjuntas entre Diretoria, lideranças, ativistas e trabalhadores, de modo geral.

A respeito dessas reuniões, dizia-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que “as fábricas eram levadas para dentro dele” porque os problemas específicos das fábricas, às quais pertenciam os operários reunidos (insalubridade, alimentação, papel higiênico, etc.) eram discutidos.

Mas, além dessas questões também aquelas que iriam constituir pauta de reivindicações da Campanha Salarial e a própria organização desta e seu encaminhamento.

A Campanha Salarial de 1979 será, então, preparada e organizada a partir de “reuniões por fábricas”.

Os trabalhadores, que dentro das fábricas já possuíam alguma organização, iam ao Sindicato e pediam aos dirigentes para convocar reunião de sua fábrica ou então o Sindicato é que tomava a iniciativa de convocá-la.

Assim, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo passa a viver um período de grande movimentação no interior de sua sede e subsede.

Toda semana, várias fábricas se reuniam, discutiam seus problemas, forneciam elementos para elaboração da pauta de reivindicações e iam elegendo aqueles que passaram a formar a Comissão de Salários.

As reuniões começavam de manhã e terminavam à noite, alternando-se de acordo com os turnos de trabalho. Houve dias em que se realizaram 3 ou 4 reuniões ao mesmo tempo.

Apesar disso, não houve preocupação de dar-se nome a essas reuniões por fábricas, que, simplesmente, assim ficaram conhecidas.

Com a greve, essa organização irá ampliar-se. Novos ativistas surgem assumindo responsabilidades mais gerais que não aquelas a nível de sua fábrica, pois, passaram a integrar a Comissão de Salários.

A Comissão de Salários não tinha como principal objetivo a negociação com os patrões ou o Governo.

Seu alvo era garantir a execução, realização e manutenção da Campanha. Por isso, os principais locais de atuação eram as próprias fábricas.

5. SIMESP x Sindicato: aumentar ou não a produção

Enquanto ocorriam as reuniões por fábricas, o Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo tomou conhecimento de uma circular confidencial do SIMESP — Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo — aos seus associados, a qual, entre outras medidas, sugeriram que “para enfrentar eventuais greves, deviam estocar a produção”.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo respondeu conclamando os trabalhadores no sentido de que “ninguém deve fazer hora-extra; não concordamos em aumentar a produção”.

Chamaram a atenção para vitórias obtidas após maio de 1978 e ressaltaram que “a vitória depende de nossa organização e unidade”.

6. Pauta de reivindicações

6.1. Campanha unitária

Novamente o início da Campanha vai dar-se conjuntamente com 34 Sindicatos de todo o Estado de São Paulo, sob a coordenação da Federação dos Metalúrgicos, em reunião realizada no dia 31 de janeiro. Decidiram encaminhá-la com base numa pauta unitária de reivindicações, consoante deliberação nesse sentido já adotada durante o Congresso de Lins.

Dessa primeira reunião, participaram também representantes dos Sindicatos do Estado de São Paulo, Osasco e Guarulhos, visto que a proposta de unificação aprovada em Lins previa a luta pelo estabelecimento de data-base do dissídio comum a toda a categoria metalúrgica do Estado de São Paulo.

Ao ensejo dessa reunião, elaborou-se ainda, uma pauta inicial com 22 itens que deveriam ser submetidos à apreciação das assembleias de cada Sindicato.

No dia 20 de fevereiro, decidiu-se que os 34 presidentes dos Sindicatos, que compõem a base territorial em que haveria o dissídio, formariam um “conselho”.

Da pauta unitária de reivindicações, selecionaram-se as mais significativas delas que ficaram de ser propagadas e defendidas com maior ênfase (letras de **a** à **h**, do Apêndice 22).

Ainda, nessa reunião, escolheram-se os que participariam da comissão de negociações. Decidiu-se que o critério de escolha deveria ser o da representação regional. Foram, então, escolhidos: Vale do Paraíba: José Domingos Sobrinho (São José dos Campos) e Luís Carlos Ferreira (Taubaté); interior: Cid Ferreira (Campinas) e Antônio Cabeça Filho (São Carlos); ABC: Luís Inácio da Silva (Lula) (São Bernardo do Campo e Diadema) e Benedito Marcílio (Santo André). Outra decisão tomada nessa ocasião, foi a de não participação, em hipótese alguma, de qualquer mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Finalmente, concluíram que deveriam ignorar qualquer tipo de julgamento no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Por fim, a Federação solicitou aos Sindicatos que lhe concedesse procuração para poder representá-los nas negociações. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo recusou-se a entregar tal procuração.

Lula justificou essa decisão afirmando que

“todo Sindicato deve lutar pela sua autonomia, pelo direito de autodeterminação, e que a unidade não está vinculada a uma procuração, pois neste momento estamos unidos por uma pauta de 21 reivindicações.”

6.2. Pauta de reivindicações de São Bernardo do Campo

A pauta de São Bernardo do Campo continha 21 reivindicações (Vide Apêndice 22). Dessas, duas merecem explicações:

1.º) O índice dos 34,1% foi retomado, porque, de um lado, os trabalhadores já estavam sensibilizados e habituados a esse percentual, visto que fora o da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, era o “marco da arrancada” do movimento na região e não podiam abandoná-lo simplesmente.

Por outro lado, a Campanha Salarial de 1979 era vista como oportunidade de dar-se um novo impulso ao movimento operário-sindical de São Bernardo do Campo.

Observe-se também que, naquele momento, por questões, táticas de encaminhamento da luta, era importante demonstrar ao empresariado que não havia por parte dos trabalhadores reivindicação radical, mas, sim, o desejo de reporem apenas aquilo que lhes era de direito e não havia ainda sido conquistado.

2.º) O delegado sindical foi proposto, porque ativistas e Diretoria do Sindicato haviam confirmado que, a partir do trabalho de base até então realizado, seria necessário terem dentro de todas as fábricas (grandes ou pequenas), companheiros que estivessem diretamente ligados ao Sindicato.

Daí a ideia de um delegado sindical que possibilitasse o fortalecimento do Sindicato, através da ampliação dos seus efetivos junto à categoria, permitindo ainda servir de veículo ou porta-voz das aspirações e reivindicações dos trabalhadores. Seria, portanto, importante passo para uma nova estrutura sindical.

Por isso, necessita da estabilidade no emprego, sem a qual tornaria sua atividade praticamente impossível, embora pudesse ser substituído por um trabalhador sempre que não se revelasse eficiente.

Seriam eleitos pelos operários, através do voto direto, por seções ou em assembleia de empresa, encaminhadas pelo Sindicato; a representação considerada razoável seria de 1% por número total de empregados de uma empresa e a forma de regulamentação e funcionamento das delegações sindicais deveria ser estabelecida por todos os trabalhadores.

Além do mais, a necessidade do delegado sindical havia sido discutida e decidida no III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, onde as orientações acima foram estabelecidas, impondo-se, por isso, serem concretizadas.

Essa reivindicação acarretou críticas ao movimento sindical de São Bernardo, especialmente por parte de trabalhadores ligados à “oposição sindical metalúrgica de São Paulo”, que defendia, prioritariamente, a implantação das Comissões de Fábrica.

Mas, por que delegado sindical e não Comissões de Fábrica?

A própria “oposição sindical metalúrgica de São Paulo” reconhece que as Comissões de Fábrica apareceram para negociar com os patrões as necessidades sentidas pelos trabalhadores, já que os Sindicatos se tornaram dependentes dos patrões e do Governo.

As Comissões de Fábrica, em 1978, surgiram como alternativa aos Sindicatos pleitos e no decorrer de lutas por aumentos de salários e melhores condições de trabalho, e, não propriamente como resultado da realização de trabalho visando à sua implantação.

Durante as greves de 1978, em São Paulo, os próprios trabalhadores não reconheciam a representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos e, por isso, impediam-no que servisse de intermediário nas negociações.

Todavia, como estas tinham que ser efetivadas, operários passam a indicar companheiros para que os representassem, em muitos casos até mesmo atendendo à solicitação dos próprios patrões.

Estes trabalhadores que integram Comissões de Negociações, de modo geral, serão demitidos após obtido o acordo.

Nas greves seguintes, quando solicitados pelos patrões para formarem Comissões, passarão a argumentar que nos casos anteriores em que esse procedimento foi adotado, ocorreram demissões. Por isso, só voltariam a constituí-las e a negociar com estabilidade.

Dessa forma, a estabilidade é conquistada em algumas fábricas e passa a constituir-se condição básica para que as negociações possam efetivar-se.

Assim, em São Paulo, as Comissões surgem muito mais como resultado das greves e da falta de representatividade do Sindicato que propriamente das propostas teóricas, elaboradas pela oposição sindical metalúrgica, as quais contribuíram, sim, mas, incentivando sua criação.

Em São Bernardo, também durante as greves de maio de 1978, os patrões solicitaram aos trabalhadores que formassem Comissões de negociações, conforme tivemos oportunidade de verificar.

Só que aí elas não são formadas porque os trabalhadores aceitam e reconhecem o Sindicato como seu representante, indicando-o para as negociações.

Isso faz com que os trabalhadores de São Bernardo possam se preservar das demissões, não se expondo, através da formação de Comissões, conforme ocorreu em São Paulo.

já

Por outro lado, tal crítica da “oposição metalúrgica de São Paulo”, àquela época, era improcedente e demonstrava falta de conhecimento com relação ao que ocorria realmente em São Bernardo, onde não havia a mencionada restrição à implantação das Comissões de Fábrica.

Pelo contrário, concebiam-nas até mesmo com maior amplitude, porque não viam exclusivamente nas fábricas, razão pela qual foram denominadas de “Comissões de Empresa.”

O que ocorria é que faziam uma distinção entre delegado sindical e Comissões de Empresa.

As Comissões de Empresa deveriam surgir por iniciativa dos trabalhadores, dentro de qualquer empresa, em torno dos seus problemas específicos, os quais não são, necessariamente, os problemas de toda a categoria.

Seriam eleitas, em cada seção da empresa, por assembleia, podendo também serem seus membros substituídos sempre que não demonstrarem eficiência.

Deveriam possuir estabilidade no emprego e manter todo o entrosamento com os delegados sindicais.

Esta distinção foi exposta claramente na tese “Como transformar a atual estrutura sindical?”, apresentada no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, por ativistas do “Grupão” e em suas próprias Resoluções.

7. Negociações com os patrões

Os patrões, que já se haviam prevenido quanto a possível greve, foram as negociações demonstrando estar decididos a estabelecer o confronto.

Até o dia 13 de março, primeiro dia de greve, realizaram-se 3 encontros públicos e vários secretos.

Mesmo conhecendo a proposta dos trabalhadores, os patrões não apresentaram contraproposta. Seu objetivo era retardar as negociações, na esperança de que houvesse divisão entre os Sindicatos dos trabalhadores.

Encaminhavam as discussões sem objetividade, para evitar que se chegasse a alguma conclusão. Por exemplo, desejavam discutir a reivindicação pela qual deveriam começar, e assim por diante.

Os representantes dos Sindicatos dos trabalhadores, desde o primeiro encontro, procuraram levar a sério os entendimentos. Além de terem, logo de início, apresentado sua pauta, no caso de São Bernardo do Campo, várias vezes, demonstraram que estavam dispostos a abrir mão até de algum percentual do reajuste salarial, em favor de reivindicações que consideravam mais consequentes, como a do delegado sindical e da estabilidade no emprego.

Face à percepção do que estava ocorrendo, antes do segundo encontro público, os representantes dos trabalhadores decidiram estabelecer a data de 12 de março, segunda-feira, como limite para que os patrões apresentassem sua proposta.

Isso ocorreu no dia 8 do mesmo mês, tendo como itens fundamentais os seguintes:

- 57% de aumento para quem ganhasse até 3 salários-mínimos;
- 54% de aumento para quem ganhasse de 3 até 6 salários-mínimos;
- 50% de aumento para quem ganhasse de 6 a 10 salários-mínimos;
- acima de 10 salários-mínimos, o índice oficial do Governo, 44%
- piso salarial de Cr\$ 2.920,00;
- mais o atendimento de 11 reivindicações corriqueiras da pauta de reivindicações (envelope de pagamento, etc.).

Essa contraproposta apresentava alguns aspectos extremamente graves para ser aceita.

Os índices do acordo deveriam incidir sobre os salários do mês de abril de 1978.

Na prática, isso significava dizer que queriam reaver os 11% concedidos na greve de maio de 1978. Ou seja, que os trabalhadores deveriam abdicar da conquista obtida com a greve de braços cruzados.

Propunham-se a descontar também os 13,5% de antecipação, concedidos anteriormente após a greve de maio de 1978, conforme anualmente já vinha ocorrendo.

Esses percentuais seriam descontados sobre o que ofereciam (57%, por exemplo, para quem ganhasse até 3 salários-mínimos).

Como o índice oficial era de 43% em março/79), percebe-se que não havia o que negociar com a contraproposta dos patrões, pois, a rigor nada estava sendo oferecido aos trabalhadores. Pelo contrário, estava-lhes sendo retirado.

Essa afirmação é ainda mais verdadeira, se considerarmos que 60% dos trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema achavam-se inseridos na faixa dos que ganharam até 3 salários-mínimos (ou seja, 57% de aumento).

Quanto aos itens não-econômicos, os patrões desde o primeiro encontro se haviam recusado a discutir sobre a questão do delegado sindical.

Para completar, incluíram um item denominado “Sobre as Greves”. Se aceito pelos Sindicatos dos trabalhadores, estes se comprometiam a não apresentar nenhuma nova reivindicação nem fazer nenhuma greve pelo prazo de 12 meses de vigência daquela convenção.

Na terceira reunião pública, os patrões procederam a algumas ligeiras alterações em sua proposta, embora, no essencial, não modifcassem nada. De 57% elevaram o percentual para 63% na menor faixa salarial, mas, continuaram querendo descontar os 11%, recusando as principais reivindicações de caráter não-econômico (delegado sindical, estabilidade no emprego, semana de 40 horas, etc.).

8. Decretação da greve

Pelas razões expostas, as negociações não evoluíam e a greve ia aparecendo cada vez mais como a saída inevitável.

Assim, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo convoca assembleia em sua sede, dividida em três sessões: duas no dia 9 (sexta-feira) e uma no dia 10 (sábado) de março.

Imaginava-se poder, dessa forma, conseguir atingir o maior número possível de trabalhadores, razão pela qual dividiu-se a reunião em três sessões. Os participantes dessas assembleias, que trabalhavam nos diferentes turnos, assumiram o compromisso de fazer divulgação das suas decisões no interior das fábricas.

O objetivo das assembleias era decidir sobre a entrada ou não em greve.

Esta foi decretada para o dia 13 (terça-feira) a 0 (zero) hora, com a intenção de darem-se mais dois dias para negociações com os patrões (domingo e segunda-feira) e, por conseguinte, possibilidade do acordo que evitaria a realização da greve, levando ainda para o interior das fábricas a decisão da assembleia.

Por essas razões, marcaram nova assembleia para segunda-feira (dia 12), às 19 horas.

Face à decisão que tomaram, os patrões emitiram nota afirmando que se os trabalhadores entrassem em greve não receberiam as horas de paralisação.

Por outro lado, a DRT passou a examinar a ata da assembleia que havia decretado greve, com o objetivo de verificar se ela havia sido “legal”.

9. Fracasso da campanha unitária

No dia 12 (segunda-feira), a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, rompendo o combinado no Congresso de Lins e em reuniões posteriores, simplesmente aceitou, sem nenhuma resistência, a proposta apresentada pelos patrões.

Dessa forma, mais uma vez, a decisão inicial de realização da campanha unitária fracassava, devido ao caráter pelego da Federação. Fica de fora do acordo com a Federação apenas Santa Bárbara e obviamente os Sindicatos do ABC.

10. Início da greve em São Bernardo do Campo e Diadema

No dia 12 (segunda-feira), os trabalhadores após o término do turno da tarde, passaram a dirigir-se para a sede do Sindicato.

Com os trabalhadores do turno da noite, combinou-se, nas assembleias de sexta e sábado, que alguns deveriam ir trabalhar naquele dia com rádio de pilhas ou, em determinados momentos do expediente, dirigir-se aos portões.

O objetivo era o de colocarem-se a par do resultado das negociações que poderiam ainda vir a ocorrer, no domingo e segunda-feira, e da assembleia que seria realizada no dia 12 (segunda-feira). Essa assembleia já deveria ser realizada no Estádio de Vila Euclides.

A indicação do local surgiu naturalmente quando as dependências da sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo passaram a não comportar mais os trabalhadores que para lá se dirigiam, embora anteriormente, em conversas informais, já tivesse surgido, entre os dirigentes e ativistas, a ideia de “um dia realizar uma assembleia que enchesse um estádio de futebol, como num dia de um grande jogo...”

Levou-se ao Estádio aparelhagem de som, a ser instalada por ativistas, sem a preocupação de atingir todo o campo, o qual não se esperava pudesse ficar lotado.

Como chovia ininterruptamente, resolveram realizar a assembleia no Sindicato. Os que estavam do lado de fora, mal puderam ouvir o que se falava no interior da sede.

A comunicação feita por Lula dos resultados das negociações à assembleia, forçaram a decisão pela greve. Além da decretação da greve, marcaram a próxima assembleia para o dia seguinte, terça-

feira, dia 13 de março, no Estádio de Vila Euclides, diante da impossibilidade de voltar a realizá-la na sede, devido ao elevado número de trabalhadores presentes.

À medida que a decisão da assembleia era anunciada, os trabalhadores iam deixando suas fábricas, em muitos casos, até mesmo antes do término do turno.

Assim, na hora prevista para a paralisação (zero hora), a adesão à greve já era maciça, de forma surpreendente até mesmo aos diretores do Sindicato. Esses trabalhadores dirigiam-se de suas fábricas ao Sindicato, em cortejo, sendo recebidos festivamente pelos que já se encontravam no recinto.

Ressalte-se ter ocorrido a paralisação total da Volkswagen, o que foi muito importante. Seja devido ao número de trabalhadores ali existentes; à forte repressão no seu interior; ao papel que essa empresa desempenha junto às demais do setor, seja devido ao próprio desafio que representava para o Sindicato e os trabalhadores, visto que, em 1978, somente a seção dos ferramenteiros havia paralisado.

Por isso, durante a Campanha Salarial, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo desenvolveu um trabalho de “desafiar” em especial os trabalhadores dessa empresa, cobrando-lhes um posicionamento mais firme e definido.

Às vésperas da eclosão da greve, já se percebia haver possibilidades de todos os trabalhadores paralisarem. Todavia, à época, ainda era considerada como difícil. Por isso, só essa paralisação total da Volks já seria recebida como garantia de sucesso da greve que se iniciara.

No dia 13 (terça-feira) de março, realizaram a primeira assembleia no Estádio, conforme haviam decidido, sem palanque, somente com Lula falando, em cima de uma mesa e debaixo de chuva, mas, apesar disso, das mais concorridas assembleias que ali já se realizaram.

Lula falava, os que estavam mais à frente repetiam em coro e, assim, sucessivamente, os demais iam passando para trás. Dessa forma, o que muitos não acreditavam havia acontecido: milhares de trabalhadores num campo de futebol, para discutirem seus problemas e decidirem sobre seu destino.

Aquilo lhes dava sentimento de união, força e coragem para enfrentarem os desafios da greve que haviam colocado ao tomarem a decisão de desafiarem os patrões.

O Estádio de Vila Euclides situa-se no centro da cidade de São Bernardo do Campo, no bairro que lhe deu o nome, localizado nas proximidades do Paço Municipal. Seu nome oficial era Estádio Costa e Silva, cuja estátua existia à entrada. É de propriedade da Prefeitura e tem sido utilizado, não só para assembleias, bem como para outras atividades. Mas, são as assembleias que o tornarão conhecido, não só em São Bernardo como em todo o Brasil.

O Estádio de Vila Euclides, hoje Estádio 1.º de Maio, passou a simbolizar a capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, atestado pelo fato de estar ou não cheio nos dias de assembleias.

Ainda nesse primeiro dia de greve a FIESP emitiu nota afirmando que não concederia qualquer aumento acima dos índices fixados no acordo com a Federação. Por esse motivo, a primeira reunião de conciliação realizada na DRT fracassa.

Com esse resultado, o Delegado Regional do Trabalho envia o processo ao TRT para que este julgue o dissídio, prevendo-se que antes haveria uma última reunião entre trabalhadores e patrões.

11. Piquetes

Iniciada a greve de 1979, os piquetes voltam a ocorrer com seu verdadeiro nome, deixando de ser uma “corrente de trabalhadores”.

O piquete tem de ser considerado sob vários aspectos:

Sempre existem, em qualquer greve, trabalhadores que acham que devem trabalhar, visto não se encontrarem devidamente mobilizados por maior que tenha sido esse trabalho.

Ressalte-se ter existido muitas fábricas em que não houve necessidade do piquete (Ford, Shuller, Mercedes Benz, Perkins e outras), onde o trabalho de base era mais consistente.

A Comissão de Salário e Diretoria não pensava na realização de piquetes, pelo menos já desde o início da greve, conforme ocorreu. Sabiam seus integrantes que a maioria dos trabalhadores parariam. Por isso, pensavam deixar o piquete para alguns dias após iniciada a greve, tentando, com isso, darem mostras de sua força e capacidade de organização.

Todavia, os trabalhadores, a este respeito, pensavam diferentemente da direção. Por isso, a greve já começou com piquete. Muitos ao encerrarem seu turno à meia-noite, permaneceram às portas

de suas fábricas, dando-se os braços, até a entrada do turno do dia para não deixarem que companheiros deste turno entrassem.

Às portas das fábricas, dirigentes sindicais e ativistas da Comissão de Salários os aconselhavam a voltar para suas casas e nelas permanecerem. Mas, pela falta de experiência em realização de greve geral, desejavam — por garantia — confirmar se realmente as fábricas em que trabalhavam, estavam ou não paralisadas.

Isto porque o trabalhador ainda não tinha confiança absoluta de que seus companheiros estavam em greve, o que é mais do que natural e compreensível. Se os diretores do Sindicato e ativistas surpreenderam-se com a extensão da paralisação, o que não dizer dos trabalhadores, de um modo geral, ainda inexperientes nesse tipo de greve?

Outros não admitiam a entrada de chefes, mensalistas, etc. Achavam que, se estavam parados, todos tinham que parar. Era preciso evitar-se que, por estas razões, surgissem tumulto e até mesmo conflitos. Por outro lado, devia-se também impedir que alguns se “apavorassem”, vendo esses poucos entrando, e julgar que muitos haviam entrado, pois, quando se está à porta da fábrica e vêem-se dois ou três entrando, tem-se a impressão de que muitos estão trabalhando.

Assim, quando o Sindicato assume a formação dos piquetes o faz com o objetivo principal de retirar os trabalhadores das portas das fábricas para não deixá-los expostos a ocorrências imprevisíveis, orientando-os no sentido de permanecerem em casa ou dirigirem-se para sua sede.

Como ilustração, lembramos que, por exemplo, esse trabalho de deslocamento dos trabalhadores da porta da Volks para o Sindicato, ocorrido durante o período do início da greve até a intervenção, foi tão grande que fez com que a Polícia Rodoviária se visse obrigada a abrir uma passagem na separação das duas pistas da Via Anchieta e interrompessem o trânsito para que os trabalhadores pudessem passar.

No Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, instalou-se um “serviço de informações”. O trabalhador passou a receber e fornecer ali informações sobre a greve em sua fábrica, tentando-se, com isso, evitar que fossem para as portas. O interessante é que não eram poucos os que pediam ao informante que fosse à sua fábrica confirmar se todos estavam em greve. Diziam: “Olhe, estou fazendo greve. Mas, olha lá, hem! Estou achando que tem gente entrando na fábrica...”.

Isso ocorria com frequência, especialmente, entre aqueles das pequenas oficinas (com 10, 20, 50 ou mais operários), onde o ingresso de poucos altera inteiramente a situação dos que estão de fora.

Os piquetes em ônibus dos bairros surgiram quando a polícia não estava mais possibilitando fazer piquete às portas das fábricas ou às empresas passaram a autorizar os ônibus a entrar no seu interior. Nesse momento, concluem ter que passar a fazê-lo nos bairros e, nestes, nos pontos de ônibus que conduzem os trabalhadores às fábricas.

Com isso, dão mais uma mostra de sua extraordinária criatividade e de como foram descobrindo e indicando as formas de organização da greve.

Para entender a importância desses piquetes em pontos de ônibus dos bairros é preciso ressaltar que uma das características de São Bernardo é praticamente quase todas as grandes e médias empresas possuírem serviço próprio de ônibus para transporte dos trabalhadores de suas regiões de moradia às fábricas. E eram principalmente essas grandes e médias empresas que estavam sustentando a greve, razão pela qual, ao invés de procurar dispersar os operários à porta das fábricas, onde os trabalhadores desciam dos ônibus, ficou mais fácil fazê-lo nos bairros, naqueles locais em que iam esperar sua condução. Assim, além do mais aproveitavam a oportunidade para maior diálogo, entrosamento e distribuição de boletins e, num primeiro momento, não se expunham à repressão, como, inevitavelmente, ocorreria às portas das fábricas.

Esses piquetes em bairros, às vezes, chegaram a contar até com 200 ou mais trabalhadores que se reuniam, em muitos casos, independentemente e até mesmo sem o conhecimento da direção da greve.

12. TRT declara a ilegalidade da greve

Diretoria e Comissão de Salários, preocupadas com a possibilidade do julgamento do dissídio conceder apenas o previsto no índice do Governo, na reunião de conciliação realizada no TRT, propuseram que os patrões elevassem seus índices para 65% e o piso salarial para Cr\$ 3.600,00, deixando de referir-se ao delegado sindical.

Entretanto, os patrões mantiveram-se radicais e não aceitaram as reformulações, inviabilizando, dessa forma, qualquer possibilidade de conciliação e de prosseguimento da reunião.

Assim, a 15 de março, o TRT decidiu, em julgamento, declarar como ilegal a greve.

Quanto ao reajuste salarial, o TRT decidiu que o índice deveria ser de 44% a partir de 1.º de abril de 1979.

Na mesma sessão em que foram tomadas essas deliberações, o TRT decidiu também rejeitar a criação dos delegados sindicais nas empresas.

As assembleias realizadas no ABC, especialmente a de São Bernardo do Campo, no Estádio de Vila Euclides, decidem continuar a greve “até a vitória.”

Enquanto isso, a greve se estende ao interior de São Paulo, transbordando do ABC (Jundiaí, por exemplo) e atingindo o Vale do Paraíba — principalmente São José dos Campos e Santa Bárbara do Oeste.

A FIESP informa, em nota, que apesar da decisão do TRT, concederá o aumento de 63% proposto anteriormente, desde que os trabalhadores retornem imediatamente ao trabalho. Tal nota é respondida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em boletim aos trabalhadores (vide Apêndice 23).

Logo a seguir, a DRT abre sindicância, visando a apurar a posição e responsabilidade dos presidentes dos Sindicatos na greve.

O Secretário de Segurança do Estado de São Paulo declara estar havendo “infiltrações na greve” e os presidentes dos 3 Sindicatos do ABC reúnem-se, avaliam a greve e emitem nota, reafirmando que se dispõem a manter a greve até obterem as desejadas reivindicações.

Na assembleia do dia 16 (sexta-feira), Lula disse:

“A vitória está perto, possivelmente neste fim de semana teremos alguma novidade. As empresas já estão com seus estoques a zero e não estão mais podendo atender a milhares de pedidos de seus revendedores.”

Nessa assembleia, Djalma de Souza Bom anunciou a criação do Fundo de Greve.

13. Fundo de Greve

O Fundo nasceu dentro da greve de 1979. Constituiu-se, por isso, num dos resultados mais positivos da Campanha Salarial do ano.

Surgiu como necessidade de atendimento a situações práticas. A ideia de sua constituição já havia sido ventilada e discutida no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (no III Congresso, por exemplo), tomando-se como base principalmente a experiência de outros países.

Em 1978, fez-se uma assembleia em que se discutiram, além do Fundo de Greve, a Associação dos Aposentados e o Salário-desemprego. Todavia, não se tomou qualquer providência que viabilizasse sua concretização, porque advogados do Sindicato não viam como instituí-lo dentro da estrutura sindical. E, impunha-se necessário preservá-lo fora dessa estrutura, tendo em vista as possibilidades de intervenção no Sindicato.

Então, o Fundo surgiu com a greve, quando diretores e ativistas perceberam estar ela se alongando e que sua existência tornava-se necessária para sua própria manutenção. Por outro lado, a greve foi dando origem a situações concretas que exigiam sua existência.

Exemplos: numa assembleia, Djalma de Souza Bom recebeu um cheque e ficou em dúvida sobre o procedimento a ser adotado no seu encaminhamento. Outro caso foi o de um operário que procurou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dizendo-se necessitado. Os que estavam presentes fizeram uma “vaquinha” e, num supermercado próximo ao Sindicato, adquiriram gêneros alimentícios para ele. Além do mais, com a greve, muitas pessoas passaram a mandar alimentos para a sede do Sindicato.

Outro fato importante é que, nos primeiros dias da greve, D. Cláudio Hummes fez pronunciamento, através do Diário do Grande ABC, dizendo que a Igreja se dispunha a recolher alimentos, caso se fizesse necessário, para continuar a manter o movimento grevista.

No dia seguinte, dirigiu-se à residência do Bispo uma comissão, constituída por ativistas ligados a movimentos de Igreja, acompanhada por mais algumas pessoas.

Após expor-lhe o desejo de lançarem uma campanha de arrecadação de fundos para a sustentação da greve, obtiveram resposta positiva do Bispo que lhes solicitou a manifestação do Sindicato sobre a conveniência ou não da Campanha; que a comissão não fosse da Diocese, embora apoiada por ela; afinal, que o Sindicato se encarregasse da distribuição dos fundos arrecadados.

Aceitas as condições pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, D. Cláudio Hummes colocou as paróquias da Diocese como “postos de arrecadação.”

Estava, dessa forma, criado — na prática — o Fundo que passou a funcionar nos porões do prédio do Sindicato em São Bernardo, onde, diariamente, formavam-se filas intermináveis, atendidas por diretores e ativistas.

Posteriormente, antes de ocorrer a intervenção, tão logo esta se tornou iminente, transferiu-se o Fundo de Greve para a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo.

14. A greve no fim de semana...

No dia 17, sábado, Diretoria e Comissão de Salários passaram por momentos de expectativa, face ao receio de haver desmobilização em virtude do fim de semana.

Lula respondeu às acusações do Secretário de Segurança, afirmando que

“O nosso movimento é um movimento de 110 mil trabalhadores, sem nenhuma interferência de qualquer grupo estranho à categoria... A greve dos trabalhadores ainda é uma greve que está reivindicando melhores salários, melhores condições de vida.”

No domingo, dia 18, houve assembleia no Estádio de Vila Euclides, com a presença de 80 mil trabalhadores acompanhados por mulheres e filhos.

O sucesso dessa assembleia tranquilizou Diretoria e Comissão de Salários quanto à continuidade da greve no dia seguinte, segunda-feira.

Face às pressões dos patrões, Lula disse nesta assembleia:

“Sei que é difícil pedir a vocês que não compareçam às empresas para receber parte de seus pagamentos, mas pelo amor de Deus, não vão lá. Os patrões estão contando com isso, para que o nosso movimento acabe... Mais do que nunca o trabalhador tem que demonstrar sua capacidade de luta e de união pois, apesar da vitória estar próxima, a batalha exige sacrifícios.”

15. A semana da intervenção

Na segunda-feira, 19, pela manhã, os presidentes dos Sindicatos do ABC tomaram conhecimento oficial da sindicância realizada pela DRT.

Foi-lhes dado um prazo até quarta-feira, 21, para que elaborassem um documento explicando os motivos que os levaram a continuar a greve.

Como, nessa ocasião, foi convocada também uma reunião, pensou-se que ela significaria a retomada das negociações com as empresas.

No entanto, à tarde, quando a reunião se realizou, os patrões não alteraram sua posição radical.

Os dirigentes sindicais, apesar disso, ainda chegaram a apresentar suas propostas, principalmente a que antecedeu ao julgamento do TRT (65%, Cr\$ 3.600,00 piso-base, etc.). Mas, os patrões mostravam-se irredutíveis e nem sequer se dispunham a examiná-las.

Enquanto isso, a ação repressiva aumentava cada vez mais. A Polícia Militar havia mobilizado toda a sua Tropa de Choque, cavalaria e soldados com cães, concentrando-os no ABC, ao longo da Via Anchieta e aquartelando-os no interior de empresas, como Volkswagen.

Agentes do DOPS, “mal vestidos”, disfarçados, infiltravam-se entre os trabalhadores, vendo seus gestos, ouvindo o que discutiam e decidiam, enfim, participando das atividades da greve.

A ação repressora visava principalmente aos piquetes, onde a violência aumentava progressivamente, a cada dia.

Por isso, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e trabalhadores pediram a D. Cláudio Hummes que comparecesse aos portões da Volkswagen.

As quatro horas da madrugada de terça-feira, dia 20, o Bispo dirigiu-se à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, onde se encontrou com diretores do Sindicato, ativistas e alguns parlamentares do MDB.

A seguir, todos foram para os portões da Volks. O Bispo e parlamentares conversaram com o comandante de polícia, pedindo-lhe que evitasse violência contra os grevistas que faziam piquetes.

Na mesma terça-feira, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo convidou o Bispo a ir, à tarde, à sua assembleia.

A ideia do convite surgiu, devido ao apoio que vinha prestando ao movimento e à necessidade de apresentarem alguma “novidade” ao plenário, visto que, em relação às negociações com os patrões, nada de novo havia ocorrido.

Chegando à assembleia, o Bispo encontrou-se, pela primeira vez, pessoalmente, com Lula.

Fazendo uso da palavra, D. Cláudio Hummes repetiu o que já havia dito à assembleia de Santo André, onde, também, se fizera presente. Falou que a Igreja apoiava a greve porque a considerava justa e pacífica; que todos ficassem unidos ao redor de suas lideranças; que não estava ali para dizer o que os trabalhadores deviam decidir, mas, apoiar os valores evangélicos que estavam sendo

defendidos por eles e eram base de suas decisões; e, por fim, que deviam ser solidários com as famílias dos grevistas que fossem sofrer consequências negativas por causa da greve.

Nessa assembleia, já ao oitavo dia de greve, os metalúrgicos novamente ratificam a decisão de permanecer em greve, considerando não ter havido nenhum avanço nos contatos entre dirigentes do Sindicato e patrões.

Ainda nesse dia 20, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo lançou a “Carta Aberta aos Brasileiros” (vide Apêndice 24), visando a arrecadar recursos, nacionalmente, para a manutenção da greve.

Ainda nesse dia 20, a intervenção no Sindicato passa a se configurar como inevitável.

Murilo Macedo declara:

“Estamos dentro de um regime democrático, onde o pressuposto é império das leis.”

Completou, dizendo que havia

“uma série de penalidades que a lei prescreve e, gostando ou não, eu tenho que seguir a lei.”

Isto posto, o Sindicato da Indústria de Fundição do Estado de São Paulo manifestou-se favorável à intervenção e alguns setores militares passaram a reclamar “ação mais enérgica do Governo”.

Por outro lado, as relações entre patrões começam a se diferenciar. Empresários de pequenas e médias empresas reúnem-se e iniciam o exame da possibilidade de negociações separadas. Para eles, “intransigentes” são as multinacionais e as grandes empresas, que podem resistir “por terem capital e fontes de créditos”.

Alencar Rossi, secretário das Relações do Trabalho de São Paulo, reúne-se com Lula e faz ameaças quanto à intervenção no Sindicato.

Nesse dia é realizada a assembleia em que Lula denuncia a distribuição de boletins falsos pelas empresas, em papel com timbre do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e sua assinatura, conclamando os trabalhadores a retornarem ao trabalho.

É ainda lida a “Carta Aberta aos Brasileiros”, na assembleia. E, finalmente, em Jundiaí e São José dos Campos, os trabalhadores decidem suspender a greve.

No dia 21, quarta-feira, o Governo decide enviar Murilo Macedo a São Paulo. Sua missão seria de “juiz arbitral e equidistante das partes.”

Na reunião realizada em Brasília, onde se decidiu sua ida a São Paulo, Mário Henrique Simonsen manifestou-se favorável à intervenção imediata nos Sindicatos.

Lula, João Lins e Benedito Marcílio se reúnem e discutem a provável intervenção e suas consequências.

Após isso, declaram que os trabalhadores deveriam “continuar com a greve e só retornar quando os patrões retornarem com uma proposta decente.”

A intervenção iminente faz com que dirigentes do Sindicato e ativistas passem a viver horas de tensão, a qual cresceu porque os motoristas de ônibus do ABC também decretaram greve nesse dia 21, tendo, alguns representantes de seu comando ido, inclusive, à assembleia na Vila Euclides e feito uso da palavra.

Com essa nova greve, a repressão policial tornou-se mais violenta ainda do que já era, atingindo motoristas como metalúrgicos, sobretudo nos pontos de ônibus.

A Tropa de Choque participou ativamente. Os carros da ROTA percorriam em alta velocidade as ruas de São Bernardo, com as sirenes abertas.

Nesse “clima” de tensão, a assembleia que foi realizada nesse dia reiterou a decisão de continuar a greve “até o fim.”

Nessa assembleia, vários dirigentes de outros Sindicatos estiveram presentes, hipotecando solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Finalmente, ainda no dia 21, à noite, houve uma frustrada retomada das negociações no apartamento de Murilo Macedo, em São Paulo.

Nesse encontro foi apresentado um “protocolo de intenções,” visando pôr fim à greve. O protocolo em nada inovava as propostas anteriores dos patrões, a não ser o aval do Governo, agora declarado publicamente.

Dessa reunião, os patrões e o Ministério do Trabalho deram declarações otimistas.

Aos dirigentes sindicais, após saírem da reunião, restavam duas alternativas: continuarem com a greve ou aceitarem a proposta dos patrões de retorno ao trabalho, com a vaga promessa de que aí suas reivindicações seriam estudadas.

16. A assembleia do dia 22

No dia 22, quinta-feira, reuniram-se Diretoria do Sindicato e Comissão de Salários. Após discutirem o “protocolo de intenções”, resolveram expor francamente, na assembleia, as alternativas existentes e cumprir o que os trabalhadores decidissem, mesmo sabendo que em decorrência da decisão estariam expondo-se à intervenção.

Lula pronunciou discurso informando à assembleia esse posicionamento da Diretoria e Comissão de Salários (vide Apêndice 25).

A decisão tomada pelos trabalhadores foi a de continuarem em greve.

Muitos deles se dirigiram à sede do Sindicato, lotando-a. E a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo emitiu nota à imprensa, esclarecendo que

“a rejeição do protocolo não pressupunha uma atitude acintosa frente ao governo federal, mas, sim, um sinal de profundo descontentamento que lavra entre os trabalhadores, em face da intransigência com que se comportam os empresários do setor, que lhes desejam impor a cessação de um movimento legítimo sob condições que se lhes afiguram extremamente desfavoráveis.”

Os patrões respondem, acusando-os de “falta de liderança” e transferindo para o Governo a solução do problema.

17. Intervenção no Sindicato

Durante a madrugada de 22 para 23, sexta-feira, os trabalhadores que se dirigiram à sede do Sindicato, após a assembleia, ali permaneceram em vigília.

À noite, muitos procuravam vencer o sono assistindo **shows** com artistas e trabalhadores e vendo filmes sobre a greve e acidentes do trabalho.

Após reunião do Ministro do Trabalho com seus assessores, à meia-noite, o ato de intervenção no Sindicato foi assinado por Murilo Macedo.

O Ministro declararia que havia sido
“comprovado o incitamento à greve por parte dos dirigentes sindicais.”

O ato não delimitava a duração da intervenção, mas, admitia recurso administrativo requerendo sua revisão.

No interior da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo, durante o decorrer da noite, Lula se encontrava com diretores, ativistas e trabalhadores.

Fazia várias noites que ele não dormia. Apesar disso, passou a “limpar” as suas gavetas.

As quatro horas da manhã do dia 23, viaturas da ROTA e do Tático-móvel, além de caminhões apropriados para o transporte de soldados, chegaram, cercando a sede do Sindicato.

No seu interior houve, da parte dos trabalhadores, tensão e comentários sobre a iminente invasão do prédio.

Em sua sala, Lula mostrava-se tranquilo, fazendo piadas sobre a situação.

A primeira providência de repressão foi impedir, no prédio, a entrada ou saída de qualquer pessoa.

Uma comissão de deputados chega ao local, visando a assegurar a integridade física dos trabalhadores.

As 5:30 horas, extraoficialmente, Lula é comunicado, por telefone, sobre a assinatura do ato de intervenção. Após o aviso, reuniu-se com diretores e alguns ativistas, solicitando-lhes que se mantivessem na “maior calma possível.”

Com a sede do Sindicato cercada pela polícia militar, Lula ainda emitiu nota oficial (vide Apêndice 26), após a reunião.

Às 10:30 horas, chegou à sede do Sindicato o Sr. Vinicius Ferraz Torres, Delegado Regional do Trabalho (DRT), e disse:

“Estou obedecendo ordens... o ministro esgotou as medidas legais nas tentativas de negociações e, por isso, o Guaraci Horta vai assumir a direção do Sindicato como interventor.”

Às 11 horas da manhã, acompanhado de outros diretores e trabalhadores que estiveram com ele durante toda a noite, Lula deixa o prédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, afastado da presidência que até então exercia.

Do lado de fora, a multidão que ali se encontrava, começou a gritar: Lu-la! Lu-la! Alguns, emocionados, chegaram até a chorar.

Mas, antes de sair, Lula solicitou a todos os trabalhadores, que se encontravam no interior do Sindicato, que deixassem o prédio e se dirigissem à Igreja Matriz de São Bernardo do Campo.

Logo após sua saída, as imediações do Sindicato, transforma-se numa verdadeira praça de guerra, aumentando em muito o aparelho repressivo até então existente.

Os trabalhadores seguem as instruções, mas, Lula, conduzido por parlamentares não os acompanha.

Em suas casas, muitos trabalhadores que ficaram sabendo pelo rádio, da intervenção, dirigem-se à sede do Sindicato, superlotando a Rua Marechal Deodoro, nas proximidades das Casas da Banha.

Daí seguem, em passeata, pela Rua Marechal Deodoro, indo até a Igreja Matriz. Após incorporarem-se aos que ali estavam, tomam a direção do Paço Municipal.

Aí começaram a formar, com seus próprios corpos, a palavra *Democracia*. Esta não acabaria de ser “escrita” porque se deu o confronto com a polícia, que lançavam bombas de gás, dava tiros para o ar, avançava com grandes cassetetes, cavalos e cães sobre os trabalhadores. Estes devolviam as bombas de gás e jogavam pedras nos policiais.

Várias prisões são efetuadas e é noticiado que, a partir da intervenção, as assembleias no Estádio de Vila Euclides estavam proibidas.

Em meio ao grande tumulto, estão presentes D. Cláudio Hummes, o Prefeito Tito Costa e o Comandante da Polícia Militar.

Tito Costa era, depois de Lula, quem possuía maior reconhecimento perante os trabalhadores, por ser Prefeito da cidade e ter comparecido e falado em algumas assembleias.

Pedi-lhes que retornassem as suas casas e que saíssem do Paço; disse ainda que iria procurar conseguir a liberação do Estádio de Vila Euclides para que ali pudessem voltar a reunir-se. Se não

conseguisse, examinaria a possibilidade da assembleia ser realizada ali mesmo no Paço Municipal, no dia seguinte, sábado, à tarde.

18. Retomada “simbólica” do Sindicato

Enquanto isso, Tito Costa retorna ao seu gabinete na Prefeitura, acompanhado por D. Cláudio Hummes e um ativista pertencente à Comissão de Salários.

Lá chegando, os dois últimos, deparam com inúmeros políticos preocupados em “encontrar soluções para os trabalhadores”, que já não contavam com sua liderança mais importante (Lula).

Tito Costa fala com o Secretário de Segurança Pública e Ministro da Justiça, que lhe negam autorização para liberar o Estádio de Vila Euclides. Diz que os acontecimentos de São Bernardo estavam fora de seu “controle”, de seu “domínio” e que sequer poderia garantir a segurança física de Lula, caso aparecesse em concentração de trabalhadores.

Apesar de demonstrarem imponência para resolver os problemas, a impressão que se tinha, no Gabinete de Tito Costa, era que a greve estava, naquele momento, mais sob a direção dos políticos do que dos dirigentes sindicais.

D. Cláudio Hummes, embora presente, não se deixa envolver pelas articulações que se processam entre os políticos preocupados em encontrar uma “solução” no Gabinete, mas, insensíveis aos conflitos que, na rua, travavam trabalhadores e polícia.

Por isso, o Bispo, juntamente com o ativista, deixam o Gabinete, dirigindo-se a seguir para a sede do Sindicato. Em suas proximidades, trabalhadores e polícia estão em conflito.

Isso porque, os trabalhadores, ao saírem do Paço Municipal, conforme Tito Costa lhes havia solicitado, não foram todos para suas casas. Pela Marechal Deodoro, retornaram, em passeata, até a sede do Sindicato. Voltam à procura de orientações, conforme anteriormente estavam habituados.

Os policiais de plantão em frente à sede, percebendo que não poderiam conter os trabalhadores que para lá se dirigiam, correram para onde estavam estacionadas as viaturas policiais. Essa fuga foi seguida, pouco depois, pelo interventor Guaraci Horta, que tomou posse horas antes.

Com o Sindicato abandonado, os trabalhadores imediatamente improvisaram uma assembleia que nomeou Comissão destinada a proceder à “retomada simbólica.” Um grupo de 15 metalúrgicos

entrou no prédio e abriu portas e janelas, ação que foi saudada da rua, com aplausos entusiasmados. A vibração seguiu-se o coro: “O Sindicato é nosso”; “Queremos Lula aqui”; “Trabalhador unido jamais será vencido”, etc.

A retomada do Sindicato tornara-se uma “questão de honra” para os trabalhadores, mesmo que, por pouco tempo, como, de fato, ocorreu, pois, logo a seguir, foram desalojados.

Para tanto, chegaram ao local reforços policiais em condições de enfrentar os trabalhadores, tendo havido novos conflitos em frente ao supermercado “Casas da Banha.”

Apesar de os trabalhadores estarem enfrentando os policiais, aos poucos, estes últimos vão fazendo com que eles recuem através da Rua Marechal Deodoro, dispersando-se nas imediações da Igreja Matriz.

Após tentar interferir para sustar o conflito, D. Cláudio Hummes e o ativista que o acompanhava, deixam o local, ficando o ativista na Igreja Matriz, onde funcionava o Fundo de Greve.

19. Apoio e solidariedade (mas, nem tanto...)

Na Câmara Municipal de São Paulo, no princípio da noite de 23, realizou-se um ato público contra a intervenção, em atendimento à Convocação de inúmeros Sindicatos e de outras entidades (vide Apêndice 27).

No dia seguinte, várias notas de protesto foram emitidas por outros Sindicatos e diversas Associações, não só do Brasil como do exterior.

Todavia, fora contribuições de alguns Sindicatos e Associações ao Fundo de Greve, nenhum outro apoio concreto foi oferecido.

Não foi, por exemplo, deflagrada nenhuma greve de solidariedade.

Isso tornou apoio e solidariedades prestadas bem limitadas, porquanto, embora as notas de protesto sejam importantes, nunca são suficientes para pressionarem ao ponto de alterar determinada situação como a que se estava vivendo.

Por outro lado, muitos que diziam estar apoiando e se solidarizando, eram os mesmos que já haviam traiçoeiramente rompido com a campanha unitária, acertada durante e após o Congresso de Lins.

20. Significado político da intervenção

Com a intervenção no Sindicato, o Governo achou que iria acabar com a greve e forçar as lideranças cassadas a negociarem sua volta, tornando-se com isso mais maleáveis.

Então, do ponto de vista do Governo, a intervenção seria uma vitória para si e derrota para as lideranças sindicais (especialmente atingidas) e a classe operária.

No entanto, o curso dos acontecimentos não confirmou essa hipótese. Por quê? Entre outras razões, mencionamos as mais importantes:

- a) com a intervenção, o Governo acabou de mostrar aos trabalhadores que toda greve é política, o que, por questão tática, os dirigentes evitavam refletir e analisar sob este ângulo;
 - b) o trabalhador sentiu, na prática, as limitações do Sindicato amarrado ao Estado. Ao mesmo tempo, durante esse período, pode perceber que o Sindicato não é a sede, nem o Lula, nem a Diretoria, mas, é a união da classe. Que eles *são e fazem* o Sindicato. Que o Sindicato será forte ou fraco, dependendo da participação deles. Por isso, o Sindicato pode continuar funcionando na Igreja e servindo de interlocutor a patrões e Governo. Só que aí, seria um Sindicato livre das amarras do Governo, embora carecendo naturalmente da estrutura material existente na sede;
 - c) muitos passaram a preocupar-se com a entidade (Sindicato) mais do que com suas reivindicações econômicas, tendo, inclusive, chegado a expulsar o interventor;
 - d) a intervenção marcou o fim do paternalismo e da mistificação ideológica do regime populista (1945-1964), principalmente da época de Jango, no Ministério do Trabalho. Este passou a ser visto como representante do trabalhador no Governo, como “seu protetor”. Com a intervenção, essa “imagem” deixa de existir. O Ministério do Trabalho cai no descrédito do trabalhador que passa a concebê-lo como sendo “uma arma dos patrões”, razão pela qual denomina-o de Ministério dos Patrões.
- Quer dizer, houve um grande avanço no sentido de chegar a perceber que, se quiserem conseguir alguma coisa, não podem ficar esperando que esta lhes seja dada. Terão que lutar por ela. Terão que conquistá-la com a luta e a união de todos.

Em conclusão: tudo que se havia falado e escrito, até então, denunciando a estrutura sindical, não havia sido capaz de demonstrar com tanta clareza como a intervenção conseguiu, quais as suas implicações.

Enfim, na prática, a intervenção foi um instrumento muito mais eficaz e eficiente do que todos os boletins, filmes, palestras, etc. que até aquele momento haviam sido elaboradas ou realizadas com o fim de mostrar-se a necessidade de ser derrubada a estrutura sindical vigente no País.

21. Dispersão da Diretoria e Comissão de Salários

Se as repercussões políticas da intervenção apontadas, no item anterior, foram favoráveis ao movimento, no que diz respeito aos ativistas, Comissão de Salários e Diretoria, aconteceu que estes viram seu trabalho desarticulado, dispersando-se.

Lula, inclusive, afasta-se, indo abrigar-se na casa de parentes.

Equivocadamente orientado por alguns políticos e dirigentes sindicais, e, deixando-se influenciar por boatos acerca da situação nacional, acredita que, se houve a intervenção, fatos mais graves ainda poderiam ocorrer, complicando a situação política do País, caso perdurasse a greve e ele continuasse liderando-a publicamente.

A verdade é que não acreditavam, durante os primeiros dias da greve, que pudesse haver intervenção, devido à posse recente de João Batista Figueiredo, na Presidência da República, e suas propostas de “abertura” política.

A ideia que se tinha era de que Figueiredo estava preocupado em criar uma “imagem de liberal” para si e seu Governo, razão pela qual não adotaria posições radicais, ainda mais em início de Governo.

Os próprios contatos de Lula com Murilo Macedo reforçavam este raciocínio, na medida em que o “novo” Ministro mostrava-se mais acessível ao diálogo do que seu antecessor. É interessante ressaltar que na assembleia do dia 22, na Vila Euclides, Lula chegou, inclusive, a elogiá-lo.

Mas, nos dias que antecederam à intervenção, Lula foi informado por políticos de que, se o Governo julgasse necessário intervir, não deixaria de fazê-lo. Por isso, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, quando de sua decretação, diretores e ativistas não se surpreenderam porque já a aguardavam.

Todavia, como no princípio da greve não acreditavam na sua possibilidade, pelas razões já mencionadas, não se preocuparam também em criar formas de organização e mobilização, que pudessem servir de alternativa ou estabelecer diretrizes sobre como proceder frente à intervenção.

22. Decisão sobre o retorno de Lula

Alguns poucos integrantes da Diretoria e Comissão de Salários que, como um todo, continuavam ainda com seus membros dispersos, conseguiram reunir-se e redigiram uma nota (vide Apêndice 28).

Mas, apesar da divulgação desta nota, a dispersão da maioria dos diretores e integrantes da Comissão de Salários continuava. Havia até dificuldades de localização de todos os integrantes. Os poucos ativistas pertencentes à Comissão de Salários, presentes ao Fundo de Greve, não sabiam sequer do paradeiro de Lula.

Em vista dessa situação, decidem marcar reunião para a noite daquele dia, em casa de um deles. Constatam ser necessário rearticular a Comissão de Salários e incumbem um deles de localizar membros da Diretoria do Sindicato, os quais, conforme presumiam, deveriam dispor de informações sobre o paradeiro de Lula.

Na reunião da noite, além de se aprofundarem na discussão das questões acima, receberam a indicação do local onde Lula se encontrava, ficando decidido que deveriam voltar a procurá-lo, marcando encontro para sábado, dia 24, pela manhã, com todos que ali se reuniam.

Nessa manhã, Lula os recebe, transmitindo suas impressões da situação resultante da influência recebida de políticos e alguns dirigentes sindicais, muitos deles presentes. Influenciado e pressionado por essas pessoas, diz que não devia aparecer em público, pois, sua presença iria radicalizar mais ainda os acontecimentos, com resultados imprevisíveis.

Comunica ainda ter designado Djalma de Souza Bom para falar na assembleia, convocada pelo Prefeito Tito Costa, no dia anterior, e que, por questão de segurança, membros da Comissão de Salários e da Diretoria não deveriam comparecer.

Os ativistas saem do local, onde Lula se encontrava, e dirigem-se à Matriz de São Bernardo onde se distribuía alimento pelo Fundo de Greve.

Lá encontraram um advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e um outro ativista, também integrante da Comissão de Salários, que lhes advertem a não irem ao Paço Municipal, pois, este “já estava sob controle de tropas do exército” e de que o “golpe da ultradireita” era iminente.

Assim sendo, resolvem retornar à casa onde Lula se encontrava para transmitir-lhe informações sobre a gravidade da situação e seguem direção oposta à que haviam percorrido, contornando o Paço Municipal.

Ao fazerem isso, constatam que não eram corretas as informações recebidas: o Paço não estava ocupado pelo exército ou pela polícia e os trabalhadores ali se encontravam maciçamente.

Percebem, então, que haviam sido enganados e que, por deficiência de informações mais seguras e análise mais profunda da realidade, deixaram-se envolver-se pelas perspectivas sombrias traçadas por políticos, dirigentes de outros Sindicatos, advogados e até mesmo alguns ativistas.

No Paço, vai ser realizada a assembleia convocada pelo Prefeito Tito Costa. As condições são precárias, não havendo sequer aparelhagem de som instalada.

Trinta mil trabalhadores estão presentes.

Inseguros, tensos, desejando continuar a greve, não sabem como fazê-lo. Carecem de orientação das lideranças. Seguidamente, gritam o nome de Lula, exigindo sua presença.

Essas circunstâncias, que existiam desde o início da Campanha Salarial, aliadas à centralização do movimento, em torno de Lula, levam os trabalhadores a não reconhecer Djalma de Souza Bom, na liderança da greve. Isto faz com que ele acabe não conseguindo falar aos trabalhadores que, aos gritos, exigiam a presença de Lula.

Patético, Djalma de Souza Bom diz aos trabalhadores:

“Companheiros, vocês parecem que não estão me reconhecendo?”

Quando lhe foi possível usar a palavra, disse:

“Nós temos que continuar o nosso movimento como ele tem sido até agora, reivindicatório, pacífico e digno da classe trabalhadora. Eu falo a vocês como um simples trabalhador, como um simples metalúrgico que sou. O companheiro Lula está bem. Quero dizer a vocês que temos que manter o nosso movimento em paz, porque não nos interessa medir forças com a polícia, mas sim com os patrões. Vocês sabem que não podemos nos reunir em local aberto. O companheiro Lula deixou isso muito claro nas nossas assembleias, nós temos que ir para casa descansar e esperar que nossas reivindicações sejam atendidas. Hoje nós tivemos essa reunião aqui, mas amanhã a praça não está liberada para nós. Enquanto não conseguirmos outro local para nossas reuniões, vamos seguir as recomendações feitas nas nossas assembleias. Vocês todos sabem quais são, não preciso dizer.”

A situação estava incontrolável.

Vários oradores tentavam fazer-se ouvir.

David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, leu Manifesto de Solidariedade.

Depois, quem se apresentava para falar, falava. Até o cantor Agnaldo Timóteo também discursou.

Djalma de Souza Bom e Severino Alves tentaram retomar a palavra para solicitar o comparecimento dos trabalhadores à missa marcada para o dia seguinte, na Igreja Matriz.

Diante desse quadro, os ativistas que vinham esforçando-se por rearticular a direção do movimento, concluem pela necessidade imediata da presença de Lula, na condução dos acontecimentos.

Retornam novamente à casa onde Lula se encontrava e, lá chegando, encontram: Lula com David Moraes, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo; Lélia Abramo, do Sindicato dos Artistas; Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínea, além de mais alguns dirigentes sindicais de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas, nenhum político.

Com maior ênfase, os ativistas da Comissão de Salários cobram-lhe a necessidade de que reassumisse o comando da greve e reapareça publicamente. Explicam-lhe o que acabavam de testemunhar, no Paço Municipal. Lélia Abramo diz a Lula que ele

“estava se omitindo num momento em que a classe operária estava escrevendo a sua história.”

Falou-lhe também que não tinha direito de continuar mantendo-se afastado face às responsabilidades que possuía.

Lula responde-lhes dizendo que, sexta-feira, após a intervenção, dirigiu-se para aquela casa a fim de dormir, como de fato ocorreu, visto que passava as últimas noites em claro e que, àquele dia, havia estado na Igreja de São João Batista, no Riacho Grande, concedendo entrevista coletiva à imprensa. Essas razões — completou — fizeram-no manter-se afastado e deram a impressão de que realmente se havia afastado, mas, decidia-se a retornar.

Surge, então, a pergunta: — Que fazer?

Por sugestão de David de Moraes, Lula aceita comparecer, à noite, à Assembleia Legislativa, onde a imprensa presente, começaria a divulgar sua volta.

23. Retorno de Lula

Antes de dirigir-se à Assembleia Legislativa para conceder entrevista coletiva, anunciando seu retorno, Lula passou pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Na ocasião, David de Moraes informou que ele havia reassumido o comando da greve.

Chorando, Lula ainda chegou a pronunciar um discurso (vide Apêndice 29).

Saindo do Sindicato dos Jornalistas, Lula dirigiu-se à Assembleia Legislativa.

Lá, perante inúmeros parlamentares, dirigentes sindicais e jornalistas, concedeu entrevista, anunciando seu retorno ao comando de greve.

Ainda na Assembleia Legislativa, convocou-se um ato público a realizar-se à Praça da Sé, dia 26.

No dia seguinte (25 de março), em missa celebrada às 9:00 horas da manhã, na Igreja Matriz de São Bernardo, aglomeravam-se uns 5.000 trabalhadores e, do lado de fora, mais de 10.000.

Alto-falantes transmitiam o que se passava no interior da Igreja. Lá estavam Lula, Benedito Marcílio, alguns parlamentares e o vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

Após a missa, Lula deixou o recinto, carregado pelos trabalhadores. Na praça existente diante da Igreja, falou-lhes:

“A partir de hoje, mesmo estando destituída a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, assumo outra vez o comando do movimento para evitar que pessoas estranhas a ele tentem dar palavras de ordem estranhas aos metalúrgicos. Isso não quer dizer que não aceitamos a solidariedade, aceitamos qualquer solidariedade, mas queremos evitar palavras de ordem que não sejam dadas pelos metalúrgicos.

Amanhã, todos sabem o que fazer a partir das 4h30, é preciso estar nos pontos de ônibus e nos bares. O mais importante é não ir às portas de fábrica. Vocês sabem o que fazer, já fizemos isso durante 10 dias, um trabalho de formiguinha. Os sindicatos foram transformados em canil, mas isso não é culpa dos animais, e sim dos homens que não usam o bom senso, e que tentam transformar um movimento pacífico como o nosso numa verdadeira guerra.”

Receoso de que os trabalhadores dali fossem para o Paço Municipal e, novamente, entrassem em confronto com a polícia, disse-lhes:

“Acho desnecessário vocês irem até lá. Vocês têm que ir para casa de forma ordeira e pacífica, como vimos fazendo desde o começo do movimento. Todos têm que fazer o seu trabalho, em suas casas, nas suas vilas e bairros, visitando companheiros e conversando. A diretoria do movimento está mais animada que antes e disposta a ir até o fim. Estou com vocês até o fim. As máquinas têm que continuar paradas.”

Depois da missa, D. Cláudio Hummes encontrou-se, em separado, com Lula e Marcílio, dizendo-lhes que iria a Brasília, a convite da CNBB e do Ministro do Trabalho. Explicou que iria para expor os acontecimentos e defender os direitos dos grevistas. Lula pediu-lhe que ressaltasse, junto ao Ministro, a necessidade das negociações serem reabertas imediatamente.

À tarde do mesmo dia, no Paço Municipal, acabou havendo assembleia. Djalma de Souza Bom iniciou-a afirmando:

“Não é que não queremos estudantes, queremos a ajuda e solidariedade que estamos recebendo de diversas categorias, mas não vamos admitir que participem de nossa luta, não somos mais diretores do sindicato pela lei, mas, pelo direito e pelo fato, continuamos sendo a diretoria. Aquela diretoria que vocês elegeram, em que depositaram toda a confiança. Dito isso, espero que vocês não aceitem provocações, não façam rodinhas, fiquem em casa sem ir trabalhar, só vamos voltar quando o aumento chegar, não aguentamos mais a barriga roncar de fome.”

A seguir, foi Lula quem falou:

“Depois de dois dias longe de vocês, a diretoria volta porque entendemos que o nosso movimento é o mais justo possível e não é correto o trabalhador ficar à mercê da pancadaria. Voltamos todos, até o último suplente, estamos novamente assumindo o movimento que é totalmente dos operários. Todos devem se encontrar em suas próprias casas, fazendo contatos com os companheiros que moram mais perto, quem dizer que não sabe o que fazer está mentindo, ninguém pode ter esquecido.”

Após deixar marcada nova assembleia para o dia 27, ali mesmo no Paço, completou:

“É importante que vocês compreendam a nossa mensagem. Só voltaremos ao trabalho quando os patrões derem o nosso aumento, pagarem os dias parados e fizerem voltar os sindicatos às verdadeiras diretorias que foram eleitas por vocês.”

Ainda no domingo, 25, D. Cláudio Hummes voou ao final da tarde, para Brasília. Acompanhou-o o vice-presidente em exercício da CNBB, D. Geraldo Fernandes e, não mais D. Ivo Lorscheiter conforme estava previsto.

Àquela noite encontrou-se com Murilo Macedo. O Ministro expôs seu ponto de vista e o desejo de reformular a legislação trabalhista.

Depois deu a palavra a D. Cláudio Hummes que fez seu relato, destacando aspectos positivos e negativos da greve.

Murilo Macedo e seu assessor Alencar Rossi, que também esteve no encontro, ouviram-no em silêncio até o fim.

Terminando, o Ministro manifestou seu desejo de encontrar uma solução para a greve o quanto antes e disse que talvez até as 12 horas do dia seguinte poderiam reunir-se de novo, enquanto ele iria manter contatos com outras áreas do Governo.

24. Diretoria e Comissão de Salários reassumem o comando da greve

Embora em condições precárias, após o retorno de Lula, Diretoria e Comissão de Salários reassumiram o comando da greve.

Uma de suas primeiras providências, na segunda-feira, 26, foi emitir e distribuir boletim orientando os trabalhadores. (vide Apêndice 30).

Após o meio-dia, de segunda-feira, 26, Alencar Rossi foi à sede da CNBB e disse que o Ministro não poderia comparecer, conforme havia combinado com D. Cláudio Hummes. Comunicou ainda, que o Ministro pedia que lhes dissesse que o Palácio do Planalto havia “endurecido”, e que era necessário que Lula confiasse no Ministro. Pedia ainda que D. Cláudio e D. Geraldo transmitissem as informações a Lula.

Depois disso, D. Cláudio Hummes retornou a Santo André.

Nesse dia 26, estava marcado pela Unidade Sindical um ato público na Praça da Sé. Devido à proibição de que fosse realizado nesse local, transferiu-se, à última hora, para a Câmara Municipal de São Paulo.

Nessa ocasião, milhares de jornais, impressos também pela Unidade Sindical, passaram a ser distribuídos. Contendo a foto de Lula, na capa, cada jornal trazia a legenda: “Ele voltou. A greve continua!”, “Trabalhador unido jamais será vencido.”

Desta forma, a Unidade Sindical continua fazendo-se presente, seus membros apoiando os trabalhadores, solidarizando-se, mas, ao mesmo tempo, tentando ocupar espaço no sentido de opinar no encaminhamento da greve. Acercam-se ainda de Lula, tentando influenciá-lo para que pusesse fim à greve.

Todavia, será mal sucedida em seu intento, porque, a essa altura dos acontecimentos, Diretoria e Comissão de Salários já haviam se recomposto e se rearticulado, conforme demonstramos anteriormente.

Ainda no dia 26, o Senador Jarbas Passarinho irá elogiar a atitude de Lula reassumindo o comando da greve. A FIESP diz que tal fato não poderia ocorrer, por ser ilegal, e ameaça os trabalhadores com dispensa, caso não retornassem ao trabalho.

25. Proposta de “trégua”

Rearticuladas a Diretoria e Comissão de Salários, após o retorno de Lula, as duas se reuniram.

Decidiu-se proceder a um levantamento da situação da greve nas fábricas e constatou-se que os trabalhadores estavam voltando a trabalhar. Nas condições desfavoráveis em que se encontravam (intervenção no Sindicato; repressão inesperada e crescente; falta de alternativas para assembleias; inexperiência da Comissão de Salários e Diretoria para uma greve nas dimensões desta), seria muito difícil continuar mantendo a greve.

Por outro lado, após a intervenção no Sindicato e a destituição de sua Diretoria, uma das mais importantes reivindicações passou a ser a da reabertura das negociações.

A FIESP, apesar de dizer, publicamente, que nada mais havia a negociar, manteve um canal aberto através dos empresários Paulo Franchini e Cláudio Bardella. Os dois mantiveram permanente contato telefônico com Lula e com advogados do Sindicato.

Um ou dois dias antes da assembleia, na Vila Euclides, que estabeleceu a “trégua” de 45 dias, Lula e Dr. Maurício Soares estiveram reunidos com Franchini e Bardella, no escritório deste último. Nessa reunião, que foi acompanhada telefonicamente pelo Ministro Murilo Macedo, foram estabelecidas as bases para a “trégua” de 45 dias. É interessante observar que durante esta reunião, o Ministro só falava com os empresários, recusando-se a conversar com Lula. E disse aos empresários

que apenas não podia garantir a abertura do Estádio de Vila Euclides porque precisava, segundo ele, de entendimentos com as áreas de segurança.

Os termos da “trégua” foram os seguintes:

- negociação das duas questões em aberto:
 - a) o pagamento dos dias parados;
 - b) o aumento de 11% conquistados pelos trabalhadores, nas greves de maio de 1978;
- foi ratificado o “período de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 26 de março p. passado”, e que se esgota no dia 12 de maio;
- foi firmado também que “o valor correspondente às horas paradas, assim como ao dos descansos semanais remunerados, será antecipado aos trabalhadores, mediante vale especial por ocasião do pagamento do mês de março”;
- os patrões assumiram o compromisso de “não aplicarem penalidades de quaisquer naturezas, inclusive demissão, aos empregados que participaram das paralisações gerais, e, durante 120 dias a contar de 26 de março de 1979”;
- por sugestão do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, representantes dos trabalhadores e de patrões decidiram encaminhar ao governo estudos referentes à legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e da estrutura sindical, dentro de 240 dias. Da legislação de greve, da nova sistemática de representação sindical e do sistema de negociação coletiva, dentro de 180 dias;
- além disso, foi firmado em acordo verbal que os sindicatos sob intervenção federal serão restituídos às antigas diretorias.

No dia 27, pela manhã, na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Diretoria e Comissão de Salários voltaram a reunir-se para discutir os termos da proposta da “trégua.”

Após exaustivos debates, concluíram por aceitá-la, embora demonstrando desconfiança.

Não podendo a Diretoria demitida negociar oficialmente com os patrões, decidiu-se também que uma Comissão, composta por Dr. Maurício Soares de Almeida, Dr. Almir Pazzianotto Pinto e D. Cláudio Hummes, deveria falar em nome dos trabalhadores durante a fase de negociações. Este último foi incluído porque julgaram que sua presença faria com que os empresários agissem com maior seriedade nas negociações.

Acertou-se ainda que a Comissão não poderia assinar nenhum acordo, ficando qualquer decisão por conta da assembleia.

Após o anúncio dos nomes integrantes da Comissão, houve relutância por parte dos patrões e Governo em aceitarem o nome de D. Cláudio Hummes. Não se verificou veto expresso, apenas ponderação sobre a inconveniência. Afinal, os patrões decidiram ficar neutros na questão, sob o

argumento de que não deveriam interferir na composição dos representantes dos trabalhadores, assim como não permitiriam interferência destes na representação deles. O Governo acabou por se conformar com a presença do bispo.

Finalmente, o “sinal verde” para liberação do Estádio de Vila Euclides foi dado poucas horas antes da assembleia, através de um telefonema que o Dr. Maurício Soares recebeu na Câmara Municipal de São Bernardo, onde estava reunida a Comissão de Salários e Diretoria.

Assim, em 27 de março, 15 dias após ter sido deflagrada a greve e 4 após a intervenção no Sindicato, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidem voltar às fábricas, em uma assembleia que reuniu mais de 70 mil trabalhadores no Estádio de Vila Euclides, novamente liberado, porque a Diretoria se comprometera a apresentar a proposta de “trégua”.

O Dr. Maurício Soares explicou a proposta de “trégua” à assembleia, dizendo, entre outras coisas:

“A proposta não é excelente, não é o que queríamos. Ouçam e pensem. Vaias e aplausos não vão resolver nada. Na quinta-feira, rejeitamos a volta ao trabalho, rejeitamos ainda os descontos em parcela dos dias paralisados e a punição dos grevistas. De lá para cá, muita coisa mudou. Perdemos o sindicato que está na mão do interventor. Por isso incluímos uma nova reivindicação, que é o retorno da diretoria ao sindicato. Hoje a proposta é quase a mesma que a de quinta-feira. Pelos contatos que mantive, posso assegurar que em 45 dias a diretoria volta ao sindicato.”

Vários dirigentes sindicais fizeram uso da palavra, ressaltando a importância da retomada do Sindicato.

D. Cláudio Hummes falou também, observando o seguinte: primeiro, que a greve era justa e pacífica; depois, que era histórica para o trabalhador brasileiro e, por isso, o mais importante, no momento, era recuperar o Sindicato com as Diretorias legítimas e que todos ficassem unidos ao redor de suas lideranças.

Por fim, falou Lula (vide Apêndice 31).

26. Os 45 dias de “trégua”

26.1. Demissões após a aceitação da “trégua”

Tão logo é suspensa a greve e os trabalhadores retornam às suas fábricas, iniciam-se as demissões.

Só no primeiro dia de retorno ao trabalho, foram demitidos 350. Na Motores Búfalo, em São Bernardo, os 81 trabalhadores demitidos recebiam a recomendação de procurar “os débeis mentais dos dirigentes sindicais que fizeram a greve.”

Outras empresas (como a Inox) despediam, alegando que a greve havia “abalado a sua situação financeira.”

Alguns empresários sugeriam aos demitidos que recorressem à Justiça, pois, “provavelmente seriam readmitidos.”

Receoso com a possibilidade de nova greve geral, por causa das demissões, Mário Garnero, Presidente da ANFAVEA, chegou a afirmar que a Volkswagen admitiria alguns dos dispensados.

Lula respondeu-lhe, afirmando:

“Não acredito que a Volks ou qualquer outra empresa venha somente agora a se preocupar com os trabalhadores.”

Murilo Macedo, em declarações à imprensa, considerou “uma traição” as demissões de trabalhadores grevistas. Mas, só telefonou ao Presidente da FIESP, Teobaldo De Nigris, pedindo-lhe que evitasse que elas continuassem a ocorrer.

Como, dentro das fábricas, o “clima” era de que a “luta continuava...” e de que a organização devia ser mantida e ampliada, a cada ato de violência dos patrões, os trabalhadores davam-lhes as mais variadas respostas. As fábricas tentavam forçá-los a “compensar os dias parados” e a desacatar as determinações do Sindicato e a fazer horas-extras.

Na Volks, grupos de 4 ou 5 trabalhadores eram chamados, de cada vez, pelas chefias, para “conversarem” a esse respeito.

Chegaram também a ameaçar a retirada dos ônibus nos horários de 2:20 da manhã, para obrigá-los a fazer horas-extras até às 5:30 horas.

Proximamente à assembleia do dia 13 de maio, na Volks, trabalhadores de vários setores (principalmente do turno da noite) chegaram a fazer greve a favor da volta da Diretoria ao Sindicato oficial.

Na Ford, muitos foram ameaçados de suspensão pelas chefias, caso não concordassem em fazer horas-extras. Nos horários em que eram escalados, passaram a parar as máquinas. Por causa

disso, a Diretoria da empresa chegou a chamar Lula para pedir aos trabalhadores que fizessem horas-extras.

Na Scânia, quando os trabalhadores receberam os envelopes de pagamento, com os 15 dias de greve descontados, novamente pararam o trabalho.

Entretanto, não foi preciso a paralisação total da empresa. Quando os patrões viram as máquinas do Setor C desligadas, apressaram-se em rever sua decisão, esclarecendo que haviam cometido “um engano.”

Na Shuller, foi anotado o valor dos dias de greve, como “empréstimo”, nos envelopes de pagamento. Os trabalhadores não aceitaram, pararam as máquinas, e a empresa recuou.

Mas, a empresa pediu aos trabalhadores que “liberassem” 28 companheiros para fazerem horas-extras. Noutra reunião, já queriam a liberação de 68. Depois, 82. Os trabalhadores responderam que poderiam até pensar nisso, se a Shuller oficializasse uma Comissão de fábrica.

Então, os patrões declararam:

“Nós não podemos oficializar a Comissão antes de terminarem as negociações, no dia 10.”

Os trabalhadores responderam-lhes:

“Nós também não. Nós estamos unidos com o Sindicato e só podemos voltar a fazer horas-extras depois que o acordo for feito e vier o aumento.”

A Chrysler, no pagamento do vale, ameaçou começar o desconto parcelado dos dias parados, descontando dois dias. No entanto, a reação imediata dos trabalhadores fez a empresa recuar e não cumprir o anunciado.

Assim, sucessivamente, em várias outras empresas que não cumpriam o acordo ou ameaçavam não cumpri-lo, os trabalhadores reagiam, mantendo-se unidos e em “clima” permanente de greve.

Somente na Equipamentos Villares S/A houve greve mal sucedida.

308 trabalhadores (200 horistas e 108 mensalistas) foram demitidos de uma única vez, sob a justificativa de “problemas financeiros.”

A reação contra essas demissões foi a paralisação das máquinas, reivindicando a readmissão.

Todavia, os trabalhadores da Villares não estavam bem organizados para sustentá-la. Por isso, foi necessário a realização de piquetes. Com estes, a repressão foi violenta e os trabalhadores foram retornando ao trabalho.

Assim, após dois dias, a greve acabou, sem que tivessem tomado decisão de encerrá-la e sem que tivessem conseguido obter a readmissão dos demitidos.

Apesar do fracasso, essa greve trouxe um saldo positivo que foi o de servir de alerta e exemplo para reforçar a proposta do Sindicato, no sentido de os trabalhadores não realizarem horas-extras.

Diretoria e a Comissão de Salários passaram a referir-se a esse acontecimento.

Lula dizia:

“A partir de agora, quando o trabalhador pensar em fazer horas-extras, ele deve pensar, antes de tudo, que pode estar antecipando sua própria demissão.”

Sobre as demissões, a Diretoria e Comissão de Salários transmitiram, em Boletim, recomendações aos trabalhadores (vide Apêndice 32).

26.2. Tentativas de início das negociações após a aceitação da “Trégua”

A 30 de março, em reunião que durou seis horas, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e Lula acertaram que, no dia seguinte ou, então, no próximo, os três Sindicatos do ABC, sob intervenção federal, assinaram o protocolo com a FIESP e reabriram as negociações.

A 3 de abril, os três Sindicatos do ABC, através dos advogados Almir Pazzianotto Pinto e Maurício Soares de Almeida — e não dos intervenientes — assinaram com o Grupo 14 da FIESP o “protocolo de intenções”, onde os termos do acordo da “trégua” eram reafirmados, reabrindo-se, com isso, as negociações.

A 10 de abril, empresários da Comissão Executiva do Grupo 14 da FIESP e os advogados Almir Pazzianotto Pinto e Maurício Soares de Almeida reuniram-se para preparar o início dos trabalhos da Comissão Tripartite, marcado para o dia 16.

Mas, as negociações começaram somente no dia seguinte, 17.

Isso porque os patrões passaram a pressionar o Governo para que os termos do futuro acordo não fossem submetidos às assembleias dos trabalhadores e para que a Comissão de Negociações,

representante dos trabalhadores, tivesse poder final de decisão. Quer dizer, os patrões não suportaram a força dos trabalhadores e recorreram à ajuda do Governo. Isso, aliás, foi uma constante durante todas as fases das negociações, quando, antes de tomarem uma decisão, sempre telefonavam ou se reuniam com o Ministro do Trabalho.

Lula, na ocasião, declarou:

“As negociações já deveriam ter começado no dia em que os trabalhadores voltaram às fábricas. Mais uma vez os patrões correram em busca da tutela do Governo, correndo a Brasília para pedir ajuda antes que as negociações fossem começadas. Acredito que somente com a devolução dos Sindicatos aos legítimos representantes dos trabalhadores é que as negociações poderiam andar mais rápido.”

O Governo, representado pelo Ministério do Trabalho, face aos problemas surgidos, decide retirar-se das negociações. Por outro lado, os representantes dos trabalhadores não aceitam a pretensão dos patrões.

Com esse posicionamento, ficava, logo de início, caracterizada a irresponsabilidade e desrespeito dos patrões que, dessa forma, buscavam empecilhos para disfarçar sua intransigência em relação ao acordo e aos trabalhadores, conforme disse Lula:

“Fica mais uma vez demonstrado que quem radicaliza são os patrões, não os trabalhadores. Já foi acertado antes que o resultado das negociações seria aprovado pelos trabalhadores em assembleias. As assembleias até já tem data prevista. Afastam os diretores dos Sindicatos e agora querem impedir que os trabalhadores decidam se o acordo lhes interessa. Mas os trabalhadores metalúrgicos estão preparados para enfrentar as manobras. E se até o fim do prazo, o acordo não for estabelecido, todas as máquinas vão parar novamente.”

26.3. Organização e mobilização dos trabalhadores

Após a assembleia que aprovou a proposta da “trégua” os trabalhadores retornaram ao trabalho nas fábricas mobilizados e com grande disposição para darem continuidade à luta.

Durante os 45 dias de “trégua”, Diretoria e Comissão de Salários instalaram-se no salão paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo e no Bar Aquárius, instalado próximo à Matriz, tornando-se os pontos de confluência e de encontro.

Durante estes 45 dias nesses locais irá funcionar o verdadeiro Sindicato atuando livremente das amarras do Ministério do Trabalho: exclusivamente preocupado com o trabalho político, sem burocracia e sem assistencialismo.

Toda a preocupação e trabalho estavam inteiramente voltados para a organização dos trabalhadores, através de suas bases nas fábricas.

O Sindicato sobrevivia sem os recursos materiais do Sindicato oficial sob intervenção, mas com sustentação e organização dos próprios trabalhadores.

Destacam-se nessa fase, as contribuições para manutenção deste Sindicato livre, do Fundo de Greve, de alguns outros Sindicatos e entidades do País.

No salão da Igreja fazia-se diariamente reuniões por fábricas.

Nessas reuniões a greve era avaliada; discutiam-se formas de como manter os trabalhadores mobilizados e como organizá-los mais ainda para a possível greve após a “trégua”.

Ao lado dessas reuniões, a presença constante e diária nas portas das fábricas com realização ou não de assembleias constituiu-se noutro sustentáculo do Sindicato atuando livremente, porque provocava grande agitação no seu interior e atraíam os trabalhadores para comparecerem às reuniões no salão da Igreja Matriz.

A ida às portas das fábricas era realizada por Diretores do Sindicato, ativistas que trabalhavam à noite ou que se achavam desempregados.

Para a realização deste trabalho além da maior experiência de que eram possuidores após terem realizado a greve geral, contavam com farto material de propaganda:

- boletins eram impressos;
- o cineasta Renato Tapajós havia filmado cenas da greve por solicitação do Sindicato. Durante a “trégua” montou um curta-metragem, intitulado “Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores.” Esse filme passou a ser projetado nos bairros e no salão da Igreja Matriz, servindo para motivar e atrair os trabalhadores para discutir o possível retorno à greve;
- no Conjunto Vera Cruz foi realizado um **show** de música popular, ao qual estiveram presentes diversos artistas, que se ofereceram para apresentações com o objetivo de propiciar coleta de dinheiro;
- foi realizado um torneio de Futebol entre times de algumas fábricas, o qual contribuiu para colocar os trabalhadores em contato entre si;
- como não podiam imprimir a “Tribuna Metalúrgica”, por tratar-se de órgão do Sindicato oficial, usou-se o “ABCD Jornal”. Este já existia em São Bernardo, com edição mensal. Seus diretores colocaram-no à disposição do Sindicato livre e suas edições passaram a ser frequentes. Sua linha editorial era fornecida pela Diretoria e sua distribuição gratuita;

— todos os domingos, após a missa na Igreja Matriz de São Bernardo, assistida pelos trabalhadores, realizaram-se assembleias e reuniões.

Assim, como se pode perceber, esse foi um período de muito trabalho.

E isso foi possível, em grande parte, porque não havia nenhum divisionismo entre os que nele se achavam engajados; amadurecimento político dos diretores e ativistas e aprofundamento do reconhecimento do Sindicato, por parte dos trabalhadores.

É interessante ressaltar que os trabalhadores só procuravam a Diretoria cassada para resolver seus problemas.

Quando esses eram de assistência médica ou jurídica, eles eram orientados a procurarem o Sindicato oficial.

E os próprios patrões só reconheciham e procuravam a Diretoria (e, nunca o interventor), que frequentemente era chamada às fábricas (às vezes iam até ativistas), para estabelecerem e assinarem acordos decorrentes do desconto dos dias parados.

26.4. 1.^º de maio de 1979

O 1.^º de maio de 1979, ocorreu em São Bernardo, durante a “trégua” e com o Sindicato sob intervenção.

Foi organizado por mais de 60 entidades sob a orientação da Diretoria de São Bernardo e em torno das seguintes bandeiras de luta:

- Pelo fim da intervenção nos Sindicatos do ABC;
- Pelo salário-mínimo real e unificado;
- Pela garantia no emprego;
- Pela liberdade e autonomia sindical;
- Pelo direito de greve;
- Pela luta contra a carestia.

Esse 1º de maio, viria patentear o avanço das lutas operárias e sindicais dos últimos anos ali ocorridas, bem como unir diversos setores da sociedade (funcionários públicos, estudantes, movimento contra a carestia, CBAs, Associações de Bairro, etc.) numa grande manifestação popular.

Mais de 150 mil pessoas se comprimiam no Estádio de Vila Euclides e seus arredores, empunhando faixas e cartazes.

Enquanto isso, a propaganda oficial, o jogo de futebol com portões abertos, a presença de cantores e alguns artistas de televisão, os sanduíches, refrigerantes e balas distribuídos às crianças não conseguiram levar mais do que dez mil pessoas ao Pacaembu.

Conforme disse Lula, na ocasião,

“O povo optou entre o 1.º de Maio de trabalhador e o da ditadura.”

Antecedendo às solenidades do 1.º de Maio no Estádio de Vila Euclides foi celebrada missa no Paço Municipal de São Bernardo, com a presença de Vinicius de Moraes.

Na ocasião, foi recitado seu poema “O Operário em Construção.”

O principal momento da solenidade foi quando Lula fez uso da palavra.

Com o estádio em silêncio, ele pronunciou o seu discurso (vide Apêndice 33).

Esse 1.º de Maio representou mais um momento significativo para o avanço da classe operária, das lutas e organização dos movimentos populares, razão pela qual inscreveu-se como um momento marcante na história do movimento operário brasileiro.

Nesse 1º de Maio, o Governo encaminhou ao Congresso anteprojeto contendo algumas reformulações na CLT, mas que em essência mantinha os Sindicatos atrelados ao Estado.

26.5. Mobilização para a assembleia do dia 13 de maio

A preparação para a assembleia do dia 13 de maio (fim da “trégua” dos 45 dias) intensificava-se.

Diretoria e a Comissão de Salários sabiam ser fundamental, para a continuidade e condução do movimento, a presença maciça dos trabalhadores nessa assembleia.

Finalmente, aí, seria decidido se voltariam à greve ou se aceitariam a proposta dos patrões.

De toda forma, qualquer que fosse a decisão, ela teria de ser tomada com a participação de todos os trabalhadores.

Por isso, no dia 6, domingo, após a missa na Igreja Matriz, Lula enfatizou a necessidade da presença de todos os trabalhadores:

“O prazo de 45 dias para o encaminhamento das nossas reivindicações encerra-se no próximo dia 11 de maio. Se não houver nenhuma proposta que satisfaça aos anseios da categoria, todos os trabalhadores já sabem como agir. Peço a vocês que mantenham o mesmo comportamento que assumimos até agora, não aceitando provocações e cumprindo integralmente nossa parte no acordo, pois não devemos dar motivos para os empresários justificarem a ausência de acordo, em função da quebra do compromisso que assumimos.”

E, prosseguiu:

“Se não permitirem a realização da assembleia, toda a categoria já sabe o que fazer a partir da zero hora do dia 14. Os patrões tiveram 45 dias de trégua para chegarem a um acordo que atendesse as reivindicações dos trabalhadores. Mas, além de desrespeitarem o protocolo de intenções que eles próprios assinaram, mais uma vez foram intransigentes e até agora não cederam em praticamente nada em termos salariais.”

Preocupados com orientações da FIESP aos empresários, principalmente quanto ao desconto de uma parcela de 20% dos salários de abril, referente aos 15 dias parados durante a greve de março e a concessão de férias coletivas, com o fim de esvaziar a greve, na hipótese de vir esta novamente a ser decretada na assembleia do dia 13, o Sindicato dos Trabalhadores procura alertá-los quanto às manobras dos patrões.

Com esse objetivo, emite Boletim (vide Apêndice 34), contendo recomendações.

26.6. Negociações com os patrões

Embora oficialmente (pelo menos para a imprensa) não tivessem ocorrendo negociações, os contatos informais continuavam envolvendo Lula, advogados do Sindicato, empresários e Murilo Macedo.

Esses contatos se davam através dos empresários Cláudio Bardella e Paulo Franchini, em especial, e os advogados Dr. Maurício Soares de Almeida e Dr. Almir Pazzianotto Pinto.

A partir de certo momento, passaram a ocorrer com a presença também de Lula. Eram feitos através de telefonemas, jantares e reuniões em Hotéis.

Mas, as dificuldades para chegar-se acordo persistiam. Os patrões não queriam discutir o aumento de salário, visto que, se obtido, esse representaria uma vitória não só dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, mas, de todos os trabalhadores brasileiros.

A esse respeito, Lula declarou:

“Nós não estamos pedindo nada exagerado, nada que os patrões não possam dar. Só com o prejuízo que tiveram nos 15 dias de greve, daria para os empresários darem o aumento. Eles não querem é dar vitória aos metalúrgicos.”

Mas, apesar desse entrave político, colocado pelos patrões, dos contatos com Bardella e Franchini surgiu a possibilidade de se chegar a um acordo, pois, eles percebiam estarem os trabalhadores mobilizados para entrar, novamente em greve geral.

Em decorrência desses entendimentos, Franchini convenceu Murilo Macedo a conversar com Lula. E, a 1.^º de Maio, Murilo Macedo enviou um helicóptero para transportar Lula a seu sítio, em Atibaia (SP).

Na conversa entre os dois, o Ministro afirmou que o limite do acordo seria de 60%. Mais do que isso não seria aceito pelo Governo e os diretores não voltariam ao Sindicato.

Depois, extraoficialmente, deixou transparecer a possibilidade de oferecerem 63%. Mas, de fato, Murilo Macedo voltou a dizer que o Governo não concordaria com esse percentual, por ser inflacionário.

Lula respondeu-lhe, afirmando que, menos do que esse percentual, não podiam sequer conversar a respeito.

A seguir, houve ainda uma reunião da Diretoria, em que Lula expôs sua conversa com Murilo Macedo e as possibilidades de se concretizar a proposta do índice de 63%, por parte dos patrões.

Após discutirem a questão, os diretores decidiram que sua posição seria de aceitar o índice de 63%, conscientes de que, com essa atitude, não mais retornaram ao Sindicato face às ameaças do Ministro do Trabalho.

26.7. Preparação da assembleia do dia 13 de maio e assinatura do acordo

A 11 de maio, dois dias antes da assembleia de Vila Euclides, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, fez pronunciamento pela TV, advertindo contra a possibilidade de nova greve e relembrando as punições previstas na Lei.

Do dia 11 para 12, véspera da assembleia, alguns integrantes da Comissão de Salários reuniram-se na casa de um deles, com o objetivo de discutir propostas que seriam levadas à

assembleia, relacionada com a volta da Diretoria ao Sindicato oficial. Isso porque a Diretoria achava que não poderia fazer proposta à assembleia, nesse sentido, por acreditar que assim agindo estaria “legislando em causa própria.”

Nessa reunião, surgiram opiniões divergentes.

Os presentes, à exceção de um único ativista, manifestaram opinião no sentido de que deveria ser proposta à assembleia geral por tempo determinado à volta da Diretoria. Por tempo determinado, face às dificuldades que surgiriam (local para assembleias, repressão, etc.) para sustentá-la por tempo indeterminado.

O ativista discordante argumentou que o acordo, possivelmente a ser assinado, era ruim e que, por isso, já provocaria insatisfação e divisão entre os trabalhadores.

Por outro lado, se a tendência era não entrar em greve para rechaçar o mau acordo, como propô-la em defesa da volta da Diretoria?

Disse ainda que, por maior que fosse a organização dos trabalhadores, ela era ainda insuficiente para impor ao Governo o cessar da intervenção.

Argumentou dizendo ainda que, se realizassem greve por tempo determinado, correriam o risco de ver esse tempo esgotado, sem que a Diretoria voltasse ao Sindicato oficial. Caso ocorresse essa hipótese, se desmoralizariam.

Lembrou ainda que não estavam propensos a entrar novamente em greve, pela obtenção de um acordo melhor, porque, apesar da mobilização e organização dos trabalhadores, não havia condições “pela força” de conseguirem alterar as bases do acordo.

Isso significava dizer que seria muito mais difícil “pela força” conseguir sustar a intervenção e o retorno da Diretoria cassada.

A seguir, afirmou que o Governo tomaria essa atitude como “desafio” e que, a partir daí, o retorno da Diretoria poderia complicar-se ainda mais.

Finalmente, concluiu, dizendo que eles tinham, como integrantes da Comissão de Salários, responsabilidades e que, por isso, não poderiam faltar com a “habilidade política” que a situação requer e nem “caírem no aventureirismo”. Todavia, nessa reunião, prevaleceu a primeira posição de propor-se greve por tempo determinado.

À tarde do mesmo dia, realizaram outra reunião na casa de Lula, com sua presença e de outros dirigentes sindicais (João Paulo, de Monlevade, por exemplo).

O resultado da reunião realizada pela manhã foi relatado, tendo sido expostas a opinião vitoriosa e a derrotada.

Ocorre que os presentes que não haviam participado da reunião, pela manhã, manifestaram-se favoráveis à opinião derrotada, inclusive, reforçando-a com novos argumentos.

A discussão passou, então, a girar em torno da seguinte questão:

"É mais fácil a Diretoria voltar com greve, ou sem greve?"

Diante do impasse, sentiram haver necessidade de que alguém que houvesse participado das negociações mantivesse contato com Murilo Macedo para obter informações sobre as perspectivas reais de retorno da Diretoria.

Foi, então, chamado à reunião o Dr. Maurício Soares de Almeida. Após exposição do que haviam discutido, até àquele momento, solicitaram sua opinião a respeito. Ele opinou que a entrada novamente em greve, comprometeria as possibilidades de retorno da Diretoria ao Sindicato oficial.

E completou seu raciocínio, dizendo:

"Mas, estou convencido de que a Diretoria voltará. O Murilo Macedo já me disse que voltará. Só não quis dar o prazo. Mas, garantiu-me que voltará."

Suas palavras reforçaram a ideia de muitos dos presentes em aceitarem o acordo e não entrarem novamente em greve, mesmo por tempo determinado.

Ficou, então, decidido que o Dr. Maurício Soares, juntamente com mais um dirigente de outro Sindicato ali presente e um integrante da Comissão de Salários deveriam procurar manter conversações com Murilo Macedo. Se este garantisse que a Diretoria voltaria, não seria feita a proposta de greve. Caso o Ministro deixasse dúvida quanto à possibilidade acima, proporiam a greve.

Marcaram nova reunião naquele mesmo dia, às 11 horas da noite, no Bar Aquárius (ao lado da Igreja Matriz), onde ouviriam a resposta da Comissão, resultante do contato com Murilo Macedo.

Ocorre que esse contato com o Ministro acabou não sendo realizado...

Finalmente, ainda nesse dia 12, advogados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Lula (Benedito Marcílio também estava presente) realizaram uma reunião formal, conclusiva de negociações com empresários, no Merack Hotel.

Os termos do acordo já haviam sido estabelecidos entre as partes. Todavia, para assiná-lo, surgiria ainda um último problema: os patrões exigiam que Lula o assinasse e Murilo Macedo não aceitava que isso ocorresse, porque ele e o Governo se desmoralizariam.

Por isso, o acordo só vai ser assinado, já na madrugada de 12 para 13, inclusive por Lula, para ser levado à assembleia, na manhã do dia 13:

“Os Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo e as entidades patronais subscritas comunicam que, na noite de hoje, 11 de maio, celebraram um acordo coletivo de trabalho, adiantando e retificando a convenção coletiva subscrita em 2 de abril próximo passado.”

O acordo obedecerá às seguintes cláusulas:

- 1 — Aumento salarial não escalonado de 63% sobre os salários vigentes a 2 de abril de 1978, para trabalhadores que ganham salários até 10 salários-mínimos em 31 de março de 1979;
- 2 — 50% das horas não trabalhadas em consequência da greve serão descontadas em cinco parcelas mensais iguais e sucessivas a partir de 10 de junho de 1979;
- 3 — Os restantes 50% das horas não trabalhadas serão repostas pelos empregados ou também descontadas, mediante acordo entre as partes;
- 4 — Os dias de paralisação não serão computados para os fins de cálculo das importâncias relativas às férias anuais, 13.º salário e descanso semanal remunerado;
- 5 — O acordo, depois de submetido à apreciação das assembleias gerais dos trabalhadores no próximo dia 13, será levado a registro pela DRT.”

27. Assembleia do dia 13 de maio

No dia 13 de maio, antes da assembleia, reuniram-se na Câmara Municipal, a Comissão de Salários e a Diretoria.

A proposta do acordo foi lida e Lula disse que lhes cabia decidir se aceitavam ou não o acordo.

Procedeu-se à análise da situação, concluindo-se que os trabalhadores estavam mais organizados, mobilizados e dispostos à greve do que quando a “trégua” foi estabelecida. Todavia, constataram também as dificuldades que teriam para sustentar nova greve (falta de lugar alternativo para assembleias, etc.).

Erradas ou certas, Diretoria e Comissão de Salários sabiam ter que sair deste encontro com sua posição que seria apreciada pelos trabalhadores como orientação a respeito de aceitarem ou não o acordo e de realização ou não de nova greve.

As discussões caminharam em torno de duas questões:

1.º) aceitação ou não do acordo.

A este respeito, a maioria da Diretoria e Comissão de Salários votou favoravelmente à aceitação do acordo;

2.º) entrar em greve ou não pela volta da Diretoria.

Saiu vencedora a proposta de não entrada em greve.

A seguir, escolheu-se um ativista, ficando estabelecido que o mesmo deveria manifestar-se na assembleia em defesa da decisão assumida

Curiosamente, o ativista escolhido, em seu discurso, deveria falar favoravelmente à aceitação do acordo e pela volta da Diretoria, sem a greve por tempo determinado, contrariando, com isso, a posição pessoal que havia defendido nas reuniões realizadas no dia anterior.

Desta reunião, todos os presentes dirigiram-se ao Estádio de Vila Euclides. Pouco depois das 10 horas da manhã, o Estádio estava repleto de trabalhadores para a assembleia. O assunto entre eles era um só: aceitar ou não o acordo.

Diretores do Sindicato e ativistas, em conversa com os trabalhadores, percebiam que a grande maioria estava contra sua aceitação.

Enilson Simões de Moura falou antes de Lula (vide Apêndice 35).

A seguir, falou Lula (vide Apêndice 36). Em seu discurso, ele não voltou a colocar em votação a proposta de aceitação do acordo, porque o ativista que o antecedeu já o havia feito.

Desta forma, Lula viu-se dispensado de submeter à apreciação da assembleia proposta que visava o seu retorno à direção do Sindicato.

Tanto que, no discurso transscrito no Apêndice 36, ele assim arrematou:

“E, para encerrar, agradecendo o voto de confiança que vocês me deram, eu gostaria que o Alemão marcasse o dia da assembleia, porque eu não posso marcar o dia da assembleia.”

Enilson Simões de Moura, então, disse:

“Companheiros, conforme eu havia proposto aqui, a assembleia no Sindicato será dia 26, às 3 horas da tarde! Dia 26, às 3 horas da tarde é a data dos trabalhadores retomarem o Sindicato de São Bernardo, companheiros...”

Lula, percebendo o descontentamento dos trabalhadores, voltou a pegar o microfone, dizendo:

“Companheiros, eu sei que existem companheiros que gostariam de fazer greve amanhã. Mas, o bom senso, o meu bom senso, mesmo não sendo a medida mais simpática, e sim a mais antipática, e, acredita-se que não aconteça isso, porque eu não quero jogar a classe trabalhadora num poço, num beco sem saída.

Aqueles que estão revoltados, irão ver, dentro de pouco tempo, que a medida que nós tomamos, aqui, foi a medida mais acertada. E ela trará a verdade a todos os trabalhadores.

E vocês sabem que a nossa luta depende da união. Mantenham-se como se mantiveram até agora, agindo da mesma forma, que nós vamos conseguir tudo aquilo que nós queremos!”

Assim, embora não concordando, o acordo é aceito pelos trabalhadores, através da concessão a Lula do “voto de confiança”, que ele havia solicitado.

Os fatos, que eram do conhecimento da Diretoria e Comissão de Salários, e os levavam a decidir pela não deflagração da greve e haviam sido transmitidos na assembleia aos trabalhadores, não foram suficientes para convencê-los de que não deveriam entrar em greve, novamente.

Os trabalhadores acreditavam no seu potencial para conquistar muito mais do que o acordo iria propiciar-lhes, por isso, estavam dispostos a fazer nova greve.

28. Aceitação do acordo pela assembleia e não entrada novamente em greve.

A solicitação do “voto de confiança” e, por conseguinte, a não entrada em greve, tornou-se o aspecto mais polêmico da greve de 1979.

Isso porque, os trabalhadores foram preparados para nova greve, conforme já demonstramos.

Mas, com o término da “trégua”, essa greve acabou não acontecendo. O Sindicato propôs aos trabalhadores que aceitassem o acordo. E os patrões perceberam que eles estavam organizados e dispostos a nova greve, tanto que, às vésperas de uma possível deflagração, dispuseram-se a negociar e assinaram o acordo.

Apesar de muitos terem criticado essa decisão, devido ao desgaste que ela acarretou (antes de Lula terminar de falar o Estádio já se encontrava parcialmente vazio), embora tenhamos de reconhecer

a disposição de grande parte dos trabalhadores de não aceitar o acordo e retornarem à greve, consideramos correta a decisão de não retomá-la.

Podemos afirmar mesmo ter sido um risco necessário e calculado, pelas razões que passamos a expor:

1.º) Muitos dos trabalhadores que defendiam a volta à greve, pertenciam àquelas fábricas que dispunham de um trabalho melhor organizado.

Assim, avaliavam a situação, através de sua fábrica e, não globalmente, como se fazia necessário.

Não levavam em conta outros fatores, porque julgavam que era só organizar e mobilizar os trabalhadores para a deflagração da greve, não considerando questões fundamentais como a de sua manutenção.

2.º) Após a intervenção, a retomada do Sindicato passa a constituir-se numa das principais reivindicações. Tornara-se importante a retomada do Sindicato oficial, para que a luta pudesse ter continuidade, avançando mais ainda a organização do movimento antes de se levá-lo às últimas consequências. Por isso, achou-se que seria preferível esperar um pouco, para depois continuar a luta, com mais organização e em condições de maior resistência. Os trabalhadores também desejavam ver seus dirigentes reintegrados ao Sindicato oficial. Por isso, concluiu-se que a decisão a ser tomada na assembleia, dia 13, teria de estar comprometida com a retomada do Sindicato oficial.

Percebeu-se, também, que devido às circunstâncias políticas do País, à época, com Figueiredo recém-empossado e suas propostas de “abertura”, seria desgastante ao Governo manter o Sindicato sob intervenção; supunha-se que ele procuraria aproveitar-se, politicamente, da situação, suspendendo-a, para “demonstrar concretamente suas intenções redemocratizantes.” Mais tarde, vai-se constatar que, realmente, o Governo tinha interesse e necessidade em suspender a intervenção, quando Delfim Netto procura Lula e propõe-lhe o “Pacto Social” (ou seja, os operários não realizaram greve durante um espaço de dois anos e, em troca, obteriam algumas reivindicações). Quer dizer, o Governo precisava que Lula retornasse ao Sindicato oficial, pois, era ele, Lula, a única liderança sindical e nacional reconhecida pelos trabalhadores e, por isso, capaz de poder viabilizar a concretização do Pacto.

3.º) Os efeitos negativos da intervenção já começavam a ser sentidos, mais claramente, e a sustentação ou condução do movimento, naquelas condições, tornara-se muito “pesado”, pelas seguintes razões:

- a) cansaço pessoal dos diretores do Sindicato e ativistas;
- b) maior preparação dos patrões para reprimir a greve;
- c) falta de maior estrutura material para manter a greve, sem os elementos existentes na Sede do Sindicato (não se criaram, de forma satisfatória, nem foram oferecidos pelos que apoiavam a greve, durante os 45 dias de “trégua”, os recursos necessários, tais como: telefone, veículos, etc);
- d) e, principalmente, porque durante os 45 dias de “trégua” ficou demonstrado que, se houvesse a deflagração de nova greve, a repressão ocuparia os locais de assembleia (Estádio de Vila Euclides e Paço Municipal), não restando outras alternativas aos operários para

continuarem reunindo-se e organizando-se, o que, fatalmente, contribuiria para o esvaziamento da greve.

A constatação desse último item influiu decisivamente na decisão de não entrada em nova greve.

Apesar da profundidade do trabalho realizado durante a “trégua” dos 45 dias pela Diretoria e Comissão de Salários, não se chegou a criar uma alternativa para a sustentação da greve, o que, aliás, viria a constituir-se na grande deficiência do trabalho dessa fase.

4.º) A repressão, antes de intervir no Sindicato, apesar dos conflitos e prisões no Paço Municipal e na rua, ocorridos em São Bernardo, atuou mais no sentido de procurar preservar as instalações das empresas em caso de necessidade. Todavia, após a intervenção as ações repressivas passaram a ser mais firmes, deliberadas e agressivas, atingindo diretamente os trabalhadores. Aí, percebeu-se que o trabalhador não aceita simplesmente ser atingido, mas, também, reage da maneira que lhe é possível (devolvendo bombas de gás lacrimogêneo; tomando cacetetes; atirando paus, pedras, etc.).

Sabia-se, portanto, que, na hipótese de retomar-se a greve, a repressão agiria de forma muito mais contundente do que fizeram até então, especialmente, porque seria necessário continuar mantendo-se os piquetes, não havendo, portanto, a opção de enfrentá-la.

Por outro lado, durante as negociações, ficou claro que os patrões estavam querendo uma radicalização por parte dos trabalhadores, para poderem, com isso, justificar maior repressão do Governo. Seria um ato de irresponsabilidade da Diretoria e Comissão de Salários colocarem os trabalhadores em confronto com a repressão.

5.º) Perceberam também que a retomada do Sindicato não se daria à força. É preciso lembrar, embora seja óbvio, que o Sindicato estava sob controle dos intrometores. Isto é, da ditadura. E a classe operária, apesar de todo o avanço e organização existente em São Bernardo, ainda não dispunha de condições — como não dispõe e como certamente não irá dispor — de, sozinha, derrubar a ditadura.

Essas conclusões foram sintetizadas por Lula, em seu discurso na assembleia do dia 13, ao afirmar que a volta da Diretoria do Sindicato era uma atitude meramente política.

6.º) Havia interesse por parte da direção da greve em encerrá-la coletivamente, como foi iniciada e, não por desistência desses ou daqueles trabalhadores. Se isso tivesse ocorrido, os trabalhadores perderiam a confiança em si mesmo, o que, do ponto de vista da Diretoria e Comissão de Salários, representava um dano muito maior do que o desgaste que ela sofreria, propondo a aceitação do acordo.

A maior arma de que os trabalhadores dispunham eram a organização e mobilização alcançadas e o fato de estarem lutando contra o mesmo inimigo numa só direção. Se a greve terminasse com o movimento dividido, estaria derrotada, ainda que o índice salarial obtido fosse superior ao conquistado.

7.º) Diretoria e Comissão de Salários perceberam que não estavam em confronto apenas com os patrões. Além destes, defrontavam-se com o Governo e o próprio movimento sindical. A Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo já havia assinado acordo e estava “torcendo” para que São Bernardo não conseguisse nada além do que havia obtido, pois, dessa forma, os dirigentes sindicais aliados à Federação se desmoralizariam perante as respectivas categorias.

8.⁰) Se não houvessem aceito o acordo, e a greve, caso retomada, tivesse sido derrotada, o índice obtido seria de 57% e não de 63%, conforme conquistaram ao aceitar o acordo.

29. Suspensão da intervenção

Aceito o acordo e, por conseguinte, não deflagrada nova greve geral, no dia seguinte ao da assembleia, a FIESP pede ao Ministro do Trabalho o fim da intervenção no Sindicato e o retorno dos diretores destituídos, tentando, desta forma, desmoralizar Lula e demais diretores perante os trabalhadores e, ao mesmo tempo, tirar proveito da situação.

O Ministro do Trabalho, ao assinar o ato, dia 15, suspendendo a intervenção e aceitando a volta de seus diretores, quis, também, aproveitar a oportunidade para transmitir à opinião pública que “o Governo estava sendo benevolente.” Nesse sentido, apareceu nas telas de televisão, deu entrevistas às emissoras de rádio e aos jornais, para demonstrar que ele estava estabelecendo a “normalidade” no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Lula, ao tomar conhecimento de que se suspendera a intervenção, através de um telefonema dirigido a ele, no Bar Aquárius (ao lado da Igreja Matriz), onde se encontrava, afirmou:

“O ato do Governo foi o resultado da resistência dos metalúrgicos de São Bernardo. Os trabalhadores, cedo ou tarde, iriam ter o Sindicato de volta, nem que para isto tivessem que utilizar de pressões.”

Nas fábricas, quando os trabalhadores souberam da notícia do cessar da intervenção, a alegria foi geral.

Houve casos, em que as máquinas foram paralisadas, para que o acontecimento pudesse ser comemorado.

30. Volta da Diretoria

A 18 de maio, a Diretoria reassume, oficialmente, suas antigas funções na Sede do Sindicato, com a presença de muitos trabalhadores, que comemoraram o fato, bebendo “pinga” em ambiente de grande euforia:

Na ocasião, Lula pronunciou rápido discurso, afirmando:

“Quem conhece cada um dos diretores do Sindicato sabe que segunda-feira começa tudo de novo, porque a luta não terminou. Foi interrompida por alguns dias. E quem

duvidar da capacidade de luta da diretoria certamente estará enganado... que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores.”

A Diretoria decidiu, então, realizar nova assembleia e colocar em votação, junto aos trabalhadores, a proposta de retornarem ou não, oficialmente, aos antigos postos.

Na ocasião, dia 26 de maio, na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula pronunciou longo discurso a respeito dos acontecimentos que haviam vivido (vide Apêndice 37).

31. Níveis de contribuição à Campanha Salarial de 1979

31.1. Atuação da Diretoria

Nos anos de 1978/1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo passou a realizar um trabalho mais eficaz, constante e organizado, fruto da experiência já acumulada nas lutas anteriores e da combatividade demonstrada por sua Diretoria.

Essa assume importante papel na condução dos acontecimentos, não se omitindo e não desencorajando os trabalhadores que partiam para a luta. Incentiva-os, encampa suas lutas, apoia-os e presta-lhes a cobertura e assessoria necessárias.

Tudo isso, num momento em que muitos temiam pelo avanço político da classe operária na Região, sob o argumento de que “poderia comprometer a continuidade do processo de abertura do Governo.”

Essa situação irá fazer com que, após a greve de maio de 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo se recupere dos eventuais desgastes sofridos, na ocasião, em algumas poucas fábricas, e adquira grande reconhecimento por parte dos trabalhadores, como seu representante. Reconhecimento esse que já se havia iniciado a partir da Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, em setembro de 1977, a qual se desenvolveu através dos acontecimentos posteriores já narrados e agora se consolida definitivamente.

Fator importante desse reconhecimento foi a Diretoria ter conseguido grande unidade em suas posições e ações.

Tornou-se consensual, entre os diretores, que decisões tomadas em reuniões ou assembleias seriam defendidas por todos.

As discordâncias eram apresentadas em reunião. Mas, uma vez tomada a decisão, todos a ela se subordinavam.

Outro fator foi que, nesse período, os diretores faziam-se presentes, de forma ativa e destacada, junto aos trabalhadores nas diversas fábricas, o que irá aproximá-los mutuamente, amadurecem-se politicamente, em termos de organização, mobilização e negociação com os patrões, e assim por diante.

Nessa época, a atividade dos diretores do Sindicato junto aos trabalhadores era tão intensa, que, no interior do Sindicato em São Bernardo, diretores disputavam entre si quem conseguia, naquela semana, estabelecer maior número e melhores acordos.

Diariamente, diretores do Sindicato, das 5 horas da manhã até às 9 da noite, postaram-se às portas das fábricas, com ou sem auxílio dos ativistas desempregados ou não.

Quando chega a época propriamente dita da Campanha Salarial de 1979, o reconhecimento e aceitação dos diretores (e, por conseguinte, do Sindicato) da parte dos trabalhadores, não só é mais fácil como também dá-se naturalmente, porque os diretores já se faziam presentes durante todo o decorrer do ano de 1978, mas, também, porque as lutas que se desenvolviam no interior das fábricas eram discutidas e encaminhadas através do Sindicato.

O trabalhador percebia, desse modo, que o Sindicato estava a fim de representá-lo e que, por isso, era preciso fortalecê-lo. Descobre-o e as greves, não porque discutia-se teoricamente o que é Sindicato ou greve, mas, sim, através de ações concretas.

Em São Bernardo jamais se pensou em criar assim, teoricamente, uma “organização” para sustentar as greves. As formas de organização foram sendo criadas com a luta, na prática, desde os “anos das lutas difíceis.” Elas se expandiram e outras surgiram após a Campanha da Reposição Salarial dos 34,1% e o papel importante que o Sindicato dos Metalúrgicos passou a desempenhar.

É ainda bom lembrar que o sindicalismo realizado em São Bernardo tem sido chamado por muitos de “sindicalismo combativo”, caracterizando-se como um extrapolamento da estrutura do sindicalismo atual, na medida em que procura ultrapassar seu papel puramente assistencialista, abrindo, com isso, brechas para o avanço da classe operária em termos de organização, lutas e aprofundamento da consciência de classe.

Todavia, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema jamais se considerou ou **autodenominou-se** de combativo. Nenhum de seus diretores, ou mesmo Lula, jamais se disseram **autênticos ou avançados**.

A esse respeito, a concepção que sempre prevaleceu em São Bernardo do Campo é de que o Sindicalismo combativo, autêntico e avançado não se faz através de discussões teóricas, mas, realizando, na prática, ações concretas.

Isso porque a Diretoria sempre entendeu que deveria fazer o que os trabalhadores desejavam, pois, para isso, seus membros haviam sido eleitos.

31.2. Limitações da Diretoria

Se, por outro lado, a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo demonstrou maior experiência nessa Campanha Salarial de 1979, o que foi fundamental para os avanços que se processaram, por outro lado, ela foi ainda insuficiente devido às proporções e dimensões que a greve adquiriria e os acontecimentos daí decorrentes.

Se analisarmos o ocorrido, sob este ângulo, vamos constatar que Lula e seus companheiros de Diretoria demonstraram também inexperiência, principalmente após a intervenção.

Em verdade, não estavam preparados e não esperavam que os patrões aguentassem, tantos dias, a greve; em princípio, também que se desse a intervenção e a repressão nos moldes ocorridos. Fatos, aliás, compartilhados por todos, até mesmo pelos políticos com mais acesso às informações em Brasília.

Prova dessa inexperiência foi dada por Lula, ao aceitar isolar-se, acreditando em avaliações de políticos e dirigentes sindicais que temiam por um “retrocesso” no processo de “abertura”, na hipótese de os acontecimentos se agravarem ainda mais. A ideia era que, se houvesse intervenção, coisas muito piores estariam ainda por acontecer.

Outro exemplo dessa inexperiência foi a falta de discussão sobre formas alternativas de sustentação da greve.

Ainda sobre a Diretoria do Sindicato, devemos também ressaltar que alguns diretores, embora poucos, demonstraram não possuir condições para acompanhar os acontecimentos que se sucederam e se sucedem na Região. Esses acontecimentos (especialmente a greve de 1979) superaram a

capacidade política de compreensão, bem como a maneira de atuar de alguns dirigentes do Sindicato, fazendo com que tal atuação do órgão acabasse girando excessivamente em torno de Lula.

Lula, após o episódio das demissões da Ford, iria projetar-se nacionalmente (e internacionalmente), tornando-se o verdadeiro líder dos trabalhadores de São Bernardo e principal dirigente do chamado “sindicalismo combativo.”

Mas, é no decorrer da greve de 1979 que será carregado aos ombros dos trabalhadores e por eles chamado de “Pai”.

Data também dessa época, ter sido seu nome amplamente focalizado pela imprensa, o que possibilitou grande divulgação de sua imagem pessoal. O fato, sob certo aspecto, foi positivo devido às denúncias que conseguiu fazer das condições de vida dos trabalhadores.

Mas, essa projeção repentina levou muitos a acusá-lo de “comunista”, de “fazer o jogo do Governo” ou de estar ligado à CIA. E também tem levado alguns analistas do movimento operário à suposição de que a classe operária na Região é o que é, devido exclusivamente a Lula, não percebendo que ele é “filho”, “fruto” e “expressão” da combatividade, do amadurecimento político e do aprofundamento da consciência da classe que lidera.

Mas, por outro lado, não se pode igualmente deixar de ter em vista as qualidades pessoais que lhe possibilitam representar a classe.

Entre essas qualidades, destacamos a capacidade de captar as aspirações dos trabalhadores, traduzindo-as de forma acessível a eles e a capacidade de trabalhar com a equipe que integra e surgiu e se formou nas lutas de São Bernardo do Campo.

Mas, essa concentração excessiva da greve em torno de Lula não foi a principal limitação apresentada pela Diretoria. Em nosso entender, o fato mais importante a se lamentar é que, embora com a Campanha Salarial de 1979, alguns ativistas tenham se consagrado como líderes junto aos trabalhadores, surgiram muitas outras que, após a Campanha, não foram absorvidas pelo Sindicato.

Apareceram e se firmaram durante a Campanha, assumindo a luta em suas fábricas. Aproximaram-se do Sindicato, passaram a frequentá-lo e a participarem dele. Com o fim da Campanha, a maioria simplesmente desapareceu, porque o Sindicato não soube e não se preocupou em desenvolver um trabalho que canalizasse suas potencialidades numa perspectiva organizadora. Esses operários não eram os ativistas aos quais já nos referimos, que haviam conquistado espaço

dentro do Sindicato. Por isso, após a Campanha, retornam às fábricas onde continuam a realizar seu trabalho, apenas isolado e desorganizado.

Um dos fatores que contribuiu para agravar essa situação foi a falta de continuidade da Comissão de Salários, logo após o término da Campanha. Embora com outro nome, ela deveria ter continuado a existir em caráter permanente, para garantir a continuidade de organização no interior das fábricas e servir de canal de participação aos ativistas na vida do Sindicato.

Na prática, esses representantes poderiam desempenhar o papel de “delegados sindicais”, devido ao reconhecimento obtido junto aos trabalhadores. Era preciso tê-los preparado, para assumirem dentro das fábricas seu trabalho de forma mais organizada, buscando manter a mobilização dos trabalhadores.

Por outro lado, se, na prática, tivessem passado a desempenhar o papel de “delegados sindicais”, estariam também rompendo com a legislação sindical vigente.

Algumas dessas lideranças acabaram por aderir a organizações que se dizem revolucionárias e realizaram com eles um trabalho de discussão política não efetuado dentro do Sindicato.

Outros poucos permaneceram ligados ao Sindicato, mas, muito mais devido à sua persistência e força de vontade pessoal.

Entretanto, os dois casos acima citados foram raros.

31.3. A atuação dos ativistas

Conforme já mencionamos, em determinado momento, os principais ativistas percebem que encaminhar o movimento através do Sindicato seria o meio mais correto, em vista do que o órgão poderia e de fato veio a representar para a classe; das possibilidades de trabalho através do Sindicato; da capacidade de Lula “falar” aos trabalhadores e de sua visão daquilo de que o operário é capaz, e assim por diante.

A essa altura, os ativistas já haviam conseguido “espaço” dentro do Sindicato e reconhecimento, por parte da Diretoria, à sua atuação, conforme demonstramos anteriormente.

Os ativistas passaram a ir ao Sindicato, após o término de seu turno de trabalho nas fábricas, para se encontrarem, trocarem ideias, obterem material de divulgação, etc.

Diariamente, ao final da tarde e princípio da noite, informalmente, conversavam com Lula, em sua sala. Aparentemente, os assuntos não tinham maiores objetivos e importância, e os discutiam, tomando “pinga” e fazendo "gozações". No entanto, sempre saía algum assunto sério e era através desses encontros com Lula (que demonstrava grande esperteza ao possibilitar sua realização, razão pela qual sempre os valorizou) ia se mantendo a par das ocorrências diárias, no interior das fábricas; elaborava sua visão de conjunto da situação; conhecia **quem era quem** e “conquistava” os ativistas, pois, colocava-lhes sua visão de trabalho.

Esses encontros foram de extrema importância na vida do Sindicato e do movimento operário em São Bernardo. Dele é que vão sair muitas das ideias que irão orientar as ações desencadeadas na Região, como as grandes assembleias no Estádio de Vila Euclides.

Para os ativistas, essa aproximação com o Sindicato também foi importante porque lhes facilitou o trabalho que desenvolviam no interior das fábricas. Toda essa atividade passou a ter uma referência centrada no Sindicato.

Além do mais, outros problemas que enfrentavam foram automaticamente resolvidos. Por exemplo, quando necessitavam de local para reunir-se com seus companheiros de fábrica, passaram a ter as dependências do Sindicato à disposição.

Inúmeras dessas reuniões foram feitas a partir de solicitações de ativistas no interior das fábricas. E sua atuação tornara-se mais fácil, pois, até 1977, era difícil fazer um trabalho nesses locais. A repressão era muito forte. Não se podia, por exemplo, falar em greve. Então, os próprios ativistas, nas fábricas, também adquiriram maior experiência no decorrer desse período.

Seu trabalho ampliou-se, porque passou a ser feito de maneira mais aberta. É lógico que a repressão também criou novas formas de reprimir os ativistas dentro das fábricas. Mas, com tudo isso, passou-se a ter melhores condições de conversar mais abertamente com os companheiros, de organizar, de levar o operário para o Sindicato, de comum acordo com o trabalho mais eficaz que esse passou a realizar.

Por outro lado, foi a partir dessas reuniões e assembleias por fábricas, que a Comissão de Salários foi sendo eleita com os representantes de diversas fábricas, muitos dos quais ativistas.

Paralelamente a esse trabalho de reuniões e Comissão de Salários, acaba de extinguir-se o pouco que ainda restava do "Grupão".

Em conclusão: de um lado, a Diretoria do Sindicato adquiriu uma experiência maior, conseguiu amadurecimento político junto aos trabalhadores com a atividade que passou a desenvolver. Ao mesmo tempo, o Sindicato recebeu “sangue novo”, devido ao espaço que os ativistas (principalmente, aqueles ligados ao “Grupão”) conquistaram e à confiança que a Diretoria passou a depositar neles.

31.4. Inexperiência dos ativistas

Além de apresentarem as mesmas deficiências da Diretoria, como acreditar numa certa fase que não ia haver intervenção; falta de visão da conjuntura brasileira; inexperiência com greve geral, etc., os ativistas demonstravam, especificamente:

- a) não conseguiram fazer-se reconhecidos pelos trabalhadores;
- b) não foram capazes de articular-se, funcionalmente, após a intervenção: manutenção da Comissão de Salários, reuniões, distribuição de boletins, local de encontro, etc.;
- c) não conseguiram criar alternativas para organização e manutenção da greve.

Finalmente, os ativistas, vinculados às organizações que se dizem revolucionárias, desempenharam atuação mais preocupados em divulgar suas posições político-ideológicas e ampliar seus quadros do que contribuir para a Campanha, como um todo.

31.5. Atuação dos trabalhadores

Talvez o aspecto mais positivo da greve de 1979 tenha sido o aprofundamento dos laços de solidariedade que unem os trabalhadores.

A solidariedade sempre existiu. Todavia, como a greve de 1978 havia sido feita dentro das fábricas, o operário há anos não dispunha de oportunidade para senti-la com toda a classe.

Isso ocorre com a greve de 1979, fazendo com que, a partir dela, o trabalhador passe a acreditar mais no seu companheiro. Quer dizer, a confiança mútua se desenvolveu e se expandiu. Por conseguinte, a consciência de classe aprofundou-se.

Em 1978, o trabalhador de uma fábrica havia ouvido falar em greve em outras fábricas. Em 1979, ele sente o que é uma greve geral. Passa a identificar-se com os trabalhadores de outras fábricas. Percebe que não existem problemas apenas dentro da fábrica em que trabalha.

A partir daí, reduz o peso das “saídas” individuais (“mudança de emprego”, etc.) para solução de seus problemas.

A pauta de reivindicações, pelo qual ele luta, passa a ser comum a todas as fábricas e a todos os operários.

O Fundo de Greve lhe dá confiança. Ele passa a dizer: “fome eu sei que não vou passar.”

Enfim, com a greve de 1979, a solidariedade operária se consolida em São Bernardo e Diadema, explicitando-se através da disposição de luta demonstrada pelos trabalhadores; da criatividade (piquetes nos pontos de ônibus em bairros, etc.); ao enfrentar a repressão; na identificação de seus amigos e inimigos; no aumento expressivo do número de associados do Sindicato; no “orgulho” que passaram a sentir por serem metalúrgicos; no fato de terem se descoberto para a luta; na ação de “gelar” companheiros que furavam a greve, após retorno ao trabalho e, finalmente, no que é mais importante: percebendo o que é realmente a estrutura sindical vigente no País e a necessidade de lutar para libertá-la da tutela do Estado, bem como de sua participação na vida política do País.

31.6. Inexperiência dos trabalhadores

O fato mais importante, revelador da inexperiência dos trabalhadores, é com relação aos dias parados.

O trabalhador ficava se questionando se ia perder ou não os dias parados, porque, na greve de 1978, havia recebido o salário, normalmente.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo precisou desenvolver um trabalho de esclarecimento junto aos operários no sentido de mostrar que, embora estivesse reivindicando o pagamento dos dias parados, estavam sujeitos a perdê-los.

Todavia, é o fato de perderem os dias parados em 1979 que os faz adquirirem a consciência de que com greve se perde o salário.

Citamos ainda, a excessiva dependência da liderança de Lula. De um modo geral, viam nele alguém cuja orientação deveriam seguir fielmente e que, assim fazendo, automaticamente solucionariam seus problemas, independente do papel que lhes cabia desempenhar.

O “Pai Nossa” que elaboraram é bem ilustrativo a esse respeito:

“PAI NOSSO DO “LULA””

Lula nosso que estais na Terra
Bem conhecido seja o teu nome
Venha a nós o teu pedido
Seja feita a tua vontade
Aqui na Mercedes como nas outras firmas
O salário nosso de cada dia
Nos dai hoje, amanhã e sempre
Perdoai nossa ignorância
Assim como perdoamos nosso governo
Não nos deixe cair em tentação
De furar a greve
Mas livrar-nos do mal do Macedo
Amém”

Finalmente, quando após a “trégua” dos 45 dias não é decretada nova greve, a grande maioria dos trabalhadores demonstra incapacidade de compreender o ocorrido, vindo com isto, revelar suas limitações para fazer uma análise política da proposta que haviam aprovado.

31.7. Atuação da Igreja

Desde os anos das “lutas difíceis”, setores da Igreja na região do Grande ABC paulista, colocou-se claramente ao lado dos trabalhadores.

Nessa época, quando a mobilização e organização dos trabalhadores esteve mais restrita aos bairros, vários movimentos sobreviveram apoiados e “agasalhados” pela Igreja, conforme já tivemos oportunidade de relatar.

Na greve de 1978, a Igreja não deixou também de fazer-se presente. Todavia, sua presença não chegou a “pesar” na sustentação do movimento.

Em 1979, desde o início da Campanha, especialmente durante a greve, sua participação intensifica-se.

Mas, até chegarmos ao apoio e participação mais direta da Igreja junto aos trabalhadores em 1979, dois fatores merecem destaque.

Inicialmente, a substituição de D. Jorge Marcos por D. Cláudio Hummes.

O primeiro, sempre havia apoiado os trabalhadores, principalmente até o início da década de 70, por isso, colocado a Igreja a serviço de sua causa; cessão do espaço físico das paróquias; apoio ao trabalho de párocos junto aos trabalhadores; apoio aos movimentos leigos e às reivindicações dos trabalhadores de um modo geral, etc.

Quando do afastamento de D. Jorge Marcos por idade, trabalhadores ligados aos movimentos de Igreja, sentiram-se apreensivos quanto ao possível desempenho de seu sucessor.

Essas apreensões aumentaram ao saber-se que, para seu lugar havia sido nomeado pelo Papa, um padre franciscano (cuja congregação é considerada por muitos como sendo “reacionária”), exercendo a função de diretor de Seminário e proveniente de região (Rio Grande do Sul) totalmente alheia à realidade operária do ABC paulista.

Mas, em verdade, ocorreu que D. Cláudio Hummes, aos poucos, foi conhecendo a realidade de sua Diocese e tornando-se sensível a ela.

Ele foi se informando e formando seus pontos de vista sobre os acontecimentos que ali iam sucedendo.

Essa “conversão” do Bispo, com seu consequente posicionamento firme e claro ao lado dos trabalhadores, constituiu-se num fator fundamental para a ação da Igreja, na greve de 1979.

Outro aspecto que merece destaque é o de Lula, sempre arredio à aproximação com a Igreja, bem como a tendências ou organizações que atuam ou não no movimento sindical, ter-se revelado de modo diferente.

A partir de certo momento, quando o movimento operário e sindical de São Bernardo começou a projetar-se nacionalmente (e com ele Lula), muitas tendências ou organizações, por não poderem enfrentá-lo diretamente ou por julgá-lo ingênuo, passaram a procurá-lo, objetivando “assessorá-lo.”

Quando ocorre a greve de 1979, quem, por intermédio de ações concretas, deu maior apoio, foi a Igreja. Por isso, a partir daí, é que Lula adquire admiração por certas personalidades da Igreja e, em decorrência, passa a haver entre as partes maior aproximação.

E, mais do que isso, a admitir-se a participação direta da Igreja na greve, como fonte de apoio ao movimento.

Nessa fase, certas tendências ou organizações começam a criticar Lula, acusando-o de “social-democrata”, e a Igreja, afirmando que esta desejava dar orientação política ao movimento.

Todavia, o que se constatou em 1979, é que a atuação da Igreja (em especial, a de D. Cláudio Hummes) não é de influenciar, mas, realmente, no sentido de apoiar.

Nessa perspectiva, a atuação da Igreja na greve foi fundamental:

- a) recolhendo alimentos para o Fundo de Greve;
- b) abrigando o Fundo de Greve em suas dependências e, posteriormente, durante a intervenção a Diretoria do Sindicato;
- c) participando (através de D. Cláudio Hummes como representante dos trabalhadores) diretamente das negociações com o Governo e patrões para estabelecimento da “trégua” e do acordo final após esta.

A grande limitação na maneira de atuar da Igreja é que deu-se muito em função da pessoa de D. Cláudio Hummes do que propriamente dos religiosos.

Por outro lado, muito se falou em nome de movimentos da Igreja (Pastoral Operária, JOC, ACO, etc.), que nem sempre possuíam na Região a força e expressão que pensavam demonstrar possuir junto à opinião pública.

31.8. O Fundo de Greve

O Fundo de Greve deu uma contribuição importante e insubstituível à manutenção da greve.

Para a arrecadação de dinheiro foram realizados “torneios de futebol” e o “Show de Maio”. Este último, teve como palco o Pavilhão Santa Cruz e contou com os principais artistas da música popular brasileira.

Além dessas promoções, pessoas e entidades fizeram doações ou confeccionaram e venderam bônus.

Durante o período da “trégua” muitos trabalhadores passaram a contribuir com Cr\$ 20,00 ou mais, tendo sido elaboradas “listas” de contribuições em várias fábricas.

O dinheiro arrecadado (mais de um milhão e meio de cruzeiros) foi distribuído aos que precisavam pagar aluguéis, luz e prestações atrasadas, ou comprar botijões de gás.

O atendimento às famílias dos trabalhadores era feito por quatro equipes que se revezavam a cada dia, compostas por 20 a 26 diretores do Sindicato e ativistas da Comissão de Salários.

O atendimento não era bem organizado, razão pela qual era demorado e não raramente chegava a atender trabalhadores que não eram metalúrgicos.

De toda forma, a demonstração de solidariedade, dada através do Fundo de Greve, foi impressionante e comovente.

Ao término da Campanha Salarial, segundo relatório do Sindicato, divulgado em 25 de maio de 1979, o Fundo apresentou, no geral, o seguinte resultado, no que diz respeito à alimentação:

- Famílias atendidas: 6.384;
- Pessoas por família (média): 5;
- Total de pessoas atendidas: 31.920;
- Média de atendimento por hora: 18,27;
- Média salarial mensal: Cr\$ 4.384,80;
- Índice de sindicalização dos trabalhadores atendidos: 33%;
- Total de gêneros alimentícios distribuídos: 76.600 Kl.

Todavia, apesar de ter passado a existir, na prática, o Fundo de Greve não adquiriu personalidade jurídica imediatamente. Passou, isto sim, a ser encarado como “uma questão importante” e “uma necessidade básica” para garantir o sucesso da mobilização e organização dos trabalhadores.

Na prática, a greve mostrou que com a existência do Fundo de Greve, a capacidade de luta dos trabalhadores tornou-se mais forte.

Por isso, a partir daí, passa a ser discutido mais sistematicamente, com vistas à sua implantação oficial, independentemente dos condicionamentos impostos pela legislação sindical.

32. Breve conclusão

A greve de 1979, se analisada apenas do ponto de vista econômico, conforme erroneamente alguns costumam proceder, não foi inteiramente vitoriosa.

No entanto, do ponto de vista político, não há quem possa ignorar seu saldo altamente positivo.

Ocorre que, para o trabalhador, não existe entre o econômico e o político a divisão estabelecida por certos “intelectuais”.

O fato de uma pauta de reivindicações conter itens mais voltados para o aspecto econômico não significa que a greve não seja política.

O que interessa, neste último caso, é o processo interno de realização da greve; são as vinculações entre o econômico e o político que se dão na prática, vivenciadas pelos trabalhadores e que procuramos ressaltar em todo este texto.

A experiência tem demonstrado que a força das lutas dos trabalhadores reside justamente na inexistência dessa divisão.

Todavia, conforme pudemos perceber, a greve ora assumiu caráter mais econômico, ora mais político, os quais — na prática — vão se unificando e se complementando.

Num volume seguinte, continuaremos esse trabalho sobre o movimento operário e sindical de São Bernardo do Campo e Diadema, com a fase imediatamente posterior ao retorno da Diretoria presidida por Lula, após suspensa a intervenção no Sindicato.

O que nos aguarda — a Você, leitor e aos autores — nesse segundo volume?

Respondemos, reproduzindo os dizeres impressos no calendário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, para o ano de 1980, tendo ao fundo os trabalhadores com os braços erguidos em uma de suas históricas assembleias no Estádio de Vila Euclides:

"NO PEITO, O MESMO GRITO.
NO AR, AS MÃOS QUE JUNTAS SE LEVANTAM.
NO CORAÇÃO, A CERTEZA DE CHEGAR.".

Luís Flávio Rainho/Osvaldo Martines Bargas
São Bernardo do Campo, agosto de 1982.

NOTA

Nesse capítulo, além das indicações bibliográficas e das entrevistas realizadas, para registro da cronologia dos acontecimentos recorremos especialmente a:

PRADES, Maria Dolores e RAGO, Maria Aparecida de Paula.

“O Dia-a-dia das Greves.” In: Escrita. *Ensaio. O Arrocho Treme nas Bases do ABC*. Ano IV, n.^º 7, pág. 5-36. São Paulo, Editora e Livraria Escrita Ltda. 1980.

Apêndice 31

Discurso de Lula na assembleia do dia 27 de março, que aprovou a proposta de “trégua”.

“Companheiros, companheiras:

Vivemos hoje mais um momento histórico da classe trabalhadora. Vocês sabem perfeitamente bem que as regras do jogo se inverteram de quinta-feira para cá. Vocês sabem que eu fiquei praticamente dois dias sem manter nenhum contato com os trabalhadores porque o nosso sindicato sofreu uma intervenção federal. E foi lamentável a intervenção federal. Vocês sabem que a diretoria do sindicato e a comissão de salários estão com vocês, e eu volto a repetir, até as ultimas consequências. Mas a gente não pode mais negociar, já não existe mais diretoria do sindicato. Então, ontem, em conversa com o dr. Maurício, eu pedi para que ele representasse os trabalhadores, ao invés de o interventor representar os trabalhadores. E pedi também que fosse colocada junto ao ministro a possibilidade de, através da CNBB, D. Cláudio, bispo da Diocese do ABC, também ser mediador, representante dos trabalhadores metalúrgicos.

Existe uma proposta sobre a qual eu gostaria que os companheiros meditassem. A coisa se inverteu de tal forma que existem hoje três coisas fundamentais. E eu não estou falando como presidente de direito, mas me sinto no direito de falar como presidente de fato, como representante dos trabalhadores. Existem hoje três coisas fundamentais: a primeira delas é a garantia de volta à normalidade do nosso sindicato, que sempre foi livre e nós vimos essa semana o nosso sindicato tomado por cachorros policiais; existe outra coisa importante que é a reabertura das negociações, o que significa que alguém irá negociar pelos trabalhadores, porque temos 11% em jogo e não vamos abrir mão deles; e há outra coisa a ser feita, que é o pagamento dos dias em que estamos em greve. Nós queremos receber nossos idas. É ponto de honra pra gente voltar a trabalhar. E já há promessa de que dia 10 do mês que vem não será descontado nada. Já há a promessa.

Eu gostaria de ser curto e grosso pra vocês. Curto e grosso e de me comprometer com vocês aqui numa coisa. Estão dizendo que nós trabalhadores somos radicais. Que há insensibilidade de nossa parte e que nós não queremos negociar. Em primeiro lugar, nós queremos negociar. E aí eu peço um voto de confiança para vocês trabalhadores, um voto de confiança. Primeiro, eu tenho certeza absoluta de que o nosso sindicato voltará a normalidade dentro de um determinado prazo. Eu acho que não vai demorar nem 45 dias. Segundo, eu tenho certeza absoluta de que nós trabalhadores faremos – e isso eu prometo e é palavra de honra – um acordo melhor do que aquele que foi feito com a Federação dos Metalúrgicos. Prometo pra vocês que faremos um acordo bem melhor do que esse que está feito e a gente vai recuperar os 11%. É a única coisa que eu peço a vocês, a única coisa, sob a pena de assumir um compromisso em nome da minha diretoria de que, se não vier isso que a gente está discutindo hoje, nós pararemos outra vez. Outra coisa importante, companheiros, que eu quero assumir na frente de vocês, que estiveram com a gente durante todo esse tempo. É que, se eu e minha

diretoria fracassarmos, eu venho aqui no meio de vocês e me retiro de uma vez por todas como representante de vocês. Então, o pedido que faço pra vocês é um favor, um voto de confiança.

Pra não dizer que nós somos radicais, nós vamos aceitar o pedido do governo: a volta ao trabalho. E se não for cumprido o nosso pedido, nós paramos. E eu assumo o compromisso com vocês: eu mesmo decreto a greve outra vez.

O que nós precisamos provar às autoridades, à opinião pública em geral e aos empresários é que nós estamos conscientes daquilo que nós queremos. É que nós somos maduros o suficiente e que nós vamos voltar a trabalhar e que nós, se não formos atendidos, todos nós já sabemos o que fazer de manhã e faremos tudo outra vez. Eu quero pedir a vocês, e isso eu peço em meu nome pessoal e em nome da minha diretoria: para que tudo isso seja possível, companheiros, nós vamos dar uma demonstração ao Brasil e ao mundo –, nós vamos voltar ao trabalho amanhã. E eu tenho certeza absoluta que até o dia 10 de maio, que é o dia do primeiro pagamento com aumento, nós já receberemos o pagamento com aumento.

Companheiros, eu volto a pedir a vocês o seguinte: eu vou ser claro e eu gostaria que vocês entendessem - eu disse a vocês, desde o primeiro dia, e ninguém pode dizer que eu não falei isto, que o dia que eu achasse importante a gente voltar a trabalhar, eu teria a coragem de chegar aqui e dizer: companheiros, vamos voltar a trabalhar. Eu disse desde o primeiro dia, e eu faço questão de dizer para vocês o seguinte: para mim, a maior consagração pessoal seria eu ser preso e torturado, e para vocês trabalhadores também. Agora eu peço a todos os companheiros: me deem apenas um voto de confiança e nós teremos o nosso sindicato de volta, teremos o nosso aumento de salário, teremos as nossas horas pagas e teremos a garantia de que os trabalhadores não serão mandados embora por causa da greve.

Olha, companheiros, o negócio é o seguinte: a partir de hoje a gente conta 45 dias; e eu me comprometo com vocês que a diretoria que foi destituída, mas que ainda é a diretoria de vocês, soltará um comunicado dizendo: “Companheiros, não veio o aumento, vamos parar outra vez.” Olha, companheiros, me parece que os 45 dias acabam dia 12 de maio. A assembleia terá que ser convocada antes. Não será nesse dia. E eu tenho certeza de uma coisa: o prefeito nos cederá o campo outra vez. Tenho certeza absoluta. Então, a gente pode marcar uma assembleia aqui, nem para o dia 11, nem para o dia 12, mas a gente pode marcar uma assembleia para o dia 10 de maio aqui nesse mesmo campo.

O que eu quero dizer pra vocês é o seguinte: eu prometo a vocês que nós conseguiremos essa vitória. Agora precisamos provar que não somos radicais e que nós queremos negociar. Eu não tenho dúvida nenhuma de que com um novo chamamento, “companheiros, está na hora de parar”, todo mundo pára outra vez. Eu queria pedir agora aos companheiros que quiserem dar um voto de confiança à minha diretoria que, por favor, levantem a mão.

Companheiros, eu queria dizer pra vocês o seguinte: eu tinha certeza de que, da mesma forma que eu confiava em vocês, vocês confiariam na gente. Eu tinha certeza. Quando no domingo de manhã eu fui à missa e disse a vocês que a diretoria ia assumir o comando da greve, é porque eu tinha fé em Deus e tinha fé em vocês, de que vocês atenderiam o chamamento da coisa. E isso aconteceu, companheiros! Isso aconteceu!

E agora eu queria pedir pra vocês o seguinte; amanhã, na hora de retornarmos ao serviço, todos nós vamos de cabeça erguida, porque nós somos vencedores. E eu e a diretoria vamos voltar pra fábrica junto com vocês. O Dr. Maurício vai tratar da minha volta pra Villares. Eu vou voltar pra

Villares e todos os diretores, em geral, vão voltar pra Mercedes. Todo mundo vai voltar pra fábrica até que tudo isso seja resolvido. Enquanto isso o Dr. Maurício e o D. Cláudio representarão a nós, trabalhadores, e eu não tenho dúvida nenhuma de que os dois saberão honrar com muita dignidade a classe trabalhadora metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema: O que é importante é que a gente mantenha a chama acesa. Nós somos os vitoriosos. Chegar na empresa de cabeça erguida amanhã! Que essa greve sirva de demonstração para os patrões nunca mais duvidarem da classe trabalhadora. Que ninguém mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores. Eu gostaria de encerrar, companheiros, dizendo o seguinte: olhem, companheiros, não vamos discutir hora extra aqui. É importante vocês entenderem que não precisamos fazer hora extra.

Eu gostaria de encerrar, companheiros, dizendo o seguinte; vocês não se arrependerão um instante por esse voto de confiança que vocês deram à diretoria do sindicato, eu continuo dizendo pra vocês: eu estou junto com vocês. E volto a repetir para terminar esta assembleia: se for necessário dar a vida pra gente ganhar isso, eu darei a minha vida em nome da classe trabalhadora. E eu gostaria que nós encerrássemos pedindo a D. Cláudio que viesse aqui, pra que a gente terminasse isso da forma como começamos: rezando um Pai-nosso. Todo mundo de mãos dadas.

Companheiros, estão presentes aqui conosco alguns dirigentes sindicais da maior expressão no Brasil: João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais; Antônio Manoel de Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre; João Paulo de Oliveira, do Sindicato de Vestuário de Porto Alegre; Wagner Benedito, do Sindicato do Petróleo de Minas Gerais; o nosso amigo que já esteve aqui conosco muitas vezes, Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia; Pedro Gomes de Oliveira, do Sindicato do Petróleo de Cubatão; Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; David dos Santos, do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre; Raimundo, do Sindicato dos Padeiros; Argemiro Ferreira, do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; Sueli Bastos, do Sindicato dos Sociólogos de Porto Alegre; Paula Abdalla, do Sindicato dos Propagandistas de Porto Alegre; João Inácio Vilas Boas, do Sindicato dos Químicos de Santo André; Rubens Fontino, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo; Jaime Francisco Nunes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Rio de Janeiro; Hugo Peres, presidente da Federação dos Trabalhadores Urbanos.

Companheiros, é importante nós termos em mente o seguinte: o nosso fundo de arrecadação vai continuar, porque a partir desse momento nós temos de criar nosso fundo de greve. Quando nós recebermos o primeiro pagamento, cada um vai dar o seu quinhãozinho ali, não importa se Cr\$5,00 ou Cr\$10,00, mas nós temos que criar nosso fundo de greve de uma vez por todas. Aos companheiros mais necessitados, ainda existem alimentos na Igreja, que a gente vai continuar a distribuir. Eu gostaria que os companheiros terminassem gritando o nosso grito de guerra: “Metalúrgicos unidos, jamais serão vencidos”.

Mais um aviso; a assembleia será 15 e 20 horas aqui. A gente distribuirá o horário. O importante é vocês saberem o seguinte: saiam daqui com a cabeça erguida, dizendo: nós vamos ganhar essa parada. Ela já está ganha praticamente. Eu posso garantir que ela já está ganha.

Agora, companheiros, eu queria dizer pra vocês o seguinte: me entregaram aqui um monte de dinheiro, que eu nem sei quanto é. Através do deputado Suplicy, um cheque de Cr\$ 10.000,00 do pai do Chico Buarque de Hollanda, Sérgio Buarque de Hollanda. Tem mais um cheque de Cr\$ 10.000,00 que eu não sei de quem é e tem mais um motinho de notas de Cr\$ 1.000,00. O companheiro João

Carlos, que é um negão de 3 metros de altura que está aqui, além de vir aqui ainda trouxe Cr \$33.000,00 para o nosso fundo de greve.

Companheiros, eu vou tentar acertar com D. Cláudio, talvez a gente faça um ponto de encontro entre nós e vocês na Igreja Matriz de São Bernardo. É preciso ter um ponto de encontro entre nós. Eu vou falar com D. Cláudio. Pronto. Ele acaba de falar. Já está concedido. Então, a partir de amanhã, a diretoria do sindicato estará conversando com vocês na Igreja Matriz, o dia inteiro.

Agora, companheiros, eu queria fazer alguns agradecimentos. Além de agradecer ao prefeito, pela posição digna e corajosa que ele teve, além de agradecer à imprensa pelo trabalho maravilhoso que fez, eu gostaria de agradecer aos deputados do MDB que foram às portas de fábrica para evitar que a gente tomasse tanta paulada. E outra coisa, deve ter alguns companheiros presos, que foram presos hoje de manhã: ao sair daqui eu vou falar com o delegado do DOPS, Dr. Tuma, para liberar todos os metalúrgicos, para que retornem ao trabalho amanhã. Nós sabemos que vários companheiros tomaram cacetadas e, em nome dessas cacetadas foi que nós ganhamos, é necessário dizer a vocês o seguinte: eu peço a Deus que ilumine a cada um dos senhores quando voltarem para casa, que ilumine a esposa de vocês e seus filhos, e que a gente tenha em mente que no dia 10 de maio, quem sabe, queira Deus, a diretoria já estará no sindicato e nós já receberemos o pagamento com aumento.

Eu peço agora que os companheiros para dar uma demonstração de calma, e vamos dar uma demonstração de que nós nunca fizemos baderna e nem vamos fazer baderna em nenhum momento, porque somos trabalhadores e chefes de família. Eu me despeço de vocês, me colocando à inteira disposição de vocês, das 8 horas da manhã às 8 horas da noite, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo. Faz de conta que o sindicato está funcionando ali. Me coloca à disposição de vocês, tá? Eu queria agradecer aos associados nossos que trouxeram a família, trouxeram esposa e filhos. Tem um meninozinho perdido aqui, está com uma roupa azul...já achou.

Agora companheiros, eu quero dizer a vocês o seguinte: eu tenho absoluta certeza de que a diretoria volta ao sindicato. Tenho certeza absoluta. Você também tem que ter em mente que vai chegar o dia, logo depois de terminar a intervenção no nosso sindicato, em que todos os trabalhadores vão ficar sócios do Sindicato dos Metalúrgicos. Assim que terminar a intervenção. Todos nós vamos ficar sócios do sindicato, pra ficarmos mais fortes do que já somos. Companheiros, eu agradeço a confiança de vocês e quero dizer ainda uma vez: vocês não se arrependerão por esse voto de confiança.”

Discurso de Enilson Simões de Moura, pronunciado durante assembleia do dia 13 de maio.

"Companheiros, um minuto antes de começar a assembleia, eu estava correndo todo o campo. E o que eu pude ver, estampado na ideia e no rosto de cada trabalhador, mais uma vez, foi o sentimento de revolta contra a situação de miséria que nos foi imposta, durante todo esse tempo. Cobertos de razão, ouvi diversos companheiros e diversos trabalhadores dizerem que o acordo significava uma derrota para a gente. Eu vi companheiros protestarem contra o acordo que, na verdade, não traz benefícios aos trabalhadores. E todos que protestaram estavam cobertos de razão, porque, na verdade, uma coisa está bem clara para todos nós; uma coisa tem que ficar bem clara para todos nós; depois de 15 anos que nós estamos em silêncio e sofrendo a mais cruel exploração e a mais cruel injustiça, é o primeiro momento em que erguemos a voz contra essa injustiça e essa exploração. E quantos de nós, aqui, apanhou da polícia na porta das fábricas, e quantos de nós, aqui, foram diversas vezes parar na cadeia, porque erguemos nossa voz contra a injustiça e a exploração.

A nossa voz vai continuar erguida, companheiros, e ninguém vai ser capaz de baixar a nossa voz!

Mas, nós vamos saber entender que, 15 dias de greve não derrubam 15 anos de exploração!

Nós vamos saber entender que, derrubar 15 anos de exploração vai ter que significar muitas outras greves, como esta que nós fizemos. E nós vamos ter que estar preparados para isso. Nós vamos ter nossa consciência voltada para essa necessidade de fazer isso, companheiros.

Eu tenho certeza de que não tem ninguém aqui dentro que vai permitir que se descontem os dias parados. Eu tenho certeza de que nós vamos fazer greve dentro das fábricas, toda vez que o patrão quiser descontar os dias. E de que nós não vamos permitir que se descontem os dias. Eu tenho certeza de que todo trabalhador que está aqui, assim como eu, temos um fato importante, de que nós não vamos abrir mão em hipótese alguma, porque é muito mais importante é o retorno da Diretoria do nosso Sindicato! cato! Nós não vamos abrir mão disso! Nós vamos estar preparados para essa greve, caso a Diretoria não volte ao Sindicato!

Nós não acreditamos em mais ninguém, a não ser em nós mesmos! Esta, companheiros, é a questão mais importante agora para nós. Eu acho que esta tem que ser a questão mais importante para nós, agora. Nós não aceitamos eleição no nosso Sindicato. Nós não aceitamos eleição! Nós queremos o Lula e a Diretoria toda do nosso Sindicato!

Eu acho que nós vamos ter de ver e atentar, agora, para uma situação que foi criada. A Diretoria, o Lula, que foi deposto pelo Governo, que foi deposto pelos patrões, depois foi chamado pelos patrões para assinar o acordo dado e defender a posição da assembleia. Isso quer dizer que, os patrões que cassaram Lula reconhecem a liderança dele assim como nós também a reconhecemos. Isso quer dizer que o Governo também reconhece a liderança do Lula, assim como nós reconhecemos!

Há uma situação agora companheiros, em que eu acho que é preciso de a gente meditar. Em que é preciso de a gente pensar. Eu tenho certeza de que a gente vai fazer greve pelo retorno da Diretoria. Eu tenho certeza disto, e ninguém vai me mudar. Ninguém vai mudar mais a vontade do trabalhador! Mas, companheiros, eu acho que agora nós vamos ter que meditar um momento, nós vamos ter que meditar sobre o que diz respeito ao momento de começar a greve. Nós vamos ter que

meditar, porque eu acho que não podemos comprometer mais o Lula, nós não podemos comprometer mais a Diretoria. Nós não podemos comprometer e eu acho que, se uma atitude precipitada nossa vai fazer com que, de uma vez por todas, os patrões, que não têm sensibilidade para entender nossa vontade – e nossa vontade tem que ser soberana – vão eliminar o Lula da vida sindical do País. Nós não podemos permitir isso! Eu sou pela greve e pela volta da Diretoria, nós todos somos pela greve e pela volta da Diretoria, nós todos somos pela greve e pela volta da Diretoria!

Eu acho, agora, que nós vamos ter de estar atentos para uma questão: eu acho que, se a gente votar agora, que vai sair pela greve segunda-feira, sai pela greve. Mas eu acho que antes de a gente votar, a gente tem que pensar numa coisa: se a gente sair para a greve amanhã, nós estamos efetivamente correndo o risco de fazer que o Lula, de uma vez por todas, desapareça da vida sindical. E nós ternos que ser responsáveis pelo Lula, nós temos que ser responsáveis por essa Diretoria.

E eu acho que nós vamos ter de marcar uma outra assembleia para deflagrar greve, pela volta da Diretoria.

Eu estou propondo que, passando desse sábado, agora, no próximo sábado, a gente vai, todos nós aqui vamos ocupar o Sindicato! Todos nós aqui, que estamos nesse campo, devemos nos comprometer com isso: ocupar o Sindicato, sem ser nesse sábado, agora, e fazer uma assembleia lá, e sair pela greve e pela volta da Diretoria.

Eu pediria, e eu tenho certeza, que o Lula não iria pedir isso aqui, de jeito nenhum, mas eu quero que a assembleia aprove isto, neste momento.

Quem concorda com isto, levante a mão!

(a maioria absoluta levantou os braços.) .

Companheiros, há uma questão, e agora eu faço um aviso aos reacionários que estão no Governo – Não é só Alá que faz o povo revoltar. A fome e a injustiça são bem mais fortes que Alá! E eles que se cuidem, porque nós, trabalhadores, estamos dispostos a, de uma vez por todas, estabelecer justiça nessa terra!

Apêndice 36

Discurso de Lula, pronunciado durante a assembleia do dia 13 de maio.

“Pessoal, antes de fazer uso da palavra, eu quero deixar claro uma coisa: o companheiro Alemão veio aqui e disse a vocês que era muito mais importante a retomada do Sindicato, do que, quem sabe, 20% de aumento. A mesma coisa disse o companheiro João Paulo. Mas eu fui procurado por um companheiro que disse que queria falar contra isso ou contra qualquer coisa. Eu gostaria que, antes de fazer uso da palavra, se alguém desejar... (segundos de silêncio) porque já foi, inclusive, colocada em votação, a proposta do Alemão de uma assembleia dentro de 10 dias, no Sindicato. Se vocês, no sábado, não sei, se vocês quiserem... Companheiros, companheiros, eu acho que nós não estamos num auditório do Silvio Santos, e vocês me conhecem bem, e eu conheço vocês bem.

Vamos agir como homens, pois como homens será tirada uma decisão.

Olha pessoal, o problema é o seguinte: eu gostaria que vocês pensassem como sempre pensaram em todos os atos que nós fizemos até aqui. Quem viu o problema da nossa greve há uma semana atrás via os patrões dizerem que não iriam pagar em instante nenhum os dias que nós tínhamos perdido com a greve, ouvia dizerem que não davam mais de 57% para 75% da nossa categoria. E vocês sabem que quando nós rejeitamos o acordo nós o rejeitamos exatamente porque faltava dinheiro para nós, e faltava igualar todos os trabalhadores. Eles queriam dar 57% para 75% da nossa categoria e queriam dar 63% para apenas 22% da nossa categoria, dentre os quais os menores. Vocês cansaram de ouvir declarações de autoridades e declarações dos próprios patrões de que não sairiam da proposta de 57% para 75% da nossa categoria e também de que não iriam pagar os prejuízos que nós tivemos com os dias em que ficamos parados.

Eu queria explicar uma coisa pra vocês. Em primeiro lugar, quem viu minhas declarações na televisão viu que eu estava com o acordo pelo pescoço. Todo mundo viu, e eu posso garantir para vocês, que não foi um bom acordo. A minha palavra é que não foi um bom acordo. Entretanto, eu gostaria de explicar alguma coisa pra vocês. Os 13 dias de greve que nós tivemos representaram uma perda de 30 dias e meio. Todo trabalhador vai perder no ano, não 13 dias, mas 30 dias e meio. E qual foi o acordo que foi feito? E foi feito atravessado! O acordo foi que nenhum trabalhador terá nenhum dia descontado nas férias; os 13 dias de greve representam 12 dias perdidos nas férias, mas esses nós ganhamos. Os 13 dias perdidos na greve representam três domingos perdidos, mas esses nós ganhamos também; os 13 dias de greve representam dois dias e meio do 13º salário, mas esses nós também ganhamos. Então vejam: de 30 dias e meio que deveriam ser descontados durante o ano, vão ser descontados apenas 13 e de que forma? Da seguinte forma: 50% dos 13 dias serão descontados em cinco parcelas mensais a partir de junho, e aí eu não posso falar no microfone, mas vocês sabem o que fazem; os outros 505 dos 13 dias serão repostos ou negociados mediante um entendimento entre empregado e empregador. Então vejam que em relação aos dias parados nós não saímos tão mal como algumas pessoas querem apregoar.

Quanto ao acordo de 63%, foi conseguido 6% a mais para 75% da nossa categoria que ganha de três a dez salários mínimos, que é o grosso do nosso trabalhador, ao contrário do interior, em que o grosso é de um a três salários mínimos. Com tudo isso, eu posso dizer para vocês que não foi um bom acordo. Mas há algo muito sintomático, há algo muito sintomático: na Volkswagen, sexta-feira, houve uma greve e a reivindicação dos trabalhadores não era aumento de salário, mas sim a volta da diretoria do sindicato.

Eu disse a mim mesmo que jamais viria num palanque para defender a volta da diretoria. Em nenhum instante das negociações, em nenhum instante, esteve em jogo a volta da diretoria. Em nenhum instante ela esteve em jogo. Mas ela estará a partir da proposta que o companheiro Alemão fez e que foi aprovada por vocês.

Agora, eu gostaria de pedir a vocês o seguinte: em primeiro lugar, bom senso; em segundo, escutar o que eu vou dizer: a volta da diretoria do sindicato é uma atitude meramente política e eu falo para vocês tomando a medida mais antipática possível, porque para mim, como eu já disse a vocês na última assembleia, seria o fato mais importante na história do sindicalismo brasileiro, na história do sindicalismo universal, chegar aqui e pedir para vocês fazerem uma greve em minha defesa. Seria motivo de orgulho, seria motivo pra eu sair daqui chorando. Mas com a responsabilidade que eu tenho com vocês, com a confiança que eu deposito em vocês e que vocês depositaram em mim durante todo este movimento, eu gostaria de chamar atenção de vocês pra uma coisa muito importante: eu não vou pedir para os trabalhadores fazerem greve [na] segunda-feira. E vou explicar por quê. Eu gostaria que vocês prestassem atenção numa coisa: de nada adianta a gente falar às vezes até contra aquilo que a gente está pensando. Uma greve amanhã representa uma derrota da classe trabalhadora. E eu vou explicar por quê. Vai ser exatamente o seguinte: nós não vamos mais ter campo para nos reunir, não vamos ter mais sindicato e não vamos mais igreja. Nós vamos fazer uma greve de dois dias e depois de dois dias nós voltamos a trabalhar de cabeça baixa. Essa é a verdade dos fatos e eu gostaria de chamar vocês à responsabilidade para uma coisa, eu gostaria que cada um, na hora de votar, pensasse no amanhã, pensasse nos filhos, na esposa e em si próprio.

Eu acho que existe tática, ou acho que existe momento e nós precisamos criar essas táticas e esses momentos. E vocês sabem que jamais, vocês sabem, mesmo algumas pessoas que ficam gritando histéricas aí no meio, sabem que Lula jamais fugiria do pau e jamais Lula fugirá do pau. É necessário que isso fique bem claro. O que eu queria dizer – lembrando as palavras do Alemão e que já foram colocadas em votação aqui (se ninguém se lembra, todo mundo votou) – é que o problema é marcar uma assembleia no sindicato. É a melhor forma, é a melhor atitude política que os trabalhadores vão tomar. Eu acho que nós, marcando a assembleia para o sindicato, como foi aprovado aqui, vamos dar uma demonstração pro governo de que ninguém mais nessa terra quer tanto a tranquilidade, quer tanto a paz, quer tanto o sossego, mas também quer tanto o direito de viver como os trabalhadores de São Bernardo e Diadema.

Eu gostaria de pedir mais uma vez, eu gostaria que vocês aceitassem este pedido meu. Mais uma vez eu volto a pedir um voto de confiança dos trabalhadores à minha diretoria. Aí vocês é que vão decidir se confirmam ou não o que nós fizemos até agora. Somente vocês é que serão soberanos e a minha proposta é a seguinte: o nosso aumento de salário, nós conseguiremos ganhar amanhã, dentro da fábrica; a volta da diretoria nós vamos ter que ganhar é agindo politicamente. Então, a minha proposta, mesmo sendo a mais antipática e mesmo tendo alguns macacos de auditório do Silvio Santos assobiando, é que os companheiros aceitem uma coisa. O Alemão foi bem claro, nós vamos ganhar o nosso aumento a partir de nossa luta nas fábricas. Não tenham dúvidas de que vamos ganhar. A Ford deu um exemplo disso na semana passada, essa semana. Entendo, o que nós precisamos é não jogar o trabalhador numa luta inglória, e eu, que invoquei vocês a fazerem greve, nós que brigamos aqui durante 15 dias consecutivos, nós que brigamos durante 45 dias, eu quero dizer que a greve segunda-feira não é importante. Politicamente não é importante. Politicamente não será importante na segunda feira. Ela será importante em qualquer outro dia. E em qualquer outro dia, estaremos dispostos a fazer uma greve.

Gostaria de pedir ao trabalhador, se quiser me dar um voto de confiança e à diretoria do sindicato: é que aprovasssem esse acordo que é péssimo. Mas, nós precisamos brigar pela volta da diretoria do sindicato.

Companheiros que forem favoráveis e que quiserem dar um voto de confiança, levantem a mão.

Eu acho que não há dúvida nenhuma. E mesmo aos descrentes, mesmo aqueles que não acreditam na capacidade de luta do trabalhador, amanhã nós daremos uma lição ao Brasil e ao mundo. Nós voltamos a trabalhar com tranquilidade.

Mas, num determinado dia, nós vamos voltar e agir com força total. É isso que eu proponho aos trabalhadores. (...)"

Apêndice 37

Discurso pronunciado por Lula, durante a assembleia do dia 26 de maio, a primeira realizada na sede do Sindicato após a suspensão da intervenção.

"Olha, primeiro, não é muito fácil a gente vir para uma assembleia e, antes do início dessa assembleia, um companheiro vir e cantar algumas músicas em homenagem à diretoria do sindicato. Antes de começar a assembleia, a primeira que a gente faz no sindicato depois dos militares terem ocupado isto aqui, depois do governo ter tomado isso aqui do povo e ficado para o próprio governo, eu gostaria de pedir para que subissem até aqui a mesa, até aqui o palanque, todos os diretores do sindicato. Todos os diretores que estão aqui presentes, por favor, dirijam-se até a mesa, providenciem cadeiras pra sentar, porque eu não vou levantar pra pegar cadeira pra ninguém.

Antes de começarmos a assembleia, eu queria passar a palavra ao companheiro Severino, porque há duas coisas fundamentais hoje: a primeira é que a assembleia era convocada especificamente para tratar de um problema que já foi resolvido; e a segunda é porque existe uma série de esclarecimentos que têm de ser dados aos trabalhadores e nada melhor do que uma assembleia para a gente dar esclarecimentos.

Mas, antes de dar esclarecimentos sobre uma coisa chamada fundo de greve – porque se nós trabalhadores quisermos realmente brigar pra valer vamos ter de criar o fundo de greve –, eu pediria que o companheiro Severino, secretário-geral do sindicato, antes de explicar a vocês algumas coisas sobre o dinheiro que nós arrecadamos, fizesse a leitura de um documento que nós enviamos a Salvador por um estudante aqui de São Bernardo do Campo, para que ele lesse lá em Salvador. É sobre a nossa posição em relação à criação da União Nacional dos Estudantes, que deverá ser discutida entre hoje e amanhã em Salvador. O documento foi entregue ontem aos estudantes e o Severino irá fazer a leitura para vocês daquilo que nós enviamos aos estudantes brasileiros reunidos em Salvador. Antes, porém, avisamos aos companheiros que estão em pé aqui perto da porta de entrada, que aqui no meio ainda existem lugares pra sentar e que, de preferência, os companheiros que estão aí passem para o lado direito para dar oportunidade de outras pessoas chegarem e ficarem aí."

(Severino lê o documento citado por Lula e presta contas do dinheiro arrecadado.)

"São Bernardo do Campo, 25 de maio de 1979.

Prezados companheiros:

A representação livre e a nível nacional dos estudantes brasileiros é um imperativo inadiável. A repressão que hoje se exerce sobre a instituição de trabalhadores, estudantes e de outros segmentos do povo é típica de governos e regimes autoritários e antidemocráticos. Portanto, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema saúdam com alegria o ressurgimento da gloriosa União Nacional dos Estudantes, que tanto serviço prestou à causa democrática. Nossa apoio, como não poderia deixar de ser, é o mais amplo e irrestrito. Avante, companheiros!"

Pessoal:

A assembleia hoje é uma assembleia muito mais de vocês do que uma assembleia da diretoria para os associados do sindicato. Entretanto, eu gostaria de fazer algumas ressalvas com relação ao fundo de greve. Eu sei que tem companheiros dentro da fábrica que acham que foram arrecadados alguns trilhões de cruzeiros, tem companheiro dentro da fábrica que foi convidado a contribuir com

vinte cruzeiros e não quis contribuir, achando que nós arrecadamos, quem sabe, centenas e centenas de bilhões de cruzeiros. O total de dinheiro arrecadado foi de um milhão seiscentos e poucos cruzeiros, como o Severino acabou de dizer. Isso não daria para pagar um dia de serviço para os trabalhadores da ferramentaria da Volkswagen; sequer daria para pagar um dia de serviço pros trabalhadores da Volkswagen da ferramentaria!

É necessário que a gente faça uma análise sobre o que é um fundo de greve. Um fundo de greve não é aquilo que a gente recebeu como doação de alimento, aquilo que a gente recebeu em dinheiro e que em boa parte reverteu em alimento, porque muitos trabalhadores precisavam de alimento. É necessário dizer uma verdade aqui. É que os trabalhadores precisaram de alimento não porque estiveram em greve, não, já que nenhuma empresa deixou de fazer o pagamento mesmo quando eles estavam em greve. Os trabalhadores precisaram de alimento porque, desgraçadamente, eles ganham pouco a vida inteira, a qualquer hora. Mesmo no mês em que eles recebem o 13.^º, se você tiver alimento para distribuir, você vai ter fila de trabalhadores para receber esse alimento, porque o salário deles é tão pequeno que não dá para comprar alimento suficiente. É preciso dizer essas coisas com clareza.

O fundo de greve – depois eu vou tentar conversar com vocês a respeito do fundo de greve – é uma questão de honra da classe trabalhadora, é uma questão de consciência da classe trabalhadora. Como a gente bestamente, como nós trabalhadores bestamente pagamos um seguro de vida, pagamos um clube, pagamos um monte de coisas, nós precisamos assumir um compromisso e pagar o fundo de greve, fazer um seguro. É como se fosse um seguro de vida, é um seguro de luta que nós vamos fazer. E é questão de consciência dos trabalhadores. Não fiquem esperando que o Lula, que a diretoria do sindicato, ou que cada um de vocês, individualmente, vá resolver o problema de ninguém, não. Nós conjuntamente, coletivamente, é que temos de resolver nossos problemas. Por isso que o fundo de greve é uma questão de consciência. A partir de agora, nós vamos ter que adquirir consciência e criarmos um fundo de greve efetivamente.

Nós sabemos que existem companheiros dentro da fábrica, e talvez nenhum deles esteja aqui, mas nós sabemos que existem companheiros dentro da fábrica dizendo que o Djalma ficou rico com o fundo de greve, que o Lula ficou rico com o fundo de greve. É importante dizer para os companheiros que falam isso, que a fortuna que nós ganhamos com o fundo de greve a gente reparte com a mãe e com não sei quem dos caras que falaram isso. Porque uma coisa eu dizia para um grupo de companheiros da Mercedes Benz: eu nunca fui agressivo em assembleia, não, e vocês me conhecem há cinco anos; é que eu acredito no Djalma. O Djalma é um dos caras por quem eu coloco as duas mãos no fogo, e coloco até a cabeça no fogo pela honestidade dele, porque conheço o Djalma profundamente bem e acho que a maioria de vocês também conhece o Djalma bem. Então, a gente não pode permitir em instante algum que certos companheiros fiquem levantando falsidades contra um companheiro como o Djalma. Porque se vocês me perguntassem há pouco, dois minutos antes do Severino ler isso, quanto de dinheiro tinha entrado para o fundo de greve, eu, Lula, não sabia quanto tinha entrado; se vocês me perguntassem quanto tinha sido distribuído de alimento, eu, Lula, não sabia quanto tinha sido distribuído, porque nunca me interessei e nunca entrei no problema do fundo de greve: era um problema do tesoureiro do sindicato.

Então, antes de terminar esta assembleia de hoje, a gente pretende tirar uma comissão de uns 30 ou 40 trabalhadores, para administrar o fundo de greve. Você vai ter que levantar a mão e dizer quem quer participar da comissão, porque eu acho que está na hora de todo mundo assumir

responsabilidades. Não podemos apenas ficar jogando tudo nas costas de uma pessoa, de duas pessoas ou de dez pessoas. É um problema nas costas de todo mundo. Se tiver 500 quilos para carregar e em vez de um, só carregar 500 quilos cada um carregar 100 gramas, não vai ficar pesado para ninguém e todo mundo carrega o mesmo peso. É isso que a gente vai querer fazer aqui hoje.

Antes de largar a assembleia na mão de vocês e antes de explicar qualquer coisa, porque eu pretendia mesmo deixar as explicações para o fim, porque eu tenho uma série de coisas pra explicar pra vocês – de ordem pessoal, de ordem sindical e de ordem geral –, eu gostaria de dizer o seguinte: em todo o transcorrer da greve eu disse a vocês aqui publicamente – e quem participou de todas as assembleias ouviu isso –, que no dia em que entendêssemos que a vaca iria pro brejo, com a mesma coragem que nós tínhamos gritado aqui: "Nós vamos à greve segunda feira", eu diria: "Nós vamos parar a greve." Quem disser que não ouviu isso da minha boca está mentindo para si mesmo, porque foi a tônica das 46 assembleias que nós fizemos aqui no sindicato e no campo de futebol. Eu disse, na última assembleia, que tinha certeza absoluta de que a gente faria um acordo maior do que o que a Federação dos Metalúrgicos fez; que tinha certeza absoluta de que a diretoria do sindicato voltaria; e que tinha certeza absoluta de que se nós não conseguíssemos aquilo que nós estávamos prometendo a vocês, a diretoria do sindicato viria convocar vocês para uma assembleia e colocaria o cargo à disposição de vocês. Mesmo porque, esta diretoria que foi eleita livremente no dia 24 de abril do ano passado, comigo na presidência, não tem nenhum interesse em continuar sendo diretoria se não puder olhar de cabeça erguida para vocês, e olhar olho no olho de cada um dos trabalhadores que ela representa.

Quando eu decidi não voltar à greve na segunda-feira – e aí eu agradeço a todos os trabalhadores, os que estão aqui e os que não estão, aqueles que ficaram revoltados comigo e os que não ficaram revoltados, a todos aqueles que, revoltados ou não, acataram a minha decisão, eu agradeço mais uma vez o voto de confiança que deram à diretoria do Sindicato –, naquele dia eu disse a vocês, mesmo quando o companheiro propôs na assembleia que hoje, dia 26, vocês teriam que fazer uma assembleia para tomar o sindicato de volta, eu disse a vocês que não tinha mais esperança de voltar ao sindicato. Não tinha no domingo quando fiz a assembleia, não tinha na segunda-feira quando o Dr. Maurício teve reunião com o ministro do Trabalho para assinar o acordo. De tarde, quando eu conversava com o Dr. Maurício, ele me falava: "Lula, pelo que eu senti, vocês não voltam mais ao sindicato." Na terça-feira de manhã o Dr. Almir encontrou-se com o ministro do Trabalho e o que o Dr. Almir me transmitia à tarde, mais ou menos às 3 horas, era que se dependesse da assessoria do ministro, a diretoria do sindicato teria que voltar para as fábricas e, quem sabe, depois de uns 40, 50 ou 60 dias dentro das fábricas, o ministro iria pensar se reconduzia ou não a diretoria ao sindicato.

Nessa mesma terça-feira de manhã, eu reunia os diretores do sindicato na minha casa e dizia pra eles: eu acho que eu vendi vocês – era isso que eu dizia pra diretoria do sindicato na minha casa –, eu acho que eu vendi vocês por 3%, e esse é um preço muito baixo para eu vender uma diretoria. Eu dizia isso baseado na palavra do ministro em conversa comigo no dia 1o. de maio. Pra quem não sabe, no dia 1o. de maio, às 7 horas da manhã, o Dr. Maurício apareceu lá em casa e me disse que o ministro do Trabalho queria conversar comigo e me levou de carro até o Aeroporto de Congonhas, onde havia um helicóptero me esperando. De lá fui até Atibaia, onde o ministro tem um sítio, e nesse sítio o ministro me dizia: "Lula, vocês só voltam ao sindicato se fizerem um acordo de 60% no máximo, porque eu já prometi ao presidente Figueiredo que o acordo seria, no máximo, de 60% para

quem ganha de três a dez salários mínimos e de 63% para quem ganha de um a três". Então eu disse ao ministro que realmente não voltaríamos ao sindicato, porque não faríamos acordo de 60%.

Assim, na terça-feira eu reunia a diretoria do sindicato e falava para todos os companheiros da diretoria: eu, Lula, quero deixar claro que talvez eu tenha vendido vocês por 3%. Na terça-feira à tarde, quando o Dr. Almir me ligava e dizia que também não tinha esperança de que a diretoria voltasse ao sindicato, eu estava no bar, no Aquarius, e ouvia, mais ou menos às 6 e meia da tarde, o companheiro Severino receber um telefonema da Rádio Globo informando-o de que corria um boato em Brasília segundo o qual o governo estava acabando com a intervenção. Para mim, isso não passava de mero boato, entre todos aqueles que nós tínhamos escutado durante tantos dias: vai acontecer isso, não vai acontecer isso, vai acontecer aquilo, não vai acontecer aquilo. Eu reuni um pessoal da diretoria e disse: eu não pretendo ficar aqui no bar, porque a partir do momento em que começou a correr o boato, eu não estou aqui pra atender jornalista e ficar discutindo em cima de boato. Então eu saí do bar. Quando cheguei em casa, a 1 e meia da manhã, minha esposa me disse que tinha ouvido no rádio e depois na TV, às 11 horas da noite, o ministro dizendo que a diretoria ia voltar.

Na quarta-feira de manhã eu reunia a minha diretoria outra vez lá em casa e dizia para ela: nós não vamos acatar a ordem do ministro do Trabalho, nós vamos assumir o sindicato mas só aceitamos ficar no sindicato se a categoria metalúrgica entender que essa diretoria deve continuar no sindicato. É por isso que não adiamos a assembleia de hoje. É por isso que não adiamos uma assembleia que tinha sido convocada pelas bases, tinha sido convocada por um trabalhador. Os membros dessa diretoria, que foram escolhidos por mim um a um, estão aqui hoje porque receberam o voto livre de vocês e querem se subordinar à vontade de uma assembleia. E se vocês trabalhadores entenderem que em algum momento essa diretoria falhou com vocês, eu gostaria, de todo coração, que vocês livremente rejeitassem a continuidade dessa diretoria.

Eu gostaria que, a partir de agora, todos vocês deixassem a vaidade pessoal de lado e, quem tivesse alguma coisa pra dizer, subisse aqui pra falar o que está pensando. Eu pessoalmente não valho merda nenhuma, mas coletivamente todos nós valemos alguma coisa. É muito importante, mas muito importante mesmo – sob pena de vocês mentirem pra mim mas não mentirem pra vocês, de vocês mentirem pra mim mas não mentirem para os filhos de vocês, de vocês mentirem pra mim mas não mentirem para as esposas de vocês – que cada um que vier aqui fazer uso da palavra diga exatamente aquilo que está sentindo. Porque eu vou dizer aquilo que estou sentindo, como disse a minha vida inteira aqui neste sindicato. Somente os covardes não têm a coragem de espelhar aqui no microfone, para a categoria, aquilo que realmente está dentro da cabeça deles.

É sumamente importante lembrar, mas muito importante, que cada um que vier aqui contar uma mentira, cada um que vier aqui e não falar a verdade, não estará mentindo para o Lula, não. Porque, como eu disse anteriormente, o Lula individualmente não vale nada; nós metalúrgicos, coletivamente, é que valemos pra tudo e por tudo.

Aqueles que estão pensando alguma coisa, e entre eles o grupinho que distribuiu um boletim na base esta semana, principalmente na Ford e na Polimatic, que tenham a coragem de subir aqui hoje e espelhar aquilo que realmente estão pensando, porque se mentirem aqui eu vou denunciar, e vou denunciar para os trabalhadores, para que façam de uma vez por todas o julgamento de alguns grupinhos safados que parecem urubus, que querem se aproveitar da desgraça dos outros para começar a voar alto como o voo do urubu.

Jamais haverá críticas minhas a alguém individualmente, mas há a necessidade de que essas pessoas venham aqui falar o que pensam. Eu garanto a palavra de cada um, mesmo se for pra dizer que o Lula é filho da mãe, pra não dizer o nome que eu queria falar. Pode subir aqui que eu garanto a palavra. Entretanto, é necessário que tenha o que dizer, sob pena de vocês mentirem, não pra mim, mas pra vocês mesmos. Dito isto, eu abro a palavra para os companheiros que dela queiram fazer uso. Quem quiser falar, por favor, dirija-se ao companheiro Severino e entregue a carteirinha. Não, não precisa nem de carteirinha, pode dar só o nome que o companheiro Severino vai inscrever quem quiser fazer uso da palavra. (...)

Uma vez, numa assembleia deste sindicato, ou melhor, naquelas assembleias que fizemos na sexta-feira e no sábado, aqui, um companheiro chorava, e este companheiro que chorava ouvia palavras minhas para que mostrasse aos trabalhadores que chorar era ter ainda um pouco de dignidade: Eu gostaria que essa pessoa que chorou naquele dia, que chorou numa assembleia onde nós tínhamos, talvez, o mesmo tanto de gente que temos aqui agora, e eu naquela época incentivava até que chorasse mais, eu gostaria que ele falasse antes de mim. Esse companheiro é o Djalma de Sousa Bom. (...)

Antes de falar o que eu tenho pra dizer pra vocês a respeito de tudo o que se passou aqui, eu gostaria de ler uma carta aberta ao povo, uma carta do Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo, que como todos vocês sabem, está em greve:

"Os jornalistas profissionais de São Paulo, em greve desde a madrugada da última quarta-feira, prestam ao público os seguintes esclarecimentos:

1) Nossa greve foi decretada como último recurso diante da intransigência das empresas quanto as nossas reivindicações".

Nós estivemos numa assembleia do Sindicato dos Jornalistas e nós sabemos que é difícil para o povo, como um todo, perceber que os jornalistas estão em greve, porque os jornais estão saindo. Mas estão saindo feitos pelos patrões, e não pelos trabalhadores. Se vocês prestarem bem atenção, vão perceber com clareza que os jornais estão mais finos do que de costume, e que nós passamos pelo menos quatro dias sem ouvir um noticiário de rádio. Então, nós trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema vamos, mais uma vez, dar uma demonstração de solidariedade e não vamos comprar jornal, não vamos dar entrevistas. (...)

Depois de alguns dias, depois de 59 dias fora do sindicato como pessoa física, mas dentro do sindicato em espírito, esta diretoria retorna ao sindicato. Retornamos e, apenas por uma questão de princípio, apenas por uma questão de honestidade com a nossa consciência, nos colocamos em votação outra vez. Seria muito cômodo pra mim, seria muito fácil, simplesmente aceitar o ato governamental de devolver o sindicato aos trabalhadores e aqui ficar, sem antes fazer um plebiscito entre a classe trabalhadora. E faço isso sem nenhuma cisma e sem nenhum complexo de culpa. Faço isso porque tenho na minha cabeça, e cada um dos diretores do sindicato tem em sua cabeça, que o nosso princípio continua o mesmo: se um dia tivermos que mentir pra vocês, um a um dos membros dessa diretoria, de cabeça erguida, aqui virá e renunciará, em nome da verdade da classe trabalhadora, que tem de ser superior às mentiras de uma diretoria de sindicato.

Eu não gostaria de recriminar ninguém ou de citar nome de ninguém que falou aqui. Entretanto, gostaria de dizer que há algumas mentiras naquele boletim que foi lido por um companheiro, de quem, por respeito à sua atuação como trabalhador, prefiro não citar o nome. Dizia o boletim que nós tínhamos parado a greve quando havia uma mobilização nacional. Isso é mentira.

É mentira porque uma semana antes eu tinha estado em Belo Horizonte numa reunião com 52 sindicatos dos mais variados Estados deste país e, dos 52 sindicatos, apenas um, o do companheiro João Paulo, de João Monlevade, Minas Gerais, entraria em greve por solidariedade aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Os representantes os outros 51, que também merecem o meu respeito, tanto quanto aquele que disse que entrava em greve, disseram: "Lula, nós queremos ser honestos com vocês. Não dá para fazer greve de solidariedade aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema". Essa é uma verdade que o boletim deixou de esclarecer: que não havia mobilização nacional. O que havia, sim, isso eu faço questão de dizer alto e bom som, era um movimento da classe média que queria fazer uma revolução social a partir das reivindicações de aumento salarial dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Muita gente se iludi com o nosso fundo de greve. Muita gente imaginava que o Djalma tinha recebido 500 bilhões de cruzeiros, e é mentira! Muita gente queria que nós ficássemos em greve dando-nos um quilo de feijão e nós precisamos é de salário pra comprar remédio, pra pagar aluguel e pra comprar algumas coisas de que a nossa família necessita. Isso também não foi dito no boletim. Também não foi dito no boletim que de todas as categorias que entraram em greve esse ano, nós fomos a única que ganhou alguma coisa. Se ganhamos meio por cento a mais, fomos a única que ganhou. Também isso o boletim não diz. E o boletim é mentiroso quando diz que nós já tínhamos 63%. É mentira! Nós tínhamos 63% para quem ganha de um a três salários mínimos. o que representa 22% de nossa categoria, dentre os quais os menores. Mas esse aumento de 6% que nós pegamos – de 57 para 63 – beneficiou 72% da nossa categoria. Isso o boletim não diz.

Eu não estou falando isso pra defender o acordo, não, porque na assembleia de domingo eu disse a vocês que estava com o acordo atravessado na garganta e ainda estou. Mas eu só queria dizer que, em cima de um negócio mal feito, não se justificam algumas mentiras deslavadas de companheiros que eu conheço, e alguns eu sei que são até decentes, companheiros que merecem o nosso respeito. Mas não se justifica, um erro não justifica outro. E um acordo que não condizia com as nossas necessidades e com a nossa esperança não justifica um boletim mentiroso, caluniando o movimento de uma classe que durante 15 dias mobilizou, não em termos de participação efetiva, mas em termos de formação de opinião política, o Brasil de norte a sul.

Dizia também esse boletim, que nós estávamos fortes quando paramos para dar a trégua de 45 dias. Isso é mentira. E aí eu invoco vocês. Quando nós paramos para dar os 45 dias, eu tinha certeza – não porque a diretoria tinha me dito, mas porque vários piqueteiros que estiveram nas portas das fábricas fazendo pesquisa afirmaram – que os trabalhadores não aguentavam mais dois dias de greve, que voltavam a trabalhar, não por medo, mas voltavam a trabalhar por cansaço, voltavam a trabalhar pelo sufoco. Na Mercedes-Benz, que era a empresa onde a greve estava mais forte, na segunda-feira 400 trabalhadores tinham furado a greve. Está aqui o Cláudio me falando, e o Cláudio é da Mercedes, que naquela terça-feira tinha 1.800 trabalhadores trabalhando dentro da Mercedes. Então, eu tinha duas opções: ou decretava greve e depois de dois ou três dias nós voltávamos a trabalhar pelo cansaço, não pelo medo, ou parávamos realmente, com aquele campo cheio, voltando de cabeça erguida dentro da fábrica. Porque em São Caetano, como vocês sabem, e em Santo André, como vocês também sabem, pelo menos 70% dos trabalhadores já tinham voltado a trabalhar. E disso eu tinha consciência: eu tinha prometido a vocês aqui e jamais faltarei com a verdade com vocês, que no dia em que eu entendesse que a vaca tinha ido pro brejo, com a mesma coragem com que eu vim aqui e fui aplaudido

quando decretamos greve, eu me arriscaria a ser vaiado mas iria pedir pra vocês voltarem a trabalhar. E foi exatamente o que eu fiz.

Um dia eu reuni a diretoria do sindicato e disse à minha diretoria: eu acho que o problema do acordo de São Bernardo não é um problema econômico. Não são os 11% que estão em jogo. E por que não estavam em jogo os 11%? Porque com o prejuízo que as empresas tiveram com os 15 dias de greve, daria para terem dado pra gente não 15%, não 11%, mas 30%. Isso representaria menos do que o prejuízo que tiveram com 15 dias de greve. Mas o problema era político, era político! E por que era político? Porque neste sindicato existia uma diretoria que não tinha se curvado a patrão nenhum e a governo nenhum. E era intenção dos patrões derrubar este sindicato, porque este sindicato é a razão de ser da luta da classe trabalhadora brasileira hoje.

Somente os cegos de cabeça, não os cegos de vista, não entendiam que a Volkswagen não estava se recusando a dar 11%. Deveriam entender, porque estava claro e patente, e eu disse em duas assembleias lá no campo, que o que a Volkswagen queria, o que a Ford queria, o que a Mercedes queria, o que a Shuller queria, o que a Villares queria, o que a Termomecânica queria, o que a Frismoducar e a Chrysler queriam era, na verdade, desmoralizar este sindicato, derrubar este sindicato, para que fosse mais um sindicato igual aos outros sete mil que existem no país. E eu disse pra vocês também no campo um dia, que em novembro do ano passado, um lacaio de um patrão, um safado, na França, junto com um grupo de empresários, dizia - só que ele não sabia que tinha uma jornalista brasileira perto - que eles iriam arrasar com a diretoria do sindicato neste próximo dissídio coletivo. Isso eu fiz questão de dizer numa assembleia, e quem não prestou atenção não se lembra, mas quem estava atento ao que se falava lembra bem que eu denunciei isso. Esse patrão é um safado que tem uma futriquinha na Pereira Barreto. E eles quase conseguiram. Não conseguiram por quê? Porque quando o governo fez a intervenção neste sindicato, o governo interveio pensando que iria acontecer aqui exatamente o que aconteceu em todas as intervenções feitas no país: João Goulart foi cassado e o povo não se rebelou contra o governo; Juscelino Kubitschek foi cassado e o povo não se rebelou; Jânio Quadros foi cassado e o povo não se rebelou. Houve intervenção no Sindicato de São Bernardo e os trabalhadores gritaram! Essa é a verdade que o governo não esperava.

Cassaram três presidentes da República e o povo não se manifestou. Cassaram meia dúzia de merda de dirigentes sindicais e 120.000 homens se rebelaram contra isso. Essa o governo não esperava. Pela primeira vez na história de uma intervenção os dirigentes sindicais não saíram presos: de São Bernardo ninguém saiu preso. Pela primeira vez na história de uma intervenção os dirigentes sindicais não estavam escondidos: os de São Bernardo não estavam escondidos. E quem esteve aqui dentro daquela noite desgraçada, que eu nem quero lembrar, se lembra de que havia aqui 400 trabalhadores. E se lembra de que eu subi aqui e fiz uma assembleia com os trabalhadores e pedi a eles o seguinte: vocês tenham calma, que nada vai acontecer pra vocês. Nós não podemos fazer exatamente aquilo que o Wagner disse, nós não podemos fazer aquilo que o governo repressivo quer que a gente faça: que saia pra brigar com a polícia lá fora. Porque até deputado tomou tapa no meio da orelha aqui fora do sindicato. E nós ficamos aqui até às 11 horas da manhã. Severino preso no DOPS, Expedito preso no DOPS, Djalma fazendo piquete na porta da Mercedes e outros diretores fazendo piquete na porta de outras empresas. E nós ficamos aqui dentro. Estábamos aqui dentro eu, o Venâncio, o Mané e 400 trabalhadores. Qual era a preocupação da diretoria? Era tirar os trabalhadores daqui de dentro. E, graças a Deus, a ajuda do Tito Costa fez com que nós tirássemos os 400 trabalhadores daqui de dentro sem que ninguém fosse preso.

Saí daqui e, conversando com um grupo de deputados, com o próprio prefeito Tito Costa e com um grupo de pessoas, eu dizia a eles que estava com vontade de chegar lá embaixo e fazer um discurso para os policiais. Mas eles me recomendaram que não fizesse isso, que não era político fazer isso. Eu passei perto de um caminhão e quem saiu comigo viu isso, passei por um caminhão que tinha 22 policiais dentro e levantei a cabeça pra encarar a cara deles e eles humildemente baixaram a cabeça, porque não tinham condições de olhar pra minha cara. E aí aconteceu uma coisa que é necessário que vocês fiquem sabendo: na sexta-feira, quando muita gente dizia que uma comissão de fábrica comandaria a greve, era mentira, porque os trabalhadores respeitavam muito mais a diretoria do que, por melhor que fosse, um companheiro que não fosse conhecido pela base.

Na sexta-feira, quem esteve no paço municipal, e eu jamais poderia estar lá como um homem cassado, viu que houve um começo de carnificina no paço municipal. Viu também que já não tínhamos mais 80.000 trabalhadores lá, mas que tínhamos apenas 20.000. E, heroicamente, um grupo de trabalhadores tomou o sindicato. Tomaram e foram embora.

Foi talvez uma das atitudes mais dignas que os metalúrgicos tiveram: a de tomar a casa deles de volta. No sábado eu tinha dito à minha diretoria que nós iríamos à assembleia no paço municipal. E aí eu recebi um telefonema do prefeito Tito Costa e do secretário da Segurança pedindo pra que eu não fosse à assembleia, porque nem pra mim poderia ser dada garantia. E eu disse então a eles: eu não vou, mas um membro da nossa diretoria, um membro tem que ir e falar. E foi o companheiro Djalma. (...)"

NOTA

Os discursos de Lula, em Apêndice, foram transcritos de:

LULA. Luís Inácio da Silva. Entrevistas e Discursos. São Bernardo do Campo, ABCD – Sociedade Cultural, 1980.

O discurso da assembleia, do dia 13 de maio, foi acrescido de gravações do arquivo de Luís Flávio Rainha.

Os discursos assinalados com asteriscos estão incompletos.

BIBLIOGRAFIA

Além das indicações, citadas na apresentação e ao término de alguns capítulos, consultamos também as seguintes fontes:

- Arquivo sobre o movimento operário e sindical de São Bernardo do Campo, de Luís Flávio Rainho;
- Documentos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais e Econômicos (DIEESE), relativos aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema;
- Edições diárias dos jornais: “Jornais do Brasil”; “Folha de São Paulo”; “Diário do Grande ABC” e o “O Estado de São Paulo”;
- Edições semanais, quinzenais ou mensais dos jornais: “ABCD Jornal”; “Tribuna Metalúrgica”; “Unidade”; “Unidade Sindical”; “Em Tempo” e “Movimento”;
- Edições semanais das revistas: “Veja” e “Isto é”;
- LULA. Luís Inácio da Silva. Entrevistas e Discursos. São Bernardo do Campo, ABCD – Sociedade Cultural, 1980;
- LULA, Sem Censura. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1981;
- Sistematização da experiência das greves de maio-78 na região de Santo André. Santo André, texto mimeografado, 1979;
- História Imediata 2. A Greve na Voz dos Trabalhadores. Da Scania a Itu: São Paulo, Oboré/Alfa-Omega, 1979;
- “Greves no ABC”. In: Boletim da Comissão de Pastoral Operária. Ano I, p. 510, Volta Redonda, maio-junho de 1979;
- Relatório da reunião de elementos da oposição sindical da Grande São Paulo e interior. São Paulo, texto mimeografado, 1979.

ENTREVISTAS

Realizamos entrevistas com:

- Luís Inácio da Silva (Lula);
- Gilson Luís Correia de Menezes;
- Dr. Maurício Soares de Almeida;
- José Venâncio de Souza Luz;
- Jacó Bittar;
- José Cicote;
- Severino Alves da Silva;
- Elias Stein;
- Paulo Vidal;
- Djalma de Souza Bom;
- Expedito Soares Batista.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Maurício Soares de Almeida,
pelos depoimentos em entrevistas,
pelas sugestões oferecidas e elaboração
do prefácio deste livro.

À Cleonice Rainho T. Ribeiro e José Fernandes Barros,
pelo auxílio na difícil tarefa de revisão dos originais.